ABRIL de 2011

Extractos da imprensa Angolana sobre questões sociais e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvol-vimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. OGE investimens públicos e transparência
5. Governação descentralização e cidadania
6. Urbanismo e habitação
7. Terra
8. Serviços básicos
9. Género e Violência
10. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos servi-ços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação
Helga Silveira

Conselho de Ediçao
Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por
Development Workshop – Angola

Endereço
Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone
+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email
cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de
Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bil1&Melinda Gates

INDÍCE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Governo revê Crescimento em baixa	1
1.1	Jovens em Luanda pedem emprego	1
1.2	Luanda quer idosos a receberem pensões	1
1.3	Combate á pobreza segundo o MPLA	1
1.4	Programa de luta contra a pobreza distinguido com Prémio no Dubai	2
1.5	Executivo espera criar cerca de 600 mil empregos	3
1.6	Pobreza extrema nas ruas da cidade vida cruel	4
1.7	Governo de Luanda demitiu-se?	5
1.8	Lei do investimento privado passa no parlamento	5
1.9	Nova lei do investimento aprovado pelos deputados	6
1.10	Segurança social aumenta o número de beneficiários	7
1.11	Angola na rota dos objectivos do Milénio	9
1.12	Trabalho e metas a atingir até 2012	10
1.13	Crescimento económico e desigualdades sociais	11
1.14	As ameaças em nome do rico	12
1.17	Salários mínimos aumentam entre oito e 52 por cento	14

2 MICROFINANÇAS

2.1	Crédito chega às famílias vulneráveis	16
2.2	Siindicato dos professores quer actualizações	16
2.3	Milhares de dólares em crédito para camponeses	17
2.4	Agricultores beneficiaram do crédito bancário no quadro do programa de combate a fome	17
2.5	Bancos comerciais continuam a conceder micro créditos	18
2.6	Empresários defendem maior facilidade em relação ao acesso ao crédito bancário	18
2.7	Agricultores beneficiaram do crédito bancário no quadro do programa de combate a fome	20
2.8	Bancos comerciais continuam a conceder micro creditos	21
2.9	Recenseamento da população é em 2013	21
2.10	Nova lei do investimento aprovado pelos deputados	22
2.11	Recenseamento da população é em 2013	22
2.12	BCI disponibiliza mais de 28 milhões para crédito agrícola	23
2.13	Camponeses recebem milhões de Kwanzas	23
2.14	Representantes do sistema financeiro apoiam acção contra risco de crédito	24
2.15	Formas alternavam de financiamento encontradas pela economia angolana	24

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Siindicato dos professores quer actualizações	26
3.2	Produção alimentar no bom caminha	26
3.3	Roque, feira Ngoma e outros… encerrados para… nada	27
3.4	Administração municipal do Cazenga pretende construir três novos mercados	28
3.5	Novos mercados municipais em construção no Lubango	29
3.6	Mercado do artesanato em obras	29
3.7	Vendedores do Hoque e Huíla têm novos mercados	29
3.8	Mercado de Cabo Ledo è paragem obrigatória	31

3.9 Vendedoras negam transferência para o Quindengo 32
3.10 Quitandeiras exigem indemnização 32
3.11 Fim do calvário do mercado da rotunda da Cuca 33
3.12 Estação céu aberto 34

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4. 1 Sector da justiça com mais tribunas nos municípios 37
4.2 Subas Devem camisolas de Partidos Políticos 37
4.3 Lei sobre o recenseamento da população em debate nas comissões de especialidade 37
4.4 Sistema Nacional de Planeamento em seminário 38
4.5 Executivo fortalece administração local 38
4.6 As contas que o tribunal de contas vê 39
4.7 Falta de maior afectação do PIB ao sector social 40
4.8 Administradora advoga gestão com participação dos moradores 41
4.9 Executivo lança projecto para municípios 41
4.10 No Cunene gestores capacitados sobre o orçamento 42
4.11 Recenseamento da população é em 2013 42

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Municípios de Luanda ganham orçamento para executar obras 43
5.2 Administradores desconhecem suas áreas de jurisdição 43
5.3 Rádios nas comunidades ajudam descentralização 44
5.4 Lei sobre o recenseamento da população em debate nas comissões de especialidade 45
5.5 Sistema Nacional de Planeamento em seminário 45
5.6 Executivo fortalece administração local 46
5.7 Falta de maior afectação do PIB ao sector social 46
5.8 Administradora advoga gestão com participação dos moradores 47
5.9 No Cunene gestores capacitados sobre o orçamento 48

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Cidadãos podem adquirir imóveis com encargos fiscais desagravados. Criado município com gestão administrativa moderna 49
6.2 Casas para jovens foram entregues aos proprietários 49
6.3 Casas sócias para os jovens foram entregues 50
6.4 Casas sociais para jovens são sorteadas 50
6.5 Analisada regularização da urbanização 50
6.6 Cassaforme investe 30 milhões de dólares 51
6.7 Bairro social é entregue no mês da Juventude 51
6.8 Atribuição de casas gera descontentamento nos funcionários do Conselho de Ministros 51
6.9 ONU abre sede em Angola para a política de habitação 52
6.10 Luanda pede assessoria à ONU para política de assentamentos 52
6.11 Luanda deve criar núcleos habitacionais autónomos mas com interligação viária (Entrevista) 53

6.12 Casas para a juventude são entregues em Junho 56
6.13 Habitações sociais para professores em construção 57
6.14 Apartamentos são entregues em Maio 57
6.15 Habitações do Projecto Nova Vida começam a ser entregues em Abril 58
6.16 Projecto obedece normas ambientais de construção 59
6.17 Segunda fase do Nova vida pronta já em 2012 59
6.18 Novos projectos imobiliários luxuosos estão a ser erguidos na zona do Talatona 60
6.19 Primeiros apartamentos vão ser entregues no âmbito do plano nacional de habitação 61
6.20 Seis mil casas vão ser construídas na zona do Camama 61
6.21 Urbanização da Cazela começa em Maio 62

7 TERRA

7.1 Desalojados da Ilha vivem momentos dramáticos 63
7.2 Gestão dos solos está em debate no conselho de concertação 63
7.3 OMUNGA 64
7.4 Projecto Terra chega ao Centro 64
7.5 Executivo suspende concessão de terrenos 64
7.6 O cumulo da pouca- vergonha 65

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Empresa Pública de Agua de Luanda constrói mais centros de distribuição vai ser montado um sistema moderno de registo de clientes 67
8.2 Água para todos chega ao Tchicala e Mulenguelo 67
8.3 Lixo volta a ganhar mais vida em Luanda 67
8.4 EPAL promete aumento de produção 68
8.5 Aldeia de Ngoma com mais água 68
8.6 Reabilitação das Ruas do Sambizanga 69
8.7 Abastecimentos estendidos às comunas e povoações 69
8.8 Distribuídas terras as comunidades do Sul 70
8.9 Campanha de tratamento de água lançada no município do Cacuaco 70
8.10 Militantes “ invadem“ Kilamba Kiaxi 71
8.11 Lixívia contra a cólera e a poliomielite 71
8.11 “Água para todos “ chega às comunas do interior da província de Benguela 72
8.12 Um atentado à saúde humana 72
8.13 E o lixo venceu! 73
8.14 Instituições estrangeiras trazem projecto para a melhoria do acesso à água potável 74
8.15 Angola cumpre metas no abastecimento de água 74
8.16 Dia Mundial da Água 76
8.17 Instituições estrangeiras trazem projecto para a melhoria do acesso à água potável 77
8.18 Deficiente saneamento básico em Luanda originou a propagação do vírus da doença 78
8.19 Programa integrado entrega captação de água no Moxico 79
8.20 Distribuição de água necessita de esforços 79

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Na ressaca do dia da paz, 16 criminosos estão agora longe das ruas.	80
9.2	Batuqueiros regressam ao ataque	81
9.3	Moradores preocupados com o prédio da Telecom	82
9.4	Batuqueiros regressam ao ataque	83
9.6	Fórum de mulheres jornalistas apoia vítimas de violência doméstica	84
9.7	Zungueira baleada por agente da polícia vive dias penosos	85
9.8	Nações Unida desdramatizam relatos de casos de violação sexual na fronteira	86
9.9	Militantes “ invadem “ Kilamba Kiaxi	86
9.10	Retrato de criminalidade em Luanda	87
9.11	Lei contra violência doméstica é votada amanha no parlamento	88
9.12	Governo inocenta Forças Armadas	89
9.13	Lei contra violência doméstica é votada amanha no parlamento	89
9.14	O estigma e o desrespeito no género persistem	90
9.15	Violência doméstica preocupa autoridades	91

10 AMBIENTE

10.1	Educação ambiental	92
10.2	Indicadores ambientais de Angola precisam de uma melhor gerência	92
10.3	Cheias continuam a matar e a desalojar	93
10.4	Cheias levam á ruína central de agricultores	94
10.5	Estado das estradas de Luanda continua caótico	95
10.6	Exploração de inertes preocupa administração	96
10.7	Lagoa de S. Pedro no Cazenga. Situação continua caótica para os moradores da zona	96
10.8	Calemas causam danos em Cabinda	97
10.9	Chuvas agravam estado das ruas de Luanda	98
10.10	Rua Ngola Kiluanje espera de melhores dias	99
10.11	Estudos técnicos sobre a biodiversidade realizados na província da Lunda-Norte	100
10.12	Inundações destroem plantações na Funda	101

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Jovens em Luanda pedem emprego

Jornal de Angola
03 de Abril de 2011

Um grupo de jovens realizou á tarde, em Luanda, uma manifestação pública pacífica na Praça da Independência em prol da justiça social, liberdade de expressão e de pensamento. Os participantes, perto de 50 pessoas, clamaram mediante a exibição de cartazes por mais educação, emprego, saúde e igualdade de oportunidade. A manifestação, autorizada pelo governo provincial de Luanda, contou com a protecção do corpo Polícia Nacional.
Luati Beirão, um dos mentores da manifestação pacífica, disse que saiu mais reforçada a noção de democracia, liberdade de associação e manifestação em Angola.

1.2 Luanda quer idosos a receberem pensões

Jornal de Angola
06 de Abril de 2011

O governador de Luanda deu ontem orientações à direcção provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social no sentido de trabalhar com os idosos do Lar da terceira idade do Beiral para se apurar se, enquanto. Trabalhadores, fizeram ou não descontos para a segurança social.

José Maria dos Santos, que reuniu com um grupo de idosos do Beiral e também com os nacionalistas Mendes de Carvalho e Avelino dos Santos, no quadro da "Jornada de Valorização da Terceira Idade", referiu que a pensão de reforma constitui um direito consagrado por Lei para quem no passado contribuiu com parte dos seus rendimentos e que a mesma ajuda a melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Nesse sentido, lembrou que os idosos deram o melhor de si nas mais variadas áreas e regiões do país. "Os mais velhos são o produto de um passado que deve ser valorizado e estimulado, para que sirva de referência e de memória às novas gerações de angolanos", disse. O governador de Luanda disse que pretende criar um clima de maior aproximação da autoridade do Estado na província com todos os sectores da sociedade e aproveitou a ocasião para partilhar experiências sobre os aspectos relevantes da história de Luanda.

O encontro enquadrou-se na responsabilidade social da governação de Luanda e pretendeu, entre outros aspectos, manter os idosos da cidade ocupada em tarefas socialmente úteis, ao mesmo tempo que se lhes oferece um programa sócio-cultural com visitas a locais históricos e culturais.

1.3 Combate á pobreza segundo o MPLA

FOLHA 8
09 de Abril de 2011

Por mais que façamos esforços para prevenir o executivo de que uma das melhores maneiras de arranjar inimigos é discriminar, nenhum correctivo é dado ao roteiro dos guerrilheiros transidos que se perpetuam na liderança do nosso governo e hoje continuam a pensar como se ainda estivessem no mato a combater o colono : "Quem não está comigo, está contra mim".
As consequências dessa maneira de pensar são más, para não dizer catastróficas a longo termo, mas isso é uma outra história e não convém aqui, neste espaço, enveredar pela futurologia. O que nos importa analisar é o presente que estamos a viver e tentar uma vez mais apontar as tremendas falhas, erros e injustiças flagrantes criadas não só por essa maneira retrógrada de pensar, mas também por uma insaciável ganância que se apoderou de muitos membros das nossas mais altas esferas do poder político e económico.
Dentre todas as revelações de anomalias de "governança" que chegam em catapulta à nossa Redacção, uma das últimas, assegurando que membros do Bureau Político do MPLA e do seu Comité Central vão ser contemplados com um supermercado, O Nosso Super, a custo zero, é certamente a que mais fará arrepiar os cabelos a qualquer cidadão sensato. Passamos sem transição, do combate (?) à pobreza a uma ajuda aos ricos!
Se tal asserção for consentânea com uma realidade futura, como nos parece que virá a ser, isso significa que um projecto anunciado e publicitado com grande alarido ao longo destes últimos anos como empreitada de apoio aos mais baixos extractos da sociedade, portanto, de algum modo como um "input" a considerar no combate à pobreza, essa empreitada, dizíamos, passará a ser o que na realidade ele já era, isto é, um "input" de apoio a um enriquecimento mais que duvidoso. Senão vejamos.
Até à data, os milhões de dólares gastos com os "Nossos Supers" devem de certeza ter caído nos bolsos de alguém, ou "alguéns", pelo que se pode inferir da rapidíssima falência de um negócio sem contas à vista, e agora, na manápulas de pessoas que, gratuitamente passam a ser seus gerentes - um negócio considerado no mundo inteiro como dos mais rentáveis - certamente que os enriquecerá sem razão alguma. Vá lá, vai ser como uma espécie de prenda de JES aos que ainda não comeram muito.

A esse propósito vêm-nos à mente os discursos antigos, muito, muito antigos, iguaizinhos aos que hoje estão na moda, esses, de combate à pobreza. São verdadeiros prodígios de longevidade, pois desde o dia da Dipanda que se debitam a granel, por toda a parte onde oficie um lambedor de botas : o mais importante é resolver os problemas do povo, dizem eles, quando o que em Angola nunca mereceu atenção do Estado foi o combate à pobreza, pelo contrário, o mais importante foi o pançudos sem esquecer nenhum deles, questão de não ofender o esquecido, o que deu origem a um progressivo aumento da pobreza acompanhado por uma proliferação de enriquecimentos ilícitos. Vede o nosso Super, precisamente …

O mais desesperante nesta situação de fosso descomunal entre ricos e pobres que continuamos a viver, é que esse fosso, cada vez mais profundo, é em grande parte motivado por uma necessária distribuição de benesses, favores e outras dádivas reservadas aos parentes, amigos e amigos dos amigos do partido no poder.

Não compreendemos o que se passa na mente de JES, quando o vemos repetir continuamente os mesmos erros, dando a impressão de não ver o que se está passar no norte de África. Dá também a crer que continua a provocar as manifestações de massas que o seu partido tanto teme. E como prova disso basta relembrar o que se passou na segunda-feira, dia 7 de Março, quando foram presos 17 jovens por se temer um começo de manifestação anti-governo! Paranóia puríssima!

AS "GASOSAS GIGANTES"

Estamos cansados de pedir um pouco mais de equidade na distribuição dos bens e riquezas nacionais, mas nada parece demover o Executivo e seus agentes de continuar a beneficiar exclusivamente os cidadãos de alguma forma ligados ao MPLA

A recente inauguração da sede da OMA é disso um exemplo. Uma organização feminina de um partido, como pode e de que direito se arroga para ter uma sede novinha em folha, quando todos os partidos e outras organizações da oposição estão votados ao abandono? A isto chama-se sectarismo. E esta ostentação do MPLA, uma arrogância e uma humilhação aos demais actores políticos, poderá vir a ter consequências tremendas. O Executivo deveria, desde ontem, ter tomado medidas para corrigir a sua política de favoritismos exacerbados. Mas nem ontem nem hoje, e nenhuma mudança está sequer à vista. No nosso país, temos a mania de ser mais inteligentes que os outros. Os outros são os que não pensam como nós. Estabeleceu-se pois uma selecção que determina o número e a qualidade dos que podem ser apoiados pelo Estado. E, como o Executivo não quer dar a cara, recorre-se a uma empresa, a Sonangol o que dá menos nas vistas

Só que, a dita empresa é do Estado, portanto, ao serviço de todos os angolanos e não apenas dos que dizem amém ao chefe. A discriminação é de monta, pois para além da OMA, muitas outras organizações privadas beneficiaram dessa política de "Gégé", Gasosa Gigante. Isto, sem falar de todas as negociatas por baixo da mesa de que se aproveitam os "yes boys" do regime.

A Sonangol, reservatório de todas as acções politiqueiras, pagou a clínica de saúde do MPLA, na avenida Aml1-car Cabral. Mais uma vez são dinheiros públicos, num terreno que era do Estado e que o MPLA abocanhou sem qualquer concurso público e contrapartida.

A Sonangol está também no eixo viário a construir o primeiro casino, casa de jogos do azar. Essa empreitada é um projecto da Fundação do presidente da República, que ainda está em funções e nunca foi eleito.

Depois temos também o hotel Turismo que também é do MPLA. Mas, falar do MPLA é falar do Estado, pois os dois se confundem, numa promiscuidade acarinhada pelo Executivo. De resto, a esse respeito, para ser mais claro e não fugir à verdade, somos obrigados a reconhecer que o MPLA é sócio de 80 % das unidades hoteleiras de Luanda, Trópico, Alvalade, Turismo, entre outras. É verdadeiramente escandaloso! Mas atenção, além disto tudo, o que aqui acabámos de enunciar é apenas uma parte visível do imenso iceberg "M". Acrescentemos-lhe as intrigas e as divisões que o aparelho do "Kremlin" cria noutros partidos, de que ressaltamos a longa e fastidiosa crise por que vem passando a FNLA, com a ajuda de um dos mais gordos recebedores de "GéGés", Lucas Ngonda; a fantochada das eleições de 2008, com batota sem esquecer a participação teatral de um Padepa vampirizado e destruído por obra do SINFO e outras entidades do Estado; a diabolização do partido do Galo Negro, com vária mortes a assinalar, a que se seguiram as mais recentes sessões de tiros nos pés do regime, com a "Marcha para a paz e a tentativa de expulsar o deputado Kamalata Numa do parlamento. Vergonhoso!

1.4 Programa de luta contra a pobreza distinguido com Prémio no Dubai

Jornal de Angola
09 de Abril de 2011

O Programa de Luta Contra a Pobreza Urbana (LUUP) foi distinguido recentemente no Dubai com o prestigiado Prémio de Melhores Práticas e lideranças da ONU-Habitat. Anunciado cada dois anos, desde 1995, o UN-Habitat/Dubai é o mais prestigiado prémio internacional para as boas práticas de melhoria da qualidade de vida. Willy Piassa, gestor de programas do LUUP, recebeu o referido troféu que foi estabelecido em 1995 pela Municipalidade do Dubai, Emiratos Árabes Unidos, para assim reconhecer iniciativas que tenham

dado notáveis contribuições para a melhoria da qualidade de vida nas cidades e nas comunidades em todo o mundo. O Programa de Luta Contra a Pobreza Urbana - LUPP teve início em 1999 como um consórcio das seguintes ONGs parceiras : Development Workshop Angola (DW), CARE IntemationaJ, Save the Children e One World Action. O consórcio apoia a Rede Contra Pobreza Urbana de Luanda, que tem dado continuidade ao trabalho do LUPP nos municípios suburbanos da capital. Em Angola, os parceiros do Programa de Melhores Práticas e Liderança local.I identificam iniciativas nas áreas da habitação, desenvolvimento urbano e governarão, ambiente, desenvolvimento económico, inclusão social, prevenção de crimes, redução da I pobreza, mulheres, jovens, infra-estruturas e serviços sociais.

1.5 Executivo espera criar cerca de 600 mil empregos

Semanário Factual,
de 09 a 16 de Abril de 2011

O Executivo Angolano anunciou, esta semana, a preparação do programa de fomento Empresarial que visa reduzir as dificuldades e os constrangimentos com que o sector se debate e levar o bom porto a diversificação de economia.

O programa estima investir cerca de 435 milhões de dólares ao ano, fim de contribuir, nos próximos quatro anos, para a reanimação do tecido empresarial nacional e levar a melhorias no nível de competitividade das empresas.

O Executivo vai investir anualmente, durante quatro anos, mais de 400 milhões de dólares para o Programa de Fomento Empresarial, com vista a reduzir os graves constrangimentos que o sector enfrenta e acelerar a diversificação da economia angolana. O ministro da economia, Abraão Gourgel, adiantou o programa ter por intenção fortalecer a actividade económica, com a criação de um fundo de garantia de créditos com taxas de juros bonificadas.

Segundo o ministro da economia, o programa envolve a criação de um sistema de garantias de créditos que incentive os bancos comerciais a criarem políticas de concessão de créditos com taxas de juros mais reduzidas às empresas públicas e privadas. Salienta-se que, nesta altura e segundo muito dos empresários, as taxas de juros oferecidos pela banca para o crédito são muito altas, o que inibe o investimento, já que o retorno, na actual realidade, demanda algum tempo.

As taxas de juros oferecidas pelos bancos comerciais variam em até cerca de 20% em moeda nacional e cerca de 10% em média para os créditos em moeda estrangeira, um constrangimento que dificulta o investimento e consequente geração de empregos, para que muitos investidores prefiram empatar alguns recursos em títulos da dívida pública em detrimento do investimento em novas áreas e produtos, porque a competitividade e a atractividade do investimento são cada vez menores.

O ministro da Economia considerou o sector empresarial privado o pilar do crescimento económico de Angola e espera que os empresários sejam capazes de satisfazer as necessidades do consumidor de forma eficiente; realçou, igualmente, a importância da geração de novos empregos, com o propósito de promover o desenvolvimento económico e social. Estima-se, nos próximos quatros, e de acordo com o Programa de Fomento, a criação de cerca de 600 mil postos de trabalho.

. No evento, o ministro frisou, inclusive, estar prevista a criação de pólos de desenvolvimento industrial privados, no âmbito do programa de reindustrialização em curso no País. O Programa de Fomento do Empresariado Nacional prevê a implementação dos pólos industriais privados, ainda em estudo, e exigirá, à semelhança dos de capitais mistos, ter infra-estruturas, como redes de energia, água e estradas.

A preocupação do Executivo com sector empresarial deriva da necessidade de diversificação da economia e da melhoria do nível competitividade interna e externa das empresas, dotando-as, igualmente, de maior capacidade de internacionalização. O Executivo criou, no ano passado, uma Linha de Crédito avaliado em cerca de 300 milhões de dólares, para o financiamento da agricultura, com taxas de juros mais ao encontro das necessidades dos produtores rurais.

Nesta altura, a economia nacional convive com uma quase paralisia das empresas nacionais que apresentam, sistematicamente, resultados! 1egativos e contribuem muito pouco para o aumento do emprego e da produtividade da economia. Estima-se que, este ano, a economia deverá crescer em tomo de 8 porcento, sendo a L1aĺ.oria do crescimento puxado pelo sector não petrolífero; em contrapartida, as contribuições de alguns segmentos de actividade continuam muito aquém das expectativas.

O ministro destacou, igualmente, durante a cerimónia decorrida, terça-feira, 5, em Luanda, o Programa de Fomento Empresarial que propõe dar resposta a alguns constrangimentos com que conV1vem as pequenas e médias empresas nacionais. A realização do fórum advém da necessidade de informar à sociedade e de recolher críticas e contribuições dos parceiros sociais para, consequentemente, serem submetidas à aprovação final pelo Executivo. o evento visou, igualmente, avaliar as causas do baixo nível de sucesso das empresas, os pontos fracos e as ameaças, bem como as medidas políticas e públicas e as estratégias empresariais em prol da economia.

Essa é mais uma iniciativa do Executivo para colmatar os problemas, tanto conjunturais e estruturais, que

afectam a nossa economia que persiste em depender do petróleo e da forte dolarização da economia.

1.6 Pobreza extrema nas ruas da cidade vida cruel

Jornal a capital
de 9 de Abril de 2011

Quatro horas de permanência na portaria da Rádio Despertar, algures em Viana, foi quanto bastou para medir o grau de sofrimento, por que
Passam uma esmagadora maioria dos habitantes de Luanda Foram, a bem ver, quatro horas de duras, nuas e cruas realidades, bem debaixo das barbas dos grandes centros de decisão do país. O que nos foi dado a ver, é o suficiente para anestesiar qualquer um que se confronta com as várias histórias que se contam, e que são verdadeiros dramas de uma mendicidade que fragmenta milhares de lares angolanos.
Manzambi Alberto (ver foto ao lado) padece, aos seis anos de idade, de uma enfermidade no olho direito há já algum tempo. A mãe revelou ter recorrido a vários hospitais do país, em busca de tratamento e cura para o filho, mas o esforço tem-se revelado infrutífero. "Ele nasceu com infecção no olho, pensamos que fosse conjuntivite, fizemos a consulta no Maria Pia, disseram que a vista enxerga e receitaram algumas pomadas" frisou,
Em condições normais, segundo observações médica, deverá crescer mais um pouco, para depois concretizar se a operação. O certo é que, a criança vive momentos difíceis, daí que a mãe procura por apoios que visam a sua evacuação, para o exterior do país.
Em Janeiro último, recorda a mãe, a situação agravou-se consideravelmente. "Fomos à Benguela, mas de nada valeu", afirma agastada. Sete dias depois, o destino foi o centro médico da Igreja Evangélica Baptista em Angola (IEBA), conforme orientação do médico que acompanhava o caso. Resultado? Praticamente nenhum. Ou melhor, "mandaram-nos para a clínica de oftalmologia próximo da Cidadela". "Foi observado, mas o médico disse que tínhamos de fazer algumas análises e mandariam parte de algum tecido retirado da zona afectada, para posterior envio a Alemanha" e só depois dos resultados é que se deveria proceder à operação.
Diante deste vai e vem, restam poucas forças para prosseguir a luta. E, mesmo
com o pouco fôlego, queima os últimos cartuchos. "Apoiem o meu filho, por favor", grita desesperada. "Já fui à TPA, pedir ajuda e quase que não me atenderam", denunciou. Actualmente, vê-se desprovida de dinheiro, para pagar as análises recomendadas. E enquanto aguarda por dias melhores, o quadro mantém-se inalterável. Para ser mais realista tem vindo a piorar. "O olho está sempre a sangrar", concluiu.

Quer ajudar? Estrela Avelino, natural do Nzeto (Zaire), é viúva e reside no bairros dos Mulenvos de baixo, no município de Cacuaco.
vírus selvagem
Agora com 23 anos, foi com tenra idade que Josefina Natoco Mbuta contraiu o vírus da pólio selvagem, que a deixou paralítica, sem poder desfrutar dos benefícios da infância Estuda a sexta classe, numa escola no bairro da Sapú. "A minha escola é distante de casa e o meu irmão tem que me levar às costas, todos os dias, deixando dos seus afazeres", lamentou. Sonha em atingir outros patamares, com os estudos, mas clama por uma cadeira de roda Nada mais! "Estou cansada de dar trabalho ao meu irmão", justificou, para depois revelar que "quando fui ao Centro Ortopédico prometeram dar-me uma cadeira de rodas, só que os enfermeiros disseram que já não havia", pelo que tinham de adquirir fora.

Engrácia Andrade é paralítica e mãe de quatro filhos. Queixa? Vítima de constante burlas. "Sempre vivi na área da BCA. Quando chove, a situação torna-se difícil para mim e as crianças, pois, às vezes ficamos sem comer, porque não me posso movimentar", queixou-se. Mas, o seu maior desejo é que polícia localize um tal de Golungo, que apoda de burlador de terrenos no Bairro Jacinto Tchipa. "Desde 2009 que me burlou dois mil dólares americanos e ainda sumido, que nem a polícia lhe apanha", contou. Por azar dos azares, ela que sobrevive de pequenos negócios, tem sido ainda vítimaa de outras burlas.
Feliciana Maria Gunza Dala, natural do Kuanza-Norte, é uma antiga funcionária do Hospital Militar Central, onde iniciou a trabalhar em 1987. Devido a um processo disciplinar, viu-se forçada a abandonar p hospital em Outubro de 2002' Pertenci aos serviços gerais, mas estava colocada na farmácia. Em 2007 reuniu todos, os processos, com vista ao seu enquadramento na Caixa Social mas foi aqui que a porca torceu o rabo a direcção passou me, uma declaração dirigida ao Instituto Nacional de Segurança Social", onde se pode ler que todas diligências feitas nada surtiram os feitos desejados..
Quando vou ao INSS mandam-me voltar ao hospital, dizendo que os meses em referência são poucos. Posto lá, o jogo é o mesmo : amanhã, amanha, por má fé de alguns colegas, porque o director já havia orientado a resolução definitiva do meu caso", defendeu, solicitando, por isso, a intervenção dos órgãos superiores e afins, para reaver o seu já de si minguado salário.
Mais casos.
Joaquim Meio-dia, de 69 anos de idade, padece de uma trombose nos membros inferiores e diz necessitar de um motociclo de três rodas para locomover-se e ganhar a vida. Vivo na Vidrul e não tenho como ganhar a vida. Apoiem-me, por favor", rogou.
Na mesma condição está o jovem Bento Simão de

Carvalho, órfão, paralítico e chefe de família. "Não tenho como ganhar a vida", afirmou. A mulher, essa, já deu às de vilas Diogo. "Quero apenas uma moto", pediu. Por pouco, Costa Dianga teria sido burlado por um sargento do Exército, enquadrado numa das unidades do Campo Militar do Grafanil. "Em 2008, entreguei dois mil e 500 dólares americanos ao sargento Fernando Ambrósio, mais conhecido por Yobi, para que importasse uma viatura, que eu pagaria os direitos alfandegários" à chagada da mesma. "Já fiz tudo para resgatar o meu dinheiro, mas sem resultado. O pior é que estou a sofrer ameaças de pessoas anónimas, dizendo serem inspectores da Polícia Militar" atestou. Teme, por isso, pela vida.

1.7 Governo de Luanda demitiu-se?

Jornal de Angola do dia
16 de Abril de 2011

As péssimas condições de saneamento da cidade de Luanda nos últimos quatro meses, tempo em que José Maria está à frente dos destinos da província, têm estado a agravar-se, afirmaram ao Semanário Angolense fontes do Governo Provincial, que disseram ter saudades de Francisca do Espírito Santo.
«Por exemplo, nesta época chuvosa, as administrações municipais não possuem meios para proceder à sucção das águas que inundam, particularmente, as zonas suburbanas. O Governo Provincial não fornece meios necessários para evacuar as águas», apontou uma das fontes.
O dinheiro que devia ser cedido às administrações municipais para que pudessem fazer face às consequências das quedas pluviométricas e outros problemas com que as populações se debatem «só circula no interior do Governo Provincial», lamentaram. É o caos total», sublinharam.
«Geralmente, o governador atira as culpas para cima dos administradores pelo estado caótico dos municípios, quando ele não fornece meios para que as administrações possam trabalhar convenientemente», revelaram.
As viaturas distribuídas às administrações municipais, de fabrico chinês, não têm qualidade e estão constantemente avariadas, daí que não garantam o trabalho desejado. Acham, por isso, que o melhor para veículos de marcas tradicionais e mais fiáveis.
Deram a conhecer que uma empresa, denominada Cimel, que havia fornecido, a crédito, carros de sucção de água, vulgo «Sukula», ao município do Cazenga, retirou compulsivamente as viaturas, porque o Governo de Luanda não pagava os meios, cujo valor se cifra em mais de um milhão de dólares.
Os municípios confrontam-se com graves problemas de falta de água e energia eléctrica, estradas esburacadas e muitos outros.
Segundo as nossas fontes, o governador José Maria tem-se gabado de que, se «fosse nomeado administrador do Rangel, por exemplo, daria às crianças um pacote de bolacha € uma lata de leite moça e punha-as a limpar as ruas.» Consideram que isso seria explorar menores e um «governador que se preze empenha-se e resolve os problemas da sua província e fala menos.»
O ex-vice do Kuando Kubango acrescenta que esse seria o seu grande papel como «melhor administrador municipal de Luanda.» O chefe do governo de Luanda, disseram, preocupa-se mais em fazer «operações de charme e oferecer carros a pessoas da sua conveniência em vez de resolver os inúmeros problemas da sua cidade.
Em relação ao lixo, que continua a abundar em Luanda, os nossos interlocutores reiteraram que o Estado paga milhões de dólares para manter limpa a cidade e questionaram : «onde vai parar tanto dinheiro?»

Contrariando uma orientação do Presidente da República no sentido de se descentralizar muitos serviços, o governador provincial centralizou o trabalho de recolha do lixo e os Serviços Comunitária

A Fiscalização é outra área que agora tem gestão centralizada do governador, reunindo o director provincial somente com os chefes de repartição municipais, em que os administradores são excluídos. Como resultado, «a confusão de zungueiras e vendedores ambulantes na cidade aumentou}). Os nossos interlocutores recordaram que, na sua primeira reunião com as operadoras de lixo, realizada em

1.8 Lei do investimento privado passa no parlamento

Jornal de Angola
20 de Abril de 20

A Lei de Investimento Privado foi ontem aprovada pelos deputados com votos apenas do MPLA e abstenções da FNLA e da Nova Democracia. A bancada da UNITA e do PRS votaram contra.
Numa sessão marcada por duas intervenções da UNITA e três do MPLA, além de explicações do ministro das Finanças, a Lei recebeu 159 votos a favor, 20 contra e três abstenções.
O vice-presidente da bancada parlamentar da UNITA, Silvestre Samy, justificou a reprovação do documento com o argumento de que, com o diploma, o Executivo procura acarinhar os que podem investir acima de um milhão de dólares em detrimento da maioria, o que dificulta o empresariado nacional.
Para o deputado da UNITA, a competência que se atribui

à Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP) de decidir sobre investimentos até dez milhões dólares é exagerado, por se tratar de um órgão não político.
A UNITA, segundo o deputado, considera o diploma ontem aprovado uma "Lei milionária". Citou o exemplo de países como África do Sul e Moçambique, para sublinhar que toda a lei tem de estar conforme os verdadeiros anseios dos seus destinatários.
O deputado do MPLA, Salomão Xirimbimbi, lembrou que existem países com programas específicos de investimento para atrair pessoas. com muito dinheiro e que a opção de Angola recaiu no investimento qualificado.
Explicou que a escolha não significa que os valores abaixo de um milhão de dólares não sejam considerados investimentos ou não obtenham, igualmente, incentivos, nos termos da lei.

Lei do Empresariado
Salomão Xirimbimbi realçou que a lei dá tratamento equitativo a angolanos e estrangeiros. Explicou ainda que uma lei própria vai regular o sistema dos incentivos e outras facilidades a conceder pelo Estado aos investidores nacionais, no quadro do fomento do empresariado nacional.
"O Executivo deve regulamentar adequadamente, como esperamos, o que já existe na Lei do Empresariado Nacional", disse, Salomão Xirimbimbi. E acrescentou que "o Executivo deve dizer aos angolanos como é que vão obter benefícios ou isenções nas suas actividades económicas, porque a Lei de Investimento Privado não é a única via para obter benefícios ou incentivos".
A deputada Domingas Damião, também da bancada parlamentar do MPLA, propôs que sejam alargados os prazos estabelecidos na Lei para que agência Nacional de Investimento Privado aprecie e decida sobre os processos. Entende que isso contribui para a redução das simações de indeferimento tácito.

Ministro das Finanças
Em resposta aos deputados, o ministro das Finanças, 'Carlos Alberto Lopes, explicou que a lei impõe um regime qualificado de investimento e não proíbe investimento nacional ou estrangeiro abaixo do valor fixado.
O ministro das Finanças justificou que o investimento. Abaixo de um milhão de dólares não beneficia dos privilégios contidos na Lei de Investimento Privado, mas tem protecção na Lei do Fomento do Empresariado Nacional, já aprovada pela Assembleia Nacional.
Carlos Alberto Lopes lembrou que a Lei do Fomento Empresariado Nacional estabelece a tipologia dos incentivos fiscais, apoios financeiros, técnicos, direitos, além de outros privilégios e garantias patrimoniais especiais ao investidor nacional.
O documento, que se destina exclusivamente ao apoio do cidadão nacional, garante ainda outros apoios, como a criação de Centros de Formação Profissional liderados por associações económicas.
Para o ministro das Finanças, a Lei de Investimento Privado deve ser vista e integrada como um diploma que regula o investimento em Angola, a par da Lei do Fomento do Empresariado Nacional, da Lei de apoio às Pequenas e Médias Empresas.

O ministro afirmou que o país precisa qualificar o investimento e captá-lo para desenvolvimento de grandes projectos em Angola, que se vão traduzir no aumento na criação de postos de trabalhos.
Na aplicação dos incentivos, a Lei do Investimento Privado cria três zonas de investimento e as facilidades variam em função das carências e do impacto do local onde se pretende investir. A zona aonde os incentivos são mais brandos, integra as províncias de Luanda, os municípios sedes das províncias de Benguela, Cabinda, Huíla e o Lobito.

A zona B é integrada pelos restantes municípios das províncias de Benguela, Cabinda e Huíla e as províncias do Bengo, KwanzaNorte, Kwanza-Sul, Malange, Namibe e Uíge. A terceira zona, que é a mais carenciada e onde os incentivos são maiores, é a Zona C, composta pelas províncias do Bié, Cunene, Huambo, Kuando-Kubango, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico e Zaire.

1.9 Nova lei do investimento aprovado pelos deputados

Jornal de Angola
20 de Abril de 2011

A Lei de Investimento Privado foi ontem -aprovada pelos deputados com votos apenas do MPLA e abstenções da FNLA e da Nova Democracia. A bancada da UNITA e do PRS votaram contra. O deputado do MPLA "Salomão Xirimbimbi lembrou que existem países com programas específicos de investimento para atrair projectos qualificados. O ministro das Finanças, Carlos Lopes, explicou que a lei impõe um regime qualificado de investimento e não proíbe investimento nacional ou estrangeiro abaixo do valor fixado. O ministro das Finanças justificou que o investimento abaixo de um -milhão de dólares não beneficia dos privilégios contidos na Lei de Investimento Privado, mas tem protecção, na Lei do Fomento do Empresariado nacional, já aprovada pela Assembleia Nacional

1.10 Segurança social aumenta o número de beneficiários

Jornal de Angola
21 de Abril de 2011

O Plano de Modernização e Desenvolvimento Institucional (PMDI) do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) permitiu, desde a sua criação, em 2004, a melhoria dos serviços consubstanciados no aumento de beneficiários, contribuintes, pensionistas e arrecadação de milhões de dólares.
Na altura da sua criação, o INSS tinha mais de 400 mil beneficiários, 11.718 contribuintes e 22.336 pensionistas. Estes números denunciavam a distância em relação aos objectivos do sistema. O número de contribuintes situava-se abaixo de metade das empresas registadas no Ministério das Finanças.
Dados do INSS revelam que presentemente há 700.594 beneficiários, 26.698 contribuintes e 83.185 pensionistas, o que corresponde a um crescimento na ordem dos 70, 178 e 272 por cento, respectivamente. O director da Comissão Executiva do PMDI, Manuel Moreira, disse, ao Jornal de Angola, que o PMDI é um projecto institucional do Executivo que serviu para levantar a auto estima e mudar a vida das pessoas e dos funcionários do INSS.
"Os pensionistas, contribuintes e segurados sentem que realmente houve mudanças, que a segurança social de hoje não é a mesma de há cinco anos e que o futuro é melhor", afirmou.
A obrigatoriedade dos salários serem pagos pelos bancos e a prova de vida, medidas desenvolvidas a partir de Fevereiro de 2007, contribuium para os resultados actuais.

Pagamento pela banca

O pagamento das pensões pela banca, disse, garantiu que todos os benefícios pagos pelo INSS sejam efectuados por crédito directo na conta corrente do beneficiário.
A prova de vida assegura, prosseguiu, que o pagamento da prestação é feito ao beneficiário que efectivamente deve recebê-la por direito.
Tais medidas, sublinhou, implicaram o bloqueio de mais de 18 mil pensões somente em Setembro de 2009, gerando uma economia mensal para o INSS na ordem de dois milhões de dólares.
"Também a nível financeiro, os resultados obtidos foram positivos, na medida em que entre 2005 e 2009, o INSS teve um crescimento de 134 por cento das receitas, ao considerar a previsão de arrecadação de 62,7 mil milhões de Kwanzas, em 2009", disse.
A elaboração e execução, em 2006, da folha de remunerações, colocada à disposição para utilização directa das empresas através do portal do INSS, veio testar e dotar o Sistema de Segurança Social e potenciar a eficácia do controlo da arrecadação de receitas.
A folha de remunerações permitiu que muitas empresas inscritas na Segurança Social realizassem o cadastro e a manutenção dos registos de salários dos seus trabalhadores, calculando e emitindo uma guia de pagamento de contribuição, para pagamento ao banco.
Manuel Moreira frisou ter havido mudanças, pois antigamente tinham de se levar os recibos de depósitos as agencias de banco de poupança e credito (BPC) para se fazer o pagamento e o deposito a Segurança Social para o respectivo carimbo, coisa que já não acontece, pois tudo se faz pela Internet.
O pagamento dos salários através dos bancos, lembrou, não foi aceite inicialmente, mas hoje os resultados são mais do que evidentes.
Um pagamento em conta bancária, salientou, é de longe mais fiável e transparente do que os processos antigos à boca do cofre ou mesmo o levantamento nos balcões.
A protecção na doença, na invalidez e velhice, os subsídios de maternidade, de aleitamento e na morte, o seguro de desemprego, de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, referiu, são acções do Executivo em favor da população.
Neste sentido, disse, o novo Plano de Qualidade e Sustentabilidade da Segurança Social, que substitui o Plano de Modernização do Instituto Nacional de Segurança Social, reforça, dá formação aos técnicos e continua a persuadir as empresas a fazerem as contribuições dos trabalhadores e das suas famílias.
Silva dos Santos, aposentado, de 65 anos, disse que com a execução do Plano de Modernização, o INSS procura dar alguma segurança na vida financeira, nas relações pessoais, na segurança física e na saúde estável dos beneficiários.
"É preciso reconhecer que o serviço prestado pelo INSS, até há bem pouco tempo deixava muito a desejar, mas com o novo sistema está ser feito um esforço para todos os trabalhadores serem inscritos de maneira fácil e rápida no Instituto, afirmou Silva dos Santos, casado há 40 anos com Anabela dos Santos, pai de seis filhos. "Como aposentado inscrito no INSS, quando doente, exijo que o Estado actue na área da saúde e o novo sistema garante isso a todos os beneficiários
Bernardo António Neto, funcionário numa empresa de construção é registado na Segurança Social, afirmou que a modernização do INSS é uma obrigação do Estado para poder prestar melhore serviço aos contribuintes, pensionistas e segurados. " É necessário que o Governo crie condições de vida para os trabalhadores e para os filho, mulheres em caso de morte, e caso se torne invalido, doente ou apenas velho demais para sustentar uma casa", disse.
Dias da Conceição frisou que o INSS deve apertar o cerco Tis empresas que não depositam as contribuições na Segurança Social.

"Existem empresas que continuam a não depositar as contribuições na Segurança Social, o que só cria constrangimentos futuros aos trabalhadores quando atingirem a idade de reforma", lamentou.

Surgimento da Segurança Social em Angola

A publicação da Lei 18/90, de 27 de Outubro, marcou o início da Segurança Social como sistema fundamentado nos aspectos de gestão, financiamento e, logicaQ1ente, normativo.

Com a independência do país em 1975, o Governo herdou as caixas de previdência social de natureza corporativista que protegiam grupos profissionais, como, entre outros, funcionários dos correios e telecomunicações, ferroviários, das alfândegas. Além disso, herdou as instituições de natureza mutualista, que estavam abertas a toda a população.

As instituições que existiam na altura da independência do país eram as caixas de previdência do pessoal dos Caminho-de-ferro de Benguela, de auxílio dos empregados dos Correios e Telecomunicações, de pensões e aposentação do pessoal das Alfândegas e dos funcionários da Câmara Municipal de Luanda, os cofres de previdência dos funcionários públicos de Angola e do pessoal da Polícia Nacional, os Montepios Geral de Angola e Ferroviário de Angola e a Mutualidade de Angola.

A maior parte destas instituições praticavam as modalidades de pensão de reforma, de sobrevivência e de subsídio por nome.

Após a independência, o Executivo foi orientado para institucionalizar uma politica Nacional de Segurança Social. Foram feito estudos durante dez anos, enquanto, de forma esporádica, se tornaram medidas para alargar o âmbito do pessoal da Segurança Social (trabalhadores por conta de outrem e funcionários públicos), assim como a protecção material, tendo em conta, por. um lado, a orientação socioeconómica do país, e por outro, a obediência à norma mínima de segurança social, aprovada pela convenção número 102 de 1952.

Alguma legislação avulsa com matérias relacionadas, fundamentalmente, com a legislação laboral, pelo seu cariz deram origem a prestações de segurança social, isto a partir de 19 :78, conforme os decretos números 130/78, de 9 de Dezembro, que generaliza o direito à licença de maternidade a todas as mulheres trabalhadoras, o 132/78, que na alínea J) do seu artigo segundo mantém em vigor os subsídios por morte e funeral, e o 146/78 que uniformiza e generaliza o montante do abono de família a todos os trabalhadores por contra de outrem.

A institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Social, seguida da devida regulamentação, tendo em conta ao disposto no seu artigo 86, estabeleceu a progressividade do Sistema. Foram respeitados os princípios gerais e universais que norteiam o Sistema de Segurança Social, designadamente, a universalidade, igualdade, eficácia, solidariedade e participação.

Em harmonia com os princípios do sistema, o artigo 4 da Lei 18/90, que estabeleceu o campo de aplicação pessoal da segurança social, protegendo todos os trabalhadores assalariados e por conta própria, protegeu também aqueles que deixaram de trabalhar.

Sistema de Protecção Social de Angola

O sistema de protecção social de Angola é construído por protecção social básico, obrigatória e complementar.

A protecção básica está sob a tutela do Estado é financiado pela via dos impostos. Está organizado por grandes objectivos, de acordo com programas anuais e plurianuais, pelos organismos responsáveis pela materialização e destina-se a promover a auto-suficiência dos cidadãos e seus familiares.

Os seus principais fundamentos e objectivos consistem na solidariedade nacional, no bem-estar da população em geral, através da redução progressiva das desigualdades sociais e assimetrias regionais, acções de protecção social e garantia dos níveis mínimos de subsistência e dignidade a grupos mais vulneráveis da sociedade.

Esta protecção de base é de âmbito pessoal e abrange a população residente que se encontre em situação de falta ou diminuição dos meios de subsistência e que não possa assumir, na totalidade, a sua própria protecção.

A protecção social obrigatória é gerida pelo Instituto Nacional de Segurança Social e financiada, fundamentalmente, pelas contribuições dos trabalhadores. Destina-se a dar protecção aos trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem e suas famílias, em situações de falta ou diminuição da capacidade de trabalho, maternidade, acidente de trabalho e doenças profissionais, desemprego, velhice e morte, bem como nas situações de agravamento dos encargos familiares.

No âmbito da protecção social obrigatória, os funcionários públicos são protegidos por regime próprio. Enquanto não for estabelecida a necessária regulamentação específica, estão transitoriamente abrangidos pelo regime dos trabalhadores por conta própria ou por conta de outrem, sem prejuízos do sistema de segurança social das Forças Armadas Angolanas.

A Protecção'social complementar é promovida e administrada por entidades gestoras de fundos de pensões, por companhias de seguro ou por associações mutualistas. Tem carácter facultativo, apoia-se na lógica do seguro e destina-se a reforçar a cobertura oferecida pelos regimes integrados de protecção social obrigatória.

A autorização e constituição dos fundos de pensões e das sociedades gestoras no âmbito da protecção social complementar é da responsabilidade do Ministério das Finanças, ouvido o Ministério responsável pela área de protecção social obrigatória.

1.11 Angola na rota dos objectivos do Milénio

Jornal O PAIS
22 de Abril de 2011

Um relatório conjunto do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional relativo a 2011 indica que Angola cumprirá boa parte dos Objectivos do Milénio, mas a indisponibilidade de dados prejudica claramente o desempenho nacional

Angola acerca-se do cumprimento de boa parte dos Objectivos do Milénio e é mesmo o único país que atinge o objectivo respeitante à dotação em saneamento básico, de acordo com o relatório de monitorização do desenvolvimento dos Objectivos do Milénio respeitante a 2011 da responsabilidade conjunta do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O nosso país regista os seus melhores desempenhos nos capítulos da mortalidade infantil e materna, do acesso à água potável e do saneamento básico.
Embora, de acordo com a base de dados do BM, Angola se encontre ainda muito mal posicionada quanto à mortalidade infantil, com um número igual ou superior a 100 falecimentos em cada mil crianças com menos de 5 anos, apresenta-se contudo perto da meta traçada para o milénio - redução em dois terços da taxa de mortalidade infantil em crianças de idade inferior a 5 anos.
Angola também apresenta ainda uma taxa elevada de mortalidade materna (inserindo-se entre os países em que a mortalidade materna é igual ou superior a 500 óbitos por cada 100 mil partos) mas é vista como um dos países que mais se aproximam dos objectivos do milénio - redução em três quartos, entre 1990 e 2015, da taxa de mortalidade materna.
Actualmente, refere o documento, mais de 50% da população angolana não tem acesso a água potável, sendo que, no entanto; Angola estará perto de cumprir o objectivo traçado para este item.
Quanto ao saneamento básico, o relatório refere que Angola se inclui entre os países em que entre 30% a 49% a ele não têm acesso. Refira-se que, no contexto da África subsaariana, apenas a África do Sul se apresenta em melhor situação. Todavia, Angola, de acordo com o relatório, será o único país da região a cumprir os objectivos traçados para este item em 2015, superando, inclusive, a própria África do Sul.

Já quanto à disparidade de género nos diferentes graus de ensino Angola não apresenta uma situação favorável. No ensino primário (privado e público) a presença feminina ainda está longe de se equivaler à masculina (situamo-nos entre os países em que apenas 80% a 89,96% do total de alunos é do género feminino) e também se apresenta distante da meta fixada neste aspecto eliminar a discriminação quanto ao género na educação primária preferencialmente até 2005 e em todos os níveis de ensino até 2015.

Indisponibilidade de dados prejudica desempenho nacional
Mas Angola é fortemente prejudicada na avaliação do seu desempenho por não existir, de acordo com o BM, informação disponível acerca de alguns indicadores importantes. Assim acontece quanto à percentagem de crianças que completam a instrução primária, bem como em relação às que estarão, em 2015, em condições de completar o ensino primário.
Esta indisponibilidade de dados reflecte-se fortemente na avaliação do nível de pobreza. Ora, segundo o relatório, Angola ainda se inclui entre os países em que mais de metade da população vive com menos de USD 1,25 por dia. Aliás, na África subsaariana poucos países escapam actualmente a esta condição (Mauritânia, Senegal, Gana, Benin, Etiópia, Quénia, Gabão e África do Sul). Ora, o relatório não refere qualquer evolução relativamente à situação descrita referindo apenas a indisponibilidade
de dados. A avaliar pelo comportamento de outros indicadores, não só os referidos como outros que constam do relatório, com realce para o crescimento do produto interno, é provável que a situação se tenha alterado, não havendo contudo possibilidade de o relatório conjunto do banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional reflectir qualquer evolução.

África, a região mais pobre
No seu conjunto, a África subsaariana apresenta-se como a região do mundo que fará menos progressos em relação aos objectivos do milénio (que têm, como se sabe, como horizonte 2015) no que respeita à redução do nível de pobreza. Embora a região reduza a percentagem da sua população cujo rendimento diário é inferior a USO 1,25, a sua posição relativa piora em termos globais, estimando-se que passe a ser, em 2015, a região com a, maior percentagem de população com um rendimento diário abaixo dos USO 1,25. Com efeito, na África subsaariana, em 1990,57,6% da população apresentava um rendimento diário inferior a USO 1,25, prevendo-se que, em 2015, ainda 35,8% da respectiva população se encontre naquela situação. Em termos absolutos, o número de pobres aumentará na África sub-

saariana em relação a 1990, o que se prende com o crescimento populacional. Assim, se em 1990 o número de habitantes da África subsaariana com um rendimento inferior a USO 1,25 era de 295,7 milhões, estima-se que, em 2015, venha a atingir os 344,7 milhões. Pelo contrário, a China, que apresentava, em 1990, o pior desempenho mundial no que respeita à percentagem de pobres no conjunto da população (60,2%), vem registando um excelente desempenho, estimando-se que se situe, em 2015, num nível de pobreza idêntico (4,8% da população) ao dos países da América Latina e Caraíbas (4,7%). No Sul da Ásia e na Índia 22,4% da população ainda auferirá, em 2015, um rendimento diário inferior a USO 1,25.

No entanto, refere o relatório, a evolução da África subsaariana aponta para "resultados encorajadores" no que respeita à pobreza extrema, fome, discriminação quanto ao género na instrução primária e acesso a água potável. Já os objectivos fixados quanto à mortalidade infantil e materna, acesso a saneamento e à educação primária requerem esforços suplementares, assinala o documento. Dois terços dos países em desenvolvimento encontram -se no bom caminho para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, refere o relatório, apesar de, como se assinala na introdução subscrita por Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial e Dominique Strauss-Kahn, director-geral do FMI, "nos confrontarmos este ano com mudanças históricas - desde catástrofes naturais, à alta nos preços dos alimentos e do petróleo e a profundas mudanças no Médio Oriente"".

De acordo com o documento, o mundo mantém-se numa rota susceptível de "reduzir para metade o
Número de pessoas que vivem em extrema pobreza". O documento aponta para que, em 2015, 882,7 milhões de pessoas vivam com menos de USD 1,25 diariamente, bastante menos que os 1,4 mil milhões de habitantes do planeta que, em 2005, viviam com aquele nível de rendimentos.

No início da década de 90 do século passado 1,8 mil milhões de pessoas vivia diariamente com menos de USD 1,25. Sublinhe-se que estes progressos reflectem, em larga medida o rápido crescimento experimentados pela China e pela Índia enquanto muitos países africanos ficaram para trás : 17 países ainda se encontram longe de erradicar a extrema pobreza, mesmo que os objectivos globais venham a ser atingidos.

1.12 Trabalho e metas a atingir até 2012

Jornal de Angola
27 de Abril de 2011

O partido no poder, o MPLA, está seriamente empenhado em cumprir o seu programa eleitoral, para a concretização dos objectivos que traçou e que se traduzem na melhoria das condições de vida das populações. São inúmeros os desafios que o partido maioritário tem de enfrentar, tal é a complexidade dos problemas por resolver. Mas a complexidade dos problemas não tem feito recuar os governantes angolanos que estão decididos a ir por diante para cumprir o que foi prometido ao eleitorado nas eleições legislativas de 2008.

Governar não é tarefa fácil, sobretudo nas circunstâncias actuais de Angola em que há quase tudo por fazer. Quando os problemas são inúmeros, é necessário fazer opções, estabelecer prioridades.

E uma das prioridades dos nossos governantes foi, por exemplo, realizar obras ao nível das infra -estruturas, que permitissem criar condições de sustentabilidade para o crescimento e o desenvolvimento do país.

Não há dúvidas de que o país mudou muito, para melhor, desde o fim da guerra em 2002. E se o país mudou para melhor, isso deveu-se à acção governativa de quem está no poder. O que até aqui foi feito no país ao nível sobretudo de infra-estruturas é deveras notável e dá-nos garantias de que temos já alguma base para edificarmos outros empreendimentos de grande impacto social e económico.

Um país não se constrói num ou em dois dias. E um país como o nosso que foi assolado por um longo conflito armado tem naturalmente maiores dificuldades para superar uma série de problemas. Temos problemas de natureza diversa e quase todos eles requerem resolução imediata. O importante é não recuar perante as adversidades. Há em Angola homens, sabedoria e inteligência para contornarmos os problemas.

O MPLA, habituado a situações adversas, saberá corresponder à confiança que o povo nele depositou nas umas nas eleições legislativas de 2008. O eleitorado, ao colocar o MPLA no poder em 2008, dando-lhe maioria absoluta, quis viabilizar a construção de um país com paz, justiça e progresso, e em que todos possam viver em verdadeira harmonia.

Eleitorado escolheu em 2008 para governar o país o partido que reunia as melhores condições para levar Angola a conseguir índices de crescimento e desenvolvimento que conduzissem os angolanos a uma boa qualidade de vida.

O país está a ser todo ele reconstruído. Trata-se de uma gigantesca tarefa, que tem exigido de todos os angolanos, governantes e governados, múltiplos e árduos esforços. De Cabinda ao Cunene, homens e mulheres, têm dado o máximo de si para edificar um país em que todos nós possamos viver com dignidade.

O partido maioritário está atento aos grandes problemas da Nação e está preparado para ultrapassá-los, a fim de, como disse o secretário para Informação do MPLA, Rui Falcão, ficar até 20 12 mais próximo das metas indicadas pelo seu programa de Governo apresentado nas últimas eleições legislativas. "Pretendemos até 2012 atingir ou

pelo menos ficar o mais perto possível das metas que havíamos indicado", disse Rui Falcão, em entrevista ao programa "Manhã Informativa", da Rádio Nacional de Angola.

1.13 Crescimento económico e desigualdades sociais

Jornal Folha 8
30 de Abril de 2011

O desenvolvimento de um país não é e não deve ser uma consequência inelutável da economia. Em vez de esperar pelo "futuro melhor", a melhor forma de o prever é : construí-lo, criá-lo e desenhá-lo, perspectivando sempre a diminuição de desigualdades sociais"

O conceito crescimento económico desponta em 1776, com a publicação de "A Riqueza das Nações", de Adam Smith, obra em que o autor estuda a formação da riqueza de uma nação, raciocinando sobre o funcionamento dos mercados e a relação da expansão dos mesmos para ganhos de escala de produção, onde os custos médios seriam reduzidos e permitiriam gerar lucros. O crescimento económico é tido, então, por AdamSmith, como uma das principais condições para o alcance do desenvolvimento. Baseando-se em evidências experimentais, há consenso generalizado sobre facto de o crescimento económico ser uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objectivo em si mesmo) para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz, e menos desigualdade sociais. Nos últimos 15 anos, Moçambique atingiu a estabilidade macroeconómica e experimentou um crescimento económico notável. A taxa de crescimento do PIB real no período de 1995 a 2010 foi a segunda mais alta entre os países sub-saharianos não exportadores de petróleo. O acesso aos serviços públicos aumentou substancialmente e certos indicadores sociais melhoraram significativamente, especialmente nas áreas de educação e saúde. Houve também investimentos importantes em infra-estruturas, bem como reformas legais e institucionais. Porém, os resultados do último inquérito sobre as condições de vida da população sugerem uma estagnação na redução da pobreza e a criação de empregos ficou abaixo das expectativas.

Infelizmente, ao contrário de outros casos de sucesso, o arranque do crescimento económico não foi acompanhado de uma significativa diversificação económica ou exportadora, pelo que a base de exportações se tornou mais concentrada. Outro facto de interesse são os dados constantes do relatório "Pobreza e Bem-Estar em Moçambique (3" Avaliação Nacional)" no que diz respeito à estagnação na redução da pobreza e desigualdades sociais em consequência disso, levanta-se uma questão que, nesta fase, tem tanto de óbvia quanto de obrigatória : por que o propalado crescimento económico notável denota exclusão em vez de inclusão? Pois, entende-se que o crescimento inclusivo é aquele que é sustentado por bases alargadas e que se estendem a diversos sectores económicos e cria oportunidades de emprego produtivo para a maioria da população do país. Apesar dos altos índices de crescimento alcançados nos últimos 15 anos, o problema da pobreza persiste e mostra-se visível na contemporaneidade, gerando uma conclusão lógica de que o crescimento da desigualdade social é uma consequência inevitável do processo de desenvolvimento económico adoptado pelo Governo. Em face deste cenário, urge identificar e implementar estratégias e políticas que privilegiem a geração de emprego e reduzir a pobreza, através do crescimento económico acelerado e sustentado de forma inclusiva. Há necessidade de uma transformação estrutural da economia moçambicana com o objectivo primário de fomentar uma base exportadora competitiva, diversificada e produtiva que terá fundamentos necessários e suficientes para servir de impulso para o aumento da produção e produtividade dos sectores intensivos em mão-de-obra, particularmente no sector da agricultura.

O principal meio para a redução das desigualdades sociais é a política económica de corte keynesiano e a promoção da equidade social, entendida como igualdade de oportunidades. As políticas sociais são medidas necessárias, mas, na situação actual, mostra-se insuficiente para minorar o quadro distributivo da economia nacional. De acordo com dados oficias do Ministério das Finanças, o sector de acção social teve uma dotação orçamental de 917 milhões (peso de 1% no Orçamento do Estado referente ao ano de 2009) e de 829 milhões (peso de 0,7% no Orçamento do Estado referente ao ano de 2010), valores ilusórios tendo em consideração a magnitude e dimensão das desigualdades sociais existentes, de onde se destacam 11.8 milhões habitantes que viviam abaixo da linha da pobreza em 2008/09, de acordo com o relatório "Pobreza e Bem-Estar em Moçambique (3." Avaliação Nacional)".

Os dados das três avaliações nacionais (1.0 Inquérito aos Agregados Familiares - 1996/97, publicado em finais de 1998; 2.0 - 2002/03, publicado em Março de 2004; 3.0 - 2008/09, publicado em Setembro de 2010), referem que todas as mudanças merecem atenção e demonstram que a pobreza está a piorar em algumas áreas do país, sendo que nelas deve incidir atenção e intervenção prioritárias futuras por parte do Governo. Entre a L" e 2." Avaliação, apenas em Cabo Delgado, Maputo província e cidade de Maputo a pobreza piorou. No entanto, tais aumentos foram revertidos no período seguinte, entre a 2." e 3." avaliação, de forma significativa em Cabo Delgado e cidade de Maputo, mas muito ligeiramente na província de Maputo. Todavia, a 3." Avaliação revela um panorama nada animador. Várias províncias apre-

sentam sinais de retrocesso, entre 2003 e 2009, resultando no aumento da incidência da pobreza nacional e rural, nomeadamente na Zambézia, Manica, Sofala, Gaza e Nampula. O Governo desvaloriza este aumento, apoiando-se no argumento técnico da sua insignificância estatística, sem, no entanto, apresentar evidências sobre tal insignificância.
Não há acasos e nesse caso é útil o velho ditado que diz "quando a maré sobe, todos os barcos devem subir junto". O desenvolvimento de um país não é e não deve ser uma consequência inelutável da economia. Em vez de esperar pelo "futuro melhor", a melhor forma de o prever é : construí-lo, criá-lo e desenhá-lo, perspectivando sempre a diminuição de desigualdades sociais.
Três factores podem aumentar ou diminuir a dimensão da pobreza, sua profundidade e as desigualdades sociais : o nível das desigualdades económicas, a taxa de crescimento do PIB, o aumento ou a redução das desigualdades económicas. Esses três factores caracterizam o que se tem chamado "triângulo da pobreza". Para uma dada taxa de crescimento e" uma estabilidade da divisão dos rendimentos, quanto mais elevado é o nível das desigualdades sociais, mais fica difícil reduzir a pobreza. Na realidade, quanto mais as desigualdades sociais são elevadas, maior é a distância entre o rendimento médio dos pobres e a linha da pobreza, portanto, mais longo fica o caminho para atingir e ultrapassar essa linha e diminuir, então, a taxa de pobreza. Por outro lado, quanto mais a taxa de crescimento é elevada e regular, se todos os outros aspectos estiverem iguais (nível de desigualdades estável), mais a dimensão e a profundidade da pobreza diminuem. Quanto mais as desigualdades diminuem, se todos os outros aspectos estiverem iguais, mais a distância entre o rendimento médio dos pobres e a linha da pobreza tende a diminuir, e vice-versa.
Que haja clareza de que a intervenção do Estado na economia não pode e não deve ser entendida como uma intromissão indevida do sector público na iniciativa privada, pois a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte, não no sentido de produzir bens e serviços directamente a partir de empresas estatais, mas actuando como uma entidade reguladora das actividades económicas.

1.14 As ameaças em nome do rico

Folha 8
30 de Abril de 2011

Durante a semana fui invadido por um vírus de ataques ameaçadores o meu correio electrónico, n o telefone e escritório, por parte de bajuladores, que se colocavam como se fossem ou, talvez sejam mesmo, auxiliares do Presidente da República.
Em todas as ocasiões o tom era de : "ou paras ou morres". "Está se falar de mais sobre o camarada presidente.""Já estás a abusar muito! Isso é falta de respeito, seu lacaio da Se és americano então vai para os Estados Unidos viver para lá e deixa-nos em pai. Se não parares ainda te fazemos a cama". "Nós vamos te matar e quando os americanos chegarem já serás mercadoria". "Se não queres viver onde há corrupção, então vai para o teu novo país, ao lado de Bush e Obama".
"Tens inveja porque não és dirigente".
Pesem estas ameaças, eu não vou desistir de lutar e resistir contra quem, para continuar a sugar as riquezas do país, tem as mãos manchadas de sangue dos milhões de angolanos assassinados em série, nomeadamente depois do 27 de Maio de 1977.
Mas, também, não vou desistir, mesmo que isso me custe a vida, por acreditar ANGOLA E OS ANGOLANOS não são propriedade de nenhum dirigente.
Este torrão de terra, com as suas especificidades e multiplicidades étnicas, é um legado dos nossos ancestrais e de Deus.
Por esta razão todas estas baboseiras e impropérios que me são lançados já não me surpreendem, por serem banais em regimes totalitários transvertidos em democratas, onde "sempre tem pau para «porca» obra".
E se um dia, numa esquina, uma bala assassina me dilacerar o corpo, não poderá haver dúvidas sobre a sua proveniência, pois o hábito faz o monge.
Infelizmente, Angola, no alvor do século XXI, dirigida por Nguxito, não é uma referência de democracia, pese textualização na "Jesiana Constituição".
Vivemos sob a bota de uma PARTIDOCRACIA, dirigida por um homem e um partido que definem as regras do jogo, manietando, privatizando, a seu bel-prazer, as instituições do Estado e aterrorizando, prendendo e assassinando os cidadãos inocentes, sempre que reclamam por

LIBERDADE E DEMOCRACIA.
Nos marcos da lei, estando o direito à resistência, ainda que timidamente, consagrado no art. o 74.0 da CRA (Constituição da República de Angola), não deixarei de o avocar, nesta vigência partidocrata e ditatorial, pelo amor a Angola, que quero ver transformada em Pátria e numa portentosa Nação de todos, sem qualquer tipo de discriminação.
Se me querem calar e amedrontar, por criticar a má gestão, a corrupção institucional, o enriquecimento ilícito, as arbitrariedades de alguns dirigentes, que se diziam proletários, mas são milionários dos cofres públicos, podem tirar o cavalinho da chuva. Não me calarei até a morte.
Adiante.

Actualmente a situação é muito critica, está à beira duma explosão social em função das políticas erradas

e discriminatórias do executivo. O desemprego é galopante, os reformados estão abandonados e, mais grave, os antigos homens das guerras, ontem inimigos viscerais, de tão mal desmobilizados e sem subsídios. Condignos, uniram-se no sofrimento e resistência, caminhando com revolta incubada nos corações. Este caminhar em sentido contrário à paz é tão perigoso, como o descavilhar duma granada.

Os heróis militares de ontem, defensores de ideologias difusas dos vários contendores, ~ ião hoje um farrapo triste, atirados à sua como exército de pedintes nas calçadas das cidades e nos semáforos, agastados a ingratidão governamental e a ostentação, dos seus dirigentes.

Homens assim, engrossam facilmente a multidão da contestação e apenas aguardam melhor momento para o virar de costas ao regime, principalmente, por em casa, assistirem impávidos e serenos os filhos trilharem os carreiros da delinquência e as filhas os dia prostituição, por não terem como os sustentar.

A política de Nguxito, no domínio da Educação é avassaladora para os pobres e mesmo o público só lhe resta a designação, Porque na falta de dinheiro dos pais para a Calmamente gasosa, os "pobres criados pelo regi me, desde 1975", correm o risco de ver os filhos passarem ao largo do ensino.

Quanto à saúde, o quadro é pior, o pobre morre se não tiver no exterior de uma unidade hospitalar pública ou um parente para ir comprar um simples comprimido agulha para apanhar uma injecção receitada pelo médico, por ruptura quase permanente de stock.

Um grande número de jovens, com capacidade de estudar e ou trabalhar, para não engrossarem a delinquência., \tornaram-se, fruto das más políticas económicas vendedores ambulantes, mas são confrontados diariamente com os agentes da Polícia Fiscalização, que lhes rouba a mercadoria, prendem e matam. Igualmente o fazem com as mulheres zungueiras, que preferem vender para alimentar os filhos e os maridos desempregado a terem de se prostituir, mas ainda assim invés de receberem solidariedade, são roubadas, pelos fiscais e resistem, são prontamente assassinadas como se fossem galinhas.

No domínio da Justiça, os op05Íto1res e mucos não beneficiam da sua imparcialidade, mas da parcialidade partidocrata a maioria da população não vive na pobre mas na miséria extrema, porquanto o tem compaixão em partir as casas e os terrenos dos pobres para dar aos ricos. O presidente da República é responsável pelo desaparecimento de muitas das línguas mas, ao impor a todos angolanos uma língua E! Estrangeira, o português, quando bem poderia Imitar Nelson Mandela na África do Sul que a par da língua colonial colocou em pé de igualdade as línguas sul-africanas. Hoje menos angolanos falam a sua língua materna por imposição do regime.

Igualmente, Angola é dos poucos, melhor, dos raros países que se diz democrata onde se cultiva o culto da personalidade do seu presidente e do partido no poder, nos símbolos do Estado, como dinheiro, bilhete de identidade, passaporte e mesmo nas cores do MPLA, no que deveria ser o maior símbolo nacional : a bandeira, que assim não é orgulho de todos os angolanos, mas dos angolanos do partido no poder. Como se pode constatar, estas não são situações criadas pelo colonialismo, mas pelo regime de Nguxito dos Santos.

Ademais quando o regime fala de reconciliação não passa de uma política de INTEGRAÇAO E CLEMENCIA, que subjuga e humilha os adversários políticos ou m1 :icos internos, colocando-os numa condição de quase pedintes que têm de subjugar aos caprichos do mais forte táctica pior do que a politica de ASSIMILAÇAO, adoptada por Salazar, no período colonial que impunha que aqueles que quisessem singrar na administração tivessem de deixar de falar a sua língua materna, não a ensinar aos filhos e apenas comerem pirão (funje) uma vez por semana. Hoje não é difícil ver quantos complexados seguem a máxima de Salazar, como o principal prato angolano apenas aos sábados.

Por todas estas situações, passei a considerar perniciosas as políticas discriminatórias de Nguxito dos Santos, aliando-me aos intelectuais e jornalistas, ainda em minoria, mas conscientes, que se batem contra o MURO DA BAJULAÇAO dos "yes man", reivindicando uma verdadeira liberdade de imprensa e liberdade de expressão, maior justiça, melhor distribuição da riqueza angolana, fim da corrupção e uma verdadeira democracia.

Hoje, infelizmente, temos noção de a realidade andar em sentido contrário ao legislado. Remamos contra a maré, logo sujeitos às garras assassinas de quem, como disse Maquiavel

Tito Marcolino & Isabel Tavares

Não quer largar o poder, quando "os fins justificam os meios". Mas todos estes algozes, no pedestal da sua ignorância bajuladora, apenas cumprem ordens superiores, como auxiliares, logo, indicam estar a responsabilidade final dos crimes cometidos, no destinatário dos números 1 e 2 do art. o 108.0 da Constituição JESIANA.

O problema de Angola, das suas guerras, do desencanto da política de reconciliação e da actual democracia, tenho repetido bastas vezes, por conta e risco, não está no programa do MPLA, mas na adulteração dos seus prinópios reitores, por parte de quem esteve e está no seu leme.

Agostinho Neto, médico e intelectual, convidado a ser o segundo presidente deste Movimento, foi o maior precursor das divergências no seio da massa guerril-f1eira e dirigente. Desconseguiu até à morte, gizar uma pobtica de unidade interna, devido ao seu complexo de superioridade.

Atrelado a um exército de bajuladores, apoiou o seu consulado na arrogância e prepotência, originando os momentos mais macabros de eliminação interna dos seus camaradas e adversários políticos, provocando com isso o surgimento da Revolta Activa, da Rebelião da Jibóia, da Revolta do Leste, do 27 de Maio de 1977. Neto nunca conseguiu, nem no imaginário a unidade no seio do MPLA, pela única razão de ser um homem apegado ao poder e distante dos postulados da democracia. Quando, em 1979, se lf1e substituiu, José Eduardo dos Santos, muitos auguravam uma postura distinta do novo líder. Enganaram-se. Enganamo-nos.
O diferencial da mudança, assentou apenas na juventude, porque em tudo o resto a procissão seguiu e segue o mesmo trilf1o.
O actual líder do MPLA não tem sido capaz de reconciliar com todos quanto internamente, pensam diferentemente e tenham uma outra visão sobre a política a seguir. Quando se manifestam são lançados ao deserto, como Alexandre Rodrigues Kito, Lopo do Nascimento, Marcolino Moco, João Lourenço, Roberto de Almeida, Fernando Miala e tantos outros, que apenas podem emergir, se aceitarem adoptar o culto de personalidade ao chefe, numa clara adopção do que disse Maquiavel : "Assim, um príncipe sábio pensará em como manter todos os seus cidadãos, e em todas as circunstâncias, dependentes do Estado e dele; e aí eles serão sempre confiáveis".
Salvo seja eu ainda acredito, pelos exemplos que o mundo nos está a dar, a inversão de muitos dos bajuladores, tendo em atenção uma outra máxima maquiavélica; "em política, os aliados de hoje são os inimigos de amanhã".

1.17 Salários mínimos aumentam entre oito e 52 por cento

Folha 8 do dia
30 de Abril de 2011

O conselho de Ministros de Moçambique aprovou aumentos dos salários mínimos sectoriais, que variam entre oito e 52 por cento.
Segundo a ministra do Trabalho de Moçambique, Helena Taipo, o maior aumento do salário mínimo para 2011 coube ao sector das Actividades Económicas, na ordem de 52 por cento, passando de 3.500 meticais (76 euros) para 5.320 meticais (116 euros).
A mais baixa percentagem do reajuste salarial foi para a Função Pública : oito por cento, equivalente a um novo salário mínimo de 2.270 meticais (49,50 euros).
Segundo a tabela aprovada pelo Executivo de Maputo, o novo salário mínimo para os sectores de agricultura, pecuária e silvicultura sobe 19,3 por cento, para 2.005 Meticais (44 euros).
Para o subsector açucareiro, o salário teve um acréscimo de 21 por cento, passando para 2.075 meticais (45 euros), contra os anteriores 1.712 meticais (37 euros).
Tal como na agricultura, o sector de pescas conta com dois salários mínimos, sendo um aplicável às áreas da pesca industrial e semi-industrial, cujo reajuste foi de 12,5 por cento, e outro o subsector de pesca da kapenta, que teve um aumento na ordem de 10 por cento, passando para 2.300 meticais (50 euros).
O salário mínimo no sector da indústria de extracção de minerais está fixado em 2.890 meticais (63 euros), o equivalente a uma subida de 20,4 por cento. Para a indústria transformadora, o novo salário está fixado em 3.100 meticais (67,6 euros), contra os anteriores 2.500 meticais (54,5 euros), um reajuste de 24 por cento, enquanto o subsector de panificação teve um acréscimo de 14 por cento. O salário para o sector de Produção, distribuição de Electricidade, Gás e Agua foi dividido em duas componentes : uma aplicável às Pequenas e Médias Empresas, fixado em 3.222 meticais, o equivalente a 70 euros - 21 por cento e outra às grandes empresas, fixado em 3.116 meti cais, o correspondente a 68 euros - 17 por cento.
O ramo de Construção, cujo salário mínimo passa para 2.779 meticais (60,5 euros) conheceu um aumento de nove por cento, contra os actuais 2.550 meticais (55,6 euros). Os novos salários entram em vigor este mês.

José Maria não convidou os administradores municipais, mas posteriormente, tendo-se sentido pressionado, chamou novamente as operadoras, incluindo a Elisal e os administradores.
Nesse encontro interveio primeiramente o governador, a seguir a Elisal e aquele fez o encerramento, sem que os edis tivessem direito à palavra. No final, o governador advertiu que quando fosse visitar os municípios queria vê-los limpos. Os administradores, entretanto, não conhecem o teor dos contratos com as operadoras.
José Maria dos Santos tem a pretensão de rescindir os contratos que encontrou a fim de assinar outros com novas operadoras de lixo, que os administradores desconhecem, estando ainda tentado a apoderarse dos parques públicos e jardins. Para tal, ordenou já que fossem rescindidos os contratos com aqueles que exploram tais espaços.

As administrações recebem anualmente um orçamento de somente 288 milhões de Kwanzas cada, que consideram «uma gota no oceano, destinados ao combate à pobreza, enquanto o GPL é contemplado com mais de 300 milhões de dólares/ano.
As reuniões das segundas-feiras só têm servido para José Maria ameaçar os administradores municipais com exoneração.

Para as nossas fontes, a ex-governadora Francisca do Espírito também não era um grande exemplo, mas deixava os administradores trabalhar. «José Maria trabalha nem deixa os outros trabalharem}), queixaram-se. «Apesar dos pesares, às vezes sentimos saudades dela}), expressaram.

Tentámos contactar o governador provincial, mas, como sempre, deram-nos um verdadeiro «baile}). Pelo andar da carruagem, a impressão que se tem é que o Governo Provincial de Luanda se demitiu das suas obrigações.

2 MICROFINAÇAS

2.1 Crédito chega às famílias vulneráveis

Jornal de Angola
4 de Abril de 2011

O Banco de Poupança e Crédito tem três linhas de micro-crédito na província do Huambo, o "crédito jovem", "bancos comunitários" e "crédito de campanha". Jovens que pretendem criar o seu próprio emprego e camponeses são os mais beneficiados.
O gerente do BPC no Huambo, José Artiaga, disse à nossa reportagem que existem na província 54 "bancos comunitários" distribuídos pelos municípios do Huambo, Bailundo, Caála, Longonjo e Londuimbali.
Os "bancos comunitários" financiam pequenos projectos : "para este sector foram disponibilizados valores acima dos dois milhões de dólares que beneficiaram mais de 1600 famílias", informou José Artiaga. "Relativamente ao Crédito de Campanha já conseguimos valores para as cooperativas, grupos associados e camponeses individuais, oito milhões de dólares. Este produto financeiro está repartido entre os municípios do Huambo Caála, Ekunha, Longonjo e Cachihungo".
José Artiaga referiu que o "Crédito de Campanha" foi lany ado em Setembro do ano passado e já beneficiou mais de 12 mil famílias. Cada beneficiário tem um período de dez meses para a amortização do crédito.
José Artiaga disse que o projecto de concepção de micro créditos é um processo contínuo, que visa dar cumprimento à orientação do Executivo no combate à fome e à pobreza, em parceria com os bancos. O BPC, na atribuição de crédito, conta com o apoio técnico da organização não governamental "Word Vision". O presidente da comissão executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, assegurou no Huambo que a sua instituição bancária vai continuar a contribuir para a recuperação e reconstrução do país, em particular da província do Huambo.
Coutinho Nobre disse que o Banco Sol tem como objectivo principal apoiar os pequenos agricultores, com micro crédito, um produto essencial para reduzir a pobreza, combater a fome e o desemprego : "esta iniciativa garante a inclusão social, o resgate da cidadania e o desenvolvimento do capital humano". A responsável do programa de micro-crédito do Banco Sol, Carla Van-Dúnem, referiu que o programa de concessão de micro-crédito está em curso na província do Huambo desde Novembro do ano passado e já beneficiou 2.562 camponeses, dos municípios da Caála, Bailundo e Londuimbali, com o capital aplicado de 351 milhões de kwanzas.

2.2 Siindicato dos professores quer actualizações

Jornal de angola
4 DE ABRIL DE 2011

O Sindicato da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social do Huambo defende os Interesses de 20.000 trabalhadores, dos quais 19.000 são do sector da Educação. Os problemas sociais com que se debatem muitos profissionais em serviço na província levaram a organização sindical a criar um fundo de beneficência social.

O presidente do sindicato, Adriano dos Santos, disse que graças às quotizações, foi possível adquirir uma sede própria : "agora estamos a criar uma clínica para garantir aos sócios do sindicato assistência médica e medicamentosa".

A província do Huambo tem sedes do Sindicato da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social nos municípios do Mungo, Bailundo, Tchicala Choloanga e Ekunha. Adriano dos Santos disse à nossa reportagem que "estamos a construir sedes em mais seis municípios, ficando coberta toda a província".

O fundo de beneficência social é destinado a ajudar os trabalhadores em situações de crise e quando surgem problemas nas suas vidas. Foi criado em 2007 e representa dois por cento do total da quota que cada trabalhador paga mensalmente : "este fundo foi o primeiro que alguma vez um sindicato criou em Angola e tem ajudado muitos associados do sindicato a resolver problemas graves" : O fundo tem custeado funerais em toda a província do Huambo. Também custeava despesas médicas e com medicamentos. Mas desde que avançou o projecto da clínica, esse subsídio foi suspenso "porque destinamos todos os fundos disponíveis para a realização do projecto que nos vai permitir abrir a clínica", disse Adriano dos Santos.

Dentro do sindicato, foi criado no ano passado um comité dos reformados para apoiar e resolver os problemas dos professores e outros trabalhadores que já estão desligados do serviço por terem atingido o limite de idade. O comité já tem 1.800 filiados e está a crescer. A direcção do sindicato decidiu alargar o subsídio de funeral aos trabalhadores na reforma "A grande preocupação da direcção do sindicato é a actualização das categorias dos professores que trabalham na província. Começámos o processo em 2007 e há um grande número de professores que já viram actualizadas as suas categorias", afirmou Adriano dos Santos.

Os professores que já tinham as suas categorias actualizadas, em Janeiro deste ano viram os seus salários reduzidos : "penso que se trata de um erro no sistema, por isso, o sindicato já apresentou as reclamações na Delegação Provincial das Finanças", anunciou o presidente do Sindicato da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social, que lamenta o atraso no pagamento dos salários de Fevereiro : "não sabemos o que se passa, mas temos informações que o atraso nos salários de Fevereiro dos professores atinge várias províncias"
.
Adriano dos Santos recorda que os trabalhadores da Cultura, do Desporto e da Comunicação Social "estão sem actualizações de salários desde 1997 e isso não pode continuar. Vamos tomar medidas para que os direitos desses servidores do Estado sejam respeitados".

2.3 Milhares de dólares em crédito para camponeses

Jornal de Angola
08 de Abril de 2011

Os bancos operadores do Crédito Agrícola de Campanha disponibilizada, até 30 de Março, aproximadamente 30 milhões de dólares, beneficiando 16.889 camponeses. Os dados foram apresentados ontem, em Luanda, pelo Coordenador do Crédito Agrícola, José Bento, durante uma conferência de imprensa na qual fez o balanço do primeiro trimestre.
Segundo José Bento, nos últimos meses o programa ganhou celeridade, de tal forma que os quatros bancos operadores, nomeadamente o BPC, Banco Sol, BCI e o Banco de Micro Finanças, atingiram 50 por cento do valor de compromisso anual de 63,5 milhões de dólares. Segundo a estatística, o BPC lidera o crédito atribuído pelos operadores, com 30 I contratos assinados e 8.272 beneficiários, num capital de 1.742 dólares por beneficiário, seguido pelo Banco Sol, com 237 contratos assinados e 6.986 beneficiários, num capital de 1.862, 93 dólares, por cada beneficiário.
O Crédito permite a cada camponês que adere ao programa usufruir de um empréstimo até cinco mil dólares, mas a média tem sido de 1.727 dólares. Para José Bento, significa que existe sentido de responsabilidade por parte dos lavradores. "O camponês não levanta simplesmente os valores permitidos, apenas recebe crédito daquilo que considera necessário para melhorar a sua actividade e que consegue pagar em 10 meses", referiu.
Os camponeses das províncias do Bié, Huambo, Huíla, Kwanza Sul e Benguela foram os que mais beneficiaram e que também mais créditos receberam. Explicou que tal facto decorre do desempenho dos respectivos governos provinciais e do envolvimento das estruturas locais

2.4 Agricultores beneficiaram do crédito bancário no quadro do programa de combate a fome

Jornal Economia e Finança
12 de Abril de 2011

Os bancos comerciais e de capital público desembolsaram, nos últimos seis meses,· 30 milhões de dólares de crédito agrícola, que beneficiaram mais de 16 mil camponeses, no quadro do programa governamental de combate à pobreza no meio rural, anunciou na quinta-feira última, em Luanda, o coordenador do Comité Técnico do Crédito de Campanha, José Bento.

Ao proceder ao balanço trimestral do programa, cuja implementação teve início em Outubro do ano passado, José Bento disse que o apoio está a dar uma nova dinâmica à actividade agrícola.

De acordo com a fonte, os valores concedidos até ao momento aos pequenos camponeses representam 45,9 por cento de um total de 120 milhões de dólares norte-americanos disponibilizados pelos bancos de Poupança e Crédito (BPC), Sol, de Comércio e Indústria (BCI) é Bai Micro Finanças (BMF).

O também assessor do ministro da Economia disse que até à altura do balanço apresentado foram assinados 778 contratos C9m grupos de camponeses constituídos em associações e cooperativas.
Segundo José Bento, a adesão ao processo é aceitável, embora a maioria dos solicitantes esteja a optar por valores inferiores a cinco mil dólares, o máximo do crédito, por uma questão de precaução relacionada com a sua capacidade real de reembolsar os empréstimos.

"Em média, os valores solicitados por cada beneficiário rondam os 1.700 dólares por cada pessoa, mas pode-se atingir o equivalente a cinco mil dólares Norte-americanos", pontualizou José Bento.

Ele explicou que a média de valores concedidos situa-se naquela fasquia porque os camponeses que aderem ao programa geralmente pedem dinheiro de acordo com as suas possibilidades de honrarem os compromissos assumidos, em relação à reposição dos valores, cujo prazo vai até aos 10 meses.

"O camponês não levanta a quantia máxima estipulada, apenas aquilo que considera suficiente para melhorar a sua actividade e que consegue pagar no prazo constante do contrato, que é de 10 meses", disse.

De acordo com estatísticas disponíveis, o BPC lidera o crédito atribuído pelos operadores, com 301 contratos

assinados e 8.272 beneficiários e um capital de 1.742,67 dólares por beneficiário. Em segundo lugar, surge o Banco Sol, com 237 contratos assinados e 6.986 beneficiários (1.862,93 dólares por pessoa).

As províncias que mais se beneficiaram e mais créditos obtiveram foram as do Kwanza-Sul, Huíla, Bié, Huambo e Benguela. José Bento disse que tal facto decorre do desempenho dos respectivos governos das províncias e do desenvolvimento das infra-estruturas locais. O município da Caála é o mais beneficiado, com a presença física de quase todos os bancos operadores.

No último balanço, realizado em Dezembro, o Executivo tinha disponibilizado, em quatro meses, 20 milhões de dólares a 12 mil agricultores das províncias do Huambo, Huíla, Bié, Benguela, Bengo, Luanda e Malange.

Na altura, o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Afonso Pedra Canga, havia considerado satisfatório o resultado parcial do processo, em função dos números apresentados, mas reconheceu existir ainda muito trabalho pela frente.

Para a assinatura de um contrato com vista à obtenção de um crédito agrícola de campanha, podem ser constituídos grupos, cada um deles com o seu representante, de forma a facilitar o contacto com o banco, mas mantendo a responsabilidade individual pelo reembolso do crédito. Esses dados não incluem os pedidos de créditos já aprovados mas em vias de formalização.

2.5 Bancos comerciais continuam a conceder micro créditos

Jornal Economia e Finanças
12 de Abril de 2011

Os representantes dos bancos de Poupança e Crédito (BPC) e Bai Micro Finanças (BMF) e da instituição não financeira KixiCrédito reiteraram, no VII encontro nacional de mulheres empreendedoras de Angola, recentemente realizado na província do Uige, que continuam disponíveis para a concepção de micro-crédito a empreendedores, bastando que estes solicitem os empréstimos e assumam o compromisso de reembolso.
-Segundo Afonso José, director-adjunto da área de micro-crédito do BPC, que na conferência abordou o tema sobre o empreendedores rural e políticas de acesso ao micro-crédito, as mulheres constituem o maior número de empreendedores em Angola, pelo que são a prioridade nas políticas de concessão de micro-crédito no programa de micro-finanças da sua instituição. Em 2010, os montantes concedidos por aquela instituição bancária estatal, nesta modalidade de bancos comunitários, rondaram os 14.628 milhões de dólares. Só na província do Huambo, mais de mil 850 mulheres e 130 homens beneficiaram.
Para aquele responsável, as mulheres apenas devem estar organizadas em bancos comunitários para facilitar o acesso aos valores. Os seus subscritores devem ter como requisitos fundamentais a idade mínima de 18 anos, ter um micro-negócio e viver na comunidade, fazer parte de um grupo de 10 a 30 pessoas, aceitar e submeter-se aos fundamentos da unidade e disciplina de pagamento, as condições de prestação das garantias (reciprocidade), trabalhar para a prosperidade, educação e saúde da família, apoiar a situação da criança na comunidade e melhorar as receitas familiares. "Estes são as nossas modalidades para ter acesso ao micro-crédito nos bancos comunitários", referiu.

Funcionamento
O crédito inicial varia entre 300 e 500 dólares. Actualmente, temos mulheres empreendedoras com um capital que varia de cinco a 10 mil dólares. Os bancos comunitários são essencialmente para mulheres", disse.
A outra instituição que garantiu a continuidade de financiamento as pequenas iniciativas foi a BMF. Segundo Vlademir Gourgel, a sua instituição está disponível para a concessão de mais créditos, desde que os devedores honrem o compromisso de reembolso dos valores emprestados. "Deve haver maior responsabilidade na hora do pagamento do dinheiro que recebem, para que possam continuar a merecer a confiança do banco", ressaltou.
O BMF é especializado em micro-finanças e iniciou a sua actividade em 2004. Tem cerca de 50 mil clientes (41 por cento mulheres e 59 homens), dos" quais mais 15 mil já beneficiaram do micro-crédito. Até 2010, o banco havia concedido cerca de 62 milhões. De dólares, montante que pode vir a aumentar nos próximos anos. A sua estrutura accionista é composta pelo Banco Africano de Investimentos (BAI, 86,93 por cento), a Chevron (7,07) e outros investidores, com seis por cento.

2.6 Empresários defendem maior facilidade em relação ao acesso ao crédito bancário

Jornal de Economia e negocio
12 de Abril de 2011

O desenvolvimento sustentado do país passa necessariamente pela criação de um empresariado nacional forte e coeso. Para se atingir tal meta, os empresários defendem uma maior atenção por parte do Executivo nas questões estruturantes, com destaque na facilitação e constituição das empresas, bem como ao acesso dos créditos bancários.

Para a Associação Industrial de Angola (AIA), o empresariado nacional tem que ter um maior protagonismo no quadro do relançamento da actividade económica. Para o seu presidente, José Severino, os empresários devem apoiar e fortalecer as associações empresariais.
Segundo disse, "pode haver cooperativas de empresas com grande esteio, se reforçar o associativismo e as cooperativas, não só das pequenas, mas também das grandes empresas agrícolas e de pescas.
O empresário entende que, com a conquista da paz, em 2002, as políticas de apoio ao empresariado não deveriam circunscrever-se aos grandes centros urbanos, mas também expandir-se ao interior, para que se atinjam os resultados preconizados. O empresário e líder associativo defendem uma maior autonomia ao poder local na tomada de decisão.
"Um dos aspecto em que temos que ser críticos e a centralização das decisões na capital. Existem algumas iniciativas para se pôr cobro a esta situação, terno de fazer muito mais. Os governos provinciais não têm grandes intervenções e sabemos que há nestas direcções provinciais conhecimentos de causa. Muitas das vezes tomam-se decisões a nível central que não correspondem às expectativas", sublinhou, antes de frisar que a burocracia para a constituição de uma empresa ainda continua a "prejudicar" sector empresarial.
Para o presidente da AIA, o país precisa de "desinformalizar" a sua economia e combater as assimetrias regionais, numa altura em que as projecções do Executivo indicam para crescimento médio anual na ordem de cinco a 10 por cento.
"Para termos um crescimento de dois dígitos, na ordem dos 10 por cento, precisamos de definir as prioridades. Temos de interiorizar urna vontade muito forte e encontrarmos mecanismos capazes, com destaque na eliminação da burocracia, nas questões dos juros praticados, as oportunidades, bem corno ressaltar o papel das pequenas e médias empresas, porque é por ali onde passa o desenvolvimento sustentável", argumentou.
Quanto à criação da sociedade gestora de risco, o responsável da AIA entende que a mesma vai apoiar a classe empresarial que se quer implantar no país.

"Precisamos de uma sociedade de riscos que aposte no fomento do empresariado nacional", realçou, antes de destacar que a banca existente no país está em fase embrionária.

CCIA

Por seu turno, a Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA) mostra-se satisfeita com as políticas que o Executivo tem estado a implementar, com vista a alavancar o sector empresarial privado. O director do Departamento de Apoio ao Sector Privado da CCIA, José Rodrigues Alentejo, defendeu urna maior flexibilização por parte das autoridades na constituição de urna empresa, medida que poderá contribuir para o fomento do empresariado nacional.
"Nós (CCIA) sempre reclamamos que o processo de constituição de urna empresa é muito burocrático e longo, apesar de que, nos últimos tempos, se têm dado passos significativos para a melhoria desta situação. Com a existência do Guiché único de Empresa (GUE), o tempo de constituição de urna empresa reduziu-se. Entretanto, ainda há constrangimentos no que concerne ao custo de licenciamento de empresas", destacou, antes de evocar também a questão do acesso ao crédito bancário.
"Há constrangimentos no acesso ao crédito na banca comercial, principalmente em relação às pequenas e médias empresas, porque não têm garantias para dar aos bancos. Ternos também problemas no mercado, com destaque para a existência de alguns monopólios que alteram a verdade do mercado e dificultam as empresas novas a entrarem no mercado", disse.
O presidente da Associação Comercial, Agro-pecuária, Indústria e do Turismo do Namibe (ACAPITUN), Jacinto Muxixeny, disse ao que os empresários da província têm dificuldade no acesso ao financiamento dos seus projectos.
"O tecido empresarial, a nível da província do Namibe, tem enfrentado várias dificuldades, fundamentalmente no financiamento da rede retalhista. Estamos esperança dos e louvamos a iniciativa do Executivo, que visa a criação do fundo de garantia, que poderá ajudar os nossos empresários, já que com esta medida o empresário poderá fazer com o seu património urna hipoteca", destacou.
Jacinto Muxixeny sublinhou que a classe empresarial, a nível da província, tem estado a crescer, apesar de reconhecer que o sector pesqueiro está a atravessar algumas dificuldades.

"Temos tido algum problema de captura do pescado, bem como do financiamento do sector das pescas. O Governo tem estado a trabalhar no sentido de desenvolver-se o município do Tombwa para ti que volte a ocupar um lugar e cimeiro no domínio pesqueiro Noutros sectores, com destaque para o comércio, hotelaria e turismo, a província F tem estado a crescer gradual e mente", frisou. A associação, a segundo precisou, tem sob seus empresários, a maioritariamente do sector do comércio e hotelaria.

Empresários

Bartolomeu Dias, presidente do grupo empresarial homónimo, disse que a situação actual que o país atravessa r contribui para o fortalecimento de um empresariado nacional muito mais forte. Segundo destacou, a contribuição dos 5 empresários nas políticas económicas

vai reforçar o posicionamento do Executivo no futuro. Quanto à burocracia na I constituição de uma empresa; Bartolomeu Dias entende que o Executivo tem feito um trabalho aturado, com a criação de várias instituições para facilitar o processo. /

"A criação do Guiché Único de Empresa minimizou a situação de criação de empresas. O fracasso dos projectos também tem a ver com as pessoas que fazem avançar os projectos. Se existirem mudanças de mentalidade dos trabalhadores do funcionalismo público, que são as primeiras pessoas que contactamos quando vamos constituir uma empresa, esta situação seria minimizada", frisou.

O empresário também é de opinião de que os governos provinciais devem ter autonomia na tomada de decisão dos problemas locais, para que os empresários beneficiem directamente das políticas traçadas sectorialmente. "É necessário que haja descentralização, para que se dê poderes aos governadores províncias e às autoridades municipais", defendeu.

O sector da construção civil tem estado a crescer, graças aos inúmeros investimentos e às oportunidades que o mesmo apresenta, razão pela qual existe a necessidade de capacitação dos recursos humanos, para que o resultado final seja a qualidade. Esta posição foi defendida pela proprietária da empresa Fiesa, ligada à consultaria em construção civil, Filomena do Espírito Santo.

"No sector de construção civil em Angola, temos um índice muito deficiente a nível da qualidade das obras, então, precisamos de capacitar. O empresariado nacional neste sector", frisou.

Para o responsável da Sociedade de Desenvolvimento Rural Integrado (SODEPAC), empresa pública ligada à agricultura e pecuária, Carlos Fernandes, o Executivo deve apostar seriamente no fomento empresarial do sector agro-industrial, com destaque para a agricultura pesca, a silvicultura e a pecuária. Apesar de reconhecer o papel que o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) tem desempenhado nestes sectores, o empresário entende que o Executivo pode fazer mais.

O BDA tem estado a desenvolver um bom trabalho na medida em que o financiamento da economia nacional passa sobretudo por recursos ligados à poupança pública", a, destacou. A Sodepac está sedeada na província de Malange e opera há dois anos. Está em fase de implantação e estruturação, prevendo vir a congregar 355 empresas ligadas ao agro-negócio.

2.7 Agricultores beneficiaram do crédito bancário no quadro do programa de combate a fome

Jornal Economia e Finança
12 de Abril de 2011

Os bancos comerciais e de capital público desembolsaram, nos últimos seis meses, 30 milhões de dólares de crédito agrícola, que beneficiaram mais de 16 mil camponeses, no quadro do programa governamental de combate à pobreza no meio rural, anunciou na quinta-feira última, em Luanda, o coordenador do Comité Técnico do Crédito de Campanha, José Bento.

Ao proceder ao balanço trimestral do programa, cuja implementação teve início em Outubro do ano passado, José Bento disse que o apoio está a dar uma nova dinâmica à actividade agrícola.

De acordo com a fonte, os valores concedidos até ao momento aos pequenos camponeses representam 45,9 por cento de um total de 120 milhões de dólares norte-americanos disponibilizados pelos bancos de Poupança e Crédito (BPC), Sol, de Comércio e Indústria (BCI) é Bai Micro Finanças (BMF).

O também assessor do ministro da Economia disse que até à altura do balanço apresentado foram assinados 778 contratos C9m grupos de camponeses constituídos em associações e cooperativas.

Segundo José Bento, a adesão ao processo é aceitável, embora a maioria dos solicitantes esteja a optar por valores inferiores a cinco mil dólares, o máximo do crédito, por uma questão de precaução relacionada com a sua capacidade real de reembolsar os empréstimos.

"Em média, os valores solicitados por cada beneficiário rondam os 1.700 dólares por cada pessoa, mas pode-se atingir o equivalente a cinco mil dólares Norte-americanos", pontualizou José Bento.

Ele explicou que a média de valores concedidos situa-se naquela fasquia porque os camponeses que aderem ao programa geralmente pedem dinheiro de acordo com as suas possibilidades de honrarem os compromissos assumidos, em relação à reposição dos valores, cujo prazo vai até aos 10 meses.

"O camponês não levanta a quantia máxima estipulada, apenas aquilo que considera suficiente para melhorar a sua actividade e que consegue pagar no prazo constante do contrato, que é de 10 meses", disse.

De acordo com estatísticas disponíveis, o BPC lidera o crédito atribuído pelos operadores, com 301 contratos

assinados e 8.272 beneficiários e um capital de 1.742,67 dólares por beneficiário. Em segundo lugar, surge o Banco Sol, com 237 contratos assinados e 6.986 beneficiários (1.862,93 dólares por pessoa).

As províncias que mais se beneficiaram e mais créditos obtiveram foram as do Kwanza-Sul, Huíla, Bié, Huambo e Benguela. José Bento disse que tal facto decorre do desempenho dos respectivos governos das províncias e do desenvolvimento das infra-estruturas locais. O município da Caála é o mais beneficiado, com a presença física de quase todos os bancos operadores.

No último balanço, realizado em Dezembro, o Executivo tinha disponibilizado, em quatro meses, 20 milhões de dólares a 12 mil agricultores das províncias do Huambo, Huíla, Bié, Benguela, Bengo, Luanda e Malange.

Na altura, o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Afonso Pedra Canga, havia considerado satisfatório o resultado parcial do processo, em função dos números apresentados, mas reconheceu existir ainda muito trabalho pela frente.

Para a assinatura de um contrato com vista à obtenção de um crédito agrícola de campanha, podem ser constituídos grupos, cada um deles com o seu representante, de forma a facilitar o contacto com o banco, mas mantendo a responsabilidade individual pelo reembolso do crédito. Esses dados não incluem os pedidos de créditos já aprovados mas em vias de formalização.

2.8 Bancos comerciais continuam a conceder micro creditos

Jornal Economia e Finanças
12 de Abril de 2011

Os representantes dos bancos de Poupança e Crédito (BPC) e Bai Micro Finanças (BMF) e da instituição não financeira KixiCrédito reiteraram, no VII encontro nacional de mulheres empreendedoras de Angola, recentemente realizado na província do Uige, que continuam disponíveis para a concepção de micro-crédito a empreendedores, bastando que estes solicitem os empréstimos e assumam o compromisso de reembolso. -Segundo Afonso José, director-adjunto da área de micro-crédito do BPC, que na conferência abordou o tema sobre o empreendedorismo rural e políticas de acesso ao micro-crédito, as mulheres constituem o maior número de empreendedores em Angola, pelo que são a prioridade nas políticas de concessão de micro-crédito no programa de micro-finanças da sua instituição. Em 2010, os montantes concedidos por aquela instituição bancária estatal, nesta modalidade de bancos comunitários, rondaram os 14.628 milhões de dólares. Só na província do Huambo, mais de mil 850 mulheres e 130 homens beneficiaram.
Para aquele responsável, as mulheres apenas devem estar organizadas em bancos comunitários para facilitar o acesso aos valores. Os seus subscritores devem ter como requisitos fundamentais a idade mínima de 18 anos, ter um micro-negócio e viver na comunidade, fazer parte de um grupo de 10 a 30 pessoas, aceitar e submeter-se aos fundamentos da unidade e disciplina de pagamento, as condições de prestação das garantias (reciprocidade), trabalhar para a prosperidade, educação e saúde da família, apoiar a situação da criança na comunidade e melhorar as receitas familiares. "Estes são as nossas modalidades para ter acesso ao micro-crédito nos bancos comunitários", referiu.

Funcionamento
O crédito inicial varia entre 300 e 500 dólares. Actualmente, temos mulheres empreendedoras com um capital que varia de cinco a 10 mil dólares. Os bancos comunitários são essencialmente para mulheres", disse.
A outra instituição que garantiu a continuidade de financiamento as pequenas iniciativas foi a BMF. Segundo Vlademir Gourgel, a sua instituição está disponível para a concessão de mais créditos, desde que os devedores honrem o compromisso de reembolso dos valores emprestados. "Deve haver maior responsabilidade na hora do pagamento do dinheiro que recebem, para que possam continuar a merecer a confiança do banco", ressaltou.
O BMF é especializado em micro-finanças e iniciou a sua actividade em 2004. Tem cerca de 50 mil clientes (41 por cento mulheres e 59 homens), dos" quais mais 15 mil já beneficiaram do micro-crédito. Até 2010, o banco havia concedido cerca de 62 milhões. De dólares, montante que pode vir a aumentar nos próximos anos. A sua estrutura accionista é composta pelo Banco Africano de Investimentos (BAI, 86,93 por cento), a Chevron (7,07) e outros investidores, com seis por cento.

2.9 Recenseamento da população é em 2013

Jornal de Angola
20 de Abril de 2011

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, anunciou ontem na Assembleia Nacional que o recenseamento geral da população e habitação vai ser realizado em 20 13.
A ministra, que falava durante a apreciação da lei de autorização legislativa sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação, esclareceu que a realização do censo não pode ser antecipada por se tratar de um

trabalho complexo e exaustivo. "A prática internacional requer pelo menos três anos de preparação", disse a ministra, para acrescentar : "vamos, nos próximos dois anos, preparar convenientemente a operação estatística, para que possa ser realizada em 2013".
Ana Dias Lourenço refere que o recenseamento é efectuado em 2013, no período do cacimbo e de férias escolares. Feitas as contas, a data provável é às zero horas do dia 16 de Julho de 2013. A operação de campo vai de 16 de Julho a 18 de Agosto, segundo a ministra do Planeamento. "A execução financeira do censo vai constar em todos os Orçamentos do Estado, a partir do momento em que está dada a autorização legislativa para o Chefe do Executivo legislar", explicou a ministra do Planeamento.
Ana Dias Lourenço disse, também, que há recomendações internacionais que aconselham a não realizar os registos estatísticos em ano de eleições. "Como 2012 é ano de eleições, então pode não ser o período indicado para o censo", disse a ministra.
Os censos, segundo Ana Dias Lourenço, permitem também definir os objectivos e prioridades para políticas de desenvolvimento, planeamento do território e urbanismo, proceder a estudos de mercados e sondagens de opinião e investigação em ciências sociais e políticas.
As Nações Unidas recomendam que os países realizem censos em intervalos regulares de pelo menos de dez anos. Os deputados foram unânimes em reconhecer a pertinência na aprovação da lei de autorização legislativa sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação.
Nas intervenções, deputados da UNITA e do MPLA falaram da importância do diploma. Clarisse Caputo, da bancada parlamentar da UNITA, considerou bem-vindo o documento e afirmou que o censo é uma necessidade imperiosa para o país. O deputado João Pinto, do MPLA, disse que o diploma trata de uma matéria de interesse também económico para se poder planear a economia do país e a distribuição do rendimento nacional.

2.10 Nova lei do investimento aprovado pelos deputados

Jornal de Angola
20 de Abril de 2011

A Lei de Investimento Privado foi ontem -aprovada pelos deputados com votos apenas do MPLA e abstenções da FNLA e da Nova Democracia. A bancada da UNITA e do PRS votaram contra. O deputado do MPLA "Salomão Xirimbimbi lembrou que existem países com programas específicos de investimento para atrair projectos qualificados. O ministro das Finanças, Carlos Lopes, explicou que a lei impõe um regime qualificado de investimento e não proíbe investimento nacional ou estrangeiro abaixo do valor fixado. O ministro das Finanças justificou que o investimento abaixo de um -milhão de dólares não beneficia dos privilégios contidos na Lei de Investimento Privado, mas tem protecção, na Lei do Fomento do Empresariado nacional, já aprovada pela Assembleia Nacional

2.11 Recenseamento da população é em 2013

Jornal de Angola
20 de Abril de 2011

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, anunciou ontem na Assembleia Nacional que o recenseamento geral da população e habitação vai ser realizado em 20 13.
A ministra, que falava durante a apreciação da lei de autorização legislativa sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação, esclareceu que a realização do censo não pode ser antecipada por se tratar de um trabalho complexo e exaustivo. "A prática internacional requer pelo menos três anos de preparação", disse a ministra, para acrescentar : "vamos, nos próximos dois anos, preparar convenientemente a operação estatística, para que possa ser realizada em 2013".
Ana Dias Lourenço refere que o recenseamento é efectuado em 2013, no período do cacimbo e de férias escolares. Feitas as contas, a data provável é às zero horas do dia 16 de Julho de 2013. A operação de campo vai de 16 de Julho a 18 de Agosto, segundo a ministra do Planeamento. "A execução financeira do censo vai constar em todos os Orçamentos do Estado, a partir do momento em que está dada a autorização legislativa para o Chefe do Executivo legislar", explicou a ministra do Planeamento.
Ana Dias Lourenço disse, também, que há recomendações internacionais que aconselham a não realizar os registos estatísticos em ano de eleições. "Como 2012 é ano de eleições, então pode não ser o período indicado para o censo", disse a ministra.
Os censos, segundo Ana Dias Lourenço, permitem também definir os objectivos e prioridades para políticas de desenvolvimento, planeamento do território e urbanismo, proceder a estudos de mercados e sondagens de opinião e investigação em ciências sociais e políticas.
As Nações Unidas recomendam que os países realizem censos em intervalos regulares de pelo menos de dez anos. Os deputados foram unânimes em reconhecer a pertinência na aprovação da lei de autorização legislativa sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação.
Nas intervenções, deputados da UNITA e do MPLA falaram da importância do diploma. Clarisse Caputo, da bancada parlamentar da UNITA, considerou bem-vindo o documento e afirmou que o censo é uma neces-

sidade imperiosa para o país. O deputado João Pinto, do MPLA, disse que o diploma trata de uma matéria de interesse também económico para se poder planear a economia do país e a distribuição do rendimento nacional.

2.12 BCI disponibiliza mais de 28 milhões para crédito agrícola

Jornal O INDEPENDENTE
23 de Abril de 2011

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) lançou na localidade do Sacassange, província do Moxico, o programa crédito agrícola de campanha, ao disponibilizar mais de 28 milhões, 272 Kansas a 120 camponeses.
Lançado no âmbito do programa do Executivo angolano que visa o combate à pobreza e à fome, os beneficiários receberão imputes agrícolas avaliados em cinco mil dólares americanos, equivalente em Kwanzas.
Os valores convertidos em fertilizantes, sementes, adubos, entre outros instrumentos agrícolas visam aumentar a produção e melhorar a dieta alimentar nas comunidades rurais e serão reembolsados num prazo de 10 meses.
No acto de lançamento do crédito, o presidente do conselho da administração do "BCI", Adriano Rafael Pascoal, disse que a iniciativa augura principalmente melhorar a dieta alimentar das crianças para que elas cresçam fortes, saudáveis e possam ter o bom aproveitamento escolar.
Para Adriano Pascoal a formação multidisciplinar dos menores vai permitir lhes num futuro próximo ajudar os seus pais a realizar a agricultura mecanizada nesta povoação.
Desejo que os camponeses abrangidos ao crédito contribuam no aumento da produção na região de forma a permitir a redução de preços dos bens agrícolas.
Explicou por outro lado que esta também é uma forma de contribuir na diminuição da importação dos principais produtos básicos consumidos pela população, valorizando assim a economia nacional, ao invés de recorrer aos produtos do exterior do país.
Ao agradecer o gesto, o administrador do município do Moxico (sede), Zaqueu Isaac, valorizou a iniciativa e pediu aos responsáveis do BCI, no sentido de estenderem o crédito às demais associações e cooperativas de pequenos agricultores da circunscrição, pois, como disse, possibilita aumentar a produção e melhorar a renda das suas famílias.
O responsável exortou a população que aderiu ao crédito a honrar os compromissos assumidos quanto ao reembolso dos valores, respeitando os prazos estabelecidos.
Para além da vice-governadora provincial para o sector político e social, Adriana Sofia Cacuassa Bento, testemunharam o lançamento do crédito, membros do executivo local, altos funcionários do BCI, camponeses e público interessado.

2.13 Camponeses recebem milhões de Kwanzas

Jornal de Angola
23 de Abril de 2011

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) concedeu 28 milhões de kwanzas em crédito agrícola a dez associações de camponeses do Lucena. O crédito foi atribuído no âmbito do programa da campanha agrícola, num acordo entre o Banco de Comércio e Indústria (BCI) e os representantes de associações de camponeses.
Sacassanje, 14 quilómetros a Sul da cidade do Luena, tem dez associações, cujo crédito numa primeira fase beneficia 470 camponeses. De acordo com o contrato, cada beneficiário vai receber cinco mil dólares, reembolsados num prazo de 10 meses, com uma taxa de juros de cinco por cento.
O presidente do conselho de administração do BCI, Adriano Pascoal, afirmou que o seu banco pretende estabelecer uma parceria com os camponeses, através do crédito, no sentido de aumentar a produção e contribuir para o desenvolvimento económico do país.
Adriano Pacoal reconheceu que os camponeses são os menos beneficiados dos créditos bancários. Com este programa do Executivo, acrescentou, os camponeses têm maior possibilidade de crédito, para aumentar os níveis de rendimentos e participar nos esforços do desenvolvimento sustentável que o país pretende.
Tersisio Baptista, do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) no Moxico, afirmou que o crédito vai ampliar a produção, criar excedentes e aumentar cada vez mais os níveis de rendimento, através de fertilizantes e de outros meios de produção. Para o regedor de Sacassanje, Jemix Muahime, a sua região já foi um importante pólo agrícola, mas devido à guerra, as infraestruturas que apoiavam a produção ficaram degradadas. "Estes créditos vão incentivar os camponeses a ampliar as suas lavras e produzir para as suas famílias e para o comércio", afirmou p regedor.
Na mensagem de agradecimento, os camponeses associados reconheceram os esforços do governo e prometeram cumprir na íntegra todos os requisitos acordados no memorando.

2.14 Representantes do sistema financeiro apoiam acção contra risco de crédito

Jornal de Angola
23 de Abril de 2011

O Banco Nacional de Angola (BNA) obteve apoio expresso do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) e da Associação Angolana de Bancos (ABANC), quando, na quinta-feira, abordou a criação da Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC) com representantes do sistema bancário,
A reunião, realizada nas instalações do BNA, em Luanda, visou persuadir os representantes das instituições financeiras angolanas a contribuírem para a provisão de dados para a CIRC
No encontro, Manuel Piedade, administrado r do BNA, falou aos participantes da importância da CIRC no âmbito do crescimento da economia angolana, que estimula os bando a financiarem os operadores do mercado, mas, implicitamente, os faz correr riscos.
O BNA, disse Manuel Piedade, criou a CIRC como um instrumento que, colocado ao alcance dos bancos, ajuda a diminuir o risco de crédito por via do conhecimento da capacidade de endividamento dos clientes, minimizando, dessa forma, os factores de insolvência.
No entanto, para que a CIRC cumpra com os seus objectivos, é necessário que os bancos disponibilizem informação sobre os seus clientes e que, ao mesmo tempo, registem as suas operações de crédito à supervisão do banco central angolano.
Por seu turno, a directora do IN ADEC, Elsa Barber, manifestou, no encontro, apoio a desse organismo institucional à iniciativa do BNA, considerando que, com a CIRC, os clientes serão mais cuidadosos e, por sua vez, os bancos ficarão mais protegidos.
De acordo com Elsa Barber, tal acontecerá porque as instituições bancárias vão poder controlar a viabilidade económica do clientes que se candidatem ao crédito, o que até aqui não se fazia, e identificar os cumpri dores e os incumpridores das obrigações contraídas para com as instituições do sistema bancário angolano.
Para o representante da ABANC, João da Fonseca, há vantagens para as duas partes, tanto para o banco, como para o cliente. Por exemplo, o cliente pode saber qual é a sua situação em relação à banca, quais são as suas prestações em atraso, como pedir novos créditos conhecendo bem o seu risco e qual é a sua capacidade de endividamento.
João da Fonseca, que dissertou nesse encontro sobre o tema "a importância da CIRC para o sistema bancário angolano", considerou que a entrada em funcionamento desse mecanismo peca apelas pelo atraso.
O representante da ABANC disse que, apesar da CIRC estar criada há já um ano, verificam-se ainda atrasos na aderência de algumas instituições bancárias. "Há muito trabalho para fazer : é um processo longo, mas que vale a pena", referiu João Fonseca.
Os participantes ao encontro foram informados sobre o papel da CIRC, a sua importância para o sistema bancário angolano, as vantagens na óptica das instituições financeiras e o seu impacto no risco de crédito para o sistema bancário angolano.
Com a entrada em funcionamento da CIRC, considerou João da Fonseca, a concessão de crédito tem mais segurança e promove-se a eliminação dos subsídios cruzados entre os bons e maus pagadores. Em relação à procura de crédito, estimou que a percepção do risco pode induzir acções para diminui10.A CIRC é uma plataforma de informação de dados que tem por finalidade apurar e apresentar a exposição do sistema bancário, como um todo, e não de cada banco, ao risco de crédito.

2.15 Formas alternavam de financiamento encontradas pela economia angolana

Jornal de Angola
25 de Abril de 2011

o mercado financeiro angolano deve contar brevemente com a entrada em operação das sociedades de Leasing e Factoring. A regulamentação das instituições está em fase final e tal como ocorreu com as sociedades de micro--crédito e cooperativas de crédito, o BNA vai facilitar a entrada no mercado nacional destes novos operadores.
O BNA entende que é necessário para economia, a entrada das sociedades de locação financeira, conhecidas como sociedades de Leasing e as sociedades de Factoring. Com elas, a aquisição dos bens e equipamentos é feita a crédito longe do tradicional angolano pronto pagamento.
O surgimento destes serviços vai facilitar a diversificação da oferta de produtos e serviços e moderar a pressão sobre o sector no plano dos financiamentos à economia, por via da oferta, disse o economista Carlos Rosado : "este é um cenário que pode obrigar os bancos a reinventarem as suas políticas de financiamento à economia, para já, exíguas". Aliás, reforçou, a procura de produtos e serviços financeiros no país, tem sido até agora, desproporcional à oferta.
"Os bancos devem repensar as suas políticas de crédito, ajustamento das taxas de juros e diversificação dos produtos e serviços, já que muitos bens e serviços concentrados na banca, devem passar a fazer parte do conjunto de oferta destas sociedades". O actual estado do sistema financeiro angolano é reflexo da sua dependência à banca. Com a entrada em funcionamento destas sociedades, melhora a oferta e também as alternativas para os empresários.

A Lei das Instituições Financeiras estrutura o sistema financeiro em três segmentos : as instituições financeiras ligadas ao crédito e à moeda (sob supervisão do BNA), as não bancárias ligadas à actividade seguradora e previdência social (sob supervisão do Instituto de Supervisão de Seguros) e uma outra não bancária (supervisão da Comissão de Mercados de Capitais, de onde resulta a Bolsa de Valores).
Lai de Moreira Martins, director coordenador de crédito e direcção Internacional do Banco Keve destaca o papel destas sociedades e diz que a são uma novidade para o sistema financeiro nacional, cuja vantagem passa pela forte alternativa ao financiamento da economia. Laide Martins disse que é necessário acautelar a questão da regulamentação : "é preciso que estas sociedades se guiem por uma protecção legal forte, cuja amplitude não dê brechas a problemas de natureza legal".
Na opinião de Laide Martins, a existência de uma legislação forte vai acautelar e até prevenir eventuais litígios que possam surgir face ao incumprimento total ou parcial do contrato

Vantagens do sistema
O sistema financeiro e a economia nacional ganham muito com a entrada em operação de sociedades de locação financeira e de factoring reconheceu o economista Carlos Rosado, que afirmou que com estes dois tipos de sociedade o sistema abre caminhos para a sua sofisticação.
"O surgimento de actores desta dimensão representa uma verdadeira alternativa ao financiamento da economia", disse. Até há pouco tempo, segundo explicou, o empresário tinha de contar com capitais próprios, de amigos e familiares ou mesmo dos bancos, o mais utilizado. O cenário muda com estas sociedades, o que é positivo para a economia.
Emília Eduardo, do BAI Micro Finanças, aponta as vantagens do surgimento das sociedades face à grande procura que se tem vindo a registar nos produtos e serviços oferecidos pelos bancos, com realce para o crédito, concentrado apenas na própria banca : "penso que as facilidades de financiamentos são escassas e difíceis e concessão de crédito é ainda difícil, no momento", notou.
Com a entrada em operações destas sociedades, disse, a liquidez dos bancos podem vir a aumentar, embora tudo dependa também do modo como a entrada destas sociedades vai se processar.
" Acho que a liquidez da banca vai aumentar, pois o fluxo de solicitações de crédito vai ser repartida com as empresas de leasing e factoring. E um verdadeiro alívio para a banca. Isso vai suscitar a variação e até a melhoria das taxas de juros e dos serviços e produtos. Há mais vantagens nisso" - concluiu Emília Eduardo.

Funcionamento das sociedes
Na sociedade de leasing, ou sociedade de locação financeira uma das partes cede à outra o direito de usufruto de um bem.
Os investidores podem adquirir direito de exploração de um determinado bem sob a titularidade da sociedade de leasing.

As sociedades de Factoring, por f sua vez, encarregam-se da cobrança de dividas, posicionando-se como intermediárias entre o comprador e o vendedor, ou entre o emprestador e o beneficiário de um bem determinado. As empresas de leasing têm a função de comprar o equipamento e empresta-lo ou alugá-lo ao empresário. E uma boa alternativa de financiamento para as empresas, geralmente obrigadas a pagar a pronto.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Siindicato dos professores quer actualizações

jornal de angola
4 de abril de 2011

O Sindicato da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social do Huambo defende os Interesses de 20.000 trabalhadores, dos quais 19.000 são do sector da Educação. Os problemas sociais com que se debatem muitos profissionais em serviço na província levaram a organização sindical a criar um fundo de beneficência social.

O presidente do sindicato, Adriano dos Santos, disse que graças às quotizações, foi possível adquirir uma sede própria : "agora estamos a criar uma clínica para garantir aos sócios do sindicato assistência médica e medicamentosa".

A província do Huambo tem sedes do Sindicato da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social nos municípios do Mungo, Bailundo, Tchicala Choloanga e Ekunha. Adriano dos Santos disse à nossa reportagem que "estamos a construir sedes em mais seis municípios, ficando coberta toda a província".

O fundo de beneficência social é destinado a ajudar os trabalhadores em situações de crise e quando surgem problemas nas suas vidas. Foi criado em 2007 e representa dois por cento do total da quota que cada trabalhador paga mensalmente : "este fundo foi o primeiro que alguma vez um sindicato criou em Angola e tem ajudado muitos associados do sindicato a resolver problemas graves" : O fundo tem custeado funerais em toda a província do Huambo. Também custeava despesas médicas e com medicamentos. Mas desde que avançou o projecto da clínica, esse subsídio foi suspenso "porque destinamos todos os fundos disponíveis para a realização do projecto que nos vai permitir abrir a clínica", disse Adriano dos Santos.

Dentro do sindicato, foi criado no ano passado um comité dos reformados para apoiar e resolver os problemas dos professores e outros trabalhadores que já estão desligados do serviço por terem atingido o limite de idade. O comité já tem 1.800 filiados e está a crescer. A direcção do sindicato decidiu alargar o subsídio de funeral aos trabalhadores na reforma

"A grande preocupação da direcção do sindicato é a actualização das categorias dos professores que trabalham na província. Começámos o processo em 2007 e há um grande número de professores que já viram actualizadas as suas categorias", afirmou Adriano dos Santos.

Os professores que já tinham as suas categorias actualizadas, em Janeiro deste ano viram os seus salários reduzidos : "penso que se trata de um erro no sistema, por isso, o sindicato já apresentou as reclamações na Delegação Provincial das Finanças", anunciou o presidente do Sindicato da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social, que lamenta o atraso no pagamento dos salários de Fevereiro : "não sabemos o que se passa, mas temos informações que o atraso nos salários de Fevereiro dos professores atinge várias províncias"
.
Adriano dos Santos recorda que os trabalhadores da Cultura, do Desporto e da Comunicação Social "estão sem actualizações de salários desde 1997 e isso não pode continuar. Vamos tomar medidas para que os direitos desses servidores do Estado sejam respeitados".

3.2 Produção alimentar no bom caminha

Jornal de Angola
04 De Abril de 2011

A produção alimentar está a crescer na província do Huambo, impulsionada pelos projectos públicos e privados e o apoio da banca aos grandes e pequenos produtores associados em cooperativas.
O objectivo do Governo Provincial é tomar o Huambo auto-suficiente em alimentos e acabar com a fome e a pobreza nas comunidades. Os programas do executivo têm facilitado o crescimento de pequenos e grandes negócios na província e o melhoramento das condições de vida das famílias rurais. A província conta com dos maiores mercados da região localizado a dez quilómetros da Vila da Caála, na estrada nacional que liga a província de Benguela. A Calenga é o ponto de passagem obrigatório para quem pretende adquirir produtos do campo e carne. Os preços são imbatíveis e revendedores de todo o país frequentam diariamente o mercado.
O mercado da Calenga tem um matadouro privado equipado com câmaras frigoríficas. Dali sai carne para toda a região. e de excelente qualidade. Milhares de pessoas compram e vendem os mais variados produtos do campo, sempre frescos e a preços imbatíveis. A actividade começa ao amanhecer. Esse período é destinado aos revendedores. Mais tarde começam a chegar os consumidores particulares que encontram na Calenga produtos de qualidade a preço baixos. Praticamente todos os mercados urbanos do Huambo, Bié e Benguela são abastecidos de produtos agrícolas pela Calenga.
Os vendedores dizem que os melhores dias de vender são

as terças, quintas e sextas-feiras. Outubro, Novembro e Dezembro são os meses de melhores negócios. Nesta altura, segundo as vendedoras, os produtos não demoram nos armazéns, há muita procura, o que facilita o aumento das vendas e mais lucros porque os preços sobem um pouco.
Os produtos comercializados são de produção local, adquiridos nas fazendas dos grandes produtores da região. Mas os pequenos camponeses associados em cooperativas têm igualmente um peso grande no fornecimento de produtos alimentares. Do Longonjo e Ukuma chegam excelentes produtos hortícolas sobre tudo alho e cebola.
Os preços variam de acordo com a província e a distância. Domiana Ngueve diz que há altura do ano em que os produtos sobem de preço porque as estradas ficam intransitáveis devidos ás chuvas e os transportes para Calenga ficam também mais caros. Os lucros descem mas os vendedores conseguem ter os lucros.
Anastácia Maria vende repolho e tomate em grandes quantidades. Compra o saco de 25 quilos a 2.500 kwanzas e vende-o a 3.000. Os compradores que queiram adquirir o produto a retalho, têm vários preços que vão dos 100 aos 320 kwanzas. O tomate tem preços variáveis. Uma banheira de três quilos está a 200 kwanzas mas o saco de 25 quilos pode ser adquirido a mil.
Um quilo de feijão catarino custa no mercado da Calenga 200 kwanzas. As outras variedades são mais baratas e custam 180 kwanzas.
Além de hortícolas, o mercado da Calenga oferece outros produtos como soja, milho, trigo, banana, jindungo e beringela. Os alhos são o produto mais caro. As vendedoras dizem que o preço está "um pouco puxado" porque o produto não aparece muito na região.
O alho comercializado no mercado da Calenga é proveniente dos municípios vizinhos e adquirido a preços altos. Feliciana Tchilombo antes vendia fuba de milho, mas decidiu vender cebola "porque dá mais rendimento". O negócio tem altos e baixos : "há dias em que temos muitos clientes e conseguimos vender bem, mas há também aqueles dias em que voltamos para casa sem nada".
A cebola é um produto que sai bem e dá bom rendimento. O tomate e a batata rena têm preços muito acessíveis no mercado da Calenga. Muitos comerciantes vendem por encomenda aos clientes de Luanda, Benguela e da cidade do Huambo. "Temos clientes que nos mandam guardar produtos a partir de Luanda ou Benguela, principalmente na época das festas", afirmou, satisfeita, Elvira Madalena, vendedora de batata.

Venda de carne
O mercado da Calenga é forte em carne de vaca. E o único mercado onde é possível comprar carne de vaca a baixo preço. Um quilo de carne de primeira custa entre 650 e 700 kwanzas. A carne de segunda custa entre 550 e 600 kwanzas.
Todos os dias são abatidas cinco cabeças de gado. Os preços praticados na Calenga fazem com que donos de restaurantes e clientes privados recorram ao mercado para adquirirem os seus produtos.
Margarida Jamba reside na cidade do Huambo. Recorre regularmente ao mercado da Calenga para comprar verduras, batata e carne, porque os preços são muito acessíveis em relação aos praticados na cidade : "na cidade, um quilo de carne chega a custar 1.100 kwanzas. E muito caro, sobretudo para as famílias numerosas, por isso venho quase sempre a este mercado para fazer compras.
Muitos produtos vendidos na Calenga provêm de outros municípios da província do Huambo. Mas a com una também é produtora por excelência de batata, repolho, cebola, pimento, beringela e outros hortícolas.
A fama da Calenga chegou a todo país. Clientes de todas as paragens fazem do mercado paragem obrigatória. A intensa actividade comercial, os produtos de qualidade e os baixos preços são atractivos importantes mas a com una oferece também paisagens agradáveis.

3.3 Roque, feira Ngoma e outros… encerrados para… nada

Jornal a Capital de 9 de Abril de 2011

A situação, de tão rotineira, parece ter-se tornado moda : nos dias que correm, é prática corrente o Governo retirar e vedar determinados espaços, mesmo que pertencentes a populares, para a edificação de iniciativas singulares ou colectivas, mas que, mais tarde, se revelam verdadeiros elefantes brancos.

Circunstâncias há em que os populares são obrigados a pagar às administrações municipais ou comunais pelos espaços, como são os casos dos vendedores do já "falecido" mercado Roque Santeiro e da Feira Ngoma, só para citar estes, mas que se vêem despojados da mesma, num rápido piscar de olhos, assim como quem tira uma guloseima da boca de uma criança.

Diante deste quadro, a sociedade questiona se vale ou não a pena retirar as pessoas de um lugar e ou apenas vedá-lo, deixando transparecer, quase sempre, a inexistência de um plano estratégico para a área.

Encerrados nos meados de 2010, os espaços que antes albergavam o mercado do Roque Santeiro e da Feira Ngoma encontram-se, actualmente, votados ao abandono, razão por que os populares destas áreas temem que, mais tempo, menos tempo, os mesmos se tornem em terrenos férteis para a criminalidade e outras con-

dutas marginais, como, de resto, aconteceu com o famigerado processo que originou o encerramento e, consequente, demolição do então mercado do Kinaxixi, até antes das obras actualmente em curso.

Desde a saída daqueles que tinham no Roque o seu ganha pão, nada existe de novo no local, senão o areal e o descampado, que servem de balneário para os moradores e outros cidadãos que, eventualmente, estejam a circular por aquelas paragens.

Nas redondezas do agora terreno baldio a que se transformou dos dias de hoje, Roque encontramos a senhora Amélia Ambriz, mãe de cinco filhos, agora a aguardar pelo sexto, uma vendedora de gás butano. Ela, hoje, vive um duplo drama : o facto de ter visto o Roque a desaparecer num ápice e, desta forma, ver reduzida a clientela que lhe rentabilizava o negócio. "Até agora não consigo entender, porque fecharam o nosso Roque. Foi só mesmo para ficar assim?", interrogou-se. Falar do Panguila, para aonde foram transferidos os vendedores do, então, maior mercado a céu aberto de África, provoca-lhe enxaqueca. "Não tenho como acordar cedo, para apanhar táxi e chegar a tempo para vender. Para além disso, também não tenho mil kwanzas para gastar todos os dias, por isso, fico mesmo aqui a tentar vender", desabafou. O quadro é ainda mais sombrio, quando entram em cena os agentes da Policia Nacional. Quase sempre à socapa, aparem e levam nosso negócio e já não devolvem, nem mesmo quando vamos à esquadra. "Assim não dá", reconhece, para depois salientar a dificuldade com que se confrontam para garantir a sobrevivência.

Situação semelhante, vive-se na antiga Feira Ngorna, onde, desde o seu encerramento, já lá são passados pouco mais de um ano, "até agora nada que se vê", no dizer de antigos vendedores daquele espaço, agora vedado,
Em toda sua dimensão, por chapas azuis-escuross. De lá para cá, a antiga feira tem servido de parque de estacionamento, sendo que no período nocturno o espaço é transformado em lar dos meninos de rua.

Em busca de meios de sobrevivência, algumas vendedoras usam o passeio dos rés-do-chãos prédios, existente são longo da Avenida dos Combatentes, para a comercialização de diversos produtos. "Já não temos solução, por isso, vendemos aqui", afirmou Adilson Joaquim, vendedor ambulante de óculos de sol.
Quem passa pelo Eixo Viário depara-se com dois espaços vedados que oferecem imagens deprimentes àquele perímetro da capital. Por que razões foram vedados tais espaços, é uma resposta que poucos saberão. Nem mesmo os jovens que o transformaram em parque de estacionamento e uma desenrascada estação de serviço. Com idades entre os 14 e 25 anos, os lavadores e "guardadores" de carros, que labutam no local, mostram-se satisfeitos com um cenário que lhes facilita a vida. "Aqui é a nossa área de trabalho", destacou Paizinho.
"Todos os dias dá para ganhar, pelo menos, cinco mil kwanzas. Fizeram a bem darem-nos este lugar, porque não temos outro emprego", reforçou. Ele, o Paizinho, como os demais colegas não dispõem de formação técnica profissional, pelo que vêem na lavagem de carros, um avia de escape para um futuro que, à partida, lhes é cada vez mais incerto.

Ao convite de um dos lavadores de cano do Eixo Viário para a lavagem da sua viaturn, Adão Manuel não hesitou, por achar que os rapazes "lavam bem" e, deste modo, contribui para ajudá-los. Sobre a imagem que as vedações oferecem à cidade, a resposta foi curta e concisa : "não os culpados".
Hugo de Fina, estudante, é de opinião que os responsáveis pelo encerramento de alguns locais, como os mercados já referidos, "costumam a agir de precipitada, porque sempre que pretendem retirar a população de um espaço e vedar, fazem-no tão rápido e deixam transparecer à sociedade que já têm toda situação
;;. Controlada. Quer dizer, uma planificação ••• aturada, estudos e contingência para tal", mas não é o que se vê na prática. "É uma demonstração clara de que tiraram as pessoas, sem um plano estratégico. E tirar primeiro, para depois pensar no que fazer, não é prática de gente séria".

E disse mais : "para ser-se um bom p0lítico, tem de se prestar maior atenção aos aspectos sociais para acautelar situações desnecessárias em plena era da g1obalização"

3.4 Administração municipal do Cazenga pretende construir três novos mercados

Jornal De Angola
8 De Março de 2011

O administrador municipal do Cazenga, Victor Narciso, disse ontem que está em carteira a construção de três novos mercados para albergar os vendedores que actuam na rotunda da Cuca, rua dos Comandos e N gola Kiluanje.

De acordo com o administrador, na rotunda da Cuca, os vendedores ambulantes transformaram o local em mercado onde depositam o lixo, facto que está a preocupar a administração municipal.

Victor Narciso não revelou o montante a ser empregue, nem o local onde vão ser construí dos os novos mercados, mas sublinhou que contactos estão a ser feitos com

o governo da província de Luanda para que num curto intervalo de tempo a situação seja resolvida.

Acrescentou que os vendedores que se encontram ao longo das ruas Ngola Kiluanje e Comandos estão a contribuir para a degradação do local e a criar dificuldades na resolução do saneamento básico do município.

Assegurou que o local não é apropriado para comércio e pretende-se nos próximos dias retirar as pessoas que ali desenvolvem tal actividade, porque impedem a circulação de peões e viaturas, além de contribuírem para a produção de lixo.

Garantiu existirem opções no sentido de se retirar as pessoas para outros locais e neste momento mantêm-se encontros no sentido de se sensibilizar os comerciantes ambulantes da municipalidade.

3.5 Novos mercados municipais em construção no Lubango

Jornal de Angola
11 de Abril de 2011

Dois mercados vão ser construídos nas comunas do Hoque e Huíla, no município do Lubango, província da Huíla, para dar melhores condições aos vendedores das circunscrições, informou no sábado a chefe de Repartição de Estudo e Planeamento da Administração Municipal do Lubango, Margarida Acácio.
Falando à comunicação social, no final da assinatura do contrato de consignação das obras, enquadradas no Programa de Combate à Pobreza, Margarida Acácio disse tratar-se de acções destinadas a tirar os vendedores das ruas, através da criação de estruturas de qualidade para os albergar.
Numa primeira fase, nos dois mercados, avaliados em 10,99 milhões de kwanzas cada um, serão construí das as administrações, os postos de polícia e as vedações, e na segunda etapa serão edificadas as bancadas e outros serviços.
O mercado do Hoque (no Km 40) terá capacidade para dois mil vendedores e o do Hoque para 500 comerciantes.
Urge estender-se até ao campo a actividade comercial e os benefícios do mercado, pois há camponeses produtores e sem capacidade ou possibilidade de escoar os seus produtos, por isso a existências destas infra-estruturas facilitará o escoamento, afirmou.
Os dois mercados, a serem edificados nos próximos três meses, deverão substituir outros existentes nas imediações.

3.6 Mercado do artesanato em obras

Jornal de Angola
13 De Março de 2011

O administrador do mercado de artesanato localizado em Benfica, João Isabel, anunciou na quinta-feira, em Luanda, o reinício das obras de reabilitação previstas para a segunda quinzena deste mês.

"Neste momento, o que falta fazer é a construção do parque de estacionamento e a área que vai albergar a parte administrativa do mercado", especificou.

Segundo o responsável adiantou à Angop, as obras, iniciadas em 2010, estiveram paralisados devido a problemas financeiros, uma vez que estão a ser suportadas com fundos próprios dos artistas.

João Isabel referiu que os trabalhos de benfeitoria se resumem à aplicação de uma cobertura total com chapas de zinco, em todo o espaço da praça, a construção de bancadas, instalação de balneários e parque de estacionamento.

De acordo o administrador do mercado, logo após a conclusão das obras o mercado terá a capacidade de albergar dois mil escultores e revendedores, devendo a administração cobrar uma taxa simbólica que vai ser colectada aos visitantes, com excepção dos estudantes e apreciadores de arte.

No mercado, as peças mais procuradas pelos turistas são o Pensador, o mapa de África, o mapa de Angola, a palanca negra gigante, máscaras e quadros com pinturas que descrevem a vida das mulheres angolanas.

A feira do artesanato ocupa uma área de 1.600 metros quadrados e está localizada no município da Samba, a sul da cidade de Luanda.

3.7 Vendedores do Hoque e Huíla têm novos mercados

Jornal de Angola
14 de Abril de 2011

A insegurança e falta de condições em que trabalham dezenas. de vendedores do mercado informal na com una do Hoque, município do Lubango, têm os dias contados com o arranque das obras de construção de um mercado moderno.
O mercado informal situado ao quilómetro 42 na Estrada Nacional que liga o Lubango ao Huambo, Benguela e Kuando-Kubango é ponto de encontro de milhares de pessoas, todos os dias, entre clientes e vendedores. Muitos viajantes fazem ali paragem para recompor o

farnel, tomar refeições, ou fazer trocas comerciais entre os produtos do campo e da cidade. O comércio rural é facilitado pelas boas estradas que ligam os municípios e as províncias.

Os vendedores estão à espera do mercado porque no "quilómetro 42" trabalham à chuva e ao sol e não há as mínimas condições de higiene nem de armazenamento e conservação dos produtos.

O novo mercado público, em construção no "quilómetro 42," está a nascer com fundos do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, em curso em várias comunas e municípios da província da Huíla. A acção é uma iniciativa do Executivo e visa desenvolver as zonas mais recônditas.

As comunas do Hoque e da Huíla vão, nos próximos três meses, ter mercados modernos com todas as condições para desenvolver o comércio rural, dar comodidade aos vendedores e garantir a qualidade e conservação dos produtos.

Os mercados modernos estão projectados para mais de mil vendedores cada um e vão dispor de vedação para maior segurança e delimitar espaços, escritórios para a administração, instalações sanitárias e postos para a Polícia Nacional. A segunda fase da obra compreende a implantação das bancadas. As obras nos dois mercados estão orçadas em cerca de 22 milhões de Kwanzas e está igualmente prevista li construção de armazéns, estabelecimentos comerciais, parques de estacionamento e outros serviços.

A chefe da repartição de Estudo e Planeamento da Administração municipal do Lubango, Margarida

dores vão ter boas condições para vender e conservar os seus produtos nas comunas do Roque e da Huíla". "Os camponeses que têm dificuldade em escoar os produtos, vão contar agora com um espaço apropriado para promover e fomentar as trocas comerciais", afirmou. E garantiu que a partir de Julho os vendedores já não vão trabalha nos novos espaços.

Mais segurança

Maria Capumo vende há nove anos no mercado do "quilómetro 42", legumes, galinhas e ovos. A sua afinidade com a comercialização de produtos do campo tem a ver com o facto de viver na comuna do Toco, uma zona muito próxima ao mercado.

Com a venda de alimentos, conseguiu formar os seis filhos nas universidades da Huíla e do Huambo : "não sei ler nem escrever. Mas tenho filhos formados e a trabalhar em gabinetes, a dar aulas e outros a construir : casas, estradas e prédios". Maria Capumo vive sem os filhos e justifica as razões : "não tenho o hábito de viver na cidade por haver muito movimento de pessoas e viaturas e estar distante do verde das plantas, do lombi, da abóbora.

ra e estar próximo dela. Assim duro mais Com 79 anos, Maria Capumo continua a gostar de fazer os trabalhos no campo e da sua venda. Ela é tão competente que conquistou a confiança dos pequenos agricultores. Na época das safras eles seleccionam os melhores produtos para ela comercializar.

A velha comerciante considera um verdadeiro presente para todos os vendedores do mercado do "qui1ómetro 42", a construção de um mercado moderno com todas as condições : "já não vamos apanhar sol e os nossos produtos não vão apodrecer porque o mercado tem meios de conservação".

O Executivo, afirmou, "não mede esforços para solucionar os principais problemas da população das zonas rurais. Agora vamos ter um espaço apropriado e bom para trabalharmos em condições".

Anastácia Fernanda gosta da área definida para a construção do mercado porque oferece muita segurança aos vendedores, clientes e principalmente às crianças"o actual sítio da praça deixa muito a desejar por estar muito próximo da nova estrada nacional". Há motoristas, explicou, que não respeitam as pessoas que frequentam o mercado : "como estamos ao lado da e isso é perigoso". Guarda p recordações tristes de acidentes d que além de causarem vítimas, destruíram barracas e haveres de muitos vendedores. "Vamos ter mais t segurança e comodidade para fazer) o nosso negócio".

Obras nas comunas

A construção de empreendimentos de impacto socioeconómico abrange várias comunas e municípios da província da Huíla. Parte dessas obras já foram consignadas aos empreiteiros, pelas administrações municipais.

O programa agendou a construção, no presente ano, de sedes das administrações, postos de saúde, s casas para os professores, lares para idosos, escolas do primeiro ciclo, campos desportivos polivalentes e mercados.

Para a materialização do progra.0 ma, o Executivo investiu, no primeiro trimestre, na província da, e Huíla, 7,5 milhões de Kwanzas em cada um dos 13 municípios. Os sectores das águas, energia eléctrica e agricultura constam igualmente do programa. Na avaliação dos 1m primeiros três meses de trabalho, o vice-governador para o sector Económico da Huíla, Cunha Velho, considera razoável a execução dos projectos. Afirmou que as enxurradas e o mau estado das vias secundárias e terciárias, têm sido os principais obstáculos que dificultam os trabalhos. Quando as chuvas afrouxarem, disse, os trabalhos vão registar uma nova dinâmica. O vice governador explicou que o sector da Educação vai contar com 204 novas salas de projectadas para inserir 17 mil alunos nos três turnos, nos municípios. "Uma das apostas do programa consiste no aumento de salas para ampliar em cada ano lectivo o número de vagas"

Mais medicamentos
As unidades hospitalares dos municípios da província da Huíla, no quadro da materialização do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza foram contempladas com fundos para suprir as necessidades de medicamentos, material gastável e alimentos. Os dados estatísticos atestam que até ao momento, 30 milhões de Kwanzas foram disponibilizados pelo Governo Provincial para medicamentos e alimentos nos hospitais dos municípios. As verbas destinam-se. Também à manutenção dos meios, campanhas de vacinação e outros gastos.

3.8 Mercado de Cabo Ledo è paragem obrigatória

Jornal de Angola
15 De Março de 2011

O mercado de Cabo Ledo é paragem obrigatória dos automobilistas na estrada entre Luanda e o Sumbe. Agostinho Magalhães conduz há três anos um autocarro da empresa de transportes colectivos Macom. Estacionou no mercado e a paragem é apenas de 15 minutos. Mas todos os passageiros vão às compras.
Pedro Kuafila conduz um camião de marca Mack. Parou no mercado de Cabo Ledo para retemperar forças : "comi uma boa fubada com carne de vaca". Depois da refeição seguiu em direcção ao Sumbe. O camionista anda sempre dentro dos limites de velocidade e faz uma "condução defensiva porque transporto produtos químicos há seis meses. Tenho de estar atento a tudo, sobretudo às loucuras dos outros automobilistas que conduzem como se estivessem numa pista de corridas.

Logo às primeiras horas da manhã é notório o movimento incessante de viaturas ao longo da estrada entre Luanda e o Sumbe. De dia, à noite e durante a madrugada o roncar dos motores não pára.
Simão Joel conduz um camião que se dirige ao município de Seles, onde vai carregar hortícolas e fuba de bombô. Comercializa estes produtos, ao romper da aurora, no mercado do quilómetro 30.
Diz que a paz veio dinamizar a circulação de pessoas e bens. Reconhece que o intenso movimento que se verifica em todas as estradas angolanas também se deve muito às boas estradas : "esta rota está servida com uma excelente estrada e todos os dias há dezenas de camiões a circular escoando os produtos das terras férteis do Kwanza-Sul. Elisa João partilha da mesma opinião. "As estradas estão em bom estado e é bom viajar por via terrestre, porque permite desfrutar melhor a paizagem".

Comida e descrição
Quando andamos na estrada tudo pode acontecer. Um camião está imobolizado há dois dias na berma da estrada devido a um problema mecânico. Transporta chapas de contraplacado para a fábrica de cimento do Sumbe. O ajudante Alfredo Jorge explica que tudo correia de feição, quando, nas proximidades do mercado de Cabo Ledo, o motorista teve que encostar " por causa do disco de embraiagem". A sorte esteve do seu lado, porque, a avaria imobilozou o camião nas imediações do grande mercado de cabo ledo e "assim dá para comer qualquer coisa".

Uma maré de gente movimenta-se à volta do mercado que tem um pequeno parque de estacionamento arborizado. Os clientes entram e saem do interior das barracas improvisadas, num movimento frenético.
Isabel Armando é natural do Sumbe, mas vive em Cabo Ledo há mais de 30 anos. Em 1986, decidiu montar o seu negócio no mercado. Confecciona vários pratos de carne e peixe, feijão de óleo de palma, funge de bombô e milho. Os viajantes podem desfrutar de refeições típicas e várias marcas de vinho e cerveja. Isabel Armando deixa o mercado às 20 horas. No mercado de Cabo ledo, os grelhados que fazem a delícia dos clientes. Os vários fogareiros fumegam na preparação de carne no espeto. Há moelas, entrecosto, galinha, carne de vaca e chouriço. E também os mufetes com peixe fresco acabado de pescar.
E deste negócio que sobrevive Antónia Adão, há dois anos. As seis horas da manhã já tem a carne preparada nas brasas. Para garantir o negócio, desloca-se duas vezes por semana a Luanda a fim de se abastecer. Ela valoriza imenso o trabalho que realiza. "o segredo do negócio reside na forma simpática como lido com os viajantes e outros clientes", disse.

Carlos Borba viaja de boleia. Vai para o Sumbe. O automobilista que lhe deu boleia fez uma paragem rápida no mercado de Cabo Ledo. Ele aproveitou para comprar carne assada para matar a fome.
A 150 quilómetros de Luanda o mercado é pólo de atracção para pessoas provenientes de diversas paragens que andam a fazer negócios. Pedro Domingos Ngue montou a sua bancada há quatro meses para a venda de roupas, perfumes e cigarros. O negócio corre bem e vai a Luanda todas as semanas comprar mais mercadoria nos armazéns.

Confidenciou à nossa reportagem que as vendas sobem, substancialmente, quando os militares recebem o salário. Em Cabo Ledo está localizado um centro de treino de tropas especiais.

3.9 Vendedoras negam transferência para o Quindengo

Jornal de Angola
15 De Março de 2011

As vendedoras do mercado municipal do Uíge passaram a dispor de um novo espaço para comercializar os seus produtos, com melhores condições higiénicas e apropriado para o exercício da actividade comercial.

Com capacidade para albergar três mil vendedoras, o novo mercado localiza-se no bairro Quindenuco, a quatro quilómetros da cidade, o que, segundo as comerciantes, dificulta o exercício da sua actividade diária por falta de transporte e de clientes, para os quais o mercado também é distante.

A coordenadora da secção de frescos do mercado, Berta Luenze Ferreira, disse, durante um encontro promovido no último fim de semana pela direcção provincial da Família e Promoção da Mulher, no âmbito da jornada Março Mulher, que está satisfeita com as novas condições colocadas à disposição das vendedoras, mas recusasse a transferir-se para lá.
"0 Novo mercado é bonito e é de louvar os esforço do governo.

O nosso problema está na distância que separa a cidade do mercado, fazendo-nos correr sérios riscos de sermos assaltadas pelos marginais", disse.
Má Luvengo, vendedora de sacos de plástico, referiu que o outro motivo está relacionado com a falta de armazéns para grossistas no bairro Quindenuco. "Eu vendo sacos e lá não há nenhum armazém que nos permita comprar produtos a grosso para depois revendermos a retalho", referiu.

A administradora municipal adjunta do Uíge, Maria Manuel Cardoso, informou que o espaço onde funciona o antigo mercado vai, nos próximos tempos, sofrer obras de reabilitação e ampliação para proporcionar maior comodidade à vendedeira informal.

Maria Manuel Cardoso pediu maior colaboração das vendedoras na efectivação do processo de transferências para o mercado do Quindenuco, na periferia da cidade.
O novo mercado, cuja verba das obras foi já disponibilizada pelo Ministério das Finanças, tem capacidade para albergar condignamente mais de cinco mil vendedores e melhores condições de saneamento.

"O actual mercado vai, a partir deste primeiro semestre, ser alvo de uma intervenção de reabilitação e modernização e não podemos fazê-lo com a actividade comercial a decorrer ao mesmo tempo, por isso, construímos o mercado do Quindenuco, que oferece boas condições", disse a administradora municipal adjunta do Uíge.

Afirmou ainda que o governo pretende personalizar as condições das nossas quitandeiras e por isso "esperamos que colaborem e o ajudem na materialização destas condições, que estão a ser postas à disposição da população".

3.10 Quitandeiras exigem indemnização

Semanário Angolense
De 19 a 26 de Fevereiro de 2011

Parte do mercado dos Congoleses incendiou na madrugada de domingo, 20, em consequência de um curto-circuito. Até ao fecho desta edição os danos materiais provocados pelo incêndio estavam ainda a ser contabilizados, mas o administrador municipal do Rangel fala em "prejuízos avultados"

São cerca de 34 quitandeiras afectadas, estas, apesar de reconhecerem que o incêndio não foi provocado, mostram-se revoltadas e exigem indemnização da administração do mercado para recomeçar o negócio que constitui a base de sustento de suas famílias. Ana Bela Esperança é uma das afectadas e disse a nossa reportagem que perdeu 15 grades de cerveja Savana e 10 de Sagres. Segundo constou, a grade de cerveja Savana custa 3000 Kwanzas e a de Sagres 1800, o que pressupõe dizer que perdeu 63.000 Kz.

A nossa interlocutora conta que depois do encontro com a administradora do mercado, que fez uma listagem das pessoas afectadas, estão mais calmas porque esta prometeu resolver o problema no prazo de 72 horas. Reforçou que a situação é preocupante porque "há colegas que estão em casa porque não lhes restou absolutamente nada", o que deixa as vendedoras aflitas.

Maria Francisco, vendedora naquele mercado há 15 anos, disse ter perdido 23 caixas de wisky. "Espero que o Governo nos ajude porque nós pagamos uma taxa diária e o armazém onde se encontrava a nossa mercadoria é do Governo".

Já Domingas Manuel, mãe de seis filhos e quitandeira do referido há 20 anos, contou que não sabe de concreto o que se passou.

"Quando voltamos aqui no dia seguinte de manhã encontramos as coisas já transformadas em cinzas perdi tudo, caixas de wisky e cerveja, enfim, mercadoria avaliada em mais de 100 mil Kwanzas", lamentou. A mesma acrescentou que não sabe como vai responder as necessidades dos seus filhos que vão à escola, como por

exemplo, no que se refere a compra de material escolar e o pagamento diário de táxi.

A presença da nossa reportagem no mercado dos Congoleses agitou os ânimos das quitandeiras, que em pouco tempo causaram tumultos, insurgindo-se contra a administradora do mercado, Suzana Mendes, de quem exigiam a reparação imediata dos danos. "Se não nos pagarem o negócio vamos recorrer ao Governador Provincial", gritavam.

Ouvida sobre o assunto, a Administradora do mercado revelou ao Angolense que o cenário tem sido o mesmo desde a data do incêndio, por isso procura refugiar-se para evitar o contacto com as pessoas afectadas, que estão exaltadas.

Por sua vez, o Administrador Municipal do Rangel, Maciel Neto "Makavulo", disse que não sabe ao certo o que terá causado o curto-circuito que afectou o armazém em que as senhoras guardavam os produtos, mas presume que tenha sido causado por uma empresa chinesa que está a efectuar obras nos arredores do mercado.

De acordo com o responsável, horas antes do incêndio esta empresa mexeu nos cabos eléctricos que fornecem energia ao mercado.

Até ao fecho desta edição o Administrador Municipal do Rangel informou que os danos estavam a ser calculados mas avançou que o incêndio provocou prejuízos avultados, por exemplo, disse que cerca de 34 senhoras, vendedoras de bebidas e de electrodomésticos, ficaram sem o negócio.

"A administração está a fazer o levantamento porque até ao momento só se sabe o número de pessoas afectadas e o tipo de produtos, portanto, resta saber o valor real em termos monetários", referiu Maciel Neto "Makavulo".

Segundo ainda o responsável, tendo em conta os avultados prejuízos, o que é mais justo é a administração do mercado arcar com os custos, ressarcindo as quitandeiras, porém, avançou, devido a dependência do mercado em relação a administração municipal, a instituição vai solidarizar-se no pagamento.

"Makavulo" referiu, no entanto, que esta situação acontece num momento difícil em que as administrações são obrigadas por lei a depositar os dinheiros arrecadados nos mercados na Conta Única do Tesouro,

Segundo disse, a lei vai ser cumprida, mas para este caso particular, "vamos tratar junto do Ministério das Finanças, para vermos que saída pode ser encontrada para estes chefes de famílias que perderam os seus negócios e que também são contribuintes do Tesouro Nacional". Questionado para quando a solução definitiva da preocupação das mais de 34 quitandeiras, o mesmo respondeu que face a dependência da resposta do Ministério das Finanças não se pode avançar um horizonte temporal. "Pode levar O seu tempo mas estamos a fazer uma pressão para que se resolva o problema o mais rápido possível", disse.

3.11 Fim do calvário do mercado da rotunda da Cuca

Jornal de Angola
19 de Abril de 2011

Uma acção concertada entre a Administração Municipal do Cazenga e a Polícia Nacional pôs fim em meados de Março, ao verdadeiro calvário em que se tinha transformado o mercado da rotunda da Cuca. A praça, além de produzir grandes toneladas de lixo, era um centro de delinquência e transtorno para o trânsito automóvel.
O local era frequentado por quitandeiras oriundas de vários pontos da cidade que ali encontravam o seu ganha-pão diário, alegando que o mercado do Panguila fica muito distante e que há carência de espaços noutros mercados de Luanda. Mais conscientes umas do que outras dos perigos que ali corriam, dado o intenso tráfego de viaturas, motorizadas e até máquinas de obras, por ali foram permanecendo, afirmando a não existência de lugares nos mercados convencionais de Luanda.
As ruas Cerâmica do Cazenga que dá acesso à antiga fábrica de Sabão Congeral, Santa Luzia, que passa por detrás da fábrica da Cuca, e a Porto Santo, que liga à fábrica da Nocal, são agora alguns dos locais escolhidos pelas vendedoras para comercializarem os seus produtos. Ouvidas pelo Jornal de Angola, foram unânimes em afirmar que não tencionam abandonar a zona onde sempre venderam.
Laurinda Celestino, moradora na Cazenga, afirmou que outrora vendia na rotunda da Cuca, mas com a proibição da Polícia, a solução encontrada foi passar a fazer o seu negócio na rua Cerâmica do Cazenga. Reconheceu que antigamente a sua actividade causava graves problemas ao trânsito. "Também sei que não devíamos deixar o lixo no chão, mas nem todas as vendedoras têm cuidado", alegou.
Marlene Jandira confessou sentir-se cansada com a vida de zungueiras mas disse não saber como se libertar dela, por falta de emprego ou de um lugar no mercado para vender. "Se o Executivo construir mais mercados em Luanda, estou disposta a deixar de vender em locais impróprios para o comércio", afirmou Marlene.
Apesar da apertada vigilância policial, ainda há quem insista em pôr a sua bancada na rotunda. Lucrécia Pedro,

moradora no Kicolo, disse estar consciente de que está a vender num local inadequado. "Sei que corro perigo vendendo neste local, mas não existem lugares nos mercados. Por isso estou a vender aqui, para sustentar os meus filhos", explicou.

Administração cria condições

A Administração Municipal do Cazenga garante que foram criadas "boas condições" no mercado do bairro Hoji ya Henda para acabar com a venda na rotunda da Cuca e no mercado informal "Arreou arreou", mas que de nada adiantou.

Apesar disso, tem insistido que o mercado d9 Hoji ya Henda tem muitos espaços vagos para as vendedoras e é lá que elas devem exercer a sua actividade, com segurança, limpeza e higiene.

Por seu lado, o Comando da Divisão da Polícia do Cazenga reforçou os seus efectivos, colocando duas esquadras móveis no local para impedir o regresso das vendedoras. Além do redobrado policiamento, foram ainda tomadas algumas medidas preventivas em toda a extensão das ruas que fazem confluência com a rotunda da Cuca. Segundo o sargento Agostinho Dias, as medidas policiais são acompanhadas de acções de sensibilização, no sentido de se evitar o regresso das vendedoras.

Escola enaltece iniciativa

A direcção, os professores e os alunos da Escola do primeiro ciclo nº 7012 do município do Cazenga enalteceram a iniciativa da Administração Municipal e da Polícia Nacional em retirar o mercado informal da rotunda da Cuca.

"As zungueiras devem vender os seus produtos em sítios mais apropriados para não estarem sujeitas a serem atropelados", consideraram os professores, que são unânimes em afirmar que o crescimento do mercado no local onde se encontrava provocava grande transtorno a alunos e professores"As vendedoras instalavam-se mesmo em frente à entrada da escola, impedindo o acesso", explicaram.

Satisfação dos automobilistas

Avelino Jamba, motorista de táxi, disse que a retirada das vendedoras contribuiu para a redução dos acidentes e dos engarrafamentos. Recordou que antes da retirada dos vendedores, o troço São Paulo/Cuca era muito cansativo devido aos. Engarrafamentos.

Guilherme da Rocha acrescentou que é necessário que os fiscais da administração trabalhem com os agentes da Polícia Nacional para disciplinar aqueles que insistirem em vender no local. "A medida foi tomada na altura certa. Já era visível, ao longo da rotunda, grande quantidade de resíduos sólidos produzidos pelas vendedoras", acrescentou.

Diariamente, o troço Cuca/São Paulo sofre congestionamentos nos dois sentidos do trânsito devido às obras que estão a decorrer na rotunda da Cuca e na estrada dos Comandos, que liga à Frescangol, e ao buraco que se abre quando chove, na passagem de nível da Cipal. Por isso, os automobilistas pedem à empresa encarregue de reabilitar as estradas para acelerarem as obras.

Avelino lamba adiantou que, no passado, os empreiteiros alegavam que eram as vendedoras que dificultavam o andamento das obras, mas "com a saída delas já não há motivos para a lentidão dos trabalhos", disse.

Além das obras, um outro factor contribui seriamente para os problemas do tráfego rodoviário na zona. Diariamente, vários camiões ali se concentram para fazerem carregamentos de cerveja na fábrica da Cuca, também eles empecilhando o trânsito. A nossa reportagem verificou que todos os dias existem grandes filas de camiões com grades de cerveja nas imediações da fábrica e ao longo da rotunda, para serem abastecidos.

3.12 Estação céu aberto

Revista Vida
29 de Abril de 2011

A época chuvosa é tida como uma das que mais rendimento dá ao negócio das lavagens de carro. A actividade liderada maioritariamente por jovens é a garantia do sustento. Saiba como funciona e conheça o estilo de vida de alguns dos seus trabalhadores.

As chuvas que se fazer abater sobre Luanda nos últimos tempos, foram um pretexto para a nossa reportagem deslocar-se a uma das "estações de serviços a céu aberto", localizado no município do Kilamba Kiaxi, Bairro Militar e reportar o dia-a-dia dos jovens trabalhadores que ganham a vida lavando carros. O negócio é antigo. Mas é no tempo chuvoso que os postos informais de lavagem de carros registam um acordo em termos de número de clientes, para alegria dos seus proprietários.

O movimento diário médio é de quinze carros por dia, em cada um dos postos. As estações são várias, e estão localizadas com maior frequência nas zonas limítrofes às valas de drenagem.

Quinze horas, terça-feira, 26, marcava o relógio quando nossa reportagem chegou a conhecida ponte da "Fubu", adjacente ao complexo habitacional Talatona, para checar inloco a realidade dos jovens que ganham a vida naquele espaço e o modus vivendi dos seus gestores.

O primeiro impacto foi uma enchente considerável de viaturas, nos vários postos de lavagem. Um indicador da capacidade dos "profissionais" de lavagem. O negócio é feito de forma organizada. Os jovens lavadores, dispostos ao longo via, guiam os motoristas interessados na

lavagem das suas viaturas a uma das cinco estações de serviço capacitadas e o valor cobrado é repartido com o gerente do sítio. "A enchente deve-se a chuva que caiu no último fim de semana", disse Morais Messona, proprietário e gerente de um dos postos.

Profissionais de lavagem

A lavagem começa nas primeiras horas do dia e os lavadores expostos ao longo da rua são os principais
Responsáveis pelos clientes. O valor cobrado por cada lavagem varia entre mil e seis mil Kwanzas.
Os rapazes dirigem os motoristas até a estação de serviço que acharem mais conveniente
: e recebem trinta por cento do valor cobrado por cada viatura explicou Morais.
Exposto por onde passou a nossa reportagem encontramos vários tipos de viatura desde as mais vulgares aos considerados do topo de gama. Os camiões e autocarros também esperavam pela sua vez.
O maior feito aos fins-de-semana. Sobre os incidentes durante a lavagem, os mais frequentes durante a lavagem dos motores.
"Muitas das vezes os miúdos esquecem-se tapar os distribuidores e as valas de ignição nos carros à gasolina. Cortando a corrente, para desagrado dos donos dos carros, disse Morais.
Felizmente entre os lavadores existem alguns técnicos de mecânica, prontos a intervirem em casos semelhantes.
Em relação aos pagamentos das taxas dos serviços de fiscalização ou outros afins, os gerentes responderam que não existe nenhuma cobrança por parte das entidades pela actividade que praticam.
"No princípio recebíamos constantes visitas dos agentes da Polícia Nacional que nos incomodavam, mas resistimos eles cederam. Nós não aceitamos pagar algum tipo de taxa ao governo porque usamos água das valas de drenagem disse Morais.
Segundo os entrevistadores embora existir há algum tempo, o negócio dos carros começou a prosperar nos últimos cinco anos, sendo que, foi nessa altura que se começaram a vender os espaços adjacente à vala para a execução do trabalho

Perfil dos gestores

Cada uma das estações de lavagem de carros expostas ao longo da vala de drenagem é administrada por um
Gerente, responsável pelo bom funcionamento dos postos.
Ocupam cada uma, um espaço de quatrocentos e cinquenta metros quadrados, composto por duas motobombas, cada uma suportada por cinco mangueiras e as correspondentes "pistolas" ao jacto. O valor cobrado pela lavagem ajuda parte dos jovens a sustentarem-se.
Morais Messona, proprietário e gerente do posto de lavagem com o mesmo, comprou o espaço em 2007.
Ex-militar natural da província do Uíge, vive o bairro Dangereux com a esposa e cinco filhos.
"Quando cheguei a Luanda em 1992, fui camionista, mas o que ganhava não dava para sustentar a minha família. Por isso em 2007 decidi envergar-me pela lavagem de carros. Hoje é a garantia do sustento da minha família" disse.
Messona interessou-se pela actividade dos miúdos em consequência de na altura ter-se deslocado ao local para a lavagem do seu carro e decidiu ocupar um dos espaços adjacentes a vala de drenagem e abriu a sua própria empresa de lavagens de carros.
"Acompanhei com muita atenção a forma como cada um dos jovens trabalhava e vi que podia fazer o mesmo ou até melhor. Interessei-me pelo negócio e decidi ter também a minha própria estação de serviço", Morais Messona.
Na altura, a área teve que ser reabilitada, porque o terreno era acidentado. "Teve que se por entulho na área para melhorar", disse.
Zeca Kapesse e Augusto Mazambe gerente e subgerente, respectivamente, são os administradores do primeiro posto de lavagem, localizado à entrada da rua. Por sinal uns dos mais requisitados e antigos da área.
Estudante da 10." Classe, período nocturno, Augusto, chega ao local de serviço as primeiras horas do dia para a recepção dos primeiros clientes, passa todo o tempo no local de serviço e no final da tarde vai a escola.
"É com o que ganho nas lavagens dos carros que consigo sustentar o meus estudos. Felizmente sobra sempre alguma coisa para apoiar em casa", disse.
Natural da província da Lunda-Norte, há oito meses foi convidado a trabalhar a convite do proprietário do posto.
"Conheci o dono numa roulotte, convivemos durante 1
Domingos Garcia "Nigga" gerente há dois anos
Zeca Kapesse e Augusto Mazambe gerente e subgerente respectivamente. 3 Morais Messona, proprietário e gerente do posto de lavagem com mesmo nome. algum tempo e devido a minha educação e maneira de ser, ele convidou-me a fazer parte do seu quadro de funcionários", explicou Augusto Mazambe.
Por sua vez, Zeca Kapesse, funcionário há três anos, garante o sustento da sua família com o que ganha no posto de lavagem. Irmão do proprietário, Mingo Kapesse, é o responsável por todo o sucesso do seu espaço.
Natural da província da Lunda-Norte, Zeca implementou algumas normas no funcionamento da estação, tidas como o garante o seu bom andamento.
"Antes pagávamos um salário mensal aos rapazes que trabalham aqui, o que fazia com que eles relaxassem, porque sabiam que infalivelmente no fim de cada mês receberiam o seu dinheiro", explicou.
Segundo o gerente, com a implementação do pagamento

com o modelo de prestação de serviço diário, em trinta por cento do valor cobrado por cada carro, o rendimento aumentou consideravelmente.

Num outro lado da estrada, encontramos, Domingos Garcia "Nigga", gerente há dois anos. Natural da província do Uíge, frisou que foi graças ao rendimento no posto de lavagem que conseguiu tratar todos os seus documento pessoais.

"Cheguei da província do Uíge há algum tempo.

Sem documentos, não tinha como conseguir emprego em nenhuma empresa. Mas graças • a esse serviço, hoje tenho o meu bilhete de identidade e o passaporte", explicou.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4. I Sector da justiça com mais tribunas nos municípios

Jornal de Angola
03.04.2011

A modernização do sector da Justiça no Huambo vai instalar tribunais, serviço de notariado e conservatórias de registo civil municipais em oito circunscrições territoriais para aproximar os serviços de justiça dos cidadãos.

Pelo menos oito municípios, dos 11 que compõem a província vão beneficiar, nos próximos tempos, de mais serviços da administração da Justiça. O facto foi anunciado sexta-feira, no Huambo, pelo delegado provincial da Justiça, Ernesto Estêvão Pedro, ao Jornal de Angola
O sector da Justiça no Huambo tem apenas três tribunais municipais, na Caála, Katchiungo e no Bailundo a funcionarem em plenas condições. "Como não é possível fazer tudo de uma só vez, sobretudo no que se refere a tribunais, vamos transformar mais instalações em salas de julgamento", afirmou.

O delegado deplora que crimes ou actos de vandalismo passíveis de processos sumários nos municípios ainda tenham de ser julgados necessariamente na sede da província por falta de salas nas respectivas áreas de jurisdição. Ernesto Estêvão defendeu, por isso, uma "justiça de proximidade

4.2 Subas Devem camisolas de Partidos Políticos

Folha 8
09 de Abril de 2011

E o caso de Arialdino Alfredo, estudante universitário e docente do segundo nível na sede provincial, que criticou as alegações do governador do Huambo, como falsas e só para quem não conhece a realidade deste país aceita. "Temos uma paz muito miúda! A nossa paz é um simples calar das armas. A verdadeira paz tem de ser de "Paz". Tem de se balizar em todas as vertentes. E preciso que os políticos ainda trabalhem mais. Os últimos acontecimentos que se viveram no Huambo, são tristes. Mostramos sermos bons pastores, mas no fundo somos leões para com os outros irmãos. Só revelamos a falta de reconciliação nacional entre os actores políticos. Temos de parar com esta cultura, intolerante. Arialdino Alfredo, ou as forças vivas do país como, políticos, académicos, religiosos e autoridades tradicionais, no sentido de cimentar verdadeiros pilares da paz. Cimentar a paz passa necessariamente por resolver os problemas de entendimen1 entre os angolanos, de uma forma geral Já para outros académicos que preferiram o anonimato, acreditam q' faz espécie uma paz sem cidadãos cuidados. Para aqueles, os políticos têm de despartidarizar a sociedade ci~ Os sobas têm que deixar de usar as camisolas de par dos políticos. Aqui no Huambo, o governo é o principal culpado deste comportamento, sobre as autoridades tradicionais. Ao terminar, aquele interlocutor dei) um repto que os sobas devem ser proibidos, a reverem se em partidos político, para não ofuscar as liberdades populares. E preciso criarmos uma cultura tradicionalmente "Tradicional".

4.3 Lei sobre o recenseamento da população em debate nas comissões de especialidade

Jornal de Angola
14 de Abril de 2011

Os deputados da Assembleia Nacional reuniram-se hoje para analisar a proposta de autorização legislativa sobre o recenseamento geral da população e habitação.
O recenseamento da população e habitação visa a contagem e a caracterização da população residente, Q levantamento do parque habitacional e a tipificação das condições de habitabilidade. As Nações Unidas recomendam que os países realizem censos em intervalos regulares de tempo de pelo menos dez anos. Em Angola, desde 1970 que não se realiza um recenseamento geral da população e habitação.
A proposta refere que, sendo o capital humano o maior activo de uma sociedade, conhecer a quantidade e a qualidade desse capital em todas as regiões e áreas é uma componente essencial para a boa governação de um país. Para a realização do censo, estarão envolvidas 40 mil pessoas, entre agentes recenseadores, supervisores e pessoal de apoio administrativo.
Para o processo de recenseamento, a proposta de lei considera imprescindível o envolvimento das províncias, municípios, comunas e dos serviços públicos "de modo a assegurar as condições de realização que permitam aos órgãos responsáveis pela execução desenvolver um trabalho tecnicamente capaz, operacional e eficaz".
O documento sugere que O' recenseamento do pessoal que se encontra a bordo dos navios da Marinha de Guerra Angolana e em missão militar no estrangeiro ou das instalações militares no território nacional seja efectuado pelos serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional, de acordo com as instruções técnicas do Instituto Nacional de Estatística.

O pessoal diplomático e militar que se encontra em missões de segurança no estrangeiro e o recenseamento dos detidos nas prisões, deve ser efectuado pelos serviços do Ministério do Interior. O porta voz da Assembleia Nacional, Samuel Daniel, esclareceu que, apesar da autorização legislativa sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação não ter sido discutida na generalidade, vai a debate na especialidade por motivo de urgência. Outro documento a ser analisado, também na especialidade, é a proposta de Lei de Investimento Privado. O documento estabelece que os investidores privados podem denunciar directamente à Procuradoria-Geral da República irregularidades, ilegalidades e actos de improbidade contra os seus interesses, mesmo antes da aprovação do processo de investimento. Este diploma recorre à Lei da Probidade Administrativa para permitir aos investidores o exercício daquele direito.

Com a aprovação desta proposta, quadro legal do investimento privado fica adequado à nova realidade constitucional. Os deputados podem pôr fim a uma série de problemas que resultavam das insuficiências da disciplina normativa da antiga Lei de Bases do Investimento Privado, aprovada há sete anos. A nova proposta de lei está, igualmente, adaptado ao sistema de incentivos e benefícios fiscais, aduaneiros e à reforma tributária em curso.

O Executivo e o Chefe de Estado podem ter maior intervenção na condução do processo de investimento privado. A nova Lei de Bases do Investimento Privado retirou da Agência Nacional de Investimento Privado a gestão do sistema de incentivos, transferindo-as para o Ministério das Finanças.

A proposta de lei estabelece que seja investimento privado interno ou externo a aplicação de um milhão de dólares como o novo e uniforme limite de valor. Todo o investimento abaixo deste valor é irrelevante.

Os objectivos gerais da proposta são o crescimento da economia, a promoção do bem-estar económico, social e cultural da população, o aumento da capacidade produtiva nacional, a promoção das regiões mais desfavorecidas e a criação de novos postos de trabalho para cidadãos nacionais.

Ainda hoje, os deputados também devem analisar na especialidade as propostas de Lei das Comunicações Electrónicas e dos serviços da Sociedade de Informação, da Lei da Protecção de Dados pessoais e da Lei de Combate à Criminalidade no Domínio das Tecnologias de Informação e Telecomunicações e dos Serviços da Sociedade de Informação.

4.4 Sistema Nacional de Planeamento em seminário

Jornal de Angola
14 De Abril de 2011

Membros do governo do Cunene, administradores municipais e gestores públicos e privados participam, desde terça-feira, em Ondjiva, num seminário provincial sobre o Sistema Nacional de Planeamento Estatístico e Orçamento Geral do Estado.

O seminário, que encerra amanhã, visa garantir a estabilidade do desenvolvimento da economia de mercado e a competitividade das empresas nacionais, contribuindo para a redução das desproporções regionais e desigualdades sociais.

O encontro tem ainda como objectivo salvaguardar o equilíbrio ambiental e o uso racional de recursos naturais, preservação do património histórico e cultural; a promoção da participação do sector privado na definição e implementação dos eixos estratégicos do desenvolvimento nacional e a análise de informações dos resultados e os impactos dos planos, programa e acções do poder executivo.

Durante quatros dias, os participantes estão a ser elucidados sobre o sistema de planeamento no actual processo de desenvolvimento do país e no contexto da globalização e o papel do sistema estatístico nacional no processo de reforma.

4.5 Executivo fortalece administração local

Jornal O PAÍS
15 de Abril de 2011

Executivo angolano está apostado em implementar políticas tendentes ao fortalecimento da administração local do Estado, por entender que é um pressuposto básico para o desenvolvimento do país.

Esta ideia foi transmitida esta quinta-feira, pelo vice-ministro da Administração do Território para a Administração Local, Cremildo Paca, quando intervinha na cerimónia de lançamento do Projecto de Desenvolvimento Local e Fortalecimento Institucional dos Municípios de Angola, decorrida no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).

Para o efeito, sustentou, foi adoptado um programa de desconcentração e descentralização administrativa em curso, bem como medidas legislativas e operacionais para o aprofundamento deste sistema de organização administrativa, citando o que se verifica a nível da gestão financeira como o primeiro passo do que se pretende.

"Para chegarmos ao poder local é preciso fortalecer a administração local com base no desenvolvimento do território nacional", referiu.

Por outro lado, prosseguiu, o poder local ao ser implementado tem de pressupor o cumprimento de algumas etapas e "temos referido tem tomado medidas necessária para a concretização deste desiderato que não é apenas constitucional, mas também um imperativo administrativo. Explicou que depois de se aprofundar a desconcentração administrativa seguir-se-á a fase de efectivação plena da descentralização da administração com a implementação do chamado poder local.
Para a efectivação deste programa, Cremildo Paca disse que são necessários órgãos administrativos consolidados e pessoas capazes para levar a cabo acções e medidas dos organismos da administração local.
Daí, sublinhou, a importância do Projecto de Desenvolvimento Local e Fortalecimento institucional dos Municípios de Angola, que será implementado em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, visando a formação dos operadores locais. Reconheceu a importância desta cooperação porque vai representar a transferência de conhecimento para Fortalecimento dos órgãos locais.
O Projecto de Desenvolvimento Local e Fortalecimento Institucional dos Municípios de Angola, orçado em oito milhões e 656.900 mil dólares, visa a formação de profissionais da administração local, com objectivo de uniformizar métodos de gestão e planeamento em todo o país. O mesmo tem a duração de quatro anos e terá o seu arranque, a título de experiência piloto, nos nove municípios da província do Bié.

4.6 As contas que o tribunal de contas vê

Jornal O PAIS
15 de Abril de 2011

Nos dez anos de existência desta instância judicial, notou-se um aumento de crimes de natureza económica que o tribunal não investigou, Neste decénio, o Te foi mais interventivo como instituição pedagógica

A criação do Tribunal de Contas. há dez anos, foi um facto marcante que, entre os críticos a gestão dos fundos públicos, representou a esperança de uma dinâmica fiscalizadora mais acutilante.
Alimentava -se também a ideia e aguardava -se mesmo por uma postura punitiva dos infractores das normas de gestão da coisa pública que entravam para o exercício de um cargo público em condições modestas, mas ao fim do seu tempo de serviço, ostentavam sinais de riqueza inadmissíveis.
Era a grande esperança dos angolanos que viram ao longo destes anos a ser postergada a institucionalização da Alta Autoridade Contra a Corrupção (AACC) por exigência de vários quadrantes da sociedade angolana para combater este mal tido como o inimigo público mais importante a seguir à guerra.
Por isso, face à resistência em relação à AACC, a entrada em funções do Tribunal de Contas já dava para acalentar esperanças, ficando por se ver o desempenho desta instância judicial.
Numa primeira abordagem sobre os escândalos de gestão de fundos públicos, então conhecidos, Julião António e juízes conselheiros tiveram o caso do INABE e o de Gestão de Fundos, dirigidos na altura, respectivamente, por Domingos Hebo e Isaac dos Anjos, que acabaram por ser julgados naquela instância.
Nos meandros do Direito foram ouvidas vozes dissonantes em relação àquela diligência, pois vários juristas alegavam que não era da sua competência o julgamento de causas.
Estas, em meio a tantos outros casos suspeitos de má -gestão de fundos públicos, acabaram por ser as únicas causas ali julgadas, acabando a condenação por ordenar aos gestores visados nos processos a restituição dos valores aos cofres do Estado.
Apesar de se terem apurado matérias para tratamento no foro criminal, não houve até aqui conhecimento de que o Tribunal de Contas tivesse solicitado, ou o representante do Procurador-Geral da República junto dessa instância judicial alguma vez os tivesse incriminado.
O balão de ensaio funcionou mal.
Desde aquele momento, o tribunal assumiu a postura de uma instituição de ensino, entretendo-se com actividades de refrescamento dos gestores públicos sobre matéria de gestão de fundos do Estado.
Quando não se colocava na agenda esta tarefa, a aposição de vistos nos processos de admissão de novos funcionários públicos ou ainda o visto bom ao Orçamento Geral do Estado completavam o labor dos funcionários do Tribunal de Contas.
Auditar as contas das instituições que geriam fundos públicos parece ter sido remetido para outra agenda.
Assim, desde a formalização deste tribunal foram sendo conhecidos um rol de casos de má -gestão de fundos públicos, alguns com consequências graves na manutenção da funcionalidade de empresas estratégicas do sector público.
A situação de quase falência técnica da companhia aérea de bandeira, TAAG, obrigou a uma injecção de capital público para o seu salvamento.
Situação semelhante ou não muito diferente verificou -se noutras empresas do sector público como a Angola Telecom ou mesmo a Enana, sem que perante alegações de má gestão noticiadas pela imprensa, este órgão judicial encetasse uma investigação destes e outros casos.
Deste naipe de instituições públicas não podia ficar de fora o "Caso BNA" na devida triangulação com os bancos privados e o Ministério das Finanças que resul-

tou na defraudação em mais de duas centenas de milhões de dólares.
Portanto, foi justamente nestes dez anos de existência do Tribunal de Contas que se verificou uma maior e desenfreada apetência pelos fundos públicos, sem contar com a quase nula intervenção no que respeita à fiscalização dos termos negociais das empreitadas de reparação e construção de infra-estruturas sociais suportadas com dinheiros públicos.

Crise interna
O Tribunal de Contas também foi marcado por contestações internas. O seu juiz presidente, Julião António, era abertamente confrontado por um dos seus conselheiros que criticava a forma pouco transparente como geria o cofre do tribunal.

4.7 Falta de maior afectação do PIB ao sector social

Jornal O PAIS
15 de Abril de 2011

Falta maior afectação do Orçamento Geral do Estado para o sector social, concluiu o economista e professor Universidade Católica de Angola, Alves da Rocha, na dissertação sob o tema "Tribunal de Contas 10 anos ao serviço do controlo financeiro".
O economista, na análise cronológica que fez do OGE, verificou que as verbas afectadas aos sectores da saúde, educação, habitação e a providência social, comportam ainda valores muito baixos.
Para chegar a este resultado, o pesquisador seguiu a linha da tendência temporal que permite ter uma ideia das transformações em média, que para o caso em análise verifica-se que a tendência desses valores é de se manterem baixo.
No entendimento de Alves da Rocha, nesse domínio não tem havido 10 possibilidade de afectar maiores percentagens do Produto Interno Bruto para as despesas sociais, pese embora verificar-se que as despesas do sector social representarem em termos do OGE percentagem na ordem dos 28 a 30 por cento, variando com os anos.
Porém, na análise particular que fez aos sectores da educação e saúde, realçou o facto de que as receitas afectadas) pelo Orçamento àqueles sectores ainda são inferiores em relação ao valor afectado à defesa. Voltando ao foco da dissertação, o professor apontou como principal responsabilidade do Tribunal de Contas o de acautelar a utilização do dinheiro público no melhor sentido possível, respeitando as prioridades definidas no OGE, bem como aquelas estabelecidas de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros, verificar se os procedimentos estabelecidos foram cumpridos.
Ao longo dos dez anos o TC tem procurado organizar-se da melhor maneira possível, segundo disse Alves de Rocha, que reconheceu haver melhorias na capacidade de intervenção.
Explicou que apesar dos critérios do TC serem universais, perseguem essencialmente procedimentos de boa governação, gestão das verbas afectadas pelo Estados a despesas, estas não diferem de pais para pais, que devem ser inculcados em todos os gestores públicos que devem ficarem convencidos que fiscalização é fundamental.

Universidade Católica investiga transparência nas obras públicas
O Centro de Estudo e Investigação da Universidade Católica de Angola está a realizar um estudo sobre transparência nas obras públicas, revelou Alves da Rocha.
O estudo visa essencialmente provar se houve ou não perdas de investimento público resultante da não aplicação ou violação da lei que regula adjudicação das obras públicas em Angola no período de 2002 a 2010
Presume que no período do estudo da CEIC, o Estado terá investido aproximadamente 40 mil milhões de dólares americanos em investimento público em infra-estruturas.
De momento, a investigação enfrenta grandes obstáculos no que concerne ao acesso à informação, revelou Alves da Rocha na sua intervenção.

Falta eficácia no custo eficácia
No entendimento do investigador Alves da Rocha, falta ainda o controlo do custo eficácia das obras públicas, considerando que nesse domínio a eficácia é ainda reduzido
"Aquilo que eu vejo quando viajo pelo pais e, nomeadamente, por Luanda, é que há muitos investimentos públicos que se repetem. Passados três anos já estamos a fazer exactamente a mesma coisa. Isto naturalmente tem um custo social, o chamado custo de oportunidade. O público tem de saber que o investimento numa estrada tem um tempo determinado de vida útil que não são três anos", desabafou economista.
Como solução do problema, Alves da Rocha entende que é preciso identificar quem necessariamente deve fiscalizar o custo eficácia das obras públicas, alegando que o pais está a perder muito dinheiro devido à repetição dos investimentos, lembrando que existem obras que tiveram inicio há 5 anos e ainda não foram concluídas.

Gestores públicos prestam contas ao TC
A maioria dos gestores do erário público já submeteu os relatórios de prestação de contas referente ao ano económico de 2010 ao Tribunal de Contas, revelou o juiz presidente do Tribunal de Contas, Julião António, no acto comemorativo do décimo aniversário daquela institui-

ção, completados na terça - feira última.
Para o mais alto responsável daquela instância da magistratura judiciária em Angola, a atitude acima descrita representa um ganho dos pais e anima a comunidade internacional, que acompanha o trabalho daquela instância.
O responsável aproveitou a ocasião para exprimir a sua satisfação pelo trabalho desempenhado pelo TC, ao longo desta década de experiência e de um percurso que "não tem sido fácil".
"Não é fácil fiscalizar uma sociedade que outrora não estava habituada à prestação de contas. E fiscalizar não é algo que agrade aos fiscalizados. Ninguém gosta de ser fiscalizado e quanto mais em proveito próprio em detrimento do interesse público melhor, assim pensa muita gente", disse Julião António.
Uma fonte do Tribunal de Contas revelou que até ao momento aquela instância já terá recepcionado mais de 85 mil processos, referente aos últimos dois anos, porém não destrinçou quantos destes já foram aud1tados e quantos, eventualmente, foram julgados. Por seu turno, a deputada Ângela Bragança, na sua intervenção em representação do Presidente da Assembleia Nacional, destacou que os principais actos do TC ao longo destes dez anos tem sido o acompanhamento da execução do OGE e a elaboração de projectos pareceres sobre a Conta Geral dos órgãos do Estado.
Por outro lado, salientou que a entrada em funcionamento da instituição mudou o rumo da sociedade relativamente à cultura de prestação de contas, transparência e boa gestão da coisa pública.

4.8 Administradora advoga gestão com participação dos moradores

Jornal de Angola,
16 de Abril de 2011

A administradora municipal da Ingombota, em Luanda, Susana Augusto de Meio, considerou fundamental a participação dos munícipes na gestão para que os problemas locais sejam resolvidos.

Ao proceder ontem à abertura da reunião ordenaria do conselho municipal de auscultação social, segunda neste ano, Susana de Melo referiu que o município precisa de todos para que seja um bom local para viver.

A administradora da Ingombota pediu uma maior aproximação entre os diferentes organismos representados na Administração Municipal como as comissões de moradores e outras organizações estatais e privadas. Para fazer face ao surgimento de diversas doenças como a gripe, conjuntivite e cólera Susana de Melo indicou como tarefa principal o saneamento básico nesta época chuvosa, recolha de lixo e limpeza das valas de drenagem e higiene pessoal.

A administradora pediu aos responsáveis de escolas e centros de saúde para terem maior atenção com a higiene e segurança dos alunos e no atendimento dos pacientes.

A conservação e manutenção dos equipamentos comunitários, como a rede de iluminação pública e de água potável, o trânsito rodoviário, conservação de escolas, centros de saúde, jardins, e disciplinar a venda ambulante foram também destacados por Susana Augusto de Melo.
O encontro, que terminou ainda ontem, avaliou a situação dos sectores do ensino, saúde, segurança, ordem e tranquilidade pública, distribuição de energia e água. A reunião analisou ainda a situação urbanística, programa de desenvolvimento rural e combate à pobreza e à venda ambulante.

Participaram no encontro o administrador adjunto, administradores comunais, chefes de repartição, secção, representantes do comando de Divisão da Ingombota da Polícia Nacional, autoridades tradicionais, empresários, representantes de igrejas, partidos políticos e associações sedeadas no município. O Conselho de Auscultação e Concertação Social tem como objectivo promover o diálogo e a concertação entre a administração local e parceiros sociais.
Com uma população estimada em 600 mil habitantes, o município ocupa uma área de 13 mil metros quadrados e é composto pelas comunas da Ingombota (sede), Patrice Lumumba, Ilha do Cabo, Kinanga e Maculusso.

4.9 Executivo lança projecto para municípios

Jornal de Angola,
16 de Abril de 2011

O Executivo lançou ontem, em Luanda, o Projecto de Desenvolvimento Local e Fortalecimento Institucional dos Municípios de Angola. O vice-ministro da Administração do Território para a Administração Local, Cremildo Paca, que discursava na cerimónia de lançamento do projecto no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), afirmou que o programa é prova da aposta na realização de políticas para o fortalecimento da administração local do Estado.
O vice-ministro disse que o Executivo apostou no programa por entender que é um pressuposto básico para o desenvolvimento do país. Para o efeito, sustentou, foi adoptado um programa de desconcentração e descentralização administrativa, bem como medidas legislativas e operacionais para o aprofundamento deste sistema de

organização administrativa. Cremildo Paca citou como exemplo o que acontece na gestão financeira, como o primeiro passo do que se pretende. "Para chegarmos ao poder local é preciso fortalecer a administração local com base no desenvolvimento do território nacional", referiu.
A presidente em exercício da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Júlia de Carvalho, defendeu, ontem, em Luanda, a criação de instrumentos de suporte para os órgãos locais daquela instituição.
Estes instrumentos, disse Júlia de Carvalho, tinham como objectivo. Orientar o trabalho das comissões eleitorais de forma diligente, criteriosa e uniforme em conformidade com a lei. Frisou ser necessário aprimorar as aptidões e a qualidade dos serviços para adequar as políticas de gestão preconizadas.

4.10 No Cunene gestores capacitados sobre o orçamento

Jornal de Angola
17 de Abril de 2011

Os gestores públicos no Cunene foram capacitados ontem, em Ondjiva, com ferramentas para uma planificação orçamental baseada nas reformas do sistema nacional de planeamento e da administração financeira do Estado.
O seminário sobre Sistema de Planeamento Estatístico Nacional e Orçamento Geral do Estado, promovido pelo governo local, fortaleceu a capacidade dos gestores públicos e administradores municipais na planificação e gestão deforma criteriosa dos recursos do Estado. A acção formativa, que ontem terminou, foi enquadrada no programa de combate à pobreza, segundo Eduardo Seendelwako, director provincial do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Cunene.
Eduardo Seendelwako referiu aos formandos que os gestores devem realizar despesas com maior rigor, transparência e disciplina, para melhor gerirem os programas e os investimentos públicos.
O responsável exortou os gestores públicos locais a executarem com maior eficácia os planos orçamentais do Estado. Durante quatro dias, os participantes ao seminário sobre sistemas de planeamento Estatísticos abordaram aspectos inerentes ao sistema de planeamento, o actual desenvolvimento do país no contexto da globalização, o papel do sistema estatístico nacional no processo de reforma, a planificação em ambiente de democracia e descentralização.

4.11 Recenseamento da população é em 2013

Jornal de Angola
20 de Abril de 2011

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, anunciou ontem na Assembleia Nacional que o recenseamento geral da população e habitação vai ser realizado em 20 13.
A ministra, que falava durante a apreciação da lei de autorização legislativa sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação, esclareceu que a realização do censo não pode ser antecipada por se tratar de um trabalho complexo e exaustivo. "A prática internacional requer pelo menos três anos de preparação", disse a ministra, para acrescentar : "vamos, nos próximos dois anos, preparar convenientemente a operação estatística, para que possa ser real izadaem2013".
Ana Dias Lourenço refere que o recenseamento é efectuado em 2013, no período do cacimbo e de férias escolares. Feitas as contas, a data provável é às zero horas do dia 16 de Julho de 2013. A operação de campo vai de 16 de Julho a 18 de Agosto, segundo a ministra do Planeamento. "A execução financeira do censo vai constar em todos os Orçamentos do Estado, a partir do momento em que está dada a autorização legislativa para o Chefe do Executivo legislar", explicou a ministra do Planeamento.
Ana Dias Lourenço disse, também, que há recomendações internacionais que aconselham a não realizar os registos estatísticos em ano de eleições. "Como 2012 é ano de eleições, então pode não ser o período indicado para o censo", disse a ministra.
Os censos, segundo Ana Dias Lourenço, permitem também definir os objectivos e prioridades para políticas de desenvolvimento, planeamento do território e urbanismo, proceder a estudasse mercados e sondagens de opinião e investigação em ciências sociais. e políticas.
As Nações Unidas recomendam que os países realizem censos em intervalos regulares de pelo menos de dez anos. Os deputados foram unânimes em reconhecer a pertinência na aprovação da lei de autorização legislativa sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação.
Nas intervenções, deputados da UNIT A e do MPLA falaram da importância do diploma. Clarisse Caputo, da bancada parlamentar da UNITA, considerou bem-vindo o documento e afirmou que o censo é uma necessidade imperiosa para o país. O deputado João Pinto, do MPLA, disse que o diploma trata de uma matéria de interesse também económico para se poder planear a economia do país e a distribuição do rendimento nacional.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Municípios de Luanda ganham orçamento para executar obras

Semanário Factual
De 5 a 12 de Março de 2011

Os nove municípios da província de Luanda vão contar, brevemente, com três programas de acção e respectivos orçamentos que os permitirá assegurar uma boa articulação e evitar sobreposições na sua execução.
O facto foi anunciado, a 2 de Março, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, durante a reunião do Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social de Luanda.

O chefe do Executivo apontou para o Programa de Acção e Respectivo Orçamento, integrado no Programa de Investimento Público (PIP), de subordinação central e ao qual os departamentos ministeriais respondem, directamente, perante o Conselho de Ministros ou o Chefe do Executivo.

O Presidente citou, igualmente, o programa provincial, ao qual responde o Governo Provincial, que tem a faculdade de se pronunciar sobre os projectos e acções, sob sua responsabilidade e o Programa Municipal Integrado no PIP e no respectivo orçamento municipal.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda debruçou-se sobre as questões relacionadas com a articulação no plano executivo entre o Governo Central e o Governo Provincial Luanda (GPL) e com a implementação de programas referentes à conclusão em 2012 das vias estruturantes e das valas de drenagem das águas pluviais.

José Eduardo dos Santos analisou, igualmente, a definição da micro localização dos parques de estacionamento de viaturas e das modalidades de investimento e gestão dos mesmos, bem como das bombas de gasolina e estações de serviço.

A reunião fez a apreciação crítica do diagnóstico, da modernização do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, da construção de novos mercados, dos cemitérios municipais e da criação de parques e zonas verdes.

Outro assunto que mereceu a atenção dos participantes foi o programa de regularização da gestão de solos na província de Luanda, no qual se fez o ponto da situação da gestão das reservas fundiárias de Luanda e se procedeu à análise dos mecanismos de gestão de solos e ao processo de licenciamento de obras.

O Conselho de Coordenação Estratégica apreciou, igualmente, o subprograma integrado de reforço da segurança pública e ordem interna, do combate à criminalidade e de ordenamento do trânsito rodoviário.

Nos termos do regime de prestação de contas que a reunião apreciou, o Governo Provincial deve informar, trimestralmente, o Executivo sobre o cumprimento, incumprimento, dificuldades e resultados alcançados na materialização dos projectos sobre a sua responsabilidade

O Conselho Estratégico, através da sua comissão técnica, acompanhará a execução de todos os programas, fazendo a sua necessária harmonização e a concertação de posições e intenções.
Segundo o comunicado, na sua introdução, o Presidente da República sublinhou constituírem instrumentos essenciais para reger a actividade deste órgão os regulamentos sobre a repartição de responsabilidades na actuação do Governo Central e sobre o regime financeiro local.
Outros instrumentos são o programa de acção anual e respectivo orçamento, assim como o Programa de Investimento Público, a nível provincial e municipal.

5.2 Administradores desconhecem suas áreas de jurisdição

O independente
12 De Março de 2011

Recordo-me como hoje, quando um determinado administrador aqui na nossa urbe, entrevistado por uma rádio, foi questionado sobre quantos quilómetros quadrados tem o seu município? E a resposta não se fez esperar : São mais ou menos... Temos aí ao fundo o bairro... Junto a cantina que faz fronteira com, e etc., etc.

E é isto que tem estado na base do que agora continuamos a afirmar! Alguns administradores não conhecem os municípios que dirigem e ninguém os conhece nos seus respectivos territórios.

Durante a semana finda, transitei por algumas ruas do bairro Rangel e Marçal e o cenário que assisti foi péssimo.

Águas por tudo quanto é cantam

Este cenário, levou-me a pensar então, para onde foram parar os chamados "Sukulas", também conhecidos como os caminhões de "chupa co…Que o governo provincial de Luanda havia distribuído aos municípios de Luanda cujo objectivo era chupar a água das ruas.

A este exemplo, juntam-se também caminhões cuja missão era distribuir água gratuita aos bairros, nos tempos idos de Francisca Espírito Santo, a então governadora da província de Luanda.

O certo, é que estes carros cisternas andam por aí a vender água e a fazer outros serviços sob conivência directa ou indirecta de alguns administradores.

Estes mesmos administradores, muitos dos quais não sabem quantos são os trabalhadores sob sua jurisdição, preferem em alguns casos trabalhar com elementos vulgo "biscateiros", em paralelo para a busca do lucro fácil.

Recentemente, ouviu-se falar por parte do Governador Provincial de Luanda sobre a necessidade de se criarem programas de educação e sensibilização das populações, programas de gestão sustentada de terras e resíduos, com vista a evitarem-se construções anárquicas em locais impróprios.

Mas, ao que nos pareceu é que de lá pra cá foram poucos os gestores que terão cumprido rigor a medida. Os demais nos parece" não querer saber patavina nenhuma". Francamente, é muito grave o que se verifica por Luanda e arredores. Não é por acaso que se diz a boca pequena que alguns administradores 5, não conhecem os municípios que dirigem, por outro lado ninguém os conhece respectivos territórios.

Os discursos são tantos, que até "enjoam quem os ouve". São muitas as promessas, e até agora, nem água vem, nem água vai...

São sobretudo estas situações que de certa maneira" irritam" os citadinos. Fala-se pomposamente da construção de vias secundárias e terciária, na resolução do problema da água e da energia, do saneamento básico, enfim, contas feitas, tudo continua na mesma ou pior como antes.

Chega de promessas senhores, e aprendam a agir com base na exigência dos governados.

5.3 Rádios nas comunidades ajudam descentralização

Jornal de Angola
14 De Março de 2011

O processo de descentralização administrativa nos municípios da província da Huíla precisa de rádios comunitárias para facilitar a circulação de informação. Esta foi uma das conclusões da última conferência provincial sobre descentralização administrativa, realizada em Caluquembe, Huíla.
Os 70 participantes na conferência concordaram que "é pertinente" para o processo de descentralização administrativa a instalação de rádios comunitárias por constituírem um instrumento que pode "alargar a voz das populações das zonas longínquas com limitações de cobertura radiofónica".

Para o processo, os administradores municipais devem agir com as instâncias do Governo Provincial para melhorar a comunicação com os municípios e assim evitar embaraços nos programas de desenvolvimento local.

As Administrações Municipais, recomendaram os participantes, "devem tomar iniciativas locais para uma maior arrecadação de receitas no sentido de deixarem de depender exclusivamente do Orçamento Geral do Estado e contribuírem directamente para o desenvolvimento local".

Os participantes na conferência sobre descentralização administrativa, que decorreu em Caluquembe, afirmaram que a atribuição de competências aos governos locais e a transformação das Administrações Municipais em unidades orçamentais é um passo importante em direcção à constituição das autarquias locais. "Existem alguns constrangimentos no processo de concentração, sobretudo no momento de pedidos de elaboração de programas de curto prazo pelos órgãos centrais, o que não permite a preparação dos encontros de auscultação nos municípios", com os participantes.

Os conferencistas defenderam que os Conselhos de Auscultação e Concertação Social devem ser mais representativos para garantirem um debate sobre os planos orçamentais e programa como forma de fortalecer o processo democrático e melhorar a gestão de recursos. O Conselho de Auscultação Concertação Social é um espaço que reúne membros do governo da sociedade civil e partidos políticos, com o objectivo de apresentar : pontos de vista e sugestões de natureza política, económica da província.

Neste fórum cada instituição ou organização da sociedade tem a liberdade de indicar o seu representante, sem interferências da tutela.
A conferência provincial, movida pela organização Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), decorreu sob lema "Descentralização administrativa, um caminho para o desenvolvimento local" e contou com a presença de administradores e actores sociais.

5.4 Lei sobre o recenseamento da população em debate nas comissões de especialidade

Jornal de Angola
14 de Abril de 2011

Os deputados da Assembleia Nacional reuniram-se hoje para analisar a proposta de autorização legislativa sobre o recenseamento geral da população e habitação.
O recenseamento da população e habitação visa a contagem e a caracterização da população residente, Q levantamento do parque habitacional e a tipificação das condições de habitabilidade. As Nações Unidas recomendam que os países realizem censos em intervalos regulares de tempo de pelo menos dez anos. Em Angola, desde 1970 que não se realiza um recenseamento geral da população e habitação.
A proposta refere que, sendo o capital humano o maior activo de uma sociedade, conhecer a quantidade e a qualidade desse capital em todas as regiões e áreas é uma componente essencial para a boa governação de um país. Para a realização do censo, estarão envolvidas 40 mil pessoas, entre agentes recenseadores, supervisores e pessoal de apoio administrativo.
Para o processo de recenseamento, a proposta de lei considera imprescindível o envolvimento das províncias, municípios, comunas e dos serviços públicos "de modo a assegurar as condições de realização que permitam aos órgãos responsáveis pela execução desenvolver um trabalho tecnicamente capaz, operacional e eficaz".
O documento sugere que O' recenseamento do pessoal que se encontra a bordo dos navios da Marinha de Guerra Angolana e em missão militar no estrangeiro ou das instalações militares no território nacional seja efectuado pelos serviços competentes do Ministério da Defesa Nacional, de acordo com as instruções técnicas do Instituto Nacional de Estatística.
O pessoal diplomático e militar que se encontra em missões de segurança no estrangeiro e o recenseamento dos detidos nas prisões, deve ser efectuado pelos serviços do Ministério do Interior. O porta voz da Assembleia Nacional, Samuel Daniel, esclareceu que, apesar da autorização legislativa sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação não ter sido discutida na generalidade, vai a debate na especialidade por motivo de urgência. Outro documento a ser analisado, também na especialidade, é a proposta de Lei de Investimento Privado. O documento estabelece que os investidores privados podem denunciar directamente à Procuradoria-Geral da República irregularidades, ilegalidades e actos de improbidade contra os seus interesses, mesmo antes da aprovação do processo de investimento. Este diploma recorre à Lei da Probidade Administrativa para permitir aos investidores o exercício daquele direito.
Com a aprovação desta proposta, quadro legal do investimento privado fica adequado à nova realidade constitucional. Os deputados podem pôr fim a uma série de problemas que resultavam das insuficiências da disciplina normativa da antiga Lei de Bases do Investimento Privado, aprovada há sete anos. A nova proposta de lei está, igualmente, adaptado ao sistema de incentivos e benefícios fiscais, aduaneiros e à reforma tributária em curso.
O Executivo e o Chefe de Estado podem ter maior intervenção na condução do processo de investimento privado. A nova Lei de Bases do Investimento Privado retirou da Agência Nacional de Investimento Privado a gestão do sistema de incentivos, transferindo-as para o Ministério das Finanças.
A proposta de lei estabelece que seja investimento privado interno ou externo a aplicação de um milhão de dólares como o novo e uniforme limite de valor. Todo o investimento abaixo deste valor é irrelevante.
Os objectivos gerais da proposta são o crescimento da economia, a promoção do bem-estar económico, social e cultural da população, o aumento da capacidade produtiva nacional, a promoção das regiões mais desfavorecidas e a criação de novos postos de trabalho para cidadãos nacionais.
Ainda hoje, os deputados também devem analisar na especialidade as propostas de Lei das Comunicações Electrónicas e dos serviços da Sociedade de Informação, da Lei da Protecção de Dados pessoais e da Lei de Combate à Criminalidade no Domínio das Tecnologias de Informação e Telecomunicações e dos Serviços da Sociedade de Informação.

5.5 Sistema Nacional de Planeamento em seminário

Jornal de Angola
14 De Abril de 2011

Membros do governo do Cunene, administradores municipais e gestores públicos e privados participam, desde terça-feira, em Ondjiva, num seminário provincial sobre o Sistema Nacional de Planeamento Estatístico e Orçamento Geral do Estado.
O seminário, que encerra amanhã, visa garantir a estabilidade do desenvolvimento da economia de mercado e

a competitividade das empresas nacionais, contribuindo para a redução das desproporções regionais e desigualdades sociais.
O encontro tem ainda como objectivo salvaguardar o equilíbrio ambiental e o uso racional de recursos naturais, preservação do património histórico e cultural; a promoção da participação do sector privado na definição e implementação dos eixos estratégicos do desenvolvimento nacional e a análise de informações dos resultados e os impactos dos planos, programa e acções do poder executivo.
Durante quatros dias, os participantes estão a ser elucidados sobre o sistema de planeamento no actual processo de desenvolvimento do país e no contexto da globalização e o papel do sistema estatístico nacional no processo de reforma.

5.6 Executivo fortalece administração local

Jornal O PAÍS
15 de Abril de 2011

Executivo angolano está apostado em implementar políticas tendentes ao fortalecimento da administração local do Estado, por entender que é um pressuposto básico para o desenvolvimento do país.
Esta ideia foi transmitida esta quinta-feira, pelo vice-ministro da Administração do Território para a Administração Local, Cremildo Paca, quando intervinha na cerimónia de lançamento do Projecto de Desenvolvimento Local e Fortalecimento Institucional dos Municípios de Angola, decorrida no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).
Para o efeito, sustentou, foi adoptado um programa de desconcentração e descentralização administrativa em curso, bem como medidas legislativas e operacionais para o aprofundamento deste sistema de organização administrativa, citando o que se verifica a nível da gestão financeira como o primeiro passo do que se pretende.
"Para chegarmos ao poder local é preciso fortalecer a administração local com base no desenvolvimento do território nacional", referiu.
Por outro lado, prosseguiu, o poder local ao ser implementado tem de pressupor o cumprimento de algumas etapas e "temos referido tem tomado medidas necessária para a concretização deste desiderato que não é apenas constitucional, mas também um imperativo administrativo.
Explicou que depois de se aprofundar a desconcentração administrativa seguir-se-á a fase de efectivação plena da descentralização da administração com a implementação do chamado poder local.
Para a efectivação deste programa, Cremildo Paca disse que são necessários órgãos administrativos consolidados e pessoas capazes para levar a cabo acções e medidas dos organismos da administração local.
Daí, sublinhou, a importância do Projecto de Desenvolvimento Local e Fortalecimento institucional dos Municípios de Angola, que será implementado em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional, visando a formação dos operadores locais.
Reconheceu a importância desta cooperação porque vai representar a transferência de conhecimento para
Fortalecimento dos órgãos locais.
O Projecto de Desenvolvimento Local e Fortalecimento Institucional dos Municípios de Angola, orçado em oito milhões e 656.900 mil dólares, visa a formação de profissionais da administração local, com objectivo de uniformizar métodos de gestão e planeamento em todo o país.
O mesmo tem a duração de quatro anos e terá o seu arranque, a título de experiência piloto, nos nove municípios da província do Bié.

5.7 Falta de maior afectação do PIB ao sector social

Jornal O PAIS
15 de Abril de 2011

Falta maior afectação do Orçamento Geral do Estado para o sector social, concluiu o economista e professor Universidade Católica de Angola, Alves da Rocha, na dissertação sob o tema "Tribunal de Contas 10 anos ao serviço do controlo financeiro".
O economista, na análise cronológica que fez do OGE, verificou que as verbas afectadas aos sectores da saúde, educação, habitação e a providência social, comportam ainda valores muito baixos.
Para chegar a este resultado, o pesquisador seguiu a linha da tendência temporal que permite ter uma ideia das transformações em média, que para o caso em análise verifica-se que a tendência desses valores é de se manterem baixo.
No entendimento de Alves da Rocha, nesse domínio não tem havido 10 possibilidade de afectar maiores percentagens do Produto Interno Bruto para as despesas sociais, pese embora verificar-se que as despesas do sector social representarem em termos do OGE percentagem na ordem dos 28 a 30 por cento, variando com os anos.
Porém, na análise particular que fez aos sectores da educação e saúde, realçou o facto de que as receitas afectadas) pelo Orçamento àqueles sectores ainda são inferiores em relação ao valor afectado à defesa. Voltando ao foco da dissertação, o professor apontou como principal responsabilidade do Tribunal de Contas o de acautelar a utilização do dinheiro público no melhor sentido possível, respeitando as prioridades definidas no OGE, bem

como aquelas estabelecidas de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros, verificar se os procedimentos estabelecidos foram cumpridos.
Ao longo dos dez anos o TC tem procurado organizar-se da melhor maneira possível, segundo disse Alves de Rocha, que reconheceu haver melhorias na capacidade de intervenção.
Explicou que apesar dos critérios do TC serem universais, perseguem essencialmente procedimentos de boa governação, gestão das verbas afectadas pelo Estados a despesas, estas não diferem de pais para pais, que devem ser inculcados em todos os gestores públicos que devem ficarem convencidos que fiscalização é fundamental.

Universidade Católica investiga transparência nas obras públicas
O Centro de Estudo e Investigação da Universidade Católica de Angola está a realizar um estudo sobre transparência nas obras públicas, revelou Alves da Rocha.
O estudo visa essencialmente provar se houve ou não perdas de investimento público resultante da não aplicação ou violação da lei que regula adjudicação das obras públicas em Angola no período de 2002 a 2010
Presume que no período do estudo da CEIC, o Estado terá investido aproximadamente 40 mil milhões de dólares americanos em investimento público em infra-estruturas.
De momento, a investigação enfrenta grandes obstáculos no que concerne ao acesso à informação, revelou Alves da Rocha na sua intervenção.

Falta eficácia no custo eficácia
No entendimento do investigador Alves da Rocha, falta ainda o controlo do custo eficácia das obras públicas, considerando que nesse domínio a eficácia é ainda reduzido
"Aquilo que eu vejo quando viajo pelo pais e, nomeadamente, por Luanda, é que há muitos investimentos públicos que se repetem. Passados três anos já estamos a fazer exactamente a mesma coisa. Isto naturalmente tem um custo social, o chamado custo de oportunidade. O público tem de saber que o investimento numa estrada tem um tempo determinado de vida útil que não são três anos", desabafou economista.
Como solução do problema, Alves da Rocha entende que é preciso identificar quem necessariamente deve fiscalizar o custo eficácia das obras públicas, alegando que o pais está a perder muito dinheiro devido à repetição dos investimentos, lembrando que existem obras que tiveram inicio há 5 anos e ainda não foram concluídas.

Gestores públicos prestam contas ao TC
A maioria dos gestores do erário público já submeteu os relatórios de prestação de contas referente ao ano económico de 2010 ao Tribunal de Contas, revelou o juiz presidente do Tribunal de Contas, Julião António, no acto comemorativo do décimo aniversário daquela instituição, completados na terça - feira última.
Para o mais alto responsável daquela instância da magistratura judiciária em Angola, a atitude acima descrita representa um ganho dos pais e anima a comunidade internacional, que acompanha o trabalho daquela instância.
O responsável aproveitou a ocasião para exprimir a sua satisfação pelo trabalho desempenhado pelo TC, ao longo desta década de experiência e de um percurso que "não tem sido fácil".
"Não é fácil fiscalizar uma sociedade que outrora não estava habituada à prestação de contas. E fiscalizar não é algo que agrade aos fiscalizados. Ninguém gosta de ser fiscalizado e quanto mais em proveito próprio em detrimento do interesse público melhor, assim pensa muita gente", disse Julião António.
Uma fonte do Tribunal de Contas revelou que até ao momento aquela instância já terá recepcionado mais de 85 mil processos, referente aos últimos dois anos, porém não destrinçou quantos destes já foram aud1tados e quantos, eventualmente, foram julgados. Por seu turno, a deputada Ângela Bragança, na sua intervenção em representação do Presidente da Assembleia Nacional, destacou que os principais actos do TC ao longo destes dez anos tem sido o acompanhamento da execução do OGE e a elaboração de projectos pareceres sobre a Conta Geral dos órgãos do Estado.
Por outro lado, salientou que a entrada em funcionamento da instituição mudou o rumo da sociedade relativamente à cultura de prestação de contas, transparência e boa gestão da coisa pública.

5.8 Administradora advoga gestão com participação dos moradores

Jornal de Angola, 16 de Abril de 2011

A administradora municipal da Ingombota, em Luanda, Susana Augusto de Meio, considerou fundamental a participação dos munícipes na gestão para que os problemas locais sejam resolvidos.

Ao proceder ontem à abertura da reunião ordenaria do conselho municipal de auscultação social, segunda neste ano, Susana de Melo referiu que o município precisa de todos para que seja um bom local para viver.

A administradora da Ingombota pediu uma maior aproximação entre os diferentes organismos representados

na Administração Municipal como as comissões de moradores e outras organizações estatais e privadas. Para fazer face ao surgimento de diversas doenças como a gripe, conjuntivite e cólera Susana de Melo indicou como tarefa principal o saneamento básico nesta época chuvosa, recolha de lixo e limpeza das valas de drenagem e higiene pessoal.

A administradora pediu aos responsáveis de escolas e centros de saúde para terem maior atenção com a higiene e segurança dos alunos e no atendimento dos pacientes.

A conservação e manutenção dos equipamentos comunitários, como a rede de iluminação pública e de água potável, o trânsito rodoviário, conservação de escolas, centros de saúde, jardins, e disciplinar a venda ambulante foram também destacados por Susana Augusto de Melo.

O encontro, que terminou ainda ontem, avaliou a situação dos sectores do ensino, saúde, segurança, ordem e tranquilidade pública, distribuição de energia e água. A reunião analisou ainda a situação urbanística, programa de desenvolvimento rural e combate à pobreza e à venda ambulante.

Participaram no encontro o administrador adjunto, administradores comunais, chefes de repartição, secção, representantes do comando de Divisão da Ingombota da Polícia Nacional, autoridades tradicionais, empresários, representantes de igrejas, partidos políticos e associações sedeadas no município. O Conselho de Auscultação e Concertação Social tem como objectivo promover o diálogo e a concertação entre a administração local e parceiros sociais.
Com uma população estimada em 600 mil habitantes, o município ocupa uma área de 13 mil metros quadrados e é composto pelas comunas da Ingombota (sede), Patrice Lumumba, Ilha do Cabo, Kinanga e Maculusso.

5.9 No Cunene gestores capacitados sobre o orçamento

Jornal de Angola de 17 de Abril de 2011

Os gestores públicos no Cunene foram capacitados ontem, em Ondjiva, com ferramentas para uma planificação orçamental baseada nas reformas do sistema nacional de planeamento e da administração - financeira do Estado.
O seminário sobre Sistema de Planeamento Estatístico Nacional e Orçamento Geral do Estado, promovido pelo governo local, fortaleceu a capacidade dos gestores públicos e administradores municipais na planificação e gestão deforma criteriosa dos recursos do Estado. A acção formativa, que ontem terminou, foi enquadrada no programa de combate à pobreza, segundo Eduardo Seendelwako, director provincial do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Cunene.
Eduardo Seendelwako referiu aos formandos que os gestores devem realizar despesas com maior rigor, transparência e disciplina, para melhor gerirem os programas e os investimentos públicos.
O responsável exortou os gestores públicos locais a executarem com maior eficácia os planos orçamentais
Durante quatro dias, os participantes ao seminário sobre sistemas de planeamento Estatísticos abordaram aspectos inerentes ao sistema de planeamento, o actual desenvolvimento do país no contexto da globalização, o papel do sistema estatístico nacional no processo de reforma, a planificação em ambiente de democracia e descentralização.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Cidadãos podem adquirir imóveis com encargos fiscais desagravados. Criado município com gestão administrativa moderna

Jornal de Angola
01 de Abril de 2011

A carga fiscal que Incide sobre os Imóveis esta mais Justa e barata, com a aprovação ontem, na especialidade, pela Assembleia Nacional, da Lei de Alteração ao Código do Imposto Predial Urbano, por 178 votos a favor, nenhum contra e 15 abstenções.
O diploma legal vai reduzir a carga tributária e criar incentivos à regularização da situação fiscal dos proprietários de imóveis, contribuindo para a formalização de um sector económico "mais informalizado", segundo afirmou o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, na apresentação do diploma ao plenário da Assembleia Nacional.
A alteração faz ajustes legislativos que se traduzem em desagravamento imediato dos encargos fiscais suportados pelos cidadãos na aquisição e posse dos imóveis. Aliás, o ministro Carlos Alberto Lopes assumiu a revisão pontual do Código como tendo por "objectivo primário" tomar mais justa a tributação sobre o património imobiliário, reduzindo as taxas de imposto efectivas.
Quando o diploma legal entrapara o ordenamento jurídico, com a promulgação do Presidente da República, ficam isentos de imposto predial urbano o Estado, os institutos públicos e associações que gozam de estatuto de utilidade pública. ficam igualmente livres deste imposto os locais exclusivamente de culto das entidades religiosas e os Estados estrangeiros que detêm imóveis no território angolano, se respeitarem o princípio da reciprocidade

Carlos Alberto Lopes anunciou que ficou estabelecida uma taxa de zero por cento sobre imóveis não arrendados, cujo valor vá até cinco milhões de kwanzas. "Caso os imóveis excedam este valor, sobre eles incidirá apenas uma taxa reduzida de 0,5 por cento sobre o excesso do valor estabelecido, garantindo assim uma estrutura pura de taxas progressivas, que visa salvaguardar os contribuintes com menor capacidade contributiva", assegurou.

o ministro das Finanças afirmou que a Lei de Alteração ao Código do Imposto sobre Sucessões e Doações e Sisa e ao Regulamento de Imposto do Selo e a Tabela Geral de Imposto do Selo visam contribuir para a concretização da reforma tributária, simplificando e aproximando a legislação fiscal do contribuinte. Estes diplomas aprovados vão garantir ainda a eliminação de "encargos excessivamente onerosos e paralisantes" da actividade económica.
Ontem, a Assembleia Nacional
aprovou ainda as leis que alteram o Código de Imposto Industrial, o Código do Imposto sobre Sucessões e Doações e Sisa, o Regulamento de Imposto de Selo e a Tabela Geral de Imposto de Selo.
Os deputados aprovaram igualmente a Lei sobre a criação do Município de Belas e a Resolução que aprova a ratificação e autorização para o Executivo angolano votar a emenda aos Estatutos do Fundo Monetário Internacional. Esta Resolução vai permitir o aumento das quotas dos países emergentes em desenvolvimento, em cerca de 0,02 por cento.

Cidade do Kilamba
A criação do Município de Belas, em Luanda, foi aprovada por unanimidade, estabelecendo o diploma que a sede do novo município é a cidade do Kilamba. Alei esclarece a importância política, económica, social e administrativa da cidade do Kilamba, na qual o executivo pretende, por isso, implementar uma gestão moderna diferente de actual, para que seja adaptada uma política do desenvolvimento, plenos e programas voltados para administração e manutenção sustentável do empreendimento
. Os deputados aprovaram também, na generalidade, as Propostas de Lei-Quadro das Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade de Informação, a Lei de Protecção de Dados Pessoais e a Lei de Combate à Criminalidade no domínio das Tecnologias de Informação e Telecomunicações e dos Serviços da Sociedade da Informação.

6.2 Casas para jovens foram entregues aos proprietários

Jornal de Angola
03.04. 2011

O ministro da Juventude e desporto Gonçalves Muandumba entregou sábado, no Huambo, 92 casas sociais de média renda aos jovens apurados no sorteio realizado r nos municípios da Caála e Ecunha, c no âmbito do projecto "Sonho de 11 casa própria
.
Gonçalves Muandumba disse que as casas são para jovens trabalhadores, funcionários públicos II dos sectores da Educação, Saúde, (Polícia Nacional, Justiça, sobas, 2 pastores que corresponderem aos requisitos exigidos. As casas custam 40 mil dólares, pagos num período de 20 anos. As 42 casas construídas no município da Ecunha custaram aos cofres do Estado 1,64 milhões de dólares, financiados pelo Banco de Poupança e Crédito.

No município da Caála foram construídas 50 casas gémeas, de média renda. O ministro Gonçalves Muandumba apelou aos beneficiários a cuidar e preservar os imóveis. Gonçalves Muandumba mostrou-se satisfeito com as casas construí das no município da Ecunha. O conselho municipal da Juventude da Ecunha regozijou-se com o gesto e reconheceu a contribuição das habitações para o desenvolvimento.

6.3 Casas sócias para os jovens foram entregues

Jornal de Angola
06 de Abril de 2011

O grupo de jovens que concorreu ao projecto habitacional do governo provincial do Cunene, desenvolvido pelo Ministério da Juventude e Desportos, recebeu sexta-feira, em Ondjiva, 72 casas do tipo T2.
Segundo o director provincial da Juventude e Desportos, José Wakalhunko, concorreram para as 72 residências 192 candidatos, com idades compreendidas entre os 18 e 35 anos.
O responsável afirmou que os jovens apurados cumpriram os requisitos exigidos e de seguida foram ao banco assinar o contrato, que estipula o pagamento das residências num período de 20 anos. A entrega das casas enquadra-se nas jornadas comemorativas do 14 de Abril, Dia da Juventude. Os beneficiários receberam igualmente, a par das chaves das residências, uma planta da espécie acácia rubra para criar espaços verdes no bairro.
O governo instalou placas solares para iluminação pública e, neste momento, está a fazer esforços no sentido de estender uma linha de média tensão para o bairro onde foram construídas as casas. José Wakalhunko apelou aos jovens contemplados a ocuparem já as residências para evitar que os espaços sejam tomados pelo capim.

6.4 Casas sociais para jovens são sorteadas

Jornal de Angola
08 de Abril de 2011

A direcção provincial do Kwanza Sul da Juventude e Desportos procedeu quarta-feira, na cidade do Sumbe, ao sorteio de 50 das 68 casas sociais, erguidas no âmbito do programa "Angola Jovem".
As casas, orçadas em 40 mil dólares, possuem três quartos, _ quarto de banho, sala, cozinha e uma vasta varanda.
Para aceder ao sorteio, os beneficiários fizeram o depósito de 20 por cento do valor global, fruto da concertação entre a direcção da Juventude e Desportos e os candidatos. Os jovens beneficiários vão pagar mensalmente 25 mil kwanzas, num período entre 15 e 25 anos. Para ter acesso ao projecto, os candidatos devem ter entre 23 e 35 anos, nacionalidade angolana e um emprego gerador de rendimentos, no sector público ou privado.
"Este sorteio foi concebido para que cada jovem possa ter casa própria, sem que lhe seja impingida, pois ele próprio pode concorrer à residência que quiser", referiu o director da Juventude e Desportos no K Kwanza-Sul, Manuel da Rosa, notando que dentro em breve vão ser assinados os respectivos contratos.
Manuel da Rosa revelou que o programa "Angola Jovem" é financiado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) e que essa instituição bancária manifesta vontade de continuar a trabalhar com o Ministério da Juventude e Desportos, para a criação de mais bairros sociais.
As casas estão a ser erguidas a oito quilómetros a norte da capital do K Kwanza-Sul.

6.5 Analisada regularização da urbanização

Semanário Factual - de 09 a 1de 2011

A comissão Nacional de Urbanismo e Habitação tomou de conhecimento Quarta - feira, conhecimento do memorando sobre a regularização jurídica urbanização da cidade do Kilamba, que integra o plano de urbanização e loteamento, e sobre a regularização jurídica da propriedade horizontal. Esta informação foi prestada durante um encontro decorrido na Sala de Reuniões do Palácio Presidencial, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.
De acordo com o comunicado saído da reunião, ainda no que diz respeito à Cidade do K1lamba, a Comissão Nacional da Habitação tomou conhecimento do memorando sobre a situação das suas infra-estruturas técnicas, isto é, das acessibilidades, do fornecimento de energia eléctrica, de água potável e do sistema de drenagem das águas residuais e pluviais.
A Comissão foi, igualmente, informada sobre o desagravamento fiscal do imobiliário, de forma a reduzir os custos de transacção dos imóveis.
O Presidente apreciou, inclusive, o Plano de Extensão Urbana da segunda fase do Projecto 'Nova Vida' que prevê a construção de 3.140 casas, bem como tomou conhecimento do memorando sobre o estado do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, incluindo o processo de implementação dos projectos de Cabinda, de Malanje e da Lunda Norte.

6.6 Cassaforme investe 30 milhões de dólares

Angolense
De 12 1 19 de Março de 2011

Segundo o documento que o Angolense teve acesso, a inauguração da referida unidade fabril aconteceu na província da Huíla e coube ao Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre. Falando à imprensa, Joaquim silvestre garantiu na ocasião que a fábrica "é uma grande iniciativa privada e vai contribuir para a diminuição do défice habitacional".

De acordo com um dos responsáveis da empresa, a província da Huíla é caracterizada como o segundo pólo de desenvolvimento habitacional do país, depois de Luanda por isso foi escolhida para se erguer a primeira fábrica de montagem de casas pré-fabricadas.

O preço mínimo de cada residência está estipulado em 50 mil dólares norte-americanos e prevê se alargar nos próximos meses o projecto às demais províncias do pais, com incidência para a capital do país. O investimento está avaliado em mais de 30 milhões de dólares.

A Cassaforme Angola, S.A., é uma sociedade de direito angolano, criada para em parcerias com outras empresas do ramo fazer face as exigências cada vez mais crescentes no sector da construção civil. A empresa implantou uma unidade fabril para produzir painéis modulares na cidade do Lubango.

6.7 Bairro social é entregue no mês da Juventude

Jornal de Angola
15 De Março de 2011

O director provincial do Kuando- Kubango da Juventude e Desportos, Manuel Franessa, garantiu este fim-de-semana, em Menongue, que as 48 casas que estão a ser construídas, na periferia da cidade, no quadro do programa "Angola Jovem" são entregues antes do final do próximo mês de Abril, aos contemplados no sorteio realizado no ano passado.

Manuel Franessa disse que as obras de construção das 48 casas começaram em 2008, mas devido a vários constrangimentos de ordem técnica houve vários adiamentos, mas garantiu que neste momento estão na fase de acabamentos. O empreiteiro está a concluir alguns pormenores para serem mobiladas.

Lembrou que cada casa está avaliada em 40 mil dólares, quantia que os jovens beneficiários devem pagar através do Banco de Poupança e Crédito (BPC), depositando uma amortização mensal de 25.600 kwanzas, durante 20 anos.

Satisfeito com os empreendimentos que visitou, o vice-governador para a área social, Pedro Camelo, disse que o Executivo vai continuar a apoiar a juventude nos domínios da habitação e do emprego. "Vamos fazer tudo para que a juventude tenha perspectivas de vida para que não caia em situações menos dignas. Para isso, é necessário que o Executivo crie políticas de ocupação dos seus tempos livres e do seu futuro, com realce para a construção de habitação e centros de formação profissionais, para o fomento do auto emprego", disse Pedro Camelo.
A juventude, referiu, deve ser o espelho de uma sociedade, mostrando sempre boas práticas.

6.8 Atribuição de casas gera descontentamento nos funcionários do Conselho de Ministros

Jornal O PAIS
15 de Abril de 2011

Prometidas há vários anos, aos trabalhadores que nunca tinham beneficiado de uma casa atribuída pelo Estado, alguns funcionários do Conselho de Ministros dizem-se injustiçados com o expediente utilizado na atribuição das casas do condomínio construído em Camama

Está instalado um verdadeiro ambiente de nervos no secretariado do Conselho de Ministros, órgão consultivo do Presidente da República e chefe do Executivo. No cerne deste clima está a atribuição de casas aos trabalhadores mais antigos que a elas nunca tiveram acesso, alguns por mais de 28 anos de trabalho, disse a O PAÍS uma fonte daquele gabinete.
Depois de uma longa esperança, 10 anos, alguns trabalhadores viram-se preteridos em favor de funcionários admitidos, recentemente, nos quadros do Conselho de Ministros, uma situação que lhes desagradou profundamente.
"Nós temos colegas que estavam aposentados, continuaram a trabalhar mesmo sem salários só para ter acesso à casa que foi uma promessa reiterada das anteriores direcções que passaram pelo Conselho de Ministros", disse a fonte que solicitou anonimato.
Segundo relatou a fonte, o clima por lá está tão mal que alguns colegas seus poderão não suportar o choque causado por esta medida.
Duas semanas para pagar os primeiros 5 mil dólares americanos. Outra das razões que agravou o clima de exasperação entre os funcionários, prende-se com o facto de os contratos versarem que os beneficiários das residências no condomínio do Conselho de Ministros

terão de depositar o primeiro sinal, 5 mil dólares americanos, que os habilitará a assinar o contrato, até ao dia 22 do corrente.
A fonte assegurou que foram informados que o custo das casas é de 60 mil dólares, a liquidar em 20 anos, mas, ainda assim, alguns beneficiários mostram-se descontentes com os termos do contrato.
"Nós ainda temos colegas que auferem um salário de 12 mil Kwanzas. Como é que, nestas condições, nós poderemos pagar estas casas?", questionou a fonte.
Às obrigações contratuais, já de si vistas como bastante pesadas, associa-se outro conjunto de despesas relacionadas com a manutenção do condomínio que, contas feitas por alto, rondarão os 500 dólares todos os meses, segundo a fonte.
"Está bem que nos deram garantias de que se, eventualmente, os beneficiários se mostrarem incapacitados de honrar o compromisso, os herdeiros poderão fazê-lo, mas nós não estamos seguros desta garantia que não está escrita em lado algum", lamentou.
Do tipo T3, as casas podem bem ser enquadradas no leque de imóveis de média renda e, no condomínio, estão todos os escalões de funcionários do secretariado do Conselho de Ministros, sem qualquer diferenciação nos termos contratuais, sobretudo nos valores apagar, segundo a fonte deste jornal.
"Eu vi um colega nosso do grupo dos técnicos superiores que ainda esta semana foi ao banco e depositou de uma só vez 20 mil dólares para a amortização do custo da casa", desabafou.
O dilema de muitos funcionários de rendimentos baixos do Conselho de Ministros prende-se com o facto de o recurso ao crédito não ser uma solução à vista, porque, segundo apurámos, o Banco de Poupança e Crédito, onde têm as contas domiciliadas, leva 90 dias a conceder um empréstimo mínimo de 5 mil dólares.
O endividamento está a ser encarado com a saída para ao menos terem acesso à assinatura do contrato da casa no condomínio situado algures na comuna de Camama, ao Kilamba - Kiaxi.
O não depósito deste valor leva à perda do direito de assinatura do contrato e, consequentemente, do direito a urna casa no condomínio do Camama. Neste momento, a azáfama é grande entre os contemplados.

6.9 ONU abre sede em Angola para a política de habitação

Jornal de Angola, 15 de Abril de 2011

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN -Habitat) vai abrir em breve os seus escritórios em Angola. Este assunto foi abordado ontem, em Nairobi (Quénia), na reunião entre Q secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, e o director executivo da agência, Joan CIos. Joaquim Silvestre explicou ao seu interlocutor o estado do Programa Nacional de Habitação no país e os esforços para a reconstrução e construção de infra-estruturas sociais básicas.
Joan CIos assegurou que a sua agência está disponível para prestar assistência técnica ao programa habitacional do Executivo. -Uma equipa técnica do UN-Habitat desloca-se na primeira quinzena de Maio a Luanda a fim de analisar com as autoridades angolanas as modalidades de intervenção e definir as áreas prioritárias.
Presenciaram o encontro, que de correu na capital queniana à margem da 23a sessão do Conselho de Administração do UN-Habitat, a directora das Organizações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Margarida Izata, e altos funcionários do Ministério do Urbanismo e Construção.
O fórum sobre habitação termina hoje com a aprovação de relatórios e do Programa de Trabalho e o Orçamento do UN -Habitat para o biénio 2012-2013. Os delegados devem também aprovar a Estratégia Nacional e Global com vista à melhoria das condições de vida nos bairros periféricos. A UN-Habitat é
. uma agência especializada das Nações Unidas dedicada à promoção de cidades social e ambientalmente sustentáveis, para que os seus residentes disponham de abrigo adequado. Estabelecida em 1978, esta agência tem a sua sede nos Escritórios da ONU em Gigiri, arredores de Nairobi, capital do Quénia.

6.10 Luanda pede assessoria à ONU para política de assentamentos

Jornal independente, 16 de Abril de 2011

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) vai abrir em breve os seus escritórios em Angola. Este assunto foi abordado em Nairobi (Quénia) num encontro entre o secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, e o director executivo daquela agência, Joan CIos.
Joaquim Silvestre explicou ao seu interlocutor o estado de realização do Programa Nacional de Habitação no país e os esforços para a reconstrução e construção de infra-estruturas básicas sociais.
Por sua vez, Joan CIos assegurou que a sua agência está disponível para prestar assistência técnica ao programa habitacional do Executivo. Com este propósito, uma equipa técnica da UN-Habitat é esperada na primeira quinzena de Maio a fim de
Analisar com as autoridades angolanas as modalidades de intervenção e definir as áreas prioritárias.
Presenciaram o encontro, que decorreu à margem da 23" sessão do Conselho de Administração da UN Habitat, a directora das Organizações Internacionais do Ministério

das Relações Exteriores, Margarida Izata, e altos funcionários do Ministério do Urbanismo e Construção.
O fórum global sobre habitação termina sexta-feira com a aprovação de relatórios e do Programa de Trabalho e do Orçamento da UN Habitat para o biénio 2012-2013. Os delegados devem também aprovar a Estratégia Nacional e Global com vista à melhoria das condições de vida nos bairros periféricos.
A UN-Habitat é uma agência especializada das Nações Unidas dedicada á promoção de cidades ambiental e socialmente sustentáveis de maneira a que os seus residentes dispunham de abrigo adequado. Estabelecida em 1978, esta agência tem a sua sede nos escritórios da ONU em Gigiri, arredores de Nairobe

6.11 Luanda deve criar núcleos habitacionais autónomos mas com interligação viária (Entrevista)

Novo Jornal
18 De Março de 2011

André Mingas : Arquitecto, ex-governante, compositor e intérprete de eleição da música angolana há décadas, activista associativo e cidadão empenhado em causas políticas, culturais e ideológicas com um cunho bem marcado de angolanidade num contexto de uma modernidade que vai despontando no país. Esta entrevista não e sobre o cidadão André Mingas, mas é acima de tudo a visão que o técnico e também o cidadão tem das cidades particularmente da nossa cidade capital.

André Mingas, Nietzche definiu arquitecto como "música parada no tempo". Partilha esta opinião de que homem músico, artista plástico e arquitecto são tudo o mesmo?

Não, de modo algum! Hoje a arquitectura, mais do que desenho, ela é a maior expressão das artes, na medida em que engloba não só o desenho das claves musicais expressas nos traços do arquitecto, mas também o teatro através da expressão, às vezes dramática ou alegórica tão comum a alguns edifícios na cidade, a dança, graças aos movimentos circulares (Niameyer) patentes na geometria descritiva, fonte inesgotável do acto conceptual. Mas ela vai mais longe, pois corporiza as artes plásticas que, mercê das formas e da estrutura cromática dos tons, se interligam com as cores dos interiores e exteriores das habitações, produzindo estados de espírito que vão desde a tranquilidade, ao desequilíbrio emocional, da energia à depressão, enfim, ao estado de entrega a novas actividades que geram saúde, disposição para a vida, predisposição para o amor e para a arte. O arquitecto é um gestor de vazios e silêncios, capaz de fazer surgir uma obra notável, num espaço onde antes apenas reinava impune, a subtileza do silêncio!

AM acompanhou o crescimento de Luanda nos últimos sessenta anos, e simultaneamente foi actor e espectador de transformações sociais que houve neste período. Ajude-nos a perceber este crescimento no olhar de um arquitecto e simultaneamente agente cultural e político.

Luanda tinha duas opções no período pós-independência, a saber : uma primeira, que seria permanecer estruturalmente como era e, de forma multidisciplinar, definir critérios para a avaliação e preservação da sua história construtiva, valorizando a sua qualidade maior que seria a prestação de serviços sustentados pelas potencialidades turísticas que sugerem a ilha, a baía e uma marginal como a nossa; e a segunda, ser intervencionada na base da actualização do plano director da cidade, à época, gerando novas centralidades aqui entendidas como núcleos autónomos, potenciados pelas necessidades essenciais dos seus habitantes. Infelizmente o advento da guerra precipitou um conjunto de situações que levaram às actuais sobrecargas a que a cidade está submetida, inviabilizando quaisquer programas de estruturação da mesma, não obstante os processos evolutivos levados a cabo pelo Governo e que me parecem notáveis e verificáveis.

Quando perspectivamos uma cidade, fazemo-lo num contexto de ser a melhor possível para o quotidiano de vida dos seus cidadãos. *No contexto actual atrevo-me a dizer que pior é impossível. É irreversível alterar o quadro geral da "desorganização" da cidade?*

A caracterização é sua! Mas não me parece que seja irreversível o actual quadro da cidade. Pode levar algum tempo, mas não a creio impossível
A imagem da cidade ou a província é sempre o resultado da organização funcional de cada um dos seus municípios. Qualquer cidade que consiga vincular os seus municípios a programas executivos claros, tendo como pressupostos da sua acção questões como : o saneamento básico, a segurança, a saúde, a educação, o entretenimento, espaços verdes estruturados em parques e praças (evitando deste modo os grandes níveis de impermeabilização dos solos), a autoridade e os serviços públicos desconcentrados, para gerar emprego com a componente de uma maior proximidade dos serviços aos seus munícipes, têm possibilidades inimagináveis de sucesso. Outro dado fundamental é a interligação viária de cada um dos municípios com o resto da cidade (g andes eixos) como forma de incremento da mobilidade tornando-se naturalmente numa cidade desanuviada, organizada, e regularizada sob o ponto de vista funcional.

O contexto da cidade de Luanda deve ser encarado como uma cidade africana, em todos os seus vectores culturais e económicas, incrustados nas relações que se. Estabelecem

entre os seus habitantes. *Mas todas as cidades em qualquer parte do mundo têm o chamado centro cívico, que Luanda já teve no tempo colonial, mas que foi perdendo com o tempo. Não seria um bom começo, para o que ainda se pode vir a fazer pelo ordenamento da cidade?*

O conceito de centro cívico, característico das cidades radioconcêntricas como Luanda, tinha subjacente a ideia da concentração num local da cidade de um conjunto de serviços de prestação de assistência ao cídadão, que, no caso em apreço, seria a Mutamba! As tendências (linhas) de evolução facilmente observáveis na cidade, conduzem -nos a uma nova interpretação da mesma : A cidade deve criar núcleos habitacionais, interligados sob o ponto de vista da. malha viária, mas autónomos sob o ponto de vista funcional, gerando, concomitantemente à habitação, infraestruturas necessárias e níveis de proximidade dos serviços que contribuam para fixação das pessoas nos seus locais de habitação. A cidade é o grande palco cujos actores e artistas somos todos nós, por isso tem que ser vivenciada com criatividade pelos seus cidadãos com alegria e satisfação!

Luanda hoje é uma cidade engarrafada e as soluções para a circulação e estacionamento das viaturas são esquecidas, quando os prédios cada vez mais altos invadem o centro da cidade. Nas sociedades modernas tirar automóveis do centro das mega-cidades transformou-se quase numa fobia. *Porque é que cada vez mais continuamos a construir prédios altos e espelhados, e no que deviam ser parqueamentos, temos que colocar geradores enormes e grandes centrais de ar-condicionado, com todos os néfastos efeitos ambientais decorrentes?*

O erro, salvo melhor opinião, não estará nos edifícios altos, desde que controlados os níveis de impermeabilização do solo pelo excesso de betão ou de asfalto. Uma cidade sufocada por habitações degradadas, com um núcleo urbano tão pequeno como o de Luanda, tem que gerir e rentabilizar da melhor forma possível, o espaço que possui. Daí que a construção em altura seja naturalmente recomendável sem descurar a qualidade estética e projectual da sua edificação. Só que este pensamento deve, concomitantemente, propicar como política de Estado, a circulação pedonal enquanto acto de socialização e de saúde pública - zonas verde na envolvente do edificado em altura, para contrapor os efeitos da incidência solar sobre o betão, gerador de ondas de calor que contribuem para o aquecimento global da cidade.
Finalmente, parece-me sensato e recomendável, um maior rigor na aplicabilidade da lei que obriga a criação de estacionamento subterrâneo ou em altura no edifício (nalguns casos vem sendo feito), como princípio conceptual do próprio projecto, o que permitirá libertar a cidade dos actuais níveis de tráfego, gerando espaços que previlegiem o ser humano e a humanização da sociedade.

Na ausência de um Plano Director Municipal, de Planos de Pormenor, de zonas classificadas, de uma catalogação recente de Monumentos Nacionais ou Imóveis de Interesse Local, e outra legislação, que instrumento tem sido usado para a contínua descaracterização da cidade, algo que já vinha do tempo colonial e que o actual "boom" económico só veio a evidenciar de forma negativa?

O Governo criou um instrumento (IPGUL) que, repensado, transformar-se-á num instrumento essencial à cidade e à Província. Entretanto, a opção tem sido o recurso aos planos de urbanização, como aconteceu agora com os bairros do Sambizanga, Bairro Operário e Cazenga, com soluções integradas no sistema viário para garantir maiores níveis de mobilidade urbana. Esta acção permitirá manter algum nível de controlo sobre o processo evolutivo da cidade, recenseando cidadãos, integrando zonas degradadas no espaço urbano, tirar cidadãos da clandestinidade conferindo-lhes cidadania, levar espaços e praças verdes como alimento à sede inesgotável de comunicação (que persiste como cultura nos musseques), controlar e combater o desemprego, a criminalidade, apostar na segurança e no incentivo a ciência e tecnologia através da vulgarização da internet garantindo assim conhecimento, cultura e qualidade de vida.
Por outro lado, far-se-á, de forma equilibrada, o aproveitamento de um espaço ímpar (musseques) para o crescimento e dignificação do cidadão e da cidade.

Não seria oportuno que se criasse com carácter de urgência para Luanda, algo do tipo "Sociedade de Reabilitação Urbana", de forma a fazer rápido o que qualquer cidade tem que ter para se tomar local de vida e náó um lugar de sobrevivência?

Em minha opinião, os movimentos cívicos são sempre muito importantes, pois dão-nos não só a percepção da real massa crítica da sociedade, mas também a possibilidade de melhor nos percebermos das opções dos cidadãos na procura da satisfação das suas necessidades. E neste particular, considero o exercício democrático da adopção do conceito da gestão participativa das cidades, uma solução aplicável conduzindo a bons resultados na medida em que os cidadãos tomam contacto com as grandes acções a que o Estado se propõe, podendo contribuir de forma positiva, para o enriquecimento da vida e da funcionalidade da sua comuna, município ou cidade, reforçando em definitivo o sentido de cidadania e o espírito democrático que subjaz à postura do Estado.
É ainda possível construir uma cidade com transportes públicos a funcionar, um equipamento esc0lar e de saúde acessível a um conjunto significativo de cidadãos,

parques onde simultaneamente se estimulasse o convívio e o 1azer dos moradores, (estabelecimentos comerciais, serviços públicos, em síntese, algo que do tipo do que foi comedias, serviços públicos em síntese, algo que do tipo do que foi dito na Bienal de Arquitectura de Veneza de 2000 que diz :*"A cidade é um habitat humano que permite com que pessoas formem relações umas com as outras em diferentes níveis de intimidade, enquanto permanecem inteiramente anónimos"?*

André- Sem dúvida. Nós temos no País velhas vilas coloniais a que chamamos cidades. Em minha opinião, precisamos/ devemos intervir com planos estratégicos de desenvolvimento, aproveitando o facto de as nossas cidades se terem desenvolvido muito pouco, para gerar um novo conceito "de cidade", consubstanciado numa educação que tenha como base a ciência e a tecnologia, a cultura, a promoção e defesa do meio ambiente, através da preservação da pujante natureza de que somos portadores, atendendo à transversalidade desta matéria. É igualmente importante fomentar a criações de novos postos de trabalho como factor de fixação dos cidadãos nos seus locais de habitação, assim como a mobilidade a segurança o bem-estar social e a circulação pedonal que torna permeável a socialização.

Porque isto é uma entrevista sem rede", em que o AM se disponibilizou a responder a tudo, posso perguntar-lhe que sentiu um arquitecto quando deitaram abaixo o Palácio D. Ana Joaquina, os Coqueiros, o mercado do Kinaxixe ou ainda mais recentemente a emblemática estação de Caminho de Ferro da Catumbela?

Angola deve corporizar à imagem da sua história construtiva com obras notáveis realizadas pelos seus filhos, incluindo as peças emblemáticas deixadas pelos seus colonizadores, cuja história não se apaga naturalmente. Mas não se pode negar à Nação, o direito de definir o que, sob o ponto de vista histórico, arquitectónico e estético, deve ou não permanecer nos seus principais centros urbanos, como elementos referenciais da sua história construtiva, particularmente quando o conjunto de memórias pertence apenas a uma ou duas gerações especificas.
A história deste Estado Novo e Democrático que vem ganhando corpo, não pode ser feita apenas com o rosto da tortura, da escravatura, das dores acumuladas pelas humilhações de que foram vítimas os nossos ancestrais durante vários séculos, relatos de derrotas e imagens do pensador. Enquanto Nação, temos uma história gloriosa e ela deve estar patente nas formas físicas da cidade incluindo na estatuária. Este é o meu tempo e como cidadão e arquitecto, recuso-me a adoptar uma cultura de contemplação relativamente ao que ousadamente, as outras gerações nos legaram. É preciso reivindicar o direito e o espaço que o tempo nos confere, para deixar marcas da minha e nossa geração no território, fazendo história.

O que sente o arquitecto, quando vemos o Dondo, Massangano, Cambambe e outros centros históricos, monumentos e sítios a degradarem-se de tal forma que toma irreversível o seu talvez desejável desaparecimento?

É uma questão de sensibilidade extensiva a todos os cidadãos independentemente das suas qualificações, visto que o património diz respeito a todos nós. Mas, por outro lado, é preciso não generalizar a ideia segundo a qual o edificado torna-se património apenas porque é antigo e nunca como parte integrante e indissociável das nossas memórias. No caso em apreço, que se traduz num detalhe gritante e apelativo a todos, é preciso que as instituições a quem o Governo atribuiu responsabilidades, proponham planos e programas de revitalização histórica, planos suficientemente sustentáveis, de salvaguarda do património, para que sejam convincentes e se tornem objecto de orçamentos direccionados para a preservação da história física da cidade.

O ensino da arquitectura em Angola desde a fundação da primeira faculdade no fim dos anos setenta tem permitido aumentar a qualidade dos formados pelo que perguntaria se tem sido simultaneamente dadas condições aos docentes para potenciarem novas experiências adequadas à realidade angolana em transformação nestes trinta anos de "mobilidade politica, ideológica e económica"?

Mais do falar mal da escuridão é preciso acender uma vela.
Por questões deontológicas não quero, não devo, nem posso pôr em causa o esforço notável dos meus colegas que se dedicam actualmente, ao ensino da arquitectura. Mas sinto cada vez mais necessária e imperiosa a criação de dispositivos de suporte e de apoio ao trabalho que estas instituições de classe realizam de modo a que tragam para as faculdades de arquitectura - pela interacção que ela gera com o cidadão - mais-valias que se traduzam em apostas claras na ciência e tecnologia, através de protocolos de intercâmbio com as grandes faculdades do mundo.
Só assim será possível trazer a Angola pessoas para vivenciarem o pensamento novo gerado pelos aqui tectos angolanos, fazendo das nossas cidades referências de tal grandeza, que mais ninguém saia de Angola e se deslumbre com Paris, o Rio, ou Roma.

Qual é a posição do arquitecto angolano, quando vê implantar num local da cidade um edifício igualzinho a outro que existe noutra qualquer latitude do mundo, e vê serem pagas fortunas por um projecto que não passa de uma

fraudulenta fotocópia a uns arquitectos estrangeiros pouco escrupulosos?

Como deve imaginar, é dolorosa esta constatação, mas não se pode responsabilizar tão-somente o Governo. Neste caso concreto, a ordem dos Arquitectos terá que intervir propondo critérios que contribuam acima de tudo para a valorização e estímulo do trabalho dos arquitectos angolanos. Mas como deve imaginar é extremamente difícil gerir uma cidade onde noventa por cento dos cidadãos se considera arquitecto, produzindo, por iniciativa própria, alterações nas suas habitações, desactualizando o cadastro da cidade, gerando uma desestruturação generalizada do bairro e da cidade de um modo geral. A responsabilidade recai naturalmente sob quem aceita e aprova estes projectos, não reage, concede licenças e não pune!

Vamos sair de Luanda e vamos ao Lobito, Benguela, Namibe, Lubango e Huambo, onde talvez seja possível fazer alguma coisa, já que a voracidade do cifrão ainda não é tão acentuada!

Luanda e Benguela são hoje os maiores centros de emprego do País e é justificável que as pessoas procurem as cidades do litoral num esforço de sobrevivência. A viragem para o interior através da criação de polos regionais de desenvolvimento, com apostas claras, por exemplo, na agricultura, indústria extractiva quer de minérios, quer de produtos pesqueiros e materiais de construção, pode constituir um fantástico gerador de emprego, suficientemente atractivo para provocar o boom do desanuviamento de Luanda na busca de melhores condições de vida. Estes factores, aliados a serviços como a saúde pública, a educação, a preservação ambiental, a identidade e as culturas regionais, pesarão bastante nas opções de deslocação para a capital.

Qual o papel do arquitecto na Angola do futuro?
Pensar o País e perspectivá-lo como uma Nação que se comprometa com o futuro, pensando e projectando para lá do edifício sem se deixar afectar pelo imediatismo. Tendo como base a riqueza da versatilidade da sua formação, os arquitectos e urbanistas angolanos de hoje e do futuro são uma classe potencialmente privilegiada, porquanto são profissionais que têm pela frente um País fantástico, sedento de acções que o dignifiquem, "abençoado por Deus", de beleza inegável, inexplorado e com esta grandeza espacial, que se constitui num incomensurável mundo de oportunidades para idealizar verdadeiros sonhos de cidades e centralidades.
É fundamental interiorizar a ideia segundo a qual; o projecto de arquitectura, mais do que uma obra, tem de ser gerador de uma nova cultura estética, construtiva de base identitária, assente nos valores da cultura local, a qual tem que estar subjacente, um compromisso claro com o futuro e a contemporaneidade, a bem do cidadão e da Nação Angolana!

A onda de calor
Já deve ter percebido que há uma onda de calor este ano diferenciada dos anos anteriores. O seu discurso sobre a cidade comporta alguma relação com este estado climático?

Naturalmente que sim. Há razões objectivas para o crescimento da sensação de calor que as pessoas vão sentindo e isto deve constituir um sinal de alerta. Há naturalmente razões que se relacionam com o aquecimento global mas se calhar talvez não fosse dispiciente repensar os níveis de impermeabilização ou seja de cimento e betão de que vem sendo sujeito o espaço urbano da cidade, sem a exigência mínima da complementação da envolvente dos edifícios com zonas mínimas de verde para contrapor a reflexão resultante do crescimento da incidência solar.

Os edifícios e particularmente os envidraçados, ao longo do dia quando sujeitos ao sol reflectem ondas de calor que de edifício em edifício se espalham pela envolvente da cidade reimitindo-os para o ar que nos envolve gerando níveis crescentes"de calor.

Que fazer?
Fazer aplicar as leis!
Adoptar medidas que passem pelo incremento da arborização, das zonas verdes, retomar alguns princípios como afastamento mínimo a que devem ser submetidas as construções, o controle da betonização dos quintais das habitações que, de forma descontrolada, crescem até bloquear completamente a ventilação, enfim, regras essenciais à sobrevivência da cidade e à sua humanização imprescindível

6.12 Casas para a juventude são entregues em Junho

Jornal de Angola
19 de Abril de 2011

Portadores de deficiência integrados em projectos
O director provincial da Juventude e Desportos no Cunene, António José Wakanhuku, anunciou na semana finda, no município de Namacunde, a entrega de dois bairros sociais da juventude em Junho próximo, no âmbito do Programa Angola Jovem. O responsável, que falava durante as comemorações do Dia da Juventude Angolana, assinalado a 14 de Abril, disse que vão ser entregues 92 casas, sendo 72 na cidade de Ondjiva e 20 na vila de Xangongo. O projecto contempla ainda a

ampliação da Casa da Juventude em Ondjiva.·.
Segundo José Wakanhuku, 260 jovens enquadrados em 26 cooperativas beneficiaram já de micro créditos, no âmbito de um programa aprovado em 2005 pelo Executivo, para apoiar a juventude empreendedora
José Wakanhuku afirmou que 505 jovens, de seis municípios, beneficiaram também de kits profissionais e de material de construção.
Ainda no âmbito do Programa Angola Jovem, acrescentou, foram construí dos no Cunene 11 campos de futebol, quatro polivalentes e um multiuso, para apoio às actividades desportivas, culturais e recreativas da juventude.
"E necessário que o movimento juvenil, o associativismo, como parceiro do Executivo, reforce e aperfeiçoe os mecanismos de actuação, para que os projectos virados para a melhoria das condições dos jovens possam ser realizados dentro da programação do governo local", disse José Wakanhuku, que deu a conhecer que constitui prioridade para os próximos tempos a reintegração de jovens portadores de deficiência em tarefas socioprofissionais e desportivas.

6.13 Habitações sociais para professores em construção

Jornal de Angola
19 de Abril de 2011

A vice-ministro da Educação, Paula Inês, anunciou ontem, no Lubango, que o Executivo está a desenvolver um projecto de habitações sociais para os professores na província da Huíla.
As casas são ergui das numa parceria entre os ministérios da Educação e da Energia e Águas. O objectivo, segundo Paula Inês, é criar condições de acolhimento aos professores de diferentes níveis de ensino, nas sedes e periferia dos municípios, comunas e aldeias.
A vice-ministro da Educação realçou o empenho do Executivo no sector, tendo registado a admissão de milhares de professores e a construção de escolas.

6.14 Apartamentos são entregues em Maio

Jornal de Angola
21 de Abril de 2011

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Maria Feijó, anunciou ontem, em Luanda, a entrega dos primeiros 3.218 apartamentos da Cidade do Kilamba para finais de Maio e princípios de Junho próximo.
Carlos Feijó, que anunciou o facto durante uma conferência de imprensa que serviu para fazer o balanço das actividades do Executivo referentes ao primeiro trimestre do ano em curso, acrescentou que, até ao próximo ano, devem ser duplicadas, ou mesmo triplicadas, as entregas de apartamentos na referida cidade.
Ainda para o mês de Maio, o ministro de Estado anunciou o lançamento das primeiras 12 unidades fabris na Zona Económica Especial Luanda-Bengo. Referiu que estas fábricas, entre elas de tubos e cabos eléctricos, vão propiciar a criação de mais empregos.
Durante a conferência de imprensa, foram abordados temas como a Reforma do Estado, Finanças Públicas e Política Monetária, Programa Habitacional, Planeamento Económico, aspectos sobre os sectores Social e Produtivo, assim como a política externa.
Relativamente à reforma do Estado, Carlos Feijó disse que, durante o primeiro trimestre deste ano, o Executivo se centrou, essencialmente, na conformação à Constituição da legislação infra constitucional correspondente à segurança nacional, às Forças Armadas e à Defesa Nacional.
As linhas de força desta legislação, disse, foram oportunamente apreciadas em sede do Conselho da República e, também, durante o primeiro trimestre, no Conselho de Ministros, acrescentando que o projecto está agora em condições de ser submetido à Assembleia Nacional.
Ao introduzir o tema referente às finanças públicas e à política monetária, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República afirmou que a grande preocupação do Executivo tem sido manter a inflação em níveis aceitáveis e procurar cumprir a meta de atingir uma taxa de 12 por cento no fim do ano.

Política monetária
Ao falar sobre o mesmo assunto, governador do Banco Nacional de Angola, José Massano, disse que tem sido acção principal do banco central o controlo dos principais factores que têm provocado tradicionalmente a expansão dos meios de pagamento na economia. Em finais do mês de Março, disse, confirmou-se a tendência que já se vinha verificando desde Novembro do ano passado : a redução da taxa de inflação. O mês de Março, sublinhou, terminou com uma taxa de inflação de 14,76 por cento contra os 15,31 registados em Dezembro.
José Massano admitiu que persistem ainda na economia nacional alguns factores de natureza estrutural que condicionam a oferta de bens e serviços na dimensão que procuram os mais diversos agentes económicos. Disse que esse exercício há-de ser superado, também, com o conjunto de acções em curso para a melhoria das infra-estruturas capazes de promoverem a capacidade produtiva do país.
"Temos estado a conduzir uma política monetária rigorosa, mas com prudência, e com este sentido de estabilidade que possa promover o desenvolvimento da economia", assegurou o governador do BNA.

José Massano afirmou que o Executivo pretende baixar as taxas de juro, apesar da preocupação que se tem com a inflação. Justificou-se com o facto de, nos níveis actuais, a taxa de juro poder causar exactamente o efeito contrário.
Em suma, disse, a lógica do Executivo é de criar as condições para que a oferta de bens e serviços possa acontecer e que, por essa via, haja mais postos de trabalho e se possa cumprir com um objectivo último : a criação de condições para que a economia se possa desenvolver sob critérios de estabilidade, dando grande confiança quer aos operadores quer aos cidadãos.
O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, fez uma rápida abordagem sobre o processo da dívida atrasada e sobre a estratégia que o Executivo aprovou neste primeiro trimestre para a dívida pública em 2011.

Regularização dos atrasados
Carlos Alberto Lopes disse que Angola sofreu os efeitos da crise económica e financeira mundial, ocorrida em 2008, o que fez com que, em 2009, fosse forçada a restringir a sua despesa pública,
Em função disso, frisou, ocorreram atrasados, sobretudo os resultantes da execução dos programas de investimento público. Em 2009, acrescentou, fez-se o arrolamento da dívida e, em 2010, estabeleceram-se os mecanismos de regularização desta dívida.
"Estes mecanismos assentavam, sobretudo, na definição de critérios de pagamento aos credores. Os critérios foram definidos e a dívida começou a ser paga em Abril e atingiu a velocidade cruzeiro a partir do mês de Agosto de 2010", revelou o ministro.
Carlos Lopes acrescentou que, da dívida apurada, foram pagos 2,2 mil milhões de dólares, regularizados até Janeiro do ano em curso, e calcula-se que existe por regularizar 2,5 mil milhões de dólares, que vão ser desagregados em duas parcelas com regularização em 2011.
O ministro das Finanças disse que se prevê que a primeira parcela esteja regularizada até final do mês de Maio e, a partir de Junho, uma regularização permanente mensal para cada um dos credores.

Anunciou também o apuramento da dívida aos bancos comerciais, referindo que, no decurso do primeiro trimestre deste ano, se procedeu ao pagamento em cash de cerca de 650 milhões de dólares e fez uma emissão de obrigações do tesouro na ordem dos 100 milhões de dólares. Calcula-se que o remanescente desta dívida vencida seja de 1,2 mil milhões de dólares e que essa dívida vai ser reescalonada e regularizada por via da emissão de Obrigações do Tesouro.
Os estragos das chuvas
Segundo Carlos Feijó, muitas obras ficaram condicionadas pelas consequências das chuvas, tendo sublinhado que as províncias mais afectadas foram as do Namibe, Luanda, Lunda-Sul e Bié. Esta última, disse, foi a mais atingida em termos de infra-estruturas, com mais de 20 escolas destruí das.
Informou que, desde Setembro de 2010 a 18 de Abril do ano em curso, morreram 196 pessoas em todo o país em consequência das chuvas. Carlos Feijó não incluiu nas estatísticas a chuva que caiu ontem sobre Luanda que, segundo ele, corresponde a dois terços de todas caídas só no mês de Fevereiro.
O ministro do Urbanismo e Construção, que falou do estado das infra-estruturas rodoviárias, disse que as estradas do Norte do país sofreram um grau de degradação considerável, acrescentando que o Leste e o Sul não ficaram muito longe dos estragos verificados no Norte. Fernando Fonseca lembrou que na província do Namibe, troços importantes ficaram danificados e as perdas em termos de infra-estruturas destruí das, nomeadamente pontes, ficaram calculadas em cerca de 360 milhões de dólares. Uma das pontes danificadas foi sobre o rio Giraúl.

6.15 Habitações do Projecto Nova Vida começam a ser entregues em Abril

Jornal de Angola
25 De Março de 2011

Novas vivendas e apartamentos do "Projecto Nova Vida", no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, começam a ser entregues a partir do próximo mês aos seus proprietários, anunciou o presidente de direcção da Imogestin, Rui Cruz.

O processo de entrega decorre até Junho próximo e o responsável da empresa que comercializa as habitações disse estarem disponíveis para venda mais de 1.100 vivendas e apartamentos T3 (média renda, três quartos).

Rui Cruz anunciou o facto durante a visita efectuada àquele projecto urbanístico pelo ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, que esteve no "Nova Vida" acompanhado pelo secretário de Estado do Urbanismo e Construção, Joaquim Silvestre, e por José Maria, engenheiro da empresa que fiscaliza as obras.

O ministro observou o andamento das obras de construção das vivendas T3 e T4 (média e alta renda, com três e quatro quartos) e os edifícios de quatro e seis pisos, além da qualidade do material utilizado e o cumprimento do prazo da entrega das obras.

Fernando Fonseca reconheceu a excelência do projecto habitacional, referindo não ter conhecimento "de um outro similar em África" que tenha posto à disposição, em tão pouco tempo, moradias com qualidade. "O

projecto Nova Vida, que até certo ponto foi um projecto emblemático, continuará sempre a ser importante, porque se enquadra nas metas traçadas pelo Executivo para a redução da carência habitacional", frisou, acrescentando tratar-se de "um projecto sustentável, viável e que temos de apoiar".
Expansão do projecto Elogiando a qualidade apresentada pelas infra-estruturas e a sustentabilidade do projecto, Fernando Fonseca considerou que estes aspectos tornam viável a sua aplicação a outras zonas da capital do país, para acudir à carência habitacional que actualmente se regista em Luanda. E preciso, no entanto, antes disso, aguardar pela conclusão deste projecto, para então depois se partir para outro.
Destacou, particularmente, a parceria público/privada existente e que assegura a execução das infra-estruturas definidas no plano director, aconselhando as duas partes a continuarem a dar mostras que é possível trabalhar em conjunto quando os objectivos estão bem definidos.
Além de se inteirar dos prazos de execução do projecto, o ministro aproveitou para ver as questões contratuais, o desbloqueio dos vistos de trabalho dos estrangeiros e a questão do acesso à zona, de forma a dar dinâmica às obras.

A execução do Nova Vida obedece às normas internacionais de construção civil no que toca à questão do ambiente e de serviços como água, luz, esgotos e infra-estruturas sociais. A informação foi prestada pelo fiscal da obra, José Maria, afirmando que o projecto segue o ritmo normal com aumento das redes técnicas de água, luz e drenagem, e alargamento dos serviços escolares e hospitalares, devido ao crescimento populacional.

6.16 Projecto obedece normas ambientais de construção

O Independente
26 De Março de 2011

A execução do projecto habitacional Nova Vida, em curso desde 2001, obedece às normas internacionais de construção civil no que toca à questão do ambiente e de outros serviços inerentes à vida humana como água, luz, esgotos e infra-estruturas sociais.

A informação foi prestada esta semana pelo fiscal da obra, José Maria, quando fazia a avaliação das obras da segunda fase do projecto iniciado em 2010 e com fim previsto para Junho de 2012, com a construção de duas mil e 562 residências.
Para a fonte, o projecto segue o ritmo normal com aumento das redes técnicas de água, luz e drenagem e alargamento dos serviços escolares e hospitalares, devido ao crescimento populacional.
Acrescentou que este ano vão aumentar também a capacidade do centro de tratamento de águas residuais para se reaproveitar para a irrigação.
A segunda fase do projecto habitacional Nova Vida surge para colmatar a carência de casas entre os angolanos com principal incidência para os funcionários públicos.

A gestão do projecto está a cargo da lmogestim, enquanto o Instituto Nacional de Habitação acompanha a execução das obras e outorga os contratos em nome do Estado.

6.17 Segunda fase do Nova vida pronta já em 2012

O Independente
26 DE Março de 2011

Mil e quatrocentas residências, das duas mil 562 previstas na segunda fase do projecto habitacional Nova Vida, que arrancou em Março de 2010 em Luanda, estarão concluídas até Dezembro do corrente ano.

De acordo com o presidente do conselho de administração da empresa gestora do complexo, Rui Cruz, que prestou esta informação quarta-feira, quando fazia a avaliação das obras, a conclusão total do projecto continua prevista para 2012.

Segundo Rui Cruz, estão a ser ergui das vivendas e apartamentos dos tipos T2, T3e T4, num perímetro equivalente a 480 hectares.
Segundo o responsável, desde o arranque das obras, as ocupações ilegais no perímetro do Nova Vida têm condicionado o andamento célere da empreitada e impedido a sua expansão. "Estamos a trabalhar com uma subcomissão para resolvermos o problema do realojamento e já foi identificado o terreno para transferência desses habitantes", salientou.

Rui Cruz destacou a qualidade do projecto, realçando a necessidade de se aumentar as infra-estruturas sociais como escolas, hospitais, espaços verdes, dentre outras, para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos moradores.

O projecto habitacional teve início em2001 e está localizado no município do Kilamba Kiaxi, a oito quilómetros do centro da cidade de Luanda.

A segunda fase do projecto habitacional Nova Vida surge para colmatar a carência de casas entre os angolanos com principal incidência para os funcionários públicos.

Na primeira fase foi construí das cerca de duas mil

moradias, entre vivendas e apartamentos. Segundo o gestor, as residências serão entregues aos compradores que tenham pago, tanto na modalidade de capitais próprios, como por recurso ao crédito bancário, em função da data de pagamento e do montante ou percentual do valor da casa.

Segundo o programa inicial, serão construídas duas mil e 562 habitações na segunda fase do projecto habitacional Nova Vida, para colmatar a carência de casas entre os angolanos, cujo fim está previsto para 2012.

O projecto habitacional Nova Vida está localizado no município do Kilamba Kiaxi, a oito quilómetros do centro da cidade.

Na primeira fase do projecto, iniciada em 2001, foram construí das cerca de duas mil moradias, entre vivendas e apartamentos.

6.18 Novos projectos imobiliários luxuosos estão a ser erguidos na zona do Talatona

Jornal de Economia e Finanças
26 de Abril de 2011

A empresa de capitais luso-angolanos JoKa-Construções, vocacionada à gestão de empreendimentos imobiliários e fiscalização de obras, investiu 120 milhões de dólares norte-americanos, para a construção do projecto imobiliário, denominado "New Tower" que está a ser erguido em Luanda. O cargo da construtora portuguesa Mota-Engil, o projecto está localizado na zona do Talatona (Luanda-Sul) e contará com 24 andares distribuídos em apartamentos (TI, T2, e T3), escritórios e um parque de estacionamento. Destes, 12 pisos vão servir para área residencial, seis para comércio, cinco destinados à restauração e dois para estacionamento com capacidade para 132 viaturas.
Nos pisos reservados às residências, os mesmos vão comportar várias opções de apartamentos, cada um equipado com portas blindadas, além de sistemas de detecção e combate a incêndios.
Em declarações ao JE, o director comercial da empresa, ro Benzi, disse que, apesar de a conclusão das obras estar programada para Fevereiro a 2012, a procura tem sido satisfatória, urna vez que 80 por cento dos apartamentos já foram vendid
os, num valor de 50 milhões de dólares americanos.
"O New Tower já está, praticamente, concluído. O volume de vendas ronda os 50 milhões de dólares, o que é muito bom. Vendemos seis a oito mil dólares por metro quadrado", informou, antes de destacar que as vendas das residências e escritórios têm sido feitas a partir da planta do projecto imobiliário

Negócios
O director comercial da Joka-construções salientou que a sua empresa vai continuar a investir no mercado imobiliário angolano, dadas as potencialidades que o mesmo apresenta. Além do edifício New Tower, a imobiliária está a gerir mais dois edifícios, designada mente o "Residence Park Tower" e o "Npalar Residence", ambos localizados em Luanda-Sul, que custaram à empresa 210 milhões de dólares.
. Os dois empreendimentos, apesar de serem menores ao New Tower, têm a particularidade de serem luxuosos. Do investimento 30 por cento são de capital próprio e para os restantes 70, a empresa recorreu ao financiamento bancário.
O Residence Park Tower vai comportar 12 unidades do tipo T3; três suites e dois pisos para estacionamento. Já o edifício Npalar Residence comportará seis andares, com 24 unidades residenciais.
"Os nossos serviços estão a ser direccionados aos jovens que queiram ter a primeira casa", destacou.

Desafios
O empresário sublinhou que a sua empresa pretende apostar em vários segmentos do sector da construção civil, a nível da província de Luanda, bem como expandir o negócio para as diversas províncias do país.
"Somos muito comedidos e seguros nos nossos empreendimentos. Queremos investir noutras províncias, principalmente em Benguela, Bié e Huambo, onde já estamos a fazer o estudo do mercado", anunciou a fonte, antes de destacar que a abrangência da sua empresa vai desde a parte de concepção dos projectos, gestão de empreendimentos à Fiscalização de obras.
Apesar da crise económica e financeira mundial, o gestor de nacionalidade portuguesa disse que os projectos, em Angola, continuaram a ser desenvolvidos.
Apesar de a crise ter repercussões incalculáveis, Álvaro"" Benzi, sublinha que Angola é um mercado excelente e actualmente a sua economia está a atingir níveis aceitáveis. "Nós, que viemos de Portugal, sabemos que alguns proses da Europa e da América passaram por crises muito severas e Angola conseguiu aguentar, mas tem que continuar a diversificar a sua economia", recordou.
Segundo o gestor imobiliário, deve-se apostar mais na indústria transformadora, dos materiais de construção com destaque para os tijolos, mosaicos, telhas e tintas para que o país alcance o chamado desenvolvimento sustentável.

6.19 Primeiros apartamentos vão ser entregues no âmbito do plano nacional de habitação

Jornal de Economia e Finanças
26 de Abril de 2011

No quadro da aposta na melhoria das condições de habitabilidade da população, o Executivo aprovou, durante o primeiro trimestre deste ano, projectos jurídicos que visam fundamentalmente ‘ desagravar” os custos fiscais para a detenção de imóveis, em especial entre a população de baixa renda. Segundo o balanço da actividade governamental referente ao primeiro trimestre de 2011, os pacotes aprovados abrangem imóveis arrendados e não arrendados.
“A nível da comissão para a política habitacional, foi aprovado o regime de comercialização e financiamento da habitação, incluindo a social, bem como o desagravamento fiscal e a remoção da morosidade administrativa decorrente da legislação passada. Alterámos algumas leis notariais, foram tomadas medidas no âmbito tributário, como a redução do imposto Sisa
10 para dois por cento, medida de grande alcance para 9,Uem quer adquirir casa própria, frisou o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Feijó, quando apresentava o balanço da actividade governativa dos últimos três meses.
Relativamente ao programa nacional de urbanismo e habitação, durante os primeiros três meses deste ano, o Executivo a vou igualmente o regime financeiro e de comercialização, que, numa primeira fase, vai permitir a comercialização de três mil 218 habitações na nova cidade do Kilamba, localizada no município do Kilamba-Kiaxe, na província de Luanda.
Segundo o ministro, o programa habitacional “começa a ter os primeiros resultados”. O governante informou que entre os meses de Maio e Junho de 2011 serão entregues os primeiros apartamentos, tendo acrescentado que o Executivo espera, até ao próximo ano, triplicar o número de apartamentos na nova cidade, bem como outras iniciativas habitacionais que o Executivo está a levar a cabo em todo o país.
Segundo o ministro, a Comissão Nacional Habitacional aprovou regras de acesso às novas habitações e o acesso a elas, num processo que se pretende haver a menor intervenção administrativa possível.
“A relação será entre a entidade promotora, os bancos e o cidadão. O que o Estado fizer terá a ver com a criação de condições para 9 funcionamento do Guiché Único do Imóvel (GUI), onde o cidadão, quando lá chegar, vai sair com a escritura que assegure o direito à habitação completamente resolvido”, frisou, antes de destacar que a juventude terá prioridade ao acesso às habitações.
O documento do Executivo destaca ainda que o plano nacional de habitação se estende em três domínios integrados, nomeadamente : acções públicas, parcerias público-privadas e auto-contrução dirigida. No que toca às parcerias público-privadas, as expectativas do Executivo são de que as mesmas devem construir 200 mil unidades habitacionais, sendo 120 mil pela Sonangol Imobiliária e 80 mil pelo sector corporativo. Quanto à auto-contrução dirigida, o Executivo pretende distribuir à população 420 mil lotes urbanos. Já no campo das acções públicas, prevê-se alojar 564 mil famílias, cerca de 3,3 milhões de pessoas.
Ainda no sector habitacional, a empresa Kora-Angola lidera {.) projecto das comunidades urbanas, que prevê a construção de 40 mil unidades em seis províncias. No trimestre em balanço, foram realizadas cerimónias. de lançamento em cinco províncias, nomeadamente Huambo, Moxico, Uíje, Bié e K Kwanza-Sul.

Construção
Segundo o documento do Executivo, durante os primeiros três meses, no sector do “Urbanismo e Construção, foi aprovado o Decreto Presidencial sobre a reestruturação do fundo rodoviário, que visa estabelecer regras e procedimentos que asseguram a regularidade das transferências do Tesouro para o referido fundo. No mesmo período, foram reabilitados 320 quilómetros para a acomodação do tráfego, assim como foram concluídas duas pontes definitivas, uma na província do Kuando-Kubango e outra no Cunene.

Transportes
No sector dos Transportes, o Executivo distribuiu para todas as províncias três mil 293 autocarros para operarem nos segmentos intermunicipais, provinciais e urbanos. No mesmo período, foram criadas condições para a implementação de uma gestão moderna nos três caminhos-de-ferro, bem como a reforma institucional do sector. Também se deu início à exploração comercial do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) para o transporte de carga até ao Dondo, e o de passageiros para a província de Malanje.
No sector aeronáutico, durante os primeiros três meses, o Executivo destaca que foram “removidos” todos os constrangimentos à operação das frotas de nova geração da transportadora aérea nacional (TAAG) na União Europeia e a reabilitação de vários aeroportos nacionais.

6.20 Seis mil casas vão ser construídas na zona do Camama

Jornal de Economia
29 De Março de 2011

Seis mil casas de diferentes tipologias serão construídas no projecto residencial “Jardim de Rosas”, lançado, recentemente, na zona do Camama, município do

Kilamba-Kiaxe, em Luanda. Localizado próximo à auto-estrada circula Benfica-Viana (a escassos metros do Estádio 11 de Novembro), o empreendimento habitacional avaliado em 1,5 mil milhões de dólares norte -americanos, resulta de uma parceria entre a empresa angolana Uniprev e a chinesa Mar Grandioso. O projecto ocupa uma área aproximada de 140 hectares e comporta espaços de lazer, escolas, creches, centro cultural, hospital, quadras desportivas, ginásio, parque infantil, quiosques e churrasqueiras. A área comercial tem uma extensão de 20 mil metros quadrados e 14 mil metros quadrados estão reservados à passagem pedestre.

Início
Neste momento, já se encontram em construção 184 unidades de apartamentos de quatro e seis andares, 45 vivendas, das quais 31 individuais e 14 geminadas. Esta empreitada compreende a segunda fase do projecto habitacional. Já estão praticamente concluídas 98 vivendas de diversos modelos, contempladas na primeira fase.
Entrega

A data de entrega das moradias está prevista, para Dezembro deste ano. A margem do acto do lançamento do empreendimento, no passado sábado (19), presenciado pelo governador da província de Luanda, José Maria dos Santos, e outros convidados, o gerente de negócios da empresa Uniprev, Celso Arsénio, disse que o lançamento do projecto decorreu como estava inicialmente planificado. As casas serão abastecidas através de duas sub-estações de energia de 220/60/15 mil volts, uma estação de distribuição de água no Camama e outra no Benfica, com capacidade de 30 mil metros cúbicos do precioso líquido, e um sistema de esgotos, contando com uma estação de tratamento de 26 quilómetros de canalização.

Compra
Os preços das casas para todas as tipologias (de T2 a T5), têm um valor inicial de 170 mil dólares. Inicialmente, paga-se 30 por cento e depois cumpre-se com as 12 parcelas mensais.
Segundo Celso Arsénio, o "Jardim de. Rosas" é um projecto imobiliário de nível internacional e conta com uma estrutura de um bairro planeado, clássico e do estilo europeu, para atender às necessidades quotidianas dos clientes, com opções de shopping, salas de escritórios, escolas e clínicas.

Rosas Shopping
No âmbito do projecto está prevista a construção de um shopping center, localizado em pleno distrito residencial do Camama. Concebido com uma linha de arquitectura clássica e funcional, o empreendimento terá supermercados, farmácias, lavandarias, agências bancárias, salão de festas, mega show roam de mobília, academia, salão de beleza, local para entretenimento, Sistema de segurança automático e outros serviços.

6.21 Urbanização da Cazela começa em Maio

Jornal de Angola
29 de Abril de 2011

O projecto de construção da urbanização da aldeia de Cazela, situada a cinco quilómetros de Ndalatando, capital do Kwanza Norte, arranca em Maio, com a construção inicial de mil casas sociais, de média e de alta renda, no período de três anos.
De acordo com o director-geral da empresa encarregue do projecto, Magalhães Silva, as moradias serão do tipo (T2 e T3), que depois de concluídas vão ser vendidas ao público. O valor da compra vai rondar os 55 a 60 mil dólares, no caso das de carácter social.
Magalhães Silva sublinhou que os preços para as de média e alta renda irão variar de acordo com as exigências do cliente. "Há clientes que poderão exigir alguns espaços extra, como anexos e piscinas, dependências que podem ditar o preço final de cada casa".
O programa contempla a construção de igrejas, recintos desportivos, educacionais e sanitários, parques de diversão, centros de convenções, estação de captação e tratamento de água potável, entre outros serviços.
Magalhães Silva frisou que as casas sociais serão erguidas numa área de 100 metros quadrados e as de média e alta renda em 120 e 150 metros quadrados, respectivamente.
Algumas habitações vão ser construí das em prédios de três andares, e outras em moradias com quintais.
O projecto de construção das referidas casas está orçado em 10 milhões de dólares.
O vice-governador provincial do Kwanza-Norte para a área de Infra-estruturas e Serviços Técnicos, Erlindo Lidador, considerou promissor o projecto elaborado através de uma parceria público e privado, que pretende dar cumprimento ao programa do Executivo para diminuir as carências habitacionais no seio da população.
Erlindo Lidador afirmou que se prevê ainda a implementação de outros projectos do género noutras zonas do município de Cazengo, como o caso da aldeia do Kirima do Meio, onde será feita a entrega de lotes, a partir de Maio, para responder aos mais de quatro mil pedidos de terreno para construção dirigida, efectuado!> pela população ao longo dos últimos anos.
No K wanza- Norte já foram construídas e entregues à população 45 casas, no âmbito do programa "Angola jovem", do Ministério da Juventude e Desportos.

7 TERRA

7.1 Desalojados da Ilha vivem momentos dramáticos

Semanário Factual
De 02 a 09 de Abril de 2011

A falta água potável e de luz eléctrica, incluindo o furto de bens alheios, violações sexuais a menor de idade, associadas ao consumo excessivo de álcool bem como o aquecimento das chapas cobertura das moradias cedidas ás famílias desalojadas da ilha do cabo para o Zango 1º, em Viana, desagradas os habitantes há mais de um ano.

De acordo com moradores, a falta de água potável tem sido um jogo para a sobrevivência, acentuada pela ausência de luz eléctrica que incentiva meliantes para roubar ou praticar actos de violações sexuais durante as noites.
O Factual apurou os moradores ter feito pedidos à Administração Municipal de Viana para a colocação de cisternas de água potável mas o gesto está a ser ignorado.
Paulina Jorge, de 40 anos, afirmou serem lastimáveis as condições que vivem pela falta do precioso líquido.
"Chegamos a romper com a higiene ao conservarmos 10 litros somente para as refeições. As crianças tomam banho quando houver água suficiente, enquanto os adultos permanecem dois a três dias, conservando roupa suja por falta de água", deu a conhecer Paulina Bussulo

Às noites geradores ensurdecem
Os desalojados explicaram ao Factual que, durante as noites, o bairro se toma ensurdecedor, pela quantidade de geradores existentes, por falta de luz eléctrica.
Associado a esta situação está o perigo na manutenção dos imóveis, dada a actuação meliantes e a consequência poluição atmosférica, prejudicial á saúde humana
Lopes Etiambulo, desempregado e pai de cinco filhos, reconhece o perigo exposto às crianças na sua casa e arredores, mas advoga que a utilização dos geradores por quase todos os moradores responde à realidade social
que enfrentam, desde que foram desalojados no primeiro trimestre de 2009.
O cidadão, de 43 anos, acrescenta que o funcionamento dos geradores se justifica pela necessidade frenética de manter em bom estado de consumo os alimentos e as bebidas de venda pública praticada pelos moradores.
"Se nos dessem luz eléctrica, evitaríamos viver
Condições. Estamos sujeitos a resistir às situações incontornáveis, como a especulação da venda de combustível, assaltos, violações e outras práticas indecorosas", asseverou.
Margarida de Sousa, mãe de seis filhos, indicou que o uso de geradores tem prejudicado a tranquilidade dos cidadãos e contribuído para a intromissão, em casa alheia, de Indivíduos estranhos que procedem ao roubo de electrodomésticos, de cisternas de água privadas ou a violações de menores".

Transferência de moradores é uma miragem
Segundo membros de uma comissão de moradores criada para responder às necessidades dos desalojados no Zango I, a promessa de serem transferidos para as casas permanentes está a tornar-se uma miragem até à data presente.
A comissão de moradores pede ao Governo Provincial de Luanda maior celeridade das obras em construção, antes de as enxurradas de Abril se tornarem aberrantes para o dia-a-dia dos cidadãos.
O Comando da Policia Nacional da 47a esquadra, sita no zango I, refutou as explicações dos moradores sobre a existência de meliantes durante o dia e considerou-as de declarações precipitadas e ansiosas.
"Estamos entre os cidadãos que vieram do Roque Santeiro, assim como os desalojados do Benfica e da Ilha do Cabo. O povo cá está seguro", afirmou fonte policial.
O Factual contactou a Administração Municipal de Viana para mais esclarecimentos sobre a transferência dos sinistrados da Ilha do Cabo, agora no Zango I, mas todas as intenções fracassaram.

7.2 Gestão dos solos está em debate no conselho de concertação

Jornal de Angola
08 de Abril de 2011

O programa de gestão dos solos urbanos" e "a perspectiva de requalificação do casco urbano da cidade de Luanda" são os principais temas analisados, hoje, na reunião ordinária do Conselho de Auscultação e Concertação Social do governo provincial.
No encontro, presidido pelo governador, participam vice-governadores, directores provinciais e pessoas da sociedade civil.
. Em análise estão "a situação do tráfego rodoviário", "a segurança e tranquilidade pública", "análise da expansão dos serviços de saúde pública a nível das comunidades", "situação dos mercados e venda ambulante" e "o abastecimento de serviços básicos à população" são assuntos em discussão.
O conselho de auscultação e concertação social do governo provincial de Luanda é um órgão de consulta, cujas decisões não têm carácter vinculativo.

7.3 OMUNGA

volta á ribalta
Angolense, de 09 a 16 de Abril de 2011

Andou algum tempo longe dos holofotes da comunicação social, seguramente devido à ausência do espaço "Quintas de Debate,>, mas é uma figura incontornável, se analisado o tema em questão. Falamos do Engenheiro José Patrocínio, coordenador da OMUNGA, organização com estatuto de observador africano dos Direitos Humanos e dos povos. É precisamente por aqui que actua em nome da franja mais vulnerável, sobressaindo famílias sem tecto, mesmo que tais investidas valham divergências com as autoridades. Patrocínio foi tão insistente que conseguiu realizar a marcha de repúdio à onda de demolições "sem Graça" ocorridas no bairro da Nossa Senhora, arredores da cidade de Benguela. Para tal, recordamos, teve de denunciar o primeiro pontapé na Constituição da era Cruz Neto, fazendo alusão à proibição da manifestação sob o lema "Não Partam a Minha Casa", para a qual foram convidados participantes de diversos pontos do país. As denúncias ouvidas durante a marcha, entre as quais se destaca o desalojamento sem condições de reinstalação, são, de resto, as mesmas abordadas em várias edições do "Quintas de Debate", que regressa à ribalta após um longo período de férias.

7.4 Projecto Terra chega ao Centro

Jornal de Angola
12 de Abril de 2011

O Huambo e o Bié beneficiam, a partir deste ano, da segunda fase do Projecto Terra, desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), cujo lançamento é na terça-feira, no Cuito, disse o seu coordenador.
"Ao nível nacional, o projecto foi lançado em Luanda, em Fevereiro, mas há necessidade de se fazer um lançamento inter provincial para o dar a conhecer à população beneficiária, aos órgãos do Estado e aos seus parceiros", disse. Francisco Carranza, que adiantou que esta fase, com a duração de três anos, conta com o financiamento da Cooperação Espanhola.
O coordenador do Projecto Terra anunciou que no Bié o projecto se vai cingir à delimitação de terras e no Huambo ao apoio institucional governamental e não governamental para melhorar a gestão e posse da terra e de outros recursos naturais e ao desenvolvimento rural.
Acções de formação de quadros das administrações do Estado, das Estações de Desenvolvimento Agrário e das Organizações Não-Governamentais constam do plano de acção desta nova fase do Projecto Terra. Francisco Carranza lembrou que o projecto é do Executivo e que a FAO orienta através do apoio técnico.

7.5 Executivo suspende concessão de terrenos

Jornal de Angola 18 de Abril de 2011

O coordenador do Projecto de Gestão Sustentável de Terras defendeu, na sexta-feira, um amplo debate sobre a conservação do solo para as pessoas conhecerem as técnicas e as apliquem.
Amílcar Salumbo disse que o conhecimento faz com que as pessoas tenham a percepção da degradação da terra e a consciência da sua preservação.
"É necessário cultivar, nas famílias, o hábito de preservar as árvores, fazendo com que a terra esteja protegida dos ventos fortes e das águas que arrastam as partículas dos solos", referiu.
O especialista lembrou que a terra é o substrato natural de que depende a vida e é dela que as comunidades extraem os alimentos, os recursos para a construção, além de ser, um abrigo da biodiversidade.
E preciso divulgar mais as medidas de utilização adequadas do solo, dando a conhecer às pessoas que o essencial é utilizar é utilizá-lo para não provocar a sua degradação, pois a terra é utilizada para a construção de estradas, habitações, actividade agricultura, pecuária e florestal, frisou.
. Amílcar Salumbo, falava no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Conservação do Solo, criado em homenagem ao norte americano Hugh Hammond Bennett, o primeiro respons4vel pelo Serviço de conservação de solos nos Estados Unidos.
De acordo a legislação, as empresas que directa ou indirectamente provocarem danos ao meio ambiente vão ser responsabilizadas nos próximos tempos.

O governo provincial do Bengo decidiu suspender todo tipo de concessão de terrenos na orla costeira da com una de Cabo Ledo, município da Quissama, e criou, por despacho, uma comissão para efectuar trabalhos de ordenamento da localidade.
Segundo o despacho do governador provincial, João Bernardo de Miranda, o grupo técnico criado vai, num prazo de 30 dias, identificar e cadastral toda a área e os concessionários de terrenos legalmente constituídos.
A comissão tem ainda a tarefa de identificar as ocupações anárquicas e sugerir medidas concretas, inventariar e mapear os espaços livres de acordo com as disposições da lei de terras, do ordenamento do território e demais regulamentos sobre a orla costeira.
O grupo técnico é coordenado pelo vice-governador provincial para os serviços e infra-estruturas, Pedro Jorge Bessa, coadjuvado pelo director do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente. Integram ainda a comissão o chefe do departamento provincial do Instituto da Geodesia e Cartografia de Angola, o chefe do Departamento Provincial do Instituto Nacional de

Ordenamento do Território e Urbanismo, o director do Gabinete Jurídico e o administrador municipal da Quissama.
O documento refere igualmente que a comissão pode convidar e ou convocar outras entidades que se mostrarem úteis para o cumprimento do despacho. Cabo Ledo é uma larga enseada situada na província do Bengo, em pleno Parque Nacional de Quissama, 120 quilómetros a sul da cidade de Luanda. A amplidão da praia de águas límpidas do Cabo Ledo e a beleza das imensas falésias numa extensa faixa de areia branca tornam o local deslumbrante, também propício à prática da pesca e do surf.
Nos últimos tempos têm surgido várias construções na orla costeira que, segundo as autoridades, descaracterizam a região e constituem um perigo à preservação do ambiente.
Devido à sua localização estratégica, a orla marítima de Cabo Ledo tem sido palco de exercícios militares internacionais.
Em Março, a região albergou os Exercícios Felino 2010, que serviram para testar a capacidade operacional e coesão das forças armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Foi também palco dos exercícios Kwanza, entre as forças da SADC.
Cabo Ledo possui também valor histórico. Foi lá que em 1648 desembarcou a frota que, vinda do Brasil, recuperou Luanda para o domínio português, após sete anos sob dominação holandesa.

7.6 O cumulo da pouca- vergonha

Folha 8
30 de Abril de 2011

É simplesmente escandaloso a vida que muitas famílias são sujeita naquilo que é considerado como o lastimável centro de deslocados. Demolidas habitações, retirada compulsivamente de seus aposentos onde levavam uma vida no mínimo modesta, fruto de muito sacrifício e de poupança de longo e duros anos, grande parte das famílias que foram jogadas pelo governo de Luanda na imundice dos zangos prefere desaparecer e não continuar a sofrer aquela humilhação. Crianças que se frustram e não espectadoras de espectáculos eróticos de seus pais e outras obscenidade nojentas.

Depois de alertados, sábado, 23, deslocamo-nos aos zangos para tomar contacto com a dura realidade de vida dos nossos compatriotas que ali padecem, em número hoje incalculável. Houve realmente falta de juízo quando loucura se apoderou de governantes alucinados na corrida de quem constrói mais. Passaram por cima de tudo e lançaram com escárnio, milhares de angolanos infortunados nas avenidas da desgraça. Foi o que aconteceu com os cidadãos que residiam na Ilha de Luanda. Ao 17 de Abril de 2009, após a realização das eleições, depois da ex-governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, ter passado aquela mensagem que a expulsão seria adiada sine-die, os populares assustaram-se surpreendidos pelos caterpillares lançados impiedosamente na operação de demolição das suas habitações. Na ocasião e de acordo as testemunhas no local que nos repetiram o cenário de quão hediondo drama : surgiu alguém ligado a governadora que disse que não se compadecia, porque tinha chegado a hora desses "ocupantes ilegais" regressarem para as suas terras, pois estavam ali à mais. Isto até hoje foi interpretado como manifestação política e discriminatória. O dito cujo tinha o plano de meter as pessoas nos camiões e devolvê-las nas suas terras. Foi por isso que muita gente disse que o incêndio que se deflagrou na Ilha foi fogo posto, enquadrado num plano de correr com as pessoas dali. Na altura das demolições, não houve nenhum aviso prévio, não houve nenhum gesto de comiseração e humanismo que se devia aplicar no terreno. Populares foram forçados a deixar quase tudo em troca da vida, porque os tractores estavam prontos a passar por cima da gente. "Não houve a possibilidade de levar nada até porque a pressão policial era muita. Perdemos quase tudo. Eu pessoalmente perdi as minhas duas chatas, quatro motores de 45 I0JA, outro de 90 e dois de 25. A chata de pesca o Caterpilar destruiu. Perdemos tudo. Até porque um desses motores de 90 I0JA, o ex-deputado Jacinto Chipa foi a minha casa e queria comprar, mas infelizmente não aconteceu. Tudo aquilo deixa. Não era possível transportar motores, sobretudo o de 90 I0JApara uma outra casa. Mas em que casa vizinha um indivíduo deixaria tanto peso, até porque os becos nem tinham espaço para circular", declarou ao F8 uma das vítimas que por falta de espaço na tenda de fortuna, apanhava chuva.

De acordo com outro sinistrado, no dia 3 em que foi levada a cabo a operação, ~ uma comissão dirigiu-se a Assembleia s Nacional onde contactou um deputado s que simulou alguns esforços, inclusive s o contacto com a governadora que não \ surtiram quaisquer efeitos desejados.

Não houve vontade nenhuma de ajudarem, estava decidido ao alto nível : aqueles indígenas tinham que desaparecer dali. Para aquele local projectos de grande monta estão previstos. Se reparar a governadora chegou de dizer : "também" a população que foi escorraçada da Ilha tinha suas áreas de origem : províncias de Benguela, do Zaire e do Huambo. O pessoal chegou a conclusão que procurar o socorro de outras autoridades era uma perda de tempo. Agora nos zangos, alguns responsáveis passavam por ali como visitas e não deixavam nada em termos de conforto. As tendas todas rasgaram, a vida

tornou-se um autêntico calvário. Apesar de tudo, alguns residentes de bom senso, dotados e com formação pedagógica, criaram ali uma escola improvisada, uma adaptação da que destruíram na Ilha do senhor José Chimuko. A escola tem oito turmas, quatro gabinetes e respectivas casas de banho. Como alguns encarregados de educação e alunos transportaram as carteiras até ao Zango, juntaram algumas chapas e ergueram o barracão onde leccionam até ao ensino médio. Em 2009, não foi possível, em 2010 a escola arrancou, 195 alunos divididos em três períodos frequentam aquele estabelecimento escolar com professores competentes que reclamam apenas por salários condizentes. O dinheiro provém dos próprios alunos através de propinas. No período nocturno não há luz, o gerador a gasolina mais está parado do que a funcionar. Na época dos exames os alunos das classes de exames são encaminhados para a Ilha, principalmente da 6" e 9" Classes para efectuarem as respectivas provas e obterem os diplomas.

Outra questão, é o destino que abraçou aqueles cuja sobrevivência era o mar. Por exemplo, como fica um indivíduo que durante toda a vida dependeu da pesca e com muito sacrifício conquistou alguns meios que fazia alimentar uma família e tinha um projecto de vida para os filhos e felicidade embora modesta para a esposa, hoje todos na desgraça e sujeitos a coisas inimagináveis. Garantem que têm o controle do bairro, mas as pessoas vão descarrilando. Primeiro porque a fome vai apertando, a situação em si não está a corresponder, desemprego, há desunião populacional, sobretudo a população do Centro e Sul de Angola, que na opinião de Fernando, não é uma população homogénea, não tem segurança em si quando pretendem defender-se de alguma coisa. Um tanto ou quanto traiçoeira e muito submissa. E isto que, por parte, encoraja os governantes a menosprezarem a realidade e a cruzarem os braços.

Mas, recordam que em 2005 já houve o incêndio das Cento e tal casas mesmo na Ilha e essa população até agora foi atirada para o Bairro Sapu e continua a viver em condições desumanas. Ainda nos zangos, realizaram um trabalho com o MINARS para organizar o processo de cadastramento, mas foi mal orientado porque até pessoas que não eram sinistradas foram cadastradas, somente para depois poderem ganhar casas. O trabalho foi realizado com fome e sede e sem transporte durante 7 meses. Resultado das promessas feitas, até aqui nada.

Bento Soyto que garantiu, frente, o deputado da 4" Comissão, o senhor Zau Puna, um da 9" Comissão que estariam ali apenas por 2 meses, adormeceu. A proposta seria a de distribuir um terreno para cada e dar um crédito bancário para construção. No ano passado tiraram dali vinte e poucas pessoas, entregaram-lhes terreno, deram-lhes alguns blocos e eles próprios arranjou pedreiros para construir com seu próprio dinheiro. O resto mantém a podridão, a começar pelo mercado que mistura alimentos com fezes e larvas.

Mensagem dos sinistrados aos governantes : "Gostaríamos que o governo fosse mais sério quando tivesse que tratar das vidas dos angolanos. Não sabemos se um dia isso existiu, da forma como se vive aqui, amontoados. O cidadão para defecar, tem de fazer no saco, embalar as fezes e jogar por perto porque não dá para construir quarto de banho. Aquilo é um campo de deslocados e as pessoas têm em mente que estão em trânsito. Não se pode estar à vontade com a sua esposa, é triste e vergonhoso. Já enviamos uma carta ao gabinete da primeira-dama, se de facto a carta chegou ao gabinete da primeira dama, de certeza o Presidente tem conhecimento da triste realidade das populações dos zangos".

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Empresa Pública de Agua de Luanda constrói mais centros de distribuição vai ser montado um sistema moderno de registo de clientes

Jornal de Angola
01 de Abril de 2011

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) vai construir, nos próximos tempos, mais centros de distribuição para dar resposta à procura de água canalizada na capital do país, onde se regista um aumento de clientes, adiantou na quarta-feira o presidente do Conselho de Administração da EPAL.
Lionildo Ceitas, que falava num seminário realizado em alusão ao 24º aniversário da empresa, acrescentou que a instalação de novos centros de distribuição de água potável faz parte da estratégia para o quadriénio 2011/2015, durante o qual a população de Luanda vai sentir melhorias na produção, no abastecimento e na qualidade da água potável.
Assim, no quadro da linha de estratégia da empresa pública de água, vai ser criado um sistema moderno de registo de clientes para que não haja dificuldades, como as que tem havido até aqui, relativamente à cobrança da água consumida pelos seus clientes.
O presidente do Conselho de Administração da EPAL frisou que, dos 140 mil consumidores, apenas 90 mil pagam pelo consumo de água. "O Estado angolano investiu cerca de 650 milhões de dólares e os resultados na melhoria do sistema de água devem ser visíveis". O director para a área de Desenvolvimento Organizacional da EPAL, Domingos de Almeida, que abordou o tema "Estrutura organizacional e planeamento estratégico", disse que a linha de estratégia da empresa pública está adaptada à nova realidade.
No âmbito do projecto de distribuição para o quadriénio 20 11/20 15, a empresa pretende estender as redes.primárias, secundárias e terciárias pelos bairros de Luanda. A intenção é facilitar o acesso à água mais próximo da residência de cada pessoa. A estratégia abrange, portanto, o aumento do número de fontanários e a substituição dos não operacionais, com o envolvimento da comunidade.
Domingos de Almeida defendeu ser crucial, para a melhoria do sistema de abastecimento de água, a elaboração de estudos de engenharia pormenorizados de projectos identificados e seleccionados, no âmbito dos planos integrados de expansão de infra-estruturas da província.
A implementação de projectos de melhoria operacional dos sistemas de água de Luanda, com a aplicação de técnicas e tecnologias modernas, também consta do plano estratégico da EPAL. O responsável garantiu ainda que a água abastecida pela empresa está em condições de ser consumida, excepto a que é levada para as zonas onde existe cruzamento ou mistura de outras águas de reserva.

8.2 Água para todos chega ao Tchicala e Mulenguelo

Jornal de Angola
03. 04.2011

O governador provincial do Moxico, João Ernesto dos Santos inaugurou sexta-feira, nas localidades de Tchicala e Mulenguelo, um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável beneficiando mais de três mil habitantes.

Os projectos foram inaJ1gurados no quadro do programa "Agua para Todos" e visam comemorar o nono aniversário da paz e reconciliação nacional, salientou o governador.
O governo local, com o apoio de parceiros sociais, está a proceder a uma série de inaugurações de sistemas de abastecimento de água em várias localidades, visando a melhoria da qualidade de vida das populações.
A construção de escolas, centros médicos, residências para professores e enfermeiros, bem como a realização de todos os serviços essenciais de apoio às populações foram apontados pelo governador como metas a atingir nos próximos tempos.
Segundo o responsável, o governo provincial está a trabalhar para que os serviços básicos estejam cada vez mais próximos dos cidadãos, de maneira a repor-se paulatinamente todas as infra-estruturas destruídas durante o conflito armado que assolou o país.
O governador provincial tem ainda na agenda visitas às obras de construção de dois novos chafarizes, nas localidades de Lumege e Sachifunga, onde estão a ser erguidas várias infra-estruturas de impacto social, no âmbito do programa de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população, com destaque para postos médicos, centros de saúde e escolas.

8.3 Lixo volta a ganhar mais vida em Luanda

Jornal A Capital
9 de Abril de 2011

Intimidade entre os moradores da Rua da Saúde, algures no município do Rangel, e lixo é de cortar o fôlego a qualquer um que se desloque àquele bairro. De tal forma que, segundo queixas apresentadas, respirar "ar puro" passou a ser quase heresia. Há mais de seis anos que é assim. As operadoras deixaram de ser tidas e achadas, já que as mesmas acabam por não cumprir com as suas

obrigações, enquanto os populares, por não confiarem no desempenho das operadoras.
Falar da recolha de lixo é um caso perdido. Ou seja, é algo que não consta das prioridades nem das administração, nem do governo provincial de Luanda", ao ponto de a lixeira concentrar-se diante das portas dos moradores", desabafou Esperança Nzambi, que vive naquela rua há mais de 30 anos.
Entristece-lhe o facto de a movimentação dos moradores estar dificultada, por de autênticas montanhas de lixo muito transtorno, sobretudo por a administração não colaborar na recolha do lixo", isso para não falar cada vez mais gritante ausência de urbanização.

Em face disso, revelam os moradores, os casos das doenças que surgem em catadupas. Recordam-se, por exemplo, que em tempos não muito distante registaram casos de cólera, isso para não falar do já habitual paludismo. "Os mosquitos ferram-nos de dia e noite", queixou-se Nzambi.
Por força desta situação, os moradores têm a zona como endémica. "Isto deve ser visto como um problema
de um monte de lixo. Não temos mais alternativa". E concluem : "só estamos vivos, graças a Deus".

Djamila, que também reside na mesma área, garante, de viva voz, que, de tão íntimo o convívio, há muito que deixou de se assustar com o amontoado de lixo. "É o nosso cartão de visita", ironizou. E não é para menos : vezes há em que os populares se mobilizam em campanhas de limpeza, queima de lixo ou operação de tapa-buraco, mas tal não tem sido suficiente, para manter o bairro limpo. "O administrador apareceu há dias, para constatar o estado do bairro, mas de nada valeu. Acho que veio apenas nos enganar, porque o lixo aqui nunca foi retirado. É triste, o que vivemos", lamentou Djarnila.
Entre os moradores, há apenas um pensamento. Em termos de saneamento básico, "o Rangel vai de mal a pior", Daí o apelo : "queremos uma urgente intervenção, para que o lixo seja retirado daqui, devido as doenças que têm estado a aparecer nesses dias".
Os moradores da Rua São José Operário, na chamada zona da Encubação, ao Cazenga, entendem que, mais dia, menos dia, a mesma poderá encerrar, em função da cada vez mais visível intransitabilidade que a mesma apresenta, em decorrência da grande concentração de lixo por aquelas paragens e, também, pelo facto dos populares jogarem toda a sorte de residuos sólido, sobre a válvula central que distribui a agua pelos chafarizes.

8.4 EPAL promete aumento de produção

Semanário Factual
de 09 a 16 de Abril de 2011

O Presidente do Conselho de Administração da Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL), Lionildo Ceitas, prometeu, quarta-feira, 06, aos moradores do "Projecto Morar" o aumento da produção na estação do Lunda-Sul, de 28 a 60 mil metros cúbicos.
"O problema do Projecto Morar é a capacidade de recepção de água dos reservatórios e o baixo nível. Estes são os motivos que fazem que o Morar não tenha água suficiente, mas há produção de água suficiente. E dentro de um Mês, a estação do Lunda-Sul vai sair de uma produção de 28 mil metros cúbicos para 60 mil; por isso, peço aos munícipes que tenham um pouco mais de paciência", informou Lionildo Ceitas à rádio Luanda.
Dos 140 mil clientes cadastrados pela EPAL, só 90 mil pagam, segundo Lionildo Ceitas, e sustenta que tal facto dificulta a execução de projectos de distribuição de água.
O responsável disse, igualmente, a EPAL estar a recadastrar os seus clientes e pretender duplicar o número existente, projecto implementado pelo Conselho de Administração.
"Estamos a fazer o recadastramento aos consumidores e a trabalhar com a ED ÉL, no sentido se haver uma troca de base de dados, porque queremos chegar até ao final do nosso mandato com o dobro de consumidores que temos. Temos 140 mil e queremos chegar aos 280 mil", realçou, em entrevista, à rádio Luanda.

8.5 Aldeia de Ngoma com mais água

Jornal de Angola
11 de Abril de 201

Três furos de água estão a ser abertos na aldeia de Ngoma, a 12 quilómetros da vila de Tchindjendje. O início da extracção das águas subterrâneas está previsto para os próximos dez dias, de acordo com 1!ma nota da Administração Municipal de Tchindjendje.
A iniciativa insere-se no âmbito da execução do programa de desenvolvimento integrado e combate à pobreza, que tem também por finalidade erradicar doenças causadas pelo consumo de água não tratada. Actualmente, os habitantes de N goma consomem água do rio, percorrendo longas distâncias.
Os trabalhos de perfuração dos pontos de abastecimento de água potável decorrem desde a semana passada e são executados por uma construtora angolana.

8.6 Reabilitação das Ruas do Sambizanga

Jornal de Economia e Finanças
12 de Abril de 2011

Raramente, os nossos gestores, quando procedem a balanços das obras programadas para um determinado espaço físico e num certo tempo estabelecido, o fazem sem evocarem os supostos obstáculos que condicionam o bom andamento das empreitadas e a sua conclusão nos prazos previstos.
Se não é o dinheiro insuficiente, ou o empreiteiro que recebeu previamente os seus honorários, mas que não deu início ao trabalho, são as chuvas que impedem o prosseguimento normal das obras.
Estas e outras desculpas apresentam-se frequentemente em horas de balanço, razão pela qual não deixam de merecer uma nota positiva as informações que nos chegam do município do Sambizanga, em Luanda, I onde, segundo consta, já foram reabilitados 5 dos 60 quilómetros da rede de esgotos das ruas secundárias.
A empreitada, promovida pelo Governo Provincial de Luanda, está enquadrada num amplo programa de reabilitação da malha viária da cidade capital. Se tivermos em conta o facto de o trabalho ter iniciado apenas em Janeiro deste ano, ou seja, há apenas três meses e meio, e que a sua executora é nacional, concretamente a Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas Básicas (ENCIB), mais razões existem para afirmarmos que algo está a mudar na atitude dos programadores, fiscalizadores e executores das várias obras em curso um pouco por toda Angola.
E é o que consideramos ser um feito pouco) requente no nosso dia a dia, vale também pelo grande exemplo que o município luandense do Sambizanga pode transmitir às administrações municipais do país.

8.7 Abastecimentos estendidos às comunas e povoações

Jornal de Angola
13 de Abril de 2011

o pastor de gado João Mucanda, 49 anos, morador na localidade de Cangolo Muquipa, província da Huíla, é uma das figuras que testemunhou a inauguração, a semana passada, do sistema de captação e distribuição de água na sua zona de residência.
Ele e mais cerca de 500 pessoas beneficiam já de água potável de uma lavandaria comunitária, no; âmbito dos esforços que o governo provincial tem envidado para implementar cabalmente o Programa "Agua para Todos", do Executivo.
Depois de dezenas de anos a consumir água de rios, poços, cacimbas e chimpacas, de fraca qualidade, João Mucanda experimentou pela primeira vez o verdadeiro "sabor" da água potável, extraída de uma bomba manual instalada na comunidade.
Envolto numa enorme expectativa, o pastor de gado uniu as duas mãos e recolheu rapidamente a água, que coma da torneira da sonda, e levou-a à boca, exclamando que "a água do fontenário era mais saborosa e mais limpa que a do rio", disse.

João Mucanda e seu amigo Luís, outro morador da zona, sabem que este serviço vai ajudar a diminuir as dezenas de casos de doenças, como a cólera, infecções urinárias, diarreias, alergias, entre outras.
O programa de abastecimento de água potável já beneficia 1.200.000 habitantes que residem na cidade do Lubango, com a reabilitação e ampliação do sistema de distribuição.
O governo provincial e parceiros sociais estão a empregar cerca de 120 milhões de dólares para a reabilitação, ampliação e modernização da rede de captação, tratamento e transportação de água até ao domicílio dos citadinos.
O director provincial das Águas na Huíla, Abel da Costa, adiantou que as obras da conduta e captação principal, que tem uma extensão de 14 quilómetros, já iniciaram há cerca de um ano e a sua conclusão está prevista para este mês de Abril.
A mesma vai permitir distribuir 70 litros de água por dia a cada habitante da cidade do Lubango e ultrapassar as actuais deficiências. O responsável explicou que, de momento, está a ser instalada uma conduta provisória para permitir que enquanto decorrem as obras o abastecimento de água aos consumidores seja assegurada.
Depois da conclusão deste trabalho vai ser montada uma tubagem definitiva, fabricada em ferro e material adequado de 400 milímetros, para transportação da água em grandes quantidades, disse.

Milhões de dólares empregueis

O Executivo já empregou, desde início do programa "Agua para Todos", 12 milhões de dólares para a construção de sistemas de captação, armazenamento e distribuição, na província da Huíla.
De acordo com o director provincial das Aguas, com o referido montante foi possível levar água potável em quantidade e qualidade às sedes municipais e comunais, assim como melhorar o saneamento básico na Huíla.
Abel da Costa afirmou que, na província da Huíla, 500 populares do meio rural têm já acesso à água potável, pela primeira vez, após a independência nacional, com a execução do programa de iniciativa presidencial "Agua para Todos". "Conseguimos atingir uma cobertura na ordem de 43 por cento contra a percentagem de 19 por cento e superar as capacidades de distribuição de água herdadas do colono", disse.

Nas sedes comunais, 98 por cento dos habitantes consomem água potável em qualidade e quantidade, faltando apenas as comunas do Bambe e Bonguei, no município de Chicomba, que vão ser contempladas este ano .
Segundo Abel Costa, foram construídos de raiz 700 sistemas convencionais de distribuição nas sedes municipais, comunais e em alguns sectores da província.
Os sistemas convencionais, explicou, estão equipados com uma estrutura de captação, "armazenamento e distribuição com base nas ligações ao domicílio, com tubagem de plástico apropriado.
, Ainda no quadro do programa "Agua para Todos" foram abertos, nas comunidades rurais, 2.200 furos artesianos, equipados com bombas manuais, algumas com placas solares de alimentação de
energia eléctrica. .
O director provincial esclareceu que, nas outras zonas rurais, onde existem mais de 300 pessoas agrupadas em aldeias, foram instalados pontos de água e lavandarias comunitárias para melhorar o saneamento básico.
Abel Costa disse que a meta, até ao ano 2012, é de beneficiar com o projecto cerca de 80 por cento da população da província da Huíla, estimada em 3.100.000 habitantes, onde a maior parte está concentrada na capital, Lubango.

Combate à pobreza
A distribuição de água potável de qualidade e em quantidade às populações, sobretudo do meio rural, é uma das componentes do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza do Executivo. O director provincial das Aguas da Huíla, Abel Costa, disse
que nas localidades onde a água já jorra é visível no rosto das populações um semblante melhor em relação aos outros anos.
"Enquanto humanos, temos uma composição física de 53 por cento de água e, quando falta este líquido, a nossa estrutura entra em debilidade sujeita a apanhar qualquer uma das doenças de origem hídrica", salientou.
Abel Costa adiantou que nas comunidades, onde ainda não existe água potável, são constantes as doenças como as infecções urinárias, cólera, alergias, diarreias e outras.
Para tratar estas doenças, muitas famílias no meio rural são obrigadas a vender os seus bens, como os gados (bovino, caprino e suíno), assim como as reservas de sementes, situação que contribui ainda mais para a sua pobreza, referiu.

8.8 Distribuídas terras as comunidades do Sul

Jornal de Angola
13 De Abril de 2011

O Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) lançou ontem, no Cuito, o "Projecto Terra", uma iniciativa do Executivo para melhorar a gestão, delimitação e posse de terras mediante atribuição de títulos, nas províncias do Huambo e do Bié. O lançamento do projecto corresponde à segunda fase, depois do lançamento da primeira fase, em Luanda, em Fevereiro último. A segunda fase tem a duração de três anos e conta com o financiamento da Cooperação Espanhola (AECID).
Acções de formação de quadros das administrações do Estado, das Estações de Desenvolvimento Agrário e das organizações não governamentais constam do plano de acção desta nova fase do "Projecto Terra" lançada ontem.
O coordenador do projecto, Francisco Carranza, esclareceu que a FAO é orienta o projecto, fornecendo apoio técnico. Na província do Huambo, o projecto abrange os municípios do Longonjo, Bailundo, Caála e Ekunha.
O vice-governador para esfera económica do Huambo, Henriques Barbosa, garantiu na cidade do Cuito que o lançamento do projecto é garantia de que o Executivo continua a desenvolver programas para combater a pobreza no país.
Henriques Barbosa garantiu o empenho do Executivo na melhoria das condições de vida das famílias, através da execução de vários programas. O vice-governador indicou como exemplo o projecto de integração municipal das comunidades, que contempla a construção de infra-estruturas básicas, distribuição de água potável, fornecimento da energia eléctrica, formação profissional e a expansão do programa agro-pecuário.
A vice-governadora para esfera económica da província do Bié, Ana Maria Muvuay, reforçou que o I Executivo tem a obrigação de distribuir terrenos bem estruturados às -, comunidades para melhor habitabilidade dos cidadãos.

8.9 Campanha de tratamento de água lançada no município do Cacuaco

Jornal de Angola
15 de Abril de 2011

A Direcção Provincial de Saúde de Luanda lançou ontem, no município do Cacuaco, uma campanha de tratamento de água com lixívia, com vista à contenção das doenças provocadas pelo consumo de água não tratada. A campanha é dirigida, fundamentalmente, às populações vulneráveis e vai estender-se aos municípios do Cazenga, Viana, Kilamba Kiaxi e Sambizanga, onde

o fornecimento de água é precário.
O lançamento da campanha, que teve lugar nos bairros dos Pescadores e de Sarico; em Cacuaco, consistiu na entrega simbólica de lixívia à população local, na presença do representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Angola, Brandão Có
A directora provincial de Saúde de Luanda, Isabel Massocolo, que procedeu à abertura da campanha, garantiu o apoio de equipas que vão passar de casa a casa para distribuir lixívia e explicar as formas de utilização.
Isabel Massocolo, que falou à imprensa após a entrega do desinfectante, disse que o acto de abertura da campanha ocorreu naquela área, porque foi em Sarico que se registaram os casos de cólera mais recentes representante do UNICEF em Angola destacou os benefícios do, consumo de água limpa. "É uma fonte segura para o bem-estar da população e para a saúde das crianças em particular", sublinhou.

8.10 Militantes "invadem" Kilamba Kiaxi

Jornal Agora
16 de Abril de 2011

Os moradores do Kilamba Kiaxi estão preocupados com o aumento da criminalidade na área.
A onda de criminalidade cresceu desde o princípio do ano e as pessoas temem pelas vidas. "Coisas vistas em 1991 voltaram a acontecer. Os meliantes queimam e enforcam pessoas", constatam as fontes, acrescentando que os crimes já superaram os do Sambizanga e Cazenga.
A base da violência tem a ver com os crónicos problemas do consumo exagerado de bebidas alcoólicas, droga e falta de emprego entre os jovens.
Os marginais tomam conta. das ruas a partir das 21 horas pondo em risco a vida dos moradores.
"Estamos mal neste bairro, cada dia as coisas tendem a ficar mais complicadas. Mais grave ainda é que o facto de a polícia não estar a ajudar no combate à criminalidade", notou.
Atónica Miranda, moradora da Lixeira, manifestou o desejo de abandonar o bairro, em busca de segurança.
"A criminalidade está a tirar o sono, todos os dias assistimos a assalto às casas e a cenas de violação sexual de meninas e adultas. É a desgraça", observou, apelando a intervenção da polícia.
Uma outra moradora identificada somente por Felícia, informou que os marginais estão bem identificados mas são protegidos pelos pais quando a polícia faz buscas.
A mesma afirma que o município está a conhecer muitos crimes porque os vendedores de drogas querem ter lucros fáceis como a cocaína e liamba.
A criminalidade está generalizada nos bairros do Kilamba Kiaxi. No Camama, por exemplo, os moradores estão preocupados com os assaltantes que chegam a impedir a livre circulação dos transeuntes.
Na zona dos Correios, mesmo com a 7 a esquadra instalada no bairro, os marginais continuam muito actuantes no vandalismo. A falta de iluminação pública e o fraco policiamento estão na origem desta situação, segundo os moradores.
Na zona dos correios, mesmo com a 7ª esquadra instalado no bairro, os marginais continuam muito actuantes no vandalismo. A falta de iluminação pública e o fraco policiamento estão na origem desta situação, segundo os moradores.

8.11 Lixívia contra a cólera e a poliomielite

Jornal de Angola
de 16 de Abril de 2011

Uma Nota de Imprensa chegada à nossa Redacção dá contade que o Governo da Província de Luanda e o UNICEF estão a realizar uma campanha de distribuição gratuita de lixívia às populações mais vulneráveis, para tratamento caseiro da" água para o consumo.
Esta intervenção surge como resposta ao surto de cólera que assola algumas localidades de Luanda e é parte integrante das acções do Governo de Angola e dos seus parceiros para a interrupção da pólio-vírus.
Um estudo desenvolvido pelo UNICEF em 2009, baseado nos dados de cólera e da pólio nas províncias de Luanda e Benguela, demonstrou forte relação entre as áreas infectadas com a pólio e a cólera, assim como uma significante correlação entre o acesso à água imprópria para o consumo humano e a incidência da cólera. As áreas afectadas pela cólera têm uma maior probabilidade de ser afectadas pela pólio.
Esta realidade demonstra que, para proteger a criança da cólera e do risco de contrair o vírus da pólio, é necessário integrar a intervenção de alto impacto de água e saneamento, tais como o tratamento da água domiciliar para o consumo, lavagem das mãos com água e sabão, vacinação contra a pólio e o tratamento urgente da cólera.
Água limpa é uma fonte segura para o controlo das doenças e o bem-estar da população», disse Koenraad Vanormelingen, representante do UNICEF Angola. «o UNICEF está apostado a apoiar os esforços do Executivo de Angola para acabar com a cólera e a transmissão do vírus da pólio, garantindo o acesso ao consumo de água tratada aos mais vulneráveis e o reforço da vacinação de todas as crianças contra a pólio.»
A campanha consiste na distribuição de lixívia às populações, para o tratamento caseiro da água, pelas administrações municipais e comunais de-Cacuaco, Cazenga, Kilamba Kiaxi e Sambizanga. Para o tratamento da água, devem ser utilizadas 5 gotas de lixívia

por cada litro e 2 tampas de lixívia para cada 20 litros e esperar durante 30 minutos antes de beber.
A água tratada deve ser guardada em recipiente limpo e bem tapado. Com esta intervenção, prevê-se garantir que 200.000 famílias em zonas críticas de Luanda sejam beneficiadas com lixívia para o tratamento da água ao nível caseiro e 100.000 famílias em alto risco nas zonas peri-urbanas lavem das mãos com água e sabão em momentos críticos

8.11 "Água para todos " chega às comunas do interior da província de Benguela

Jornal de Angola
19 de Abril de 2011

o administrador do Balombo, Júlio dos Santos, disse na semana finda, ao Jornal de Angola, que a população das com unas do Chingongo e do Chindumbo estão já a beneficiar do programa "Água para Todos".
Nas referidas localidades, acrescentou o administrador, foram construídos novos sistemas de captação, tratamento e distribuição, o que fez com que a população deixasse de percorrer longas distâncias em busca de água.
De acordo com o administrador, o secretário de Estado da Energia e Águas, Luís Filipe, na sua recente visita a Benguela, prometeu melhorar o sistema de captação e distribuição de água da sede do município.
"Já existe um projecto na secretaria de Estado das Aguas para o Balombo, para melhorar a qualidade da água", disse Júlio Santos, acrescentando que a sede do município possui um sistema de captação muito deficiente e que a água consumi da não é tratada, o que tem provocado muitas doenças, como diarreia e febre tifóide.
Júlio dos Santos salientou que
sistema da sede do município é muito antigo e há roturas constantes, o que faz com que o abastecimento à população seja feito por fases.
No sistema de armazenamento, conforme foi concebido, neste período do ano em que as chuvas estão a terminar, baixa o volume de água, o que tem causado sérios transtornos, não restando senão a opção de efectuar o abastecimento de água às populações através de camiões cisternas", disse o administrador. No domínio da energia, Júlio Santos assegurou que estão a ser utilizados grupos geradores, tanto a nível das comunas como da sede municipal.
" Não temos tido muitos constrangimentos, com excepção de alguns de ordem técnica, porque algumas pessoas que residem nos
bairros querem colocar energia nas suas residências e não obedecem aos regulamentos técnicos", disse Júlio Santos.
O município do Balombo, ainda segundo o seu administrador, precisa de técnicos qualificados para manter o sistema de energia a funcionara IOO por cento.

8.12 Um atentado à saúde humana

Semanário Angolense
19 De Março de 2011

Há mais de 10 anos que os populares da Rua Quatro, junto à «praça dos rastas», próximo
do «quintalão do Petro», Golfe II, vivem às escuras, desde o seu surgimento. A ausência de carros de recolha de lixo tem contribuído significativamente para a proliferação do lixo, que se faz presente em todos os cantos do bairro. A presença do lixo naquele no local quase invade as moradias, transitando as pessoas sobre os resíduos sólidos.

No «bairro dos rastas», segundo moradores, falta de tudo falta, desde a energia eléctrica à água, centros hospitalares, escolas públicas e uma unidade policial e contentor de lixo. «São muitos problemas que afligem um único bairro, por essa razão é que nós como munícipes consideramos o bairro desconhecido ou onde tudo falta», afirmou munícipe.

Paulo Vicente, 35 anos, morador há 12, explicou que, há duas semanas, morreram quatro pessoas de cólera, com idades diversas, numa única semana, tudo devido às grandes quantidades de lixo que diariamente afectam aqueles cidadãos. «Convivemos com o lixo em tudo quanto é canto, já contactamos várias vezes as entidades que se responsabilizam pela recolha e tratamento do lixo, mas, infelizmente, nunca tivemos uma resposta convincente, penso que continuaremos sufocados até que alguém se pronuncie», lamentou.

Outro inter1ocutor, que não se quis identificar, citou outro problema que o bairro enfrenta, que é o da falta de energia eléctrica, afirmando que, desde que o bairro existe, nunca viram a luz da rede em suas residências. Geradores são a fonte de luz para os que têm um pouco de dinheiro, os que não, sobrevivem sob a luz das velas e candeeiros de chaminé.»

Queixam-se também da ausência de um administrador nesse bairro.«Queremos um administrador, que não espere ouvir da boca do povo ou ver os problemas pelos jornais ou outros órgãos de comunicação, queremos um administrador que conheça na sua totalidade o município, as entradas e saídas e todos os cantos do município, vendo as dificuldades e que tome uma atitude e venha solucionar os problemas o mais rápido possível», expressou.

Os habitantes dizem que já foram à Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, onde conversaram com o administrador adjunto, que lhes transmitiu que o assunto da energia é uma questão de aguardarem e que esperava que uma pessoa «adequada» fosse fazer a reclamação, como, por exemplo, o coordenador do bairro.

«Queremos que se resolva muito rapidamente todos os problemas do bairro, inclusive hospitais e centros médicos públicos, porque o que está em jogo é a saúde do povo, que é um dos assuntos primordial na sociedade», afirmou a nossa fonte.

Por outro lado, existe uma vala de drenagem que exala um cheiro nauseabundo, uma vala inacabada, onde há uma grande acumulação de lixo e água, uma verdadeira fonte de doenças para os residentes.

Os altos índices de criminalidade naquela área foram igualmente referenciados pelos habitantes, que contaram que normalmente ocorrem assaltos a altas horas da noite, entre as duas e as três horas da manhã, em que ninguém se arisca a socorrer as vítimas, tendo a falta de iluminação e de uma esquadra no bairro.

Os assaltos têm sido constantes, tanto a casas como na rua e a qualquer hora do dia, as pessoas são interpelados pelos delinquentes vizinhos e de várias idades. «O alvo de roubos, além das residências, são as cantinas, por isso, quando somos roubados, olhamos e calamos simplesmente, essa é a nossa vida», salientou um morador.

Outra preocupação dos munícipes é a falta de escolas públicas. Há casos de crianças que já atingiram a idade escolar, mas não sabem o que é ir à escola e sentar numa carteira, tudo porque muitos pais de baixa renda alegam que não têm recursos suficientes para matricular a sua filha num colégio.

O coordenador adjunto do bairro, Adão Dala, 35 anos, morador há 11, contou que já foi várias vezes à administração municipal e nunca teve respostas, recordando também que dirigiram uma carta ao antigo vice governador Bento Soito e à ex-governadora Francisca do Espírito Santo. Em 2009, tiveram uma reunião com vice-ministro da Energia e Águas, no Cine São João, só este ano receberam uma resposta da mesma reunião realizada em 2009. Quando se dirigiram à Administração no sentido de saber a que conclusão chegaram «eles disseram-nos somente que aguardem e cá estamos.».

8.13 E o lixo venceu!

Semanário Angolense
19 De Março de 2011

Quando foi empossado para administrar a cidade de capital, José Maria dos Santos sabia que a «maka» em torno do lixo seria das piores que iria enfrentar. Tratou logo de radicalizar nas sanções contra as empresas de recolha que não respondessem ao chamado da limpeza e do asseio da cidade : os contratos seriam rescindidos.

Às administrações municipais caberia a fiscalização rigorosa do trabalho das operadoras de lixo. Campanhas de conscientização deveriam ser desencadeadas por Luanda afora, através dos municípios estendendo-se às comunas, com acções directas das comissões dos bairros, no sentido de se organizar e dinamizar a recolha do lixo doméstico conforme horários pré estabelecidos.

Várias iniciativas foram sendo massificadas. Focos de lixo foram sendo «atacados» e em alguns deles chegaram mesmo a verificar-se alguma melhoria. A tarefa, no entanto, não é fácil e o próprio governador já o reconheceu várias vezes.

Mas se o «Espírito Santo» foi afastado da cidade de Luanda por alguma incompetência. o «Diabo)} neste momento tem motivos de sobra para sorrir. A anedota se expressa na inaptidão até agora apresentada por todas as instâncias do poder diante da problemática do lixo.

A José Maria dos Santos, pela «zunga» que vêm empreendendo em vários sectores do Governo Provincial de Luanda desde que assumiu o «barulho», talvez não falte vontade. Mas, como titular do cargo máximo da cidade capital, é o representante do fracasso na batalha contra a lixeira que é, sobretudo, a periferia da cidade.

Com essa medida que o partido no poder parece ter tomado, abafando as c mudanças que o governador pretendia n fazer para pôr ordem na casa que dirige, a autoridade do «número da capital» ti tende a definhar, em favor de um ceptico cismo que se pode estabelecer entre os a seus subordinados e atingir também as d empresas que prestam serviços ao GPL, d particularmente, as operadoras de recolha de lixo.
José Maria dos Santos falou em suspender contratos de empresa ineficientes.
Até ao momento não houve nemhuma noticia de que alguma firma tivesse visto o seu contrato terminado por incompetência. E a cidade se abarrota de porcaria. E quando falou em tirar administradores inertes, deparou-se com uma pedra no meio do caminho : os interreses do partido governista, ao qual pertence.

Diante deste quadro, não está longe uma tendência ao esmirecimento do ímpeto com que o governador começou a tratar a sua administração, que somada a uma descrença nas suas medidas e aos gracejos de corredores, minam todo o trabalho que se pretende levar a efeito.

8.14 Instituições estrangeiras trazem projecto para a melhoria do acesso à água potável

Jornal de Angola
22 De Março DE 2011

Um projecto que visa melhorar acesso à água potável e o saneamento básico em Angola vai ser levado à prática por duas instituições estrangeiras, que vão fazer uma parceria de três anos.
A parceria, anunciada ontem, por ocasião do Dia Mundial da Agua que hoje se assinala, vai ser feita pela Diageo, uma multinacional de bebidas, com sede no Reino Unido, e pela Water Aid, uma organização internacional de solidariedade, que vai financiar parcialmente o projecto.

Numa nota, enviada ontem ao Jornal de Angola, a Diageo informa que o projecto vai beneficiar mais de 38 mil pessoas em Angola.
No domingo, foram realizadas duas provas no Reino Unido a Meia Maratona Anual da Diageo Water of Life e uma corrida de dez quilómetros com o objectivo de angariar fundos que vão directamente para o projecto a ser implementado em Angola.
O projecto que vem para Angola é parte de um programa da Diageo Water of Life que, em resposta, em 2006, aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, pretende beneficiar cinco milhões de pessoas no Mundo, proporcionando-lhas água potável até 2011. O número de beneficiários vai ascender a oito milhões até 2015. Sobre o projecto que vai ser desenvolvido Angola, o presidente da Diageo Africa, Nick Blazquez, disse estar muito satisfeito por poder anunciar esta parceria com a Water Aid num país onde o desenvolvimento continua enfraquecido peia falta de saneamento e dificuldades no acesso à água potável.

"Sei que fará uma diferença real para dezenas de angolanos e estou muito orgulhoso por poder colocar o nome da Diageo neste projecto", sublinhou Nick Blazquez.

Por sua vez, Claire Pearson, gestora de conta da WaterAid, disse : "Estamos muito entusiasmados por a Diageo ter decidido assinalar o Dia Mundial da Agua com a Meia Maratona Water of Life e a corrida de dez quilómetros".

Claire Pearson disse acreditar que dinheiro angariado através da parceria com a Diegeo vai ajudar a WaterAid a fazer uma diferença concreta na vida de milhares de pessoas pobres em Angola ao facilitar-lhes o acesso à água potável e ao saneamento básico, "um primeiro passo crucial para se ultrapassar a pobreza". No primeiro ano, o projecto vai melhorar a saúde e a qualidade de vida de oito mil angolanos, através de melhorias no acesso básico, à água potável, e de mais de 12 mil pessoas, através de instalações sanitárias e de um maior conhecimento sobre práticas de higiene.

8.15 Angola cumpre metas no abastecimento de água

Jornal de Angola
22 De Março de 2011

Grande parte da população angolana vai ter acesso regular à água potável, até 2015. A garantia é do secretário de Estado Luís Filipe da Silva, em entrevista exclusiva ao nosso jornal, a propósito do Dia Mundial da Água. Neste momento, 40 por cento da população rural e mais de 80 por cento da população que reside no casco urbano das cidades de Luanda, Benguela e Lobito já tem acesso à água potável, fruto do Programa Água para Todos e da reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água em todas as capitais provinciais e sedes municipais. O secretário de Estado das Águas disse que o Executivo está a criar empresas gestoras de sistemas de abastecimento de água e de saneamento.

JA – *A água potável chega a que percentagem da população?*
LFS - O Executivo iniciou em 2002 um programa de recuperação das infra-estruturas de abastecimento de água. Numa primeira fase demos prioridade às capitais provinciais. Em Luanda, foi feito um investimento significativo para aumentar a oferta da água. Herdámos um sistema colonial baseado fundamentalmente na estação de tratamento de água de Kifangondo. Mas hoje contamos com o sistema Luanda Sudeste, com captação no Rio Kwanza, que aumentou significativamente a oferta de água à população.

JA – *Nas outras províncias qual é a situação?*
LFS - Em Benguela está em marcha o "Projecto de Agua de Benguela" que abastece o Lobito, Benguela, Baía Farta e Catumbela e fez duplicar, à semelhança de Luanda, a oferta de água potável nesses centros urbanos. O mesmo aconteceu com outras capitais provinciais como o Huambo, onde houve também um investimento significativo. Podemos também referir a cidade do Uíge, onde houve uma oferta superior de água potável com a construção de uma nova estação de tratamento. Está neste momento a ser reabilitada a antiga estação.

JA – *Qual é a situação nas cidades mais fustigadas pela guerra?*
LFS - Estão em fase final de conclusão os sistemas das cidades do Cuito, Malange, Ndalatando e Caxito. Mas ainda é necessário fazer mais investimentos. Na cidade de Menongue também foi feita-a reabilitação do sistema. São alguns exemplos de cidades onde houve uma primeira intervenção.

JA – *O que está a ser feito depois das intervenções iniciais?*
LFS - Estão em execução vários projectos. Estão em conclusão os trabalhos nos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Saurimo, Dundo e Ndalatando. Isto é um processo permanente. E preciso melhorar constantemente a oferta e os aspectos ligados à qualidade do serviço prestado. Nas sedes municipais também foram feitos investimentos importantes. Alguns sistemas de abastecimento de água foram recuperados. No meio rural está em marcha, desde 2008, o Projecto Água para Todos que vai cobrir 80 por cento das populações.

JA – *As populações no meio rural como têm acesso à água?*
LFS - Procuramos soluções adaptadas às condições e aos recursos existentes. Onde há um curso de água com condições para ser utilizada, instalamos pequenos sistemas de captação, tratamento e distribuição. Nas aldeias onde não existem cursos de água nas proximidades, recorremos ao sistema de furos artesianos com bombas submersíveis, que podem ser operadas manualmente, ou com bombas mecânicas que podem funcionar com energia solar. Normalmente instalamos chafarizes. Temos também um sistema de bombagem para reservatórios.

JA – *Quem gere os sistemas de abastecimento de água?*
LFS - Procuramos sempre criar condições para que a gestão seja assegurada pela comunidade. A população garante a sustentabilidade do sistema, a aquisição e reposição de peças e, nalguns casos, compra de combustível para os geradores. E preciso assegurar que os equipamentos funcionem. Nós garantimos produtos químicos para o tratamento da água.

JA – *Qual é a responsabilidade das autoridades locais no funcionamento dos sistemas?*
LFS - Os sistemas, uma vez construídos, são entregues às autoridades locais ou mesmo às comunidades para que assegurem a sua gestão. Nós organizamos e fazemos o enquadramento devido. Temos uma equipa que se ocupa da mobilização social. Mas há ainda muito que fazer. Há locais onde a organização ainda não é eficiente. No caso das cidades e sedes municipais cabe à administração organizar a população e criar uma estrutura que garanta a operação e manutenção dos sistemas.

JA – *Quantas pessoas vão beneficiar do Programa Agua para Todos?*
L.FS - Estimamos ter uma população rural na ordem dos sete 1 milhões e meio de habitantes. O programa prevê atingir seis milhões até 2012. De momento estamos com uma cobertura de água na ordem dos 40 por cento da população rural.
Quer dizer que estão a beneficiar cerca de três milhões de habitantes através dos sistemas de abastecimento de água reabilitados e construídos. Até Setembro esperamos atingir 50 por cento e ultrapassar esta meta ainda este ano. O nível de cobertura é satisfatório, se considerarmos que há outras formas de abastecimento utilizadas no meio rural.

JA – *Qual é o nível de cobertura nas áreas urbanas?*
LFS - Nas cidades como Luanda, Benguela e Lobito têm um fornecimento, pelo menos no casco urbano, que ultrapassa os 80 por cento. Nas zonas suburbanas e temos que continuar a trabalhar
para alargar o fornecimento. A nível de cobertura global nas principais cidades ultrapassamos os 50 por cento. Há um indicador que também deve ser considerado : a água posta à disposição da população.

JA – *Em termos de quantidade?* LFS - Para o meio urbano o Índice é de dez litros por pessoa. Ainda não estamos com este Índice. Nos cascos urbanos o fornecimento não é contínuo. Há dias em que a população de determinada zona, por problema na rede, não tem água. Grande parte das pessoas optou pela construção de reservatórios para fazer face às suspensões no abastecimento.
Em Luanda temos necessidade de parar o sistema, para que os reservatórios possam atingir níveis que nos permitam reiniciar a distribuição. Só nas cidades do Lobito e Benguela, pelo menos na área urbana, é que o sistema de produção de água funciona permanentemente.

JA – *Qual é a situação Das outras cidades?*
LFS - Há muito trabalho a fazer a nível da rede de distribuição. Precisamos de substituir as redes antigas e de aumentar a capacidade dos reservatórios. Neste momento Benguela entrou na terceira fase do projecto de reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, o que vai trazer melhorias significativas. Lobito e Benguela vão ser as cidades com melhor nível de distribuição de água nos próximos tempos. Em Luanda também estão a ser feitos esforços para alargar as áreas de atendimento. Há um projecto já iniciado e deve começar a ter efeitos ainda este ano.

JA – *Qual é o projecto?*
LFS - E a extensão da rede de distribuição de água e de aumento da capacidade de reservatórios que vai abrangerem algumas zonas novas de Luanda, como Benfica,

Viana, incluindo o Zango, Cacuaco e parte do Cazenga. Há projectos em execução que vão permitir melhorar de forma significativa o abastecimento de água nestas zonas através de ligações domiciliárias e instalação de sistemas de abastecimento comunitários, como chafarizes, nas zonas não urbanizadas.

JA – *Em que etapa está o processo de reforma do sector das águas?*
LFS - Este programa está em curso. O Banco Mundial financiou 50 por cento e o Executivo o restante. Tem várias vertentes na área de abastecimento de água e também na área de gestão dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas. Na vertente de abastecimento de água está prevista a criação de entidades gestoras de abastecimento de água e saneamento. São empresas províncias e municipais que estão em fase de criação e aprovação dos estatutos e de formalização da sua constituição. Estas unidades vão garantir a sustentabilidade de todos os investimentos que estão a ser feitos.

JA – Quem paga os sistemas?
LFS - E preciso que a população contribua, pagando pelo serviço, para que haja uma disciplina no consumo e não propriamente para haver retomo do investimento. Isto é necessário para suportar pelo menos os custos de operação e de manutenção do sistema, sem uma injecção permanente de recursos do Orçamento Geral do Estado.

JA – *O pagamento do consumo garante a sustentabilidade das empresas gestoras?*
LFS; Vamos alargar o atendimento. E preciso que haja mais consumidores para rentabilizar o sistema e fornecer água a custos mais baixos. Dai que se prevê a extensão das redes e o aumento das ligações domiciliárias. Esta é uma vertente do projecto que inclui os aspectos ligados à actividade de regulação, com a criação de uma entidade reguladora que vai definir tarifas e zelar pela qualidade do serviço.

JA – *Quais são as outras vertentes do projecto?*
LFS - A outra vertente tem a ver com a gestão dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas. E nessa vertente está incluída a actividade do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos, criado o ano passado, para gerir as bacias hidrográficas e procurar estabelecer planos integrados de gestão destas bacias, para que possam atender as necessidades dos diferentes sectores. Os recursos hídricos têm de responder às necessidades de produção de energia, de abastecimento de água, da indústria e da agricultura. Para isso são necessários sistemas que assegurem a harmonização de todos esses interesses e que coordenem todo o processo.

JA – *As entidades gestoras de abastecimento de água são criadas em todo o país?*
LFS - No caso de Luanda já temos a EPAL. Não está previsto o surgimento de novas empresas nas províncias onde já existe empresa pública de abastecimento de água. Podem no futuro surgir empresas mais pequenas para responder às novas centralidades, se for a estratégia da província. Nas cidades de Benguela e Lobito temos empresas gestoras em processo de criação mas que já funcionam : fazem cobranças do consumo, a gestão, manutenção e operação dos sistemas.

JA – *E nas outras províncias?*
LFS - Na província de Malange têm uma comissão instaladora. Na cidade de Ondjiva, no Cunene, vai ser criada também uma empresa através de um projecto financiado no âmbito da SADC. Neste momento Ondjiva tem problemas no abastecimento, mas estamos com um projecto que vai permitir levar água de Changongo a Ondjiva através de uma conduta. Portanto, vai dispor de um sistema mais robusto. Temos outros locais onde já funcionam estruturas com carácter empresarial como é o caso do Huambo e Lubango. Agora temos de consolidar e formalizar a criação destas estruturas.

JA – *De acordo com as Metas de Desenvolvimento do Milénio, toda a população angolana vai ter acesso a água potável até 2015?*
LFS - Estamos no bom caminho.
Até 2015, 80 por cento da população, rural e urbana, vai ter um abastecimento de água de forma regular e de qualidade. Não falo em 100 por cento porque estamos a falar de rede pública. Mesmos nos países desenvolvidos a rede pública não atende 100 por cento da população, por causa da existência de populações dispersas, sobretudo em áreas rurais onde não existe água nas proximidades. Nestas áreas temos sempre que encontrar outras formas de abastecimento, por exemplo com camiões cisternas. Mas 100 por cento da população vai consumir água potável ou através do sist-ma público ou de sistemas privativos.

8.16 Dia Mundial da Água

Jornal de Angola
22 De Março de Março de 2011

Assinala-se hoje, 22 de Março, o Dia Mundial da Agua, instituído pela Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objectivo de chamar a atenção da sociedade para a questão da escassez desse importante bem natural.

Através de uma resolução (NRES/47/193), de 22 de Fevereiro de 1992, a ONU adoptou o dia 22 de Março

de cada ano como o Dia Mundial da Agua (DMA), de acordo com as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Nesse período, vários Estados foram convidados a realizar actividades concretas que promovam a conscientização pública, através de publicações e difusão de documentários e a organização de conferências, mesas redondas, seminários e exposições relacionadas à conservação e desenvolvimento dos recursos hídricos.

A comemoração do Dia Mundial da Água traz um alerta, pois, segundo dados da ONU, prevê-se que, em 2050, dois biliões de pessoas sofrerão com a escassez de r cursos hídricos. Apenas três por cento de toda a água terrestre é própria para consumo.

A água é o elemento que deu origem e sustenta a vida no planeta Terra. Sem a água, nenhuma espécie vegetal ou animal, incluindo o homem, sobreviveria. Cerca de 70 porcento da alimentação e do corpo humano são constituídos por água.

Declaração Universal dos Direitos da Agua

Art. 1º - A água faz parte do património do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

Art. 2º - A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano : o direito à vida, tal qual é estipulado no Art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem.

Art. 3º - Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimónia.

Art. 4º - O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Art. 5º - A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua protecção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

Art. 6º - A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor económico : precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

Art. 7º - A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, a sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas actualmente disponíveis.

Art. 8º - A utilização da água implica o respeito à lei. Sua protecção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.
Art. 9º - A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos da sua protecção e as necessidades de ordem económica, sanitária e social.

Art. 10º - O planeamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão da sua distribuição desigual sobre a Terra.

8.17 Instituições estrangeiras trazem projecto para a melhoria do acesso à água potável

Jornal de Angola
22 De Março DE 2011

Um projecto que visa melhorar acesso à água potável e o saneamento básico em Angola vai ser levado à prática por duas instituições estrangeiras, que vão fazer uma parceria de três anos.
A parceria, anunciada ontem, por ocasião do Dia Mundial da Agua que hoje se assinala, vai ser feita pela Diageo, uma multinacional de bebidas, com sede no Reino Unido, e pela Water Aid, uma organização internacional de solidariedade, que vai financiar parcialmente o projecto.
Numa nota, enviada ontem ao Jornal de Angola, a Diageo informa que o projecto vai beneficiar mais de 38 mil pessoas em Angola.
No domingo, foram realizadas duas provas no Reino Unido a Meia Maratona Anual da Diageo Water of Life e uma corrida de dez quilómetros com o objectivo de angariar fundos que vão directamente para o projecto a ser implementado em Angola.
O projecto que vem para Angola é parte de um programa da Diageo Water of Life que, em resposta, em 2006, aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, pretende beneficiar cinco milhões de pessoas no Mundo, proporcionando-lhas água potável até 2011. O número

de beneficiários vai ascender a oito milhões até 2015. Sobre o projecto que vai ser desenvolvido Angola, o presidente da Diageo Africa, Nick Blazquez, disse estar muito satisfeito por poder anunciar esta parceria com a Water Aid num país onde o desenvolvimento continua enfraquecido peia falta de saneamento e dificuldades no acesso à água potável.

"Sei que fará uma diferença real para dezenas de angolanos e estou muito orgulhoso por poder colocar o nome da Diageo neste projecto", sublinhou Nick Blazquez.

Por sua vez, Claire Pearson, gestora de conta da WaterAid, disse : "Estamos muito entusiasmados por a Diageo ter decidido assinalar o Dia Mundial da Agua com a Meia Maratona Water of Life e a corrida de dez quilómetros".

Claire Pearson disse acreditar que dinheiro angariado através da parceria com a Diegeo vai ajudar a WaterAid a fazer uma diferença concreta na vida de milhares de pessoas pobres em Angola ao facilitar-lhes o acesso à água potável e ao saneamento básico, "um primeiro passo crucial para se ultrapassar a pobreza". No primeiro ano, o projecto vai melhorar a saúde e a qualidade de vida de oito mil angolanos, através de melhorias no acesso básico, à água potável, e de mais de 12 mil pessoas, através de instalações sanitárias e de um maior conhecimento sobre práticas de higiene.

8.18 Deficiente saneamento básico em Luanda originou a propagação do vírus da doença

Jornal de Angola
23 de Abril de 2011

A directora provincial de Luanda da Saúde, Isabel Massocolo, alertou ontem que muitos produtos utilizados pela população para combater a epidemia da conjuntivite, como óleo de travões, urina e pomadas anti-bacterianas não sujeitas a receita médica, podem causar cegueira.

Isabel Massocolo explicou ao Jornal de Angola que o tipo de conjuntivite que assola a província de Luanda é de espécie viral, "curando-se por si só, bastando o doente lavar os olhos constantemente com água limpa e gelada". O período de duração da doença varia de cinco a dez dias, razão pela qual "não é necessário que as pessoas se preocupem muito em se auto medicar, e. ainda mais grave, com produtos químicos extremamente irritantes para os olhos, que são muito sensíveis", esclareceu a médica. A epidemia de conjuntivite que assola Luanda há cerca de três semanas é, na sua opinião. Provocada pelo lixo, pela poeira e pelo deficiente saneamento básico na província de Luanda.
Na época chuvosa, quando há lixo e poeiras, surgem vários microrganismos que estão na origem do aparecimento dos três tipos de conjuntivite : a viral, a bacteriana e a alérgica.
A médica, que é especialista em Saúde Pública, reafirmou que a de espécie viral se cura sem grandes esforços médicos. Isabel Massocolo informou ter conhecimento de que a conjuntivite já é de carácter nacional e a província do Huambo, depois de Luanda, é a que mais casos apresenta, embora não tivesse avançado o número de pessoas infectadas em Luanda e nas outras províncias, durante a conversa com o Jornal de Angola.
Actualmente, esclareceu, estão a ser compiladas as estatísticas para serem divulgados publicamente nos próximos dias.
Sobre os sintomas da doença, explicou que as pálpebras ficam inchadas, os olhos avermelhados e a lacrimejar, com a sensação de areia na vista. Além disso, provoca dores nos olhos e, nalguns casos, surgem secreções de mucosas, além de o doente não suportar a luz forte

Transtornos laborais
Isabel Massocolo reconheceu que a conjuntivite está a causar transtornos laborais e escolares, porque "quando a pessoa está acometida pela conjuntivite os profissionais de saúde aconselham a ficar em casa, para se evitar que outras pessoas contraiam a doença".
"Aos infectados aconselhamos a lavarem constantemente as mãos e não ficarem a coçar os olhos, porque a doença é altamente contagiosa e o contágio faz-se por contacto directo. Basta coçarem os olhos e tocarem em alguns objectos para que outras pessoas que venham a mexer nos mesmos objectos também fiquem doentes" sublinhou.
Alertou ainda que as roupas de cama utilizadas por doentes devem ser bem lavadas e estendidas ao sol e não ser tocadas por outras pessoas. "Uma das recomendações é dirigida às mulheres, que não devem partilhar o rimei e outros produtos de beleza facial, porque através deles podem contrair conjuntivite", alertou.
Quando questionada sobre a possibilidade de a doença ter vindo do Brasil, como se especula em Luanda, reafirmou que ela se deve às nossas más condições higiénicas e sanitárias. Como medidas de prevenção para o combate à conjuntivite viral, a Direcção Provincial da Saúde está a realizar palestras, a distribuir folhetos a nível das comunidades e a trabalhar diariamente com a comunicação social, a fim de passar toda a informação necessária para evitar um maior contágio entre a população.
A conjuntivite é a inflamação da conjuntiva, membrana transparente e fina que reveste a parte da frente do globo ocular e o interior das pálpebras. O branco do olho (esclera) é coberto por uma película fina chamada conjuntiva, que produz muco para cobrir e lubrificar o olho.

Normalmente, possui pequenos vasos sanguíneos no seu interior, que podem ser vistos através de uma observação mais rigorosa. Quando a conjuntiva se irrita ou inflama, os vasos sanguíneos que a abastecem alargam-se e tomam-se muito mais proeminentes, causando então a vermelhidão do olho. Em geral, acomete os dois olhos, pode durar de uma semana a 15 dias e não costuma deixar sequelas.

8.19 Programa integrado entrega captação de água no Moxico

Jornal de Angola
23 de Abril de 2011

O governador provincial do Moxico, João Ernesto dos Santos, entregou quinta-feira à população do município dos Bundas um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, que vai beneficiar seis mil habitantes, no quadro do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e de combate à pobreza.
O sistema de captação de água faz parte de várias infra-estruturas sociais, entre as quais uma escola primária com capacidade para cinco mil alunos, inauguradas pelo governador João Ernesto dos Santos.
O sistema de abastecimento de água custou nove milhões de Kwanzas. A comuna de Lutembo, a 67 quilómetros da vila de Lumbala- Nguimbo (município dos Bundas), ganhou uma nova administração comunal, que vai dignificar a actividade administrativa na localidade.
Durante dois dias de jornada de campo no município dos Bundas, o governador provincial reuniu-se, em separado, com os membros da administração local e autoridades tradicionais, para auscultar as suas preocupações

8.20 Distribuição de água necessita de esforços

Jornal de Angola
23 de Abril de 2011

o secretário de Estado das Águas manifestou, na quinta-feira, no Uíge, a necessidade de se redobrarem esforços para o melhoramento da rede de distribuição de água na província.
Luís Felipe da Silva frisou a importância de se desenvolverem projectos de distribuição de água canalizada à população daquela província. O secretário de Estado lembrou que a província tem muitas dificuldades em termos de abastecimento aos municípios, mesmo com a cidade do Uíge a registar progressos significativos, que não impedem que a água chega de forma intermitente.
Luís Felipe condenou os actos de vandalismo nos projectos do sector das águas concluídos na cidade, onde instalações domiciliárias ficaram sem contadores.
No Uíge, à semelhança de outras províncias, está a ser desenvolvido o projecto do Executivo "Agua para todos", cujos objectivo é assegurar, até 2012, o acesso à água potável a cerca de 80 por cento da população do país.
Um balanço actualizado até Fevereiro, refere que com o desenvolvimento do projecto, cerca de 41 por cento da população já tem água potável. O Uíge tem 1.041.565 habitantes Até Fevereiro, 304.889 beneficiavam de água potável, perfazendo uma taxa de cobertura de
29,3 Por cento.
O Executivo criou recentemente o Fundo Petrolífero para promover desenvolvimento de infra-estruturas nos sectores de energia e águas.

Preocupação
N a abertura da primeira sessão ordinária do Governo provincial, em Março, os membros apontaram o deficiente fornecimento de água e luz à população do Uíge como uma das principais preocupações e avaliou acções para solucionar o problema.
O governador provincial do Uíge, Paulo Pombo lo, afirmou que o sector das águas deve merecer uma especial atenção, tendo em conta que ainda não existe um programa previamente definido para garantir uma eficiente distribuição de água e energia eléctrica às populações locais. "A questão do abastecimento de água deve merecer uma especial atenção do governo. Não existe um plano director de distribuição às populações, levando a direcção do sector a não saber o que fazer", disse o governador.
Paulo Pombolo referiu que "a energia eléctrica é outro assunto que deve continuar a merecer a nossa atenção. Todos nos sentimos satisfeitos com a energia de Kapanda, mas o grande desafio é a expansão da rede de distribuição provincial e o transporte da energia até às casas dos consumidores", disse.
Mais projectos
No ano passado, o governo provincial assinou um acordo avaliado em 3,1 milhões de dólares para a reabilitação do projecto complementar do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável para a cidade do Uíge.
O chefe de Departamento de Abastecimento de Agua e Saneamento do Ministério de Energia e Agua, António Quaresma, que avançou a informação disse, no acto de consignação, que o projecto, a ser executado pela empresa chinesa CEIEC, está inserido nos esforços do executivo d- Angola através do programa "Agua para Todos".

9 GENERO E VIOLENCIA

9.1 Na ressaca do dia da paz, 16 criminosos estão agora longe das ruas. Apanhados.

Jornal a capital
9 de Abril de 2011

Pelo menos 16 jovens acabaram detidos durante o fim-de-semana prolongado em alusão ao dia da paz, comemorado a 4 de Abril, acusados de estarem envolvidos em 18 crimes de natureza diversa.

Dados colhidos pelo A Capital dão conta que, desses crimes, os homicídios voluntários, sobretudo por disparo de anuas de fogo, e as violações sexuais foram os que mais se destacaram.

Sobre os homicídios, a nossa reportagem conversou com Lino António, de 42 anos, acusado de ter morto a mulher com quem viveu durante pelo menos 5 ano.

Segundo ele, a mulher era "alguém muito ligada às bebidas caseiras fermentadas", coisa que o deixava muito indignado. Contou que sempre que chegasse à casa, de regresso dos "meus biscate encontrava-a completamente toldada em álcool. Lino era estivador na zona da Macambila, de onde retirava o sustento da família. Porém, "muitas vezes nem comida para mim e encontrava, porque o dinheiro que deixava ela consumia na bebida", queixou-se.

Teresa Mateus, a vítima, contava já 40 anos e vivia com o marido na Terra Vermelha, no município do Cazenga. "Era do meu conhecimento que ela bebia muito por isso já estava consciente que era este o vício dela, embora eu também bebo", explicou.

Mas naquele dia não toquei nela", referiu, ao contar sobre o sucedido no fatídico dia. "Quando cheguei à noite já a encontrei bêbada" explicou, sublinhando que, na manhã do dia seguinte, a mulher acordou quase sem forças, devido, Segundo as suas constatações, à ressaca depois de uma noite de bebedeira em que, supostamente, mal se alimentou sequer.

"Eu tinha saído e quando cheguei a encontrei sentada na porta quase já sem forças. Fui chamar os familiares dela para verem o que se passava e no meu regresso as pessoas que passaram na minha casa vinham a chorar dizendo que ela estava morta e me acusando como o autor da sua morte", contou, para mais adiante dizer que, depois disso, foi agredido pelos vizinhos e alguns familiares da vítima, que deixa três órfãos de uma outra relação.

Marques Luis de Sousa, também c0nhecido por "Paizinho" é um jovem de 24 anos. Ele está detido por ter participado num roubo concorrido por homicídio voluntário na zona da línea férrea, área circundante entre Cazenga e Rangel. Luís é acusado de ter morto uma kinguila. Já detido pelas autoridades, ele contou, aos jornalistas, como as coisas se passaram. "Eu me aproximei dela para a amedrontar e quando ela tentou fugir para o outro lado, os meus amigos agarraram nela e a começaram a revistar". Fez uma pausa e explicou que o "Cassinda", o amigo que estava com a arma fez um disparo. Além de matar a senhora, a bala ainda atingiu o braço de Luís. "A senhora caiu e saímos dali a correr em direcção ao hospital da Siga para ser tratado, explicou, sublinhando que naquele percurso foram interpelados por um patrulheiro da Policia e acabou detido. Os seus dois comparsas, conhecidos apenas por "Chá Preto" e "Cassinda" continuam foragidos.

Das violações sexuais, o realce recai para o crime cometido por "Mau Mau", um jovem que, apesar de já ter estado preso durante um ano e quatro meses na Comarca Central de Luanda (CCL), acusado de ter cometido o crime de homicídio voluntário, convidou três amigos para violar a sua antiga namorada.

Ele confessa e assume a autoria, dizendo que convidou a jovem para o acto sexual, tendo, antes, convidado dois amigos seus para uma espécie de orgia. Na altura, mesmo sem o consentimento da jovem, eles forçaram-na e consumaram a acção. "Além deste crime, eu também me juntei a um grupo de jovens, compramos uma pistola de marca Star para continuar com as nossas acções. Mas eu não fiquei com a pistola porque o meu padrasto é Policia e ele discorda das minhas acções, por isso, eu e os meus irmãos vivemos numa outra casa que a minha mãe comprou", explicou, referindo que com a pistola ele e os seus amigos têm cometido alguns assaltos à mão armada, com maior realce para residências, na via pública ou, mesmo, para lutas com outros grupos.

"Actualmente o nosso grupo já não tem nome, mas anteriormente eu pertencia aos "Wakimono Squad". O "Bebucho é o amigo que até ao momento está foragido, porque o outro está aqui comigo. Os nossos crimes são mais cometidos na zona da Emissora e nas ruas do Espelho, Mama Nlando e bar Matembo".

Cândido João Infeliz ou simplesmente "Sotogar" é o comparsa de "Mau Mau". O mesmo contou à nossa reportagem que apenas o conhece há algumas semanas. Por este facto, "apenas participei no crime de violação contra a moça que ele disse-nos que era sua namorada

Dos outros crimes que ele disse que fez ou participou não sei de nada, alem disso, só o conheço há algumas semanas, três ou quatro. Apenas participei na violação com o Bebucho e era mesmo o próprio Mau Mau que agarrou a jovem, porque ela não queria", contou.

De referir que ainda na terça-feira, os, a Policia registou 17 crimes, menos dois em relação ao dia anterior. Deteve preventivamente seis pessoas por suposto envolvimento em crimes de homicídio voluntário e frustrado, violação, roubo de viatura e de valores monetários, artigos diversos, bem como a remoção de sete cadáveres na Ingombota, Cacuaco, viana, Cazenga, Maianga, Kilamba Kiaxi e Sambizanga.

Pelo menos cinco estabelecimento e inúmeras pessoas foram assaltados nas últimas semanas na rua Comandante Mandume, mesmo defronte ao prédio do livro, no Sambizanga. Segundo apurou o A Capital, os meliantes não tem a horas para as suas acções, assaltando pessoas cantinas, não importam se sejam horas mol1as ou, mesmo, de ponta. E, para eles os alvos também já estão identificados transeuntes, que por ali passam quando há muito engarrafamento, os moradores do prédio do livro, os carros estacionados por baixo daquele edifício e claro, as lojas boutiques e demais estabelecimento comercial localizadas nas redondezas

Noémia Ambrósio, moradora e também proprietária de um salão de beleza confirmou que, naquela área os assaltos têm sido constante quer seja de dia ou de noite.

Os moradores do prédio, as pessoas no engarrafamento e as lojas aqui são alvos fáceis e preferências dos marginais. Só o meu estabelecimento já foi assaltado três vezes, contou sublinhado que como ela como outras pessoas já sofreram assaltos.

Já para os moradores em falta energia são os dias mais arrepiantes.

Temos aqui os espaços que não são aproveitados. Onde no nosso entender poderia servir para colocação de esquadra móvel como espaço debaixo ou defronte a prédio, ou mesmo aqui ao lado desta loja onde há sucatas abandonadas

9.2 Batuqueiros regressam ao ataque

Jornal A Capital
9 de Abril de 2011

Caso mais recente aconteceu na quarta-feira, 06, nas imediações da paragem de táxis do Imbondeiro, ao Cazenga, concretamente na rua da Manauto 7, por volta das 23 horas.

Informações obtidas por este jornal, no local, dão conta que dois jovens que se faziam transportar numa viatura de marca Chevrolet Spark, de cor preta, em direcção à zona da Olímpia, seguindo, ao mesmo tempo, à sua frente, uma outra viatura de marca Toyota Corolla, em marcha algo lenta, facto que os obrigou a abrandar também a marcha.

Não sei, se eles estavam a andar devagar, por causa dos buracos que existem naquela via ou devido as águas da chuva que inundaram completamente a estrada ou foi propositado para nos receber o carro. Sei apenas que quando abrandamos, três pessoas desceram do carro, empunhando cada um uma arma do tipo AKM e colocaram-me, a mim, e ao meu amigo", explicou Anacleto Agostinho, um dos ocupantes do Spark, ainda não refeito do susto que levou, quando lhes disseram para renderem-se e abandonarem a viatura.

"Descemos do carro a correr e não fizemos nada senão fugir dali. Ligamos para o terminal 113, mas não fomos atendidos", apesar de terem insistido, mas sem resultado. Curiosamente, nenhuma viatura passava pelo local, para ao menos socorrê-los.

Um outro caso desta natureza ocorreu, nada mais, nada menos, na estrada Cacuaco/Luanda, por volta das 18 horas, quando no dia 31 de Março, Simba Artur, que se fazia transportar na viatura do seu irmão, um Toyota Corolla, vulgo «rabo de peixe», de cor vermelha, com a chapa de matrícula LD-05-46-DH, com objectivo de abastecê-la.

Ao observar a enchente nas paragens de táxi, Bruno, como é mais conhecido o jovem motorista, resolve dar boleia à uma senhora, com o bebé ao colo, e três jovens trajados de batas.

Depois da senhora chegar ao seu destino, desceu do carro, sendo que os três jovens de bata, a par do motorista, passaram a ser os únicos ocupantes da viatura.

"Depois de alguns metros do local em que deixaram a senhora", contou, "os jovens sacaram uma pistola e colocaram o meu irmão", contou, Massomba Salvador pedro João, proprietário da viatura e irmão mais-velho da vítima.

"Ele foi surpreendido pelos jovens que apontaram contra si três armas, anunciando o assalto», acrescentou.

De acordo com o mesmo, após ser rendido pelos marginais, o motorista foi colocado entre as cadeiras da viatura. Dois dos meliantes passaram a ocupar os bancos de frente e um terceiro permaneceu atrás com a arma apontada à vítima, de forma a impedir algum movimento que denunciasse aquela acção.

"Ele foi levado até a um espaço baldio na zona da Shoprite do' Palanca, onde foi deixado por volta das 22 horas, depois de ter sido espancado por eles", salientou, para mais adiante dizer, que antes de o deixarem naquela zona, os meliantes ainda protagonizaram três assaltos contra kínguilas.

Todavia, o jovem Bruno não conseguiu observar as áreas, onde realizara os assaltos, uma vez que encontrava-se com o rosto sobre os tapetes da viatura. Recorda apenas de ter ouvido os seus carrascos falarem em "assaltos bem sucedidos".

Massomba Salvador pedro João, frisou também que, ao longo do trajecto percorrido pelo seu irmão. Na companhia dos meliantes, estes perguntavam ao mesmo se, residia em Cacuaco ou no Hoji-ya-Henda, como constava nos seus documentos, ao que Bruno respondia ser residente do bairro Sucanor.

"Esta situação fez despoletar uma tensão entre os meliantes, onde dois alvitravam a sua morte e o outro dizia que devia viver por ser ainda um miúdo, tendo sido conduzido para um lugar ermo, onde deixaram".

Para o seu reaparecimento em casa, Bruno contou com a ajuda dos moradores daquela circunscrição, que viram o carro a estacionar e aperceberam-se que a mesma deitara um corpo, supondo eles que se tratava de uma pessoa morta.

Minutos depois, quando passava por lá um patrulheiro da Polícia, os moradores alertaram para a ocorrência, no que o mesmo explicou o que se passou na realidade, tendo sido, posteriormente, conduzido à 10ª esquadra, algures no Cazenga, mais próxima do local.
"Os agentes ligaram para nós naquela mesma noite, dando conta da ocorrência e salientando que o encontrássemos nos Cajueiros, onde estava a receber tratamento, pois sentia muitas dores no corpo, em decorrência da sessão de espancamento de que foi alvo".
Permaneceu no banco de urgência de uma unidade sanitária no Cazenga, pelo menos até ao dia seguinte, às 6 horas, altura em que recebeu alta médica.
Segundo o proprietário da viatura a primeira queixa foi feita na 10ª esquadra, uma vez que foi lá, que o jovem foi levado, após ter sido resgatado pela Polícia.
Foi aconselhado a fazer o mesmo em Cacuaco, tendo em conta que o assalto ocorreu naquele município.
"Formulamos a queixa no dia 1 dia de Abril e no dia 5 obtivemos o número do processo, tendo em conta o fim-de-semana prolongado, embora levamos muito tempo para sermos atendidos, o que lamentarmos», referiu.
Dados oficiais da Polícia Nacional (PN) dão conta que, em média, são furtadas e roubadas, diariamente, na cidade de Luanda duas viaturas. A informação foi avançada pelo porta-voz do Comando provincial da PN de Luanda, super intendente chefe, Jorge Bengui.
Kilamba Kiaxi, Samba, Viana e Cazenga, revelou, lideram, actualmente, as estatísticas dos municípios mais "endémicos" quanto ao roubo de viaturas, embora, tal como explicou, esta relação não esteja em ordem sobre os mais ou menos críticos.
"O novo modus operandi usado pelos marginais é o aluguer de viaturas do tipo Toyota Starlet e Corolla que fazem o serviço de táxis nalguns bairros da periferia de Luanda, como é o caso de Catinton e Cassequele, no município da Maianga, e também na via expressa entre Viana e Cacuaco", alertou, sustentando que os meliantes escolhem aos dedos os seus alvos preferenciais, como são os casos de cidadãos congoleses democratas.
"Durante o percurso, depois de combinarem o preço e já ter pago o motorista, este é induzido a parar nas proximidades de uma unidade policial, como aconteceram nos quatro casos registados pela Polícia. Os meliantes pediram aos motoristas que parassem na Unidade Operativa e na Brigada Especial de Trânsito (BET), simulando que decorria, naquele momento, uma operação e que eles conheciam alguns agentes que poderiam assegurar o carro, caso fosse apreendido", notou, referindo mais adiante que, desta forma, já haviam pago o motorista. Os algozes conseguem persuadir o condutor a ficar de lado e eles tomarem o controlo da viatura, conduzindo até ao supermercado, onde supostamente iriam fazer as compras, como combinaram no princípio da negociata.
"Chegados ao supermercado, o marginal desce com as chaves do carro, uma vez, que era ele quem vinha ao volante e vai, supostamente, comprar algumas coisas. No final, pede a um desses rapazes que ficam ali por perto, para chamar o motorista para o ajudar com as compras", referiu, sublinhando que quando este vai à porta, não o encontra, "porque ele dá volta e é nesse instante que o marginal foge com a viatura".
Este responsável notou que, os quatro caos desta natureza registados pelos órgãos policiais, dois aconteceram na Maianga e os outros dois em Viana.

"Importa salientar que as viaturas mais furtadas são os Toyotas Corollas, que, normalmente, fazem o serviço de táxis na periferia e aquelas top de gama, desde os Range Rovers aos Ford ou Mitsubishi cabine dupla, em que indivíduos chineses é que vão ao volante. Nesses casos, são também chineses os autores das zonas de perigosidade para o seu trabalho.

9.3 Moradores preocupados com o prédio da Telecom

Folha 8
09 De Abril de 2011

Os moradores dos arredores do prédio da Telecom, no bairro Militar continuam preocupados pelo facto do mesmo continuar em estado de abando e ser utilizado por malfeitores. Embora, nunca mais se tenha registado situações como a que ocorreu em Março de 2010 com uma jovem a ser violada e estrangulada o que motivou, na altura, o encerramento do acesso ao edifício através da soldadura da porta de entrada; os moradores descrevem a situação actual como "preocupante porque eles (malfeitores) como já não conseguem entrar no prédio transformaram a traseira do prédio como local de venda e consumo de drogas e agressão". A situação também preocupa os vendedores dos arredores que, dizem, a partir das 17 horas sentem-se forçados a deixar o local.
A jovem violada e estrangulada em Março de 2010 foi a segunda vítima, com tal finalidade, desde o desalojamento, em 2008, do edifício pelo seu estado avançado de degradação. Os moradores (grande parte deles funcionário do Ministério do Interior e dos Serviços de Inteligência) foram realojados no projecto Nova Vida.

9.4 Batuqueiros regressam ao ataque

Jornal a capital
de 9 de Abril de 2011

Caso mais recente aconteceu na quarta-feira, 06, nas imediações da paragem de táxis do Imbondeiro, ao Cazenga, concretamente na rua da Manauto 7, por volta

das 23 horas.
Informações obtidas por este jornal, no local, dão conta que dois jovens que se faziam transportar numa viatura de marca Chevrolet Spark, de cor preta, em direcção à zona da Olímpia, seguindo, ao mesmo tempo, à sua frente, uma outra viatura de marca Toyota Corolla, em marcha algo lenta, facto que os obrigou a abrandar também a marcha.
Não sei, se eles estavam a andar devagar, por causa dos buracos que existem naquela via ou devido as águas da chuva que inundaram completamente a estrada ou foi propositado para nos receber o carro. Sei apenas que quando abrandamos, três pessoas desceram do carro, empunhando cada um uma arma do tipo AKM e colocaram-me, a mim, e ao meu amigo", explicou Anacleto Agostinho, um dos ocupantes do Spark, ainda não refeito do susto que levou, quando lhes disseram para renderem-se e abandonarem a viatura.
"Descemos do carro a correr e não fizemos nada senão fugir dali. Ligamos para o terminal 113, mas não fomos atendidos", apesar de terem insistido, mas sem resultado. Curiosamente, nenhuma viatura passava pelo local, para ao menos socorrê-los.
Um outro caso desta natureza ocorreu, nada mais, nada menos, na estrada Cacuaco/Luanda, por volta das 18 horas, quando no dia 31 de Março, Simba Artur, que se fazia transportar na viatura do seu irmão, um Toyota Corolla, vulgo «rabo de peixe», de cor vermelha, com a chapa de matrícula LD-05-46-DH, com objectivo de abastecê-la.
Ao observar a enchente nas paragens de táxi, Bruno, como é mais conhecido o jovem motorista, resolve dar boleia à uma senhora, com o bebé ao colo, e três jovens trajados de batas.
Depois da senhora chegar ao seu destino, desceu do carro, sendo que os três jovens de bata, a par do motorista, passaram a ser os únicos ocupantes da viatura.
"Depois de alguns metros do local em que deixaram a senhora", contou, "os jovens sacaram uma pistola e colocaram o meu irmão", contou, Massomba Salvador pedro João, proprietário da viatura e irmão mais-velho da vítima.
"Ele foi surpreendido pelos jovens que apontaram contra si três armas, anunciando o assalto», acrescentou.
De acordo com o mesmo, após ser rendido pelos marginais, o motorista foi colocado entre as cadeiras da viatura. Dois dos meliantes passaram a ocupar os bancos de frente e um terceiro permaneceu atrás com a arma apontada à vítima, de forma a impedir algum movimento que denunciasse aquela acção.
"Ele foi levado até a um espaço baldio na zona da Shoprite do' Palanca, onde foi deixado por volta das 22 horas, depois de ter sido espancado por eles", salientou, para mais adiante dizer, que antes de o deixarem naquela zona, os meliantes ainda protagonizaram três assaltos contra kínguilas.
Todavia, o jovem Bruno não conseguiu observar as áreas, onde realizara os assaltos, uma vez que encontrava-se com o rosto sobre os tapetes da viatura. Recorda apenas de ter ouvido os seus carrascos falarem em "assaltos bem sucedidos".
Massomba Salvador pedro João, frisou também que, ao longo do trajecto percorrido pelo seu irmão. Na companhia dos meliantes, estes perguntavam ao mesmo se, residia em Cacuaco ou no Hoji-ya-Henda, como constava nos seus documentos, ao que Bruno respondia ser residente do bairro Sucanor.
"Esta situação fez despoletar uma tensão entre os meliantes, onde dois alvitravam a sua morte e o outro dizia que devia viver por ser ainda um miúdo, tendo sido conduzido para um lugar ermo, onde deixaram".
Para o seu reaparecimento em casa, Bruno contou com a ajuda dos moradores daquela circunscrição, que viram o carro a estacionar e aperceberam-se que a mesma deitara um corpo, supondo eles que se tratava de uma pessoa morta.
Minutos depois, quando passava por lá um patrulheiro da Polícia, os moradores alertaram para a ocorrência, no que o mesmo explicou o que se passou na realidade, tendo sido, posteriormente, conduzido à 10ª esquadra, algures no Cazenga, mais próxima do local.
"Os agentes ligaram para nós naquela mesma noite, dando conta da ocorrência e salientando que o encontrássemos nos Cajueiros, onde estava a receber tratamento, pois sentia muitas dores no corpo, em decorrência da sessão de espancamento de que foi alvo".
Permaneceu no banco de urgência de uma unidade sanitária no Cazenga, pelo menos até ao dia seguinte, às 6 horas, altura em que recebeu alta médica.
Segundo o proprietário da viatura a primeira queixa foi feita na 10ª esquadra, uma vez que foi lá, que o jovem foi levado, após ter sido resgatado pela Polícia.
Foi aconselhado a fazer o mesmo em Cacuaco, tendo em conta que o assalto ocorreu naquele município.

"Formulamos a queixa no dia 1 dia de Abril e no dia 5 obtivemos o número do processo, tendo em conta o fim-de-semana prolongado, embora levamos muito tempo para sermos atendidos, o que lamentarmos», referiu.

Dados oficiais da Polícia Nacional (PN) dão conta que, em média, são furtadas e roubadas, diariamente, na cidade de Luanda duas viaturas. A informação foi avançada pelo porta-voz do Comando provincial da PN de Luanda, super intendente chefe, Jorge Bengui.
Kilamba Kiaxi, Samba, Viana e Cazenga, revelou, lideram, actualmente, as estatísticas dos municípios mais "endémicos" quanto ao roubo de viaturas, embora, tal como explicou, esta relação não esteja em ordem sobre os mais ou menos críticos.

"O novo modus operandi usado pelos marginais é o aluguer de viaturas do tipo Toyota Starlet e Corolla que fazem o serviço de táxis nalguns bairros da periferia de Luanda, como é o caso de Catinton e Cassequele, no município da Maianga, e também na via expressa entre Viana e Cacuaco", alertou, sustentando que os meliantes escolhem aos dedos os seus alvos preferenciais, como são os casos de cidadãos congoleses democratas.
"Durante o percurso, depois de combinarem o preço e já ter pago o motorista, este é induzido a parar nas proximidades de uma unidade policial, como aconteceram nos quatro casos registados pela Polícia. Os meliantes pediram aos motoristas que parassem na Unidade Operativa e na Brigada Especial de Trânsito (BET), simulando que decorria, naquele momento, uma operação e que eles conheciam alguns agentes que poderiam assegurar o carro, caso fosse apreendido", notou, referindo mais adiante que, desta forma, já haviam pago o motorista. Os algozes conseguem persuadir o condutor a ficar de lado e eles tomarem o controlo da viatura, conduzindo até ao supermercado, onde supostamente iriam fazer as compras, como combinaram no princípio da negociata.
"Chegados ao supermercado, o marginal desce com as chaves do carro, uma vez, que era ele quem vinha ao volante e vai, supostamente, comprar algumas coisas. No final, pede a um desses rapazes que ficam ali por perto, para chamar o motorista para o ajudar com as compras", referiu, sublinhando que quando este vai à porta, não o encontra, "porque ele dá volta e é nesse instante que o marginal foge com a viatura".
Este responsável notou que, os quatro caos desta natureza registados pelos órgãos policiais, dois aconteceram na Maianga e os outros dois em Viana.
"Importa salientar que as viaturas mais furtadas são os Toyotas Corollas, que, normalmente, fazem o serviço de táxis na periferia e aquelas top de gama, desde os Range Rovers aos Ford ou Mitsubishi cabine dupla, em que indivíduos chineses é que vão ao volante. Nesses casos, são também chineses os autores dos roubos furtos", disse.

9.6 Fórum de mulheres jornalistas apoia vítimas de violência doméstica

Angolense
De 12 a 19 de Março de 2011

Depois de vários programas de rádio com o intuito de minorar os casos de violência doméstica no país, o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género (FMJIG) abriu um gabinete de assistência jurídica para as vítimas de violência doméstica.

Importa realçar que muitos casos de violência doméstica não são levados as instâncias de direito primeiro porque as vítimas quase sempre depois de denunciarem retiram as queixas, depois porque a maior parte das mulheres vítimas de violência doméstica correm para as esquadras de polícia para verem a situação resolvida, mas, tal como várias testemunhas dizem, nem sempre recebem o devido tratamento, tudo porque ainda existe pessoas que acham que "na briga de marido e mulher não se mete acolher". Por falta de recursos financeiros, muitas vítimas acabam por calar e sofrem. Numa tentativa de acabar com este terror que assola o nosso país, o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género criou um gabinete, que vai atender gratuitamente as pessoas que sejam vítimas de algum tipo de violência doméstica, tais como : fuga a paternidade; negação de prestação de alimentos; agressões, etc. De relembrar que o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género nasceu em Outubro de 2006. Um dos grandes projectos do fórum foi a campanha "Desafiando o Silêncio : Os Meios de Comunicação Contra a Violência Sobre à Mulher", que teve início no dia vinte e oito de Dezembro de 2008.

Os principais objectivos dessa campanha foram promoção de amplos debate sobre a violência no género para alertar a sociedade sobre a necessidade de mudança de atitude; contribuir para redução de casos de violência, através de promoção de campanhas que viam esclarecer as vítimas sobre os seus direitos jurídicos e motiva-las a denunciar os agressores; influenciar os órgãos de comunicação social a abordar com regularidade a questão da violência doméstica; formar profissionais para que tratem desse assunto de maneira mais educativa, entre outras.

Segundo a organização, as pessoas que estiverem interessadas em receber apoio enfrentar este problema podem ligar para o seguinte terminal telefónico : 931 87 70.

9.7 Zungueira baleada por agente da polícia vive dias penosos

Angolense
De 12 a 19 de Março de 2011

Quatro meses se passaram desde que Domingas Pimpão foi alvejada pela polícia. Na primeira entrevista que fizemos, na edição de 18 a 25 de Dezembro de 2010, Mingota já lamentava a falta de responsabilidade do agente que a feriu e a falta de interesse da polícia em resolver o seu problema.

Hoje, a situação é a mesma. "Em Dezembro apareceram aqui em casa alguns agentes da polícia e entregaram-me cem mil Kwanzas e um saco de arroz, um de fuba de milho, uma caixa de óleo, uma caixa de fruta em calda, uma embalagem de salsichas, em que vem oito latas e

uma caixa de peixe. Na altura, um dos agentes me repreendeu por ter dado a entrevista ao Jornal Angolense e me disse : quando quiseres desabafar liga para este número e fala, não vai aos jornais", informou Mingota. Com o dinheiro que recebeu teve que arrendar um espaço para viver visto que está sem rendimentos em função de não estar a trabalhar. ''Arrendei esse quarto, onde vivo com as minhas filhas, paguei até Junho, aqui por mês paga-se o equivalente a cem dólares. Só de pensar que o prazo já vai terminar e não estou a trabalhar, nem consigo dormir em paz", frisou.

Mingota disse que quando recebeu aquele valor da polícia pensou que eram apenas os primeiros passos da corporação a mostrar que não concordava com o sucedido, mas estava enganada.

"No dia 14 de Janeiro tirei a tala, então dei-lhes a conhecer, fomos para o Comando Provincial com a minha irmã, postos lá, expliquei que o médico que me assistiu no Hospital Maria Pia disse que se fosse para me operarem já tinha de ser fora do Maria Pia, numa Clínica privada. Os agentes disseram que se for para operar fora do Hospital Público não vão pagar. A minha irmã perguntou-lhe se os valores e a comida que me deram no mês de Dezembro continuariam a dar todos os meses ou como é que fica? Eles disseram : aquilo que demos é porque sentimos pena de ti, porque estavas a se queixar muito", narrou, tendo acrescentado que lhes informou que havia feito dívidas para comprar material escolar para as filhas. "Eles disseram sobre dinheiro já não têm nada a ver", lamentou, com os olhos cheios de lágrimas, tendo acrescentado que um dos agentes lhe disse que para que receba comida mensalmente teria que ser mediante ordem judicial. Entretanto, foi alertada que um processo judicial "leva tempo".

Mingota lamenta o tratamento que a polícia lhe está a dar. "Uma pessoa com comida, sem dinheiro, é mesma coisa que nada, porque é preciso tomate, cebola e outros acompanhantes que eles não dão. Tudo que eu queria era que eles me arranjassem só pelo menos uns valores para que começasse a vender, nem que fosse aqui na minha casa, tenho arca, poderia me virar, para poder sustentar as minhas filhas", implorou, tendo acrescentado que este tempo todo em que está doente tem sido como um fardo para sua família. "A minha família já me ajudou muito, mas agora também não têm para me dar. Hoje em dia não recebo apoio de ninguém. O chefe da polícia disse que iria me arranjar uma bancada num dos mercados para me dar, a fim de eu começar a vender, estou à espera, mas mesmo que ele me dê uma bancada, sem dinheiro, nada se faz", frisou.

Quanto ao ferimento, Mingota disse que o pé continua a doer muito. "Mesmo no dia em que eu estava no Comando Provincial eu disse-lhes que o pé me dá dor, posso andar, mas tem uma hora que sinto a bala e o pé começa a doer, às vezes inflama. Quando ando, não sinto esse pé, ele fica pesado, mas como não tenho o que fazer aguento a dor, até o dia em que disserem que tenho que tirar a bala. Eles disseram que isso leva muito tempo, entre vinte ou vinte e cinco anos, para a bala ter que subir", informou.

Mingota contou, por outro lado, que a sua filha ficou internada durante um mês, mas não conseguia dormir no hospital, devido a dor que o pé lhe dava. "A miúda estava com falta de sangue, na família a única que tem o mesmo grupo sanguíneo que ela sou eu, mas não me permitiram dar o sangue, devido a bala que estava ainda em circulação no corpo, tiveram que comprar o sangue", disse. Para sobreviver, nos últimos dias, Mingota ajuda a irmã com o seu negócio e no final, se houver lucros, ela dá-lhe mil ou quinhentos Kwanzas.

"Que a Comandante Bety me ajude, não sei mais onde recorrer, o pai da minha filha não me apoia, tudo que quero é que me tirem essa bala do pé, me dêem um lugar e um dinheiro para poder começar a vender", apelou.

Segundo o Código Penal vigente em Angola, o que aconteceu com a Mingota traduz-se como ofensas corporais graves e, nesses casos, o agressor é obrigado a indemnizar a vítima durante todo o tempo que ela ficar incapacitada de trabalhar.

9.8 Nações Unida desdramatizam relatos de casos de violação sexual na fronteira

Jornal de Angola
15 De Março de 2011

A representante especial do Secretário-Geral da ONU para a luta contra a violação sexual em situações de conflito descartou, ontem, em Luanda, a ocorrência de violações sexuais em massa na fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC).

"Não devem existir casos de violações, ocorreu apenas um, que deve ser o último", afirmou Margot Wallstrom aos jornalistas, após ter sido recebida, na Cidade Alta, pelo Vice-presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Através das comissões bilaterais, referiu, os dois Estados devem estar permanentemente informados e procurar mecanismos para prevenir e combater casos de violência

sexual que possam ocorrer ao longo da fronteira.
Margot Wallstrom pediu às autoridades congolesas que colaborem com o Executivo angolano na entrega de informações sobre prováveis ocorrências de violações sexuais na fronteira.
A par disso, apelou ao Governo angolano que reforce mecanismos de segurança que permitam evitar este tipo de crimes. A representante do Secretário-Geral da ONU elogiou o
Executivo de Angola por ter tomado uma "posição séria" em relação à violência sexual na fronteira entre os dois países, salientando que as Nações Unidas têm todo o interesse em velar pela prevenção destes crimes.

O ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, negou, no sábado, após um encontro com Margot Wallstrom, o envolvimento de efectivos da Polícia Nacional em casos de violações sexuais contra congolesas, ocorridas em 2010, ao longo da fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo.

Georges Chikoti lembrou que as queixas de violações sexuais começaram a surgir depois de as autoridades angolanas terem expulso congoleses que exploravam ilegalmente diamantes nas Lundas. Essas pessoas, frisou, foram queixaram-se às autoridades congolesas, já em território congolês.

Margot Wallstrom que ontem regressou a Nova Iorque, visitou a província da Lunda-Norte, onde inspeccionou o campo de refugiados e o posto fronteiriço com a República Democrática do Congo.

9.9 Militantes " invadem " Kilamba Kiaxi

Jornal Agora
16 de Abril de 2011

Os moradores do Kilamba Kiaxi estão preocupados com o aumento da criminalidade na área.
A onda de criminalidade cresceu desde o princípio do ano e as pessoas temem pelas vidas. "Coisas vistas em 1991 voltaram a acontecer. Os meliantes queimam e enforcam pessoas", constatam as fontes, acrescentando que os crimes já superaram os do Sambizanga e Cazenga.
A base da violência tem a ver com os crónicos problemas do consumo exagerado de bebidas alcoólicas, droga e falta de emprego entre os jovens.
Os marginais tomam conta. das ruas a partir das 21 horas pondo em risco a vida dos moradores.
"Estamos mal neste bairro, cada dia as coisas tendem a ficar mais complicadas. Mais grave ainda é que o facto de a polícia não estar a ajudar no combate à criminalidade", notou.
Atónica Miranda, moradora da Lixeira, manifestou o desejo de abandonar o bairro, em busca de segurança.
"A criminalidade está a tirar o sono, todos os dias assistimos a assalto às casas e a cenas de violação sexual de meninas e adultas. É a desgraça", observou, apelando a intervenção da polícia.
Uma outra moradora identificada somente por Felícia, informou que os marginais estão bem identificados mas são protegidos pelos pais quando a polícia faz buscas.
A mesma afirma que o município está a conhecer muitos crimes porque os vendedores de drogas querem ter lucros fáceis como a cocaína e liamba.
A criminalidade está generalizada nos bairros do Kilamba Kiaxi. No Camama, por exemplo, os moradores estão preocupados com os assaltantes que chegam a impedir a livre circulação dos transeuntes.
Na zona dos Correios, mesmo com a 7 a esquadra instalada no bairro, os marginais continuam muito actuantes no vandalismo. A falta de iluminação pública e o fraco policiamento estão na origem desta situação, segundo os moradores.
Na zona dos correios, mesmo com a 7ª esquadra instalado no bairro, os marginais continuam muito actuantes no vandalismo. A falta de iluminação pública e o fraco policiamento estão na origem desta situação, segundo os moradores.

9.10 Retrato de criminalidade em Luanda

Jornal Independente
16 de Abril de 2011

A província de Luanda possui a taxa de criminalidade mais elevada dos pais. Essa realidade dramática resulta da conjugação de varios factores, que vão desde a densidade populacional, os índices da pobreza e a complexidade étnica e cultural.

Especialistas em sociologia dizem que o factor primário estão nas dificuldades socio-econ6micas, pobreza e desemprego, em que uma grande franja da população socialmente activa esta votada, associado ao êxodo populacional daqueles que por consequência da guerra deixaram as suas áreas de origem em busca de melhor segurança em Luanda e nunca mas voltaram.
O sociólogo e docente universitário, Belo Ant6nio, coloca entre os principais vedores da criminalidade na capital angolana a deficiente cobertura policial, que, por sua vez, se justifica pelo défice de quadros e a falta de condições de urbanidade em amplas zonas da cidade de Luanda.
O Independente apurou junto do delegado do Ministério do Interior em Luanda, comissário Tito Munana, que a província regista em média 21 crimes/ dia e a maior parte

destes tem um pendor de "satisfação material imediata".
Tito Munana apontou o período das 18 às 5 horas da manhã como sendo os mais propensos à realização dos crimes, com grande incidência nos municípios de Cacuaco, Sambizanga, Cazenga, Viana, Kilamba-Kiaxe e Ingombota.
O oficial do Minint declara que estes crimes resumem-se em roubos, furtos de artigos diversos, valores monetários na via pública, a residências ou em viaturas, e em muitos casos cometidos com violência, terminando em ferimentos ou mesmo em morte.
Tito Munana apontou que muitas jovens entregam à prostituição para uma satisfação material básica. Disse que os crimes por ganância e ambição e desejo de enriquecimento fácil têm sido cometidos por cidadão aparentemente em situação social e profissional estáveis.
Estes crimes são caracterizados em furtos de avultadas somas monetárias em bancos e empresas, bem como grandes quantidades de produtos diversos através de camiões contentorizados ou em armazéns
Para o delegado do Interior este tipo de crimes têm tendência a evoluir para crimes organizados, isto é, pelo perfil dos seus autores, mas também pelo "modus operandi" que já transparece o recurso a métodos modernos.
Quanto aos crimes com elevado grau de violência física e de dolo, apontou aqueles que ocorrem, com violação e homicídio. Os homicídios acompanhados por carbonização do cadáver, duplo ou mesmo triplo homicídio numa família por vezes pelo membro da mesma família e por vezes enterrados ou escondidos, com fim de sonegar provas, assaltos a bancos de entre outros.
O oficial da Policia Nacional referiu-se a estudos efectuados por especialistas nesta matéria, que dão conta que os autores dos crimes são maioritariamente jovens com idades entre os 18 e 30 anos.
Informou, por outro lado, que 60 porcentos dos crimes são praticados com arma de fogo, 25 com objectos cortantes e 15 por espancamento. As áreas propícias para a realização de actos criminosos tem sido os aglomerados populacionais onde se permite o furto e o roubo (em alguns casos), enquanto nos locais isolados ocorrem as violações sexuais, homicídios voluntários e frustrados, assim como roubos qualificados.
Quanto ao sexo dos autores 75 por centos são praticados por homens e 25 por mulheres. Em geral os crimes praticados por mulheres se assentam sobre tudo em questões passionais de que resultam em homicídios ou desentendimentos caracterizados em ofensas corporais.
Os furtos de artigos diversos também, constam nas cifras dos crimes cometidos pelas senhoras, assim como o infanticídio, aborto criminal, abandono de infante de entre outros.
Os adolescentes do sexo masculino enveredam mas pelo crime de violação, furtos roubos de valores monetários e artigos diversos.

O comissário Tito Munana manifestou-se preocupado com o afluxo migratório em Luanda e o envolvimento dos estrangeiros na prática dos crimes, tanto como autores, co-autores ou na condição de autores morais.
Admite a hipótese da existências de redes de criminosos estrangeiros que direccionam as suas acções contra cidadãos expatriados, numa nova onda de crimes que surgiu e que a corporação tem estado a investigar. A falsificação de documentos, de moeda, fraude fiscal e descaminhando direito também ocorrem com frequência na capital do pais, com o envolvimento dos estrangeiros em muitos casos.

Esse trânsito

Quanto à circulação rodoviária em Luanda, a fonte do Independente afirma que foram elaboradas propostas, para a solução do descongestionamento do tráfego na urbe. Constam das propostas, um plano director de transporte, maior fiscalização das autoridades no comercio nas vias publicas, o comprimento do código de estrada, ~ o criação de áreas circulares de forma a garantir uma 'S, mobilidade adequada entre as diversas zonas da le província, implementação e a manutenção dos dispositivos de sinalização (horizontal, vertical e e semáforo).
Constam, igualmente, propostas para criação a de mais postos de serviços públicos de transporte : l nas áreas periféricas, o aumento do número de passagens pedonais, bem como a reavaliação da l. Situação urbanística com a elaboração de projectos que requalifiquem o espaço público de forma interligada, entre outras soluções.
Apontou como factores que influenciam negativamente a circulação rodoviária, o uso e ocupação do solo onde não é feita a devida observância da capacidade viária, utilização de veículos de transporte colectivo, principalmente autocarros inadequados para as dimensões das vias, que geram retenções e até mesmo acidentes.
Um sistema de transporte insuficiente para atender a demanda, incentivando o desrespeito ao código de estrada, a existência de pólos como Shopping, universidades, serviços públicos sem vagas para o estacionamento de viatura e a falta de paragens especificadas para autocarros e táxis colectivos são também apontadas como algumas das causas do transtornos do transito rodoviário em Luanda.

9.11 Lei contra violência doméstica é votada amanha no parlamento

Jornal de Angola
18 de Abril de 20111

A nova proposta de lei contra a violência doméstica, depois de melhorada com contribuições de especialistas,

é discutida e volta da amanhã na especialidade em mais uma reunião plenária da Assembleia Nacional.
A proposta de lei foi aprovada na generalidade pelo Parlamento, em Dezembro, tendo, durante os debates na especialidade, sido detectada incompatibilidade com a Constituição.
Ao contrário da versão inicial, no texto actual a violência doméstica não é considerada crime público, mas semi-público, devendo, por isso, ser denunciado apenas pelo ofendido.
"Estamos perante uma proposta de lei mais madura e consensual para a realidade angolana, que respeita os direitos fundamentais dos cidadãos consagrados na Constituição", disse, na quarta-feira, o deputado Sérgio dos Santos, depois da reunião do Grupo Parlamentar do MPLA.
O também porta-voz do encontro garantiu que a lei foi melhorada com a contribuição de sociólogos, psicólogos, individualidades ligadas às ciências sociais e humanas, outros técnicos e deputados. I
Sérgio dos Santos explicou que a correcção da proposta inicialmente apresentada teve em conta, entre outros factores, a defesa dos valores da família, a possibilidade de reconciliação entre os cônjuges em situação de conflito e a ampliação do conceito de violência doméstica. O deputado referiu que foi feito um casamento com o previsto pelo ordenamento jurídico, sobretudo a lei penal.
A proposta de Lei contra a Violência Doméstica tem como objectivo a criação de mecanismos legais que Protejam a vítima do crime -de violência praticado no âmbito familiar e garantir a harmonia na família.
A proposta foi analisada pelos membros das comissões de especialidade da Assembleia Nacional que tratam de assuntos relacionados com a saúde, ambiente, acção social, emprego, antigos combatentes, família e promoção da mulher, assuntos constitucionais e jurídicos e direitos humanos e petições dos cidadãos.

Instrumento eficaz
O Presidente José Eduardo dos Santos, no discurso de fim de ano, considerou o documento instrumento eficaz para combater os excessos e agressões que se verificam, um pouco por todo o país, nos lares e, por outro lado, restabelecer o respeito e a dignidade com que toda a mulher e todo o homem devem ser tratados na sociedade e em casa.
A família", disse o Presidente, "deve assumir também as suas responsabilidades e colaborar com o Estado no esforço para dissuadir o consumo exagerado de bebidas alcoólicas e de substâncias ilícitas, sobretudo entre os mais jovens, pois que a ingestão de tais drogas afecta o desenvolvimento pleno dos jovens e não pouca vezes tira-lhes prematuramente a vida ou trás como consequências efeitos nocivos que se traduzem nos alarmantes índices de violência no trânsito e que causam luto no seio de muitas famílias",

Religiosos pedem aprovação
Líderes religiosos de Luanda também defendem a aprovação urgente da proposta de Lei contra a violência Doméstica.
O secretário-geral do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA) propõe a aprovação urgentemente por se tratar de um documento importante para a estruturação da família.
O reverendo Luís Nguimbi disse recentemente, ao Jornal de Angola, ter esperança que a aprovação da lei possa responder às necessidades actuais da família e da sociedade,
"As Igrejas trabalham com a família. Por isso, defendemos que tudo o que vem para a estabilidade da família é bem-vindo", afirmou, sublinhando ser "em vão realizar grandes obras em termos de reconstrução física do país, conquistas financeiras, diplomáticas e militares e prestígio internacional se a família não estiver estruturada".
Luís Nguimbi referiu esperar que a Lei contra a Violência Doméstica ajude o Executivo na estabilização das famílias e lembrou que o país tem responsabilidades acrescidas para o alcance deste objectivo,
Afonso Nupes, bispo da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, Tocoista, defendeu que a lei deve ser equilibrada e traçar as linhas de conduta da sociedade,
O líder tocoísta disse que a Igreja deve contribuir, principalmente por trabalhar com as famílias e que a lei deve defender os mesmos direitos do homem e da mulher,
A melhor forma de acabar com a violência doméstica no país, -acentuou, é ter leis equilibradas e aplicáveis a todos..

9.12 Governo inocenta Forças Armadas

Novo Jornal
18 de Março de 2011

O Governo angolano terá mostrado durante uma reunião com altos funcionários das Nações Unidas, provas de que os militares angolanos estão inocentes, no que a violações sexuais de imigrantes diz respeito.
Segundo uma fonte militar, os representantes angolanos mostraram aos representantes da ONU fotografias de militares congoleses a abusarem sexualmente das vítimas, o que deixou, o outro lado, da RDC constrangido, sem poderem se defender, porque não levavam provas para contrapor.

"O problema é que do nosso lado tem havido alguns problemas, por exemplo de usurpação de alguns bens dos imigrantes expulsos, e do outro lado ainda é pior, e os congoleses atiram as culpas para este lado. A tensão entre os dois países está a subir de tom, por várias razões, como a questão da plataforma marítima, por causa do petróleo, e até ao problema terrestre, onde os congoleses

estão a levantar os marcos e a ocupar zonas do nosso território", disse a nossa fonte.

Segundo ainda a nossa fonte, este problema entre Angola e a RDC poderá futuramente trazer graves problemas para os dois países, uma vez que "ainda existe a questão do baixo Congo, onde há ideias sobre o rei do Congo que estão a crescer e a envolver território angolano", confidenciou-nos a mesma fonte.

Entretanto, a representante especial da ONU, que esta semana esteve de visita ao nosso país, defendeu que a República Democrática do Congo (RDC) deve apresentar provas documentais quando constatar actos de violência sexual na fronteira com Angola, para que o Governo angolano possa actuar. "Seria importante que a parte congolesa pudesse documentar todos os casos e enviar para o Governo angolano, para que possa agir com base na informação obtida", sugeriu Margot Walltrom, quando falava à imprensa.

Margot Walltrom teve a oportunidade de se deslocar à província da Lunda Norte para averiguar as denúncias feitas pelos congoleses. No local, a representante especial da ONU teve a oportunidade de debater a questão com os congoleses e com técnicos dos serviços de saúde locais, os quais disseram haver muitos casos.
No entanto, Margot Walltrom afirmou que a "curta visita" que fez "não permite afirmar que houve violações sistemáticas".

A representante da ONU garantiu ainda que as Nações Unidas e as autoridades angolanas farão tudo para prevenir as violações sexuais. "Não haverá tolerância para aqueles que praticam crimes do género", sublinhou, acrescentando que o Governo de Angola não tolera impunidades.

Margot Walltrom recebeu também garantias do Executivo angolano de que as Nações Unidas serão informadas sempre que houver repatriamentos massivos para a RDCongo, para que a ONU possa monitorizar o processo.

O ministro das Relações Exteriores, George Chikoti, afirmou à imprensa que Angola não tem nada a esconder porque "está ciente de que não existem e nunca existiram violações sistemáticas e massivas". "Mas é necessário que se saiba que Angola não vai parar com as expulsões de imigrantes ilegais", afirmou na ocasião.

As relações entre a Angola e a RDC conheceram momentos de verdadeira tensão, devido aos milhares de congoleses expulsos daquele país desde Dezembro, com destaque para garimpeiros congoleses que trabalhavam na Lunda Norte. As denúncias surgiram em Novembro, quando a agência das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários (OCHA) instou Angola e a RDC a investigar alegadas violações de 700 mulheres congolesas expulsas por Luanda para Kinshasa. Segundo as denúncias, as 700 mulheres faziam parte de um grupo de cerca de sete mil congoleses expulsos de Angola em Outubro e teriam sido violadas por soldados angolanos.

9.13 Lei contra violência doméstica é votada amanha no parlamento

Jornal de Angola
18 de Abril de 20111

A nova proposta de lei contra a violência doméstica, depois de melhorada com contribuições de especialistas, é discutida e volta da amanhã na especialidade em mais uma reunião plenária da Assembleia Nacional.
A proposta de lei foi aprovada na generalidade pelo Parlamento, em Dezembro, tendo, durante os debates na especialidade, sido detectada incompatibilidade com a Constituição.
Ao contrário da versão inicial, no texto actual a violência doméstica não é considerada crime público, mas semi-público, devendo, por isso, ser denunciado apenas pelo ofendido.
"Estamos perante uma proposta de lei mais madura e consensual para a realidade angolana, que respeita os direitos fundamentais dos cidadãos consagrados na Constituição", disse, na quarta-feira, o deputado Sérgio dos Santos, depois da reunião do Grupo Parlamentar do MPLA.
O também porta-voz do encontro garantiu que a lei foi melhorada com a contribuição de sociólogos, psicólogos, individualidades ligadas às ciências sociais e humanas, outros técnicos e deputados. I
Sérgio dos Santos explicou que a correcção da proposta inicialmente apresentada teve em conta, entre outros factores, a defesa dos valores da família, a possibilidade de reconciliação entre os cônjuges em situação de conflito e a ampliação do conceito de violência doméstica. O deputado referiu que foi feito um casamento com o previsto pelo ordenamento jurídico, sobretudo a lei penal.
A proposta de Lei contra a Violência Doméstica tem como objectivo a criação de mecanismos legais que Protejam a vítima do crime -de violência praticado no âmbito familiar e garantir a harmonia na família.
A proposta foi analisada pelos membros das comissões de especialidade da Assembleia Nacional que tratam de assuntos relacionados com a saúde, ambiente, acção social, emprego, antigos combatentes, família e promoção da mulher, assuntos constitucionais e jurídicos e direitos humanos e petições dos cidadãos.

Instrumento eficaz

O Presidente José Eduardo dos Santos, no discurso de fim de ano, considerou o documento instrumento eficaz para combater os excessos e agressões que se verificam, um pouco por todo o país, nos lares e, por outro lado, restabelecer o respeito e a dignidade com que toda a mulher e todo o homem devem ser tratados na sociedade e em casa.

A família", disse o Presidente, "deve assumir também as suas responsabilidades e colaborar com o Estado no esforço para dissuadir o consumo exagerado de bebidas alcoólicas e de substâncias ilícitas, sobretudo entre os mais jovens, pois que a ingestão de tais drogas afecta o desenvolvimento pleno dos jovens e não pouca vezes tira-lhes prematuramente a vida ou trás como consequências efeitos nocivos que se traduzem nos alarmantes índices de violência no trânsito e que causam luto no seio de muitas famílias",

Religiosos pedem aprovação

Líderes religiosos de Luanda também defendem a aprovação urgente da proposta de Lei contra a violência Doméstica.

O secretário-geral do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA) propõe a aprovação urgentemente por se tratar de um documento importante para a estruturação da família.

O reverendo Luís Nguimbi disse recentemente, ao Jornal de Angola, ter esperança que a aprovação da lei possa responder às necessidades actuais da família e da sociedade,

"As Igrejas trabalham com a família. Por isso, defendemos que tudo o que vem para a estabilidade da família é bem-vindo", afirmou, sublinhando ser "em vão realizar grandes obras em termos de reconstrução física do país, conquistas financeiras, diplomáticas e militares e prestígio internacional se a família não estiver estruturada".

Luís Nguimbi referiu esperar que a Lei contra a Violência Doméstica ajude o Executivo na estabilização das famílias e lembrou que o país tem responsabilidades acrescidas para o alcance deste objectivo,

Afonso Nupes, bispo da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, Tocoista, defendeu que a lei deve ser equilibrada e traçar as linhas de conduta da sociedade,

O líder tocoísta disse que a Igreja deve contribuir, principalmente por trabalhar com as famílias e que a lei deve defender os mesmos direitos do homem e da mulher,

A melhor forma de acabar com a violência doméstica no país, -acentuou, é ter leis equilibradas e aplicáveis a todos.

9.14 O estigma e o desrespeito no género persistem

Semanário Factual
De 19 a 26 de Março de 2011

Em pleno século XXI, ainda são notáveis os actos de estigma e de desrespeito que as mulheres angolanas, em particular as luandenses, têm sido alvo.

Vários relatos indicam que, nos diferentes estratos da sociedade, sobretudo na camada mais vulnerável, a violência no género feminino se mantém na ordem do dia.

O espancamento, o abandono, a violação fisico-moral e a morte são situações que nunca escapam do quotidiano de muitos lares na província de Luanda, onde as mulheres são as maiores vítimas. Na sua maioria, estes actos terminam em traumas ou mesmo em suicídio das vítimas.

Em Luanda, são visíveis actos que afectam de forma negativa o respeito do género, visto, perante a le~ ambos gozarem dos mesmos direitos e deveres.

No sentido de apurar a situação que mulheres vivenciam, o Factua! abordou duas cidadãs que explicaram
um pouco do que se tem vivenciado em Luanda, no que toca ao estigma e ao desrespeito no género.

Joana do Carmo, doméstica há cerca de cinco anos, falou ao Factual sobre a situação de estigma e desrespeito que viveu durante três anos com o seu marido,

"Eu tive de suportar situações desagradáveis com o meu ex-marido quando me decidi a arranjar um trabalho. No princípio, eu queria voltar a estudar depois da minha primeira gravidez, mas ele insistiu que não podia porque tinha de cuidar de casa e da criança. Posteriormente, tive outro filho e a situação financeira em casa deixavame agastada, devido às dificuldades que passava, visto que nem sempre ele se mostrava disponível em deixar dinheiro em casas para supor as necessidades".

A partir daí, foi então que a jovem Joana do Carmo se decidiu a arranjar trabalho, no sentido de conseguir suportar as necessidades de casa, pois o marido nem sempre estava disponível.

"Quando lhe contei que tinha arranjado trabalho, ele ficou muito furioso ao ponto de me agredir e a dizer que não era só trabalho e que fazia prostituição, e se eu continuasse deveria abandonar-me. Mas, como eu necessitava mesmo de fazer alguma coisa e não depender apenas dele, decidi-me a continuar a trabalhar e, sempre que chegasse a casa, havia briga".

A jovem deu a conhecer que o marido acabou por abandoná-la com as duas crianças, mas, com a perseverança, conseguiu dar volta à situação que lhe foi imposta pelo parceiro.

"Hoje, consegui sair do trauma e erguer a cabeça. Agora, depois de dois anos da nossa separação, ele deseja regressar a casa e aceitar o meu trabalho, mas, com toda a sinceridade, não o quero mais, apenas que ele continue a prestar assistência aos filhos e mais nada", explicou a jovem, de 35 anos de idade.

Já para Cláudia Dias (nome fictício para proteger a identidade da fonte), a situação é mais. desoladora. A jovem, de 36 anos de idade, foi infectada com o virus HIV / Sida pelo seu companheiro.
"Depois de eu ter descoberto que estava grávida, o meu ex-companheiro batia-me e ameaçava matar-me, pois ele sabia que me tinha infectado. Depois de eu descobrir que estava infectada, ele abandonou-me e ameaçou-me que se contasse a alguém acabava com a minha vida", queixou-se Cláudia Dias.

Hoje, a jovem passa por várias dificuldades, pois o ex-companheiro pouco ou nada presta assistência à jovem e aos filhos, pelo que necessita de ajuda. Cláudia Dias vive com os três filhos, dependendo do apoio de familiares e de pessoas caridosas que procuram minimizar o sofrimento de uma mulher estigmatizada e abusada dos seus direitos. O Factual tomou conhecimento de que a jovem já recorreu, em 2010, à Policia da III Divisão do Cazenga e à Campanha de Aconselhamento Jurídico, no âmbito da jornada Março/Mulher, mas nada foi solucionado.
Numa anterior entrevista concedida ao Factua!, a jurista Isabel Maiato apelou às mulheres para que não encobrissem as situações de estigma e de desrespeito a que são submetidas pelos seus maridos.
Segundo a jurista, é preciso que as mulheres denunciem os actos que violem a sua integridade física e moral dentro do lar.

9.15 Violência doméstica preocupa autoridades

Jornal de Angola
20 de Abril de 2011

A secretária provincial da Família e Igualdade do Género, em Cabinda, Helena Samba Júnior, considerou ontem, nesta cidade, que a maior parte dos actos de violência doméstica resulta da "má interpretação por parte de algumas mulheres, do postulado constitucional sobre igualdade de direitos e de oportunidades".
Helena Samba Júnior, que falava ao Jornal de Angola, explicou que tal facto, que geralmente culmina em brigas e em agressão física e moral entre o casal, resulta de comportamentos negativos no lar.
"Deve existi; entre o casal o espírito de colaboração sem subestimarão de quem quer que seja, uma vez que o· marido deve colaborar nas actividades domésticas", sublinhou a secretária provincial da família e Igualdade do Género.
Ausências prolongadas do marido e a falta de assistência alimentar estão entre os principais factores do descontentamento das mulheres. Por isso, Helena Samba Júnior apelou para que tenham ponderação e auto domínio.
A secretária provincial da Família e Igualdade do Género deplorou o comportamento indigno de certos pais que violentam moral e fisicamente os filhos, com palavras obscenas. Helena Samba Júnior garantiu que a instituição que dirige vai colaborar com as igrejas, para que façam um aturado trabalho de preparação dos noivos sobre o casamento, visto que, "actualmente, muitas raparigas entregam-se aos homens ou casam sem qualquer noção da responsabilidade do acto que contraem".
A secretária provincial da Família e Igualdade do Género revelou que, durante o primeiro trimestre deste ano, a instituição registou 97 casos, dos quais 45 foram atendidos.
Os restantes 52 ficaram por esclarecer, devido à ausência dos agressores e à falta de transporte para a deslocação dos funcionários da instituição. Segundo Helena Júnior, as queixas incidiram essencialmente sobre a fuga à paternidade, incumprimento da mesada, abandono do lar, desalojamento, violência física e psicológica, ofensas corporais e morais, ameaças de morte, privação de bens e chantagem.

10. AMBIENTE

10.1 Educação ambiental

Jornal de Angola
09 de Abril de 2011

A preservação do meio, ambiente é da responsabilidade de todos. Isto é válido para Angola, para África e para o planeta Terra. O homem continua a ser o maior causador da poluição e comete crimes ambientais que põem em causa a sua própria sobrevivência.
O lixo que produzimos tem de ser recolhido e reciclado. As florestas devem ser protegidas e não devastadas por madeireiros ou por queimadas. A água dos rios não pode ser contaminada por esgotos domésticos ou industriais. O ar que respiramos não pode ser contaminado com fumo das fábricas e dos automóveis. O homem, ao ter um comportamento de grande predador, acaba por ser a maior calamidade para a natureza.
Já temos pouco tempo para corrigir hábitos errados e agressões ao ambiente. Chegou a hora de todos reflectirmos sobre as melhores práticas para anular o impacto negativo da actividade humana sobre o ambiente e travar a deterioração da relação entre o homem e a natureza.
Tudo começa na actuação de cada um e o que fazemos hoje tem um impacto positivo ou negativo amanhã. Devemos todos olhar para Angola como um espaço único, que interessa preservar a todo o custo. O Executivo elaborou e aprovou os instrumentos necessários para a materialização da política nacional de preservação e gestão do ambiente. Foi criado o Fundo Nacional para o Ambiente, os Institutos Nacionais de Gestão Ambiental, da Biodiversidade e Áreas de Conservação. Todos estes instrumentos nasceram tendo em conta a realidade concreta do nosso país e os compromissos assumidos perante a comunidade internacional.
Os problemas resultantes da pressão demográfica nas grandes cidades precisam de soluções urgentes e integradas. Surgem todos os dias distorções que obrigam os problemas do meio ambiente atinja todos os níveis da sociedade. E vital que os angolanos encarem a protecção do ambiente como uma questão de sobrevivência própria e da humanidade.
Por isso, a educação ambiental é um instrumento importante que está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento sustentável de Angola. A campanha alargada de educação ambiental que este ano vai às 18 províncias, devia estender-se pelo menos ao próximo ano. Ao mesmo tempo é preciso reforçar os currículos escolares nas matérias ligadas à educação ambiental. A campanha já prevê a padronização de técnicas e metodologias de educação ambiental ao nível das escolas, no quadro da parceria estabelecida com o Ministério da Educação. Esta medida vai promover um maior dinamismo na preservação do ambiente. É preciso que todos entendam, por palavras muito simples, os passos necessários para evitar a poluição e proteger a vida. E necessário reforçar o papel do Instituto Desenvolvimento Florestal (IDF), em todas as províncias, enquanto entidade que assegura o fomento, coordenação e execução das políticas traçadas no domínio florestal faunístico. O quadro ambiental actual, caracterizado por desafios urgentes, exige soluções que estão para além da simples regulamentação jurídico-legal. Como disse a ministra do Ambiente, a questão da preservação da natureza não é apenas uma questão de regulamentação por parte do Estado. De facto, os problemas ambientais afectam toda a sociedade e todos são chamados a colaborar na sua solução. Exercer a cidadania é contribuir para a promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
As gerações vindouras devem ser protegidas do "terrorismo ambiental", traduzido no uso desregrado e irracional dos recursos naturais.
Para atingirmos esse objectivo importa que as famílias, as escolas, os serviços públicos, as empresas, aprendam gestos, técnicas e princípios consentâneos com a defesa e preservação do meio ambiente. Tem de haver um sério envolvimento de todos na educação ambiental para que aumente a consciência crítica, necessária para a solução e interpretação dos problemas actuais do meio ambiente.
Temos de viver em harmonia com a natureza, eliminando os problemas ambientais na certeza de que a preservação do ambiente é a parte mais importante da qualidade de vida. A educação ambiental deve fazer parte da nossa vida na mesma proporção das preocupações com a alimentação, o vestuário, o abrigo e outras necessidades elementares.

10.2 Indicadores ambientais de Angola precisam de uma melhor gerência

Jornal de Angola
09 De Abril de 2011

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse ontem existirem no país alguns indicadores ambientais que precisam de uma melhor gerência e que devem ser modernamente introduzidos a nível de gestão dos recursos.
Fátima Jardim fez esta constatação em Luanda, durante o lançamento do livro sobre Banco de Dados de Indicadores Ambientais de Angola. O livro é sequência do Banco de Dados de Indicadores Ambientais de Angola on-line, lançado em 2009.
Segundo a ministra do Ambiente, os indicadores ambientais servem para melhor planificar, gerir, controlar e diagnosticar, através do Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola, o estado do ambiente e adequar o Plano Nacional de Gestão do Ambiente.
''Temos com estes indicadores um I verdadeiro instru-

mento de informação. A sua informação encontra-se estruturada com vários agrupamentos, de modo a facilitar a consulta e análise", informou.
A ministra considerou que a realização da plataforma tecnológica e os procedimentos que suportam a exploração e a utilização de banco de dados de indicadores ambientais e de sustentabilidade constituem uma ferramenta essencial para, entre outros fins, suportar a elaboração do relatório do estado geral do Ambiente.
No âmbito desta iniciativa foram já recolhidos e registados 249 indicadores de 14 sectores no país. A ministra Fátima Jardim apontou Angola como um exemplo a seguir, "porque estamos progressivamente a trabalhar para que o bem-estar do cidadão seja, de facto, uma das prioridades no país".
O Ministério do Ambiente, revelou, esta já a preparar o Segundo Relatório do Estado do Ambiente em Angola, a ser lançado no final do ano em curso.

10.3 Cheias continuam a matar e a desalojar

Semanário Factual
De 09 a 16 de Abril de 2011

Antigamente a aproximação de uma época chuvosa era motivo de alegria por parte dos camponeses e dos criadores de gado. Nos últimos três anos a vizinhança da estação chuvosa é objectivo de preocupação e de tristeza, porque a chuva se tornou num inimigo, bloqueando milhares de pessoas naquela região. Este ano, ela (a chuva) continua a assolar a província do Cunene, com os rios a transbordarem, e a provocar milhares desalojamento.

O cenário repete-se, todos os anos, na província do Cunene, criando dificuldades no realojamento das populações. Milhares de hectares de terras estão submergidos, escolas fechadas, animais domésticos, selvagens e seres humanos à procura de refúgio"O dilúvio de Noé", ou seja, as inundações que atingem a província do Cunene, estão a causar prejuízos aos cofres do Estado, com a ajuda aos sinistrados, bem como a paralisação da actividade económica em vários sectores da província.
Mais de 30 mil pessoas em várias regiões da província encontram-se sitiadas pelas inundações provocadas pelas chuvas. "Vivemos momentos de agonia", disse ao Factual um camponês da comuna da Mongua, município de Kwanhama.
Apesar do isolamento situação está sob controlo e, nesta altura, estão a ser desenvolvidas acções a nível da Protecção Civil, a fim de se receberem os devidos apoios, que serão canalizados àquela população.
"A população ainda está sitiada. A avaliação também não tem sido fácil, porque os meios de mobilidade não têm estado a favor para se circular a nível do interior de algumas regiões", disse ao Factual o criador de gado, Fernando Helelwa.
A assistência à população vítima das cheias está garantida, mas o quadro actual é preocupante e há necessidade de propiciar os devidos meios para a assistência aos sinistrados. Em Ombadja, o rio Caculunale, que chega a algumas localidades da circunscrição, transbordou e cortou a ligação entre a região de Mahegue ya Mugulo e o resto do município.
A mesma realidade vive-se nas zonas ribeirinhas de Kafu, Chimbo, Péu-Péu Nantata, Ndimba-chiolo e Jamba, em consequência do transbordo do rio Cunene.
"As casas estão destruídas, e milhares de hectares de terra preparadas para o ressente ano agrícola estão igualmente afectados. Milhares de pessoas foram forçadas a abandonar as suas áreas de residência", lamentou António Didalelwa, governador provincial do Cunene.
Segundo este governante, o seu executivo está atento ao evoluir da situação e dispõe de apoio logístico
Suficiente, no que concerne a alimentos, a medicamentos, a tendas, a chapas, à roupa, a mosquiteiros e a outros meios, para rninimizar o sofrimento dos sinistrados.
O governante informou, igualmente, que o Executivo está a realizar acções de reabastecimento de fármacos por via aérea, de forma a reforçar os stocks de medicamentos naquelas localidades do interior do município do Kwanhama e do Cuvelai, com as vias de acesso cortadas.
Este é o quarto ano consecutivo em que se registam cheias no Cunene. Em 2010, cerca de 22 mil pessoas ficaram desalojadas.

A intervenção da Protecção Civil
A comuna do Cabato, situada no município do Cuvelai, está isolada do resto da província há mais de 30 dias, devido à chuva. A direcção da Protecção Civil está a mobilizar meios aéreos, para salvar a população sinistrada.
O vice-ministro do Interior para a Protecção Civil, Eugénio Laborinho, diz as autoridades estarem a acompanhar, com preocupação, a situação do Cunene.
"A província tem as comissões de protecção civil que estão a ser potencializadas, de forma a poderem intervir, através do nível de alertas que temos", disse.
Eugénio Laborinho está a seguir, atentamente, o que se está a passar naquela província. A situação é cíclica; está a chover fora do normal, tendo em conta as alterações climáticas.
Na província do Cunene, as autoridades competentes adoptaram medidas de emergência, a curto prazo, para salvar os sinistrados e para atenuar os efeitos das cheias.
As referidas medidas cingem-se em capacitar a Comissão Provincial de Protecção Civil com meios técnicos e com força humana, no sentido de poderem, localmente, minorar os efeitos deste fenómeno natural e de dar a

devida assistência à população vítima destas inundações.
No Cunene, nas localidades críticas, a situação inspira cuidados. A assistência aos necessitados vai desde alimentos, medicamentos, tendas, chapas, roupa, mosquiteiros e realojamento dos sinistrados em locais seguros, para que não passem por privações.
Apesar de a situação estar controlada nalguns casos, é imperioso o redobrar de esforços, com o intuito de os sinistrados estarem bem alojados e assistidos.
O Executivo está atento às dificuldades da população neste período de chuva, daí a intervenção do mesmo com apoios, a fim de acudir situações que possam surgir, sobretudo aquelas que devem ser resolvidas.
As pessoas estão a ser aconselhadas a tomar medidas preventivas, tais como a não construção de residências próximas das valas de drenagem, da margem dos rios ou dos cursos de água.

Alunos sem aulas desde Fevereiro
Milhares de alunos nas localidades sitias em consequência das chuvas estão preocupados com a paralisação das aulas, desde Fevereiro, nos municípios de Ombadja, Namacunde, C uvelai e Kwanhama.
A Direcção Provincial da Educação e o Ministério de tutela estão a tranquilizar os alunos, explicando que, tão logo que terminem as cheias, as aulas poderão prosseguir.
As autoridades da Educação defendem o reajustamento do calendário escolar, mas, no caso de se agravar a situação, serão orientadas novas providências.
O Ministério da Educação encoraja o Executivo do Cunene, professores, alunos, pais e encarregados de educação, no sentido de que devem ter esperança diante desta situação
.
Sociedade preocupada
A sociedade civil está preocupada com a situação no Cunene. Para o efeito, apela os interessados para envidar esforços, no sentido de ajudar, com bens diversos, as famílias afectadas pelas chuvas.
Os populares mais afectados pela chuva precisam de roupa usada, incluindo cobertores, utensílios domésticos, alimentação, produtos de higiene pessoal, água potável, entre outros.
A A]APRAZ doou cerca de 15 toneladas de artigos diversos, para ajudar os sinistrados das cheias na província do Cunene, zona Sul do País.
O presidente da A]APRAZ, Bento Raimundo, disse que a organização que dirige vai continuar a prestar apoio ao esforço do Executivo Angolano, que é a melhoria da qualidade de vida das populações.
Quanto às chuvas no País, o responsável frisou ser dever de todos ajudar e proteger os que necessitam.
"Os meios estão mobilizados e acredito que, nos próximos dias, faremos chegar em coordenação com a Protecção Civil mais coisas a algumas províncias, prometeu Bento Raimundo.
A Rádio Nacional de Angola enviou, em jeito de solidariedade, a uma tonelada de diversos produtos para a província no Cunene no sentido de ajudar as famílias afectadas pela chuva.
Constam do donativo bens alimentares, chapa de zinco, roupas, ca1çadc e outros bens de primei necessidade.
O donativo é fruto uma ampla campanha solidariedade com populações vulneráveis afectadas pelas inundações que se regista actualmente, em várias regiões do país.

10.4 Cheias levam á ruína central de agricultores

Jornal de Angola
09 de Abril de 2011

A devastação pelas cheias de fazendas, lavras e hortas nos vales dos rios Bero, Macala e Giraúl lançou na ruína dezenas de famílias da cintura verde do Namibe. São às centenas os pequenos agricultores que ficaram sem nada e estão parados desde dia 4 de Março.
No Giraúl de Baixo, o agricultor António Pedro perdeu todos os seus haveres. As enxurradas destruíram as lavras e hortas. A maioria dos fazendeiros está inconsolável e recorda, com tristeza, que há muito vêm lutando contra as cheias e as secas.
"É preciso estudar os rios e proceder ao seu desassoreamento", disse à reportagem do Jornal de Angola António Pedro.
"Já vimos que algumas entidades revelam um desconhecimento quase total do que são os vales dos rios da província, onde as cheias são cíclicas, mas ninguém toma medidas para evitá-las", disse ainda António Pedro.
Com esta situação aumenta o desemprego e a pobreza. Mas o ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, prometeu medidas de apoio às vítimas das calamidades.
As secas e as cheias na região acontecem ciclicamente. A 5 de Abril de 200 I, os agricultores dos vales dos rios Bero, Macala, Giraúl tiveram avultado prejuízos, avaliados em milhões de dólares, como consequência das secas e das cheias
António Pedro diz que "de lá para cá nada se fez para prevenir a situação". A título de exemplo, referiu que as obras para o controlo das cheias do rio Bero estão atrasadas, por alegada falta de financiamento.
"O vale do rio Bero foi sempre um vale de lágrimas para os agricultores. Ou perdem as culturas com as secas ou as vêm destruídas pelas cheias", lamenta António Pedro.
O administrador municipal Pedro e outros agricultores estão preocupados com a dívida contraída à banca Namibe, Armando Valente, diz que as obras de regularização do caudal do rio pertencem ao Executivo e são fiscalizadas pela Opway.
Números preocupantes

Os vales do rio Bero, Macala e Giraúl têm 202 fazendeiros agro-pecuários em 35.473 hectares de terras. "Todos estão parados devido às cheias que destruíram quase todos os seus haveres", afirmou António Pedro.
Na região existem 112 associações com 9.932 camponeses e 23 cooperativas com 3.895 membros. "Todos estão parados", disse o agricultor. Explicou que "agora há aqui um problema que tem a ver com a dívida contraída à banca por algumas associações e cooperativas agro-pecuárias do Namibe para a campanha agrícola 2010/2011". Os valores dos empréstimos contraídos ao Banco do Comércio e Indústria (BCI) e ao Banco de Poupança e Crédito (BPC) são de milhões de kwanzas, cujo reembolso deve ser feito em dez meses.
Num encontro entre a União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA), a Federação das Associações e Cooperativas Agro-pecuárias e a Direcção Provincial da Agricultura do Namibe foram avaliados os prejuízos das cheias. E foi tomada a decisão de pedir aos bancos o reescalonamento da dívida e a concessão de novos créditos aos que perderam as culturas.

Uma dura realidade
Alguns agricultores da cintura verde do Namibe ainda conseguiram colher tomate e couve, em terrenos não atingidos pelas cheias. Estão a vender os produtos nos principais mercados da cidade.
Em pequenas propriedades familiares estão a ser produzidos batata-doce, cebola, repolho e cenoura. No Giraúl de Baixo, onde a ponte que desabou isolou povoações inteiras, Fernando Calenga trabalha nas culturas que escaparam das cheias. Cultiva tomate, pimento, cenoura, batata-doce e couve : "dá para viver com o cinto apertado", disse com o rosto a demonstrar toda a tristeza que lhe invade a alma. Uma pequena horta que se salvou das inundações, duas vacas leiteiras e alguns cabritos são o que resta a este agricultor.
"Quem não conheceu outra vida, acaba por criar gosto a este tipo de trabalho. Há 50 anos que trabalho no campo. Nasci e fiquei logo ligado à terra. Com quatro anos já andava com uma junta de bois. O que me aconteceu foi uma grande desgraça mas não é a primeira vez, os meus pais já eram agricultores neste terreno", disse com os olhos marejados de lágrimas.

Fernando Calenga conta que os seus filhos quebraram o pacto com a terra : "os nossos filhos nunca se agarraram à agricultura. Tenho um filho empregado no Porto Comercial do Namibe e uma filha é professora do primeiro ciclo no Lubango". Embora não saiba ler nem escrever, conta que a mulher, Anunciação da Silva, já andou na escola : "quem me dera saber ler, como ela".
Reconhece que as dificuldades causadas pelas cheias são muitas. O que o leva a aguentar o barco, é a criação de cabritos, aves e as duas vacas leiteiras que não foram sacrificadas pelas cheias. "O tomate e a couve vão dando algum dinheiro".
O agricultor Jorge Artur, um jovem, está inconsolável : "esta gente sofre muito, trabalha tanto a terra para nada". As parcas economias que amealhou foram por água abaixo : "nesta hora precisamos de todo o apoio, sobretudo créditos com juros bonificados".

Produtos mais caros
Com a devastação.das lavras, fazendas, currais, capoeiras e equipamentos agrícolas da cintura verde do Namibe, devido às cheias de 4 de Março, os preços dos produtos do campo ao consumidor estão agora mais altos.
O tomate, a batata e a cebola são os produtos que mais dispararam no mercado local. Um balde de cinco quilos de tomate está a ser vendido a mil kwanzas contra os anteriores 250 kwanzas, o de cebola a 700 kwanzas e 800 e cinco quilos de batata custam 800 kwanzas.
O director provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário, José Maria, disse que os níveis de produção horto frutícola nos vales dos rios Giraúl de Baixo e de Cima podem baixar consideravelmente nos próximos tempos, devido às transformações que ocorreram nos solos por causa das cheias que inundaram aquela região.

10.5 Estado das estradas de Luanda continua caótico

Jornal de Angola
12 de Abril de 2011

Buracos tomaram conta das vias provocando enormes danos aos carros
A situação é caótica. Sinalização insuficiente ou inexistente, barras de protecção tombadas, bermas entupidas de lixo e buracos. Muitos buracos. Este é o panorama actual das estradas de Luanda, que está a indignar todo o cidadão que escolheu essa cidade para viver, como o cidadão Mário Martins, que se diz agastado com o estado deplorável das. Estradas da capital, realidade que é destapada na época chuvosa.
Nos últimos dias ficou mais difícil para os automobilistas circular pelas estradas de Luanda devido aos enormes buracos causados pelas chuvas que caem sobre a cidade capital.
Quem circula pelas avenidas Cónego Manuel das Neves, Ngola Kiluanje, Hoji Ya Henda, Soba Mandume e Ndunduma, só para citar estas, encontra enormes buracos que assustam até os mais optimistas. Mário Martins explica que, quando chove em Luanda, é difícil e complicado para os automobilistas, já que o piso se encontra não só em mau estado como mal sinalizado. Na avenida Hoji Ya Henda, por exemplo, no troço que sai do Hospital Américo Boavida até à linha-férreaa, a

via nem marcação que indique a separação da faixa de rodagem tem. No período nocturno, resta aos automobilistas a utilização dos faróis nos máximos.
Nesta avenida, o estado crítico do piso é sentido sobretudo a partir do triângulo dos Congolel1ses até à linha-férrea, onde os buracos tomaram conta do asfalto.
António da Silva, outro automobilista, aponta como factor de insegurança a fraca iluminação pública das estradas de Luanda, o que dificulta a visibilidade de quem circula na estrada mas também de quem esteja atravessar a ma. "A fraca iluminação constitui um perigo para os automobilistas, como para os peões", disse, acrescentando que, devido à fraca ou inexistência de iluminação pública, tem acontecido muitos acidentes que resultaram em mortes de muitas pessoas inocentes.

Não há carro que aguente
Rui Duarte reclama da situação das estradas que ligam vários bairros de Luanda. Segundo ele, o mau estado das estradas tem provocado danos avultados nas viaturas quase todos os dias. "Estradas esburacadas são o cenário de todos os dias em Luanda. Com esse estado de coisas, não há carro, seja ele todo o terreno, que aguente. O governo local nunca resolve o problema, nem mesmo no tempo de cacimbo. As obras que estão a ser feitas são de fraca qualidade, porque, quando chega a chuva, ficam todas esburacadas", disse Raul Duarte.
Já Maria da Purificação diz que todos os anos o cenário péssimo das estradas se repete, mesmo depois de o governo provincial reconhecer as dificuldades de tráfego nas estradas de Luanda e garantir que aguarda fim das chuvas para recuperar as Vias.
"São estradas que, ao longo dos anos, recebem obras paliativas e que no período chuvoso ficam num estado precário", disse, acrescentando ";l verdade é que, quando chega a época de cacimbo, nada é feito para recuperar as estradas. Fica tudo parado. Quando voltam as chuvas, lá estão de novo as máquinas para reparar o que não fizeram no cacimbo. Isto é uma brincadeira. Quem vai pagar os danos provocados nas nossas viaturas?", questiona Maria da Purificação.
Para Carlos da Piedade, é preciso responsabilizar o governo local por danos materiais e morais decorrentes dos buracos existentes nas estradas de Luanda. "Todos os anos são inúmeros os acidentes ocasionados pela má conservação das estradas de Luanda. O governo provincial, que tem o dever de conservá-las, deve ser responsabilizado pelos danos causados por esse descaso", explica, acrescentando que já perdeu vários pneus por causa de buracos nas estradas.

10.6 Exploração de inertes preocupa administração

Jornal de Angola
13 de Abril de 2011

A exploração de inertes que está a ser feita na comuna do Bom Jesus, no município de Icolo e Bengo, província do Bengo, pode originar o corte da circulação automóvel entre esta e as restantes localidades, em qualquer momento.
De acordo com informações prestadas segunda-feira pelo administrador comunal do Bom Jesus, Serafim Pedro Catari, a situação constitui uma das maiores preocupações com que se debate grande parte daquela região.
O responsável revelou que as empresas autorizadas a explorar os recursos naturais, no Bom Jesus, não estão a cumprir as exigências assumidas por altura da concessão das licenças.
Em muitos casos, várias zonas são abandonadas após a exploração, ficando com enormes buracos, o que, com as fortes chuvas que se abatem na zona, constitui um perigo para os aldeões. Para ultrapassar esta situação, as autoridades co
apelam aos responsáveis dos ministérios da Indústria e do Ambiente, no sentido de obrigarem à preservação dos solos, de modo a evitar-se o avanço de ravinas.
O Jornal de Angola verificou que, logo ao início da estrada que segue para a comuna industrial do Bom Jesus é possível vislumbrar a destruição, ainda que de forma lenta, mas bastante perigosa, da mãe natureza.
Os solos da vila são aráveis e bons para a agricultura, além da localidade possuir uma bacia hidrográfica rica e uma população empenhada no combate à fome e à pobreza, apesar das ravinas que destroem actualmente dezenas de campos agrícolas.
Com uma população estimada em 10.097 habitantes, Bom Jesus é considerada uma das zonas de maior desenvolvimento industrial, pelo número cada vez maior de fábricas diversificadas ali existentes, que estão a garantir muitos postos de trabalho a jovens, até então desempregados.

10.7 Lagoa de S. Pedro no Cazenga. Situação continua caótica para os moradores da zona

Jornal de Angola
17 de Abril de 2011

Várias famílias foram desalojadas e centenas de residências ficaram submersas na Lagoa de São Pedro, município do Cazenga, devido às enxurradas que se abateram em Luanda. Durante a estação das chuvas, a lagoa transborda devido aos solos saturados, avançando até às

residências e assim permanecendo até ao período seco. Nas zonas adjacentes à lagoa, a maior parte dos habitantes abandona as suas residências que, por sua vez, acabam por se danificar com o tempo.
Os moradores que ficaram com as suas residências inundadas estão actualmente a residir no terraço dos vizinhos, à espera que a água seque. Para trás deixaram as suas casas entregues ao deus dará, com toda a mobília a flutuar no interior e sujeitas à invasão do mais variado tipo de bichos. Só os petizes parecem não se ralar, aproveitando para dar um mergulho e lavar viaturas.
Para se deslocar, a população da Lagoa de São Pedro recorre a canoas improvisadas com a carcaça de arcas e geleiras avariadas. Devido ao volume de água, as pessoas para irem trabalhar, à escola, ou ao mercado, têm de usar as referidas canoas ou mergulharem na água.
Gabriel Cessa, morador há 15 anos na Lagoa, disse ao Jornal de Angola que quando chove a situação é caótica. "Não sabemos a quem recorrer", afirmou.
Segundo explicou, dentro das residências a água chega a atingir o nível das janelas e as mobílias ficam a boiar em cima da água.
João Bumba, nascido e criado naquela zona, referiu que vive numa ralação constante, porque os filhos residem em casa dos seus pais, que ali continuam a morar. "Quando chove fico logo preocupado", reafirma. Mas nem sempre foi assim. João Bumba recorda que, não há muito tempo, a situação na lagoa era diferente. "Hoje é péssima a todos os níveis", acrescentou.

Os moradores consideram que a solução para o problema passa pela construção de uma vala no interior da lagoa que ligue a uma outra já existente, para facilitar o escoamento das águas, sem ser necessário recorrer ao auxílio de motobombas.
Gabriel Cessa adiantou que a situação seria contornada, se a administração disponibilizasse uma máquina para abertura de uma vala que a ligasse à vala principal construída pelos chineses.
Enquanto isso não acontece, os moradores da Lagoa de São Pedro defendem que devem ser transferidos para áreas seguras. No entanto, receiam que essa transferência, à partida provisória para tendas, possa vir a tomar-se definitiva.
Segundo eles, o medo reside no facto de muitos moradores transferidos para o Zango, continuarem em tendas há mais de d6is anos, aguardando pelo reaI6j-mento prometido pelas autoridades governamentais.
António Bumba está consciente que, a qualquer momento, pode ter de abandonar a área por causa das águas. Mas faz questão de sublinhar que a população quer sair dali "directamente para casas já construídas, porque não queremos ir para as tendas".
Acrescentou que a saída dos moradores da Lagoa de São Pedro é um assunto antigo, mas a sua; efectivação não acontece porque nunca houve vontade que assim acontecesse.

Lixo em todo lado
Além da água, as pessoas que ali moram são obriga. Das a conviver com grandes amontoados de lixo, já que desde há algum tempo que a lagoa tem servido de depósito de entulho da construção civil lixo doméstico e orgânico, além de produtos químicos, como tintas e solventes, que ali são despejados
Gabriel Cessa disse que as grandes quantidades de lixo existente e a flutuar na água se devem à deficiente recolha por parte das entidades competentes. "O lixo fica muito tempo sem ser recolhido e quando chove é arrastado pela água da chuva", adiantou, acrescentando que, com este cenário, o paludismo, a conjuntivite, as doenças diarreicas e respiratórias agudas aumentaram.

Sucção das águas
A sucção das águas estagnadas na Lagoa de São Pedro está a ser feita por duas moto bombas que as encaminham para a vala da Congeral. Enquanto se aguarda pela conclusão das obras da vala do Soroca, apenas é feito um trabalho paliativo, que consiste na retirada das águas através de meios alternativos Uma vez concluída a obra, o canal vai permitir escoar as águas dos municípios do Cazenga e do Sambizanga, tendo uma extensão de quatro quilómetros, com início na lagoa de São Pedro (C azenga) e terminando na lagoa Velha, também conhecida como Soroca Velho, nas imediações da Comarca de Luanda.
A lagoa está a beneficiar de um programa de requalificação que vai permitir a drenagem das águas nas duas lagoas. A sucção dessas águas, na bacia de concentração da lagoa I e lI, através de uma vala de drenagem que está a ser construí da, vai permitir que o município, na sua totalidade, deixe de ficar inundado na época das chuvas.
Até lá, a sucção das águas estagnadas vai continuar a ser feita através de duas motobombas que funcionam 24 horas ao dia e que as encaminham para a vala do Soroca no Sambizanga.
Futuramente, esta terá urna interligação com a vala do Cariango, que começa na Quinta Avenida, no Cazenga, também em obras.

10.8 Calemas causam danos em Cabinda

Jornal de Angola
19 de Abril de 2011

Há mais de quatro dias que a região litoral sul da cidade de Cabinda é fustigada por fortes calemas, que destruíram 50 casas e muitas famílias perderam todos os seus haveres.

Moradores da zona do Luvassa Sul deram conta ao nosso jornal da destruição de meia centena de casas que se encontravam a menos de um metro das águas do mar, o que provocou o desalojamento de muitas famílias e a destruição dos seus bens.
No local era visível o desalento das pessoas, que disseram à nossa reportagem que a fúria do mar é mais evidente no período das 12 às 15horas e da meia-noite às seis da manhã.
Henrique Manuel, um dos moradores afectados, disse que há 14 anos, quando ali se instalou, a situação era totalmente segura, porque o mar se encontrava a mais de 80 metros de distância das casas.
Explicou que nos últimos três anos, mar começou a avançar de forma galopante até se encostar a menos de cinco metros das casas, o que provoca danos consideráveis quando se registam calemas, as águas do mar invadem as suas casas. ‘’Não temos para onde ir. Sairmos daqui e arrendarmos casa é muito complicado”, disse Henrique Manuel.
Os moradores da zona não sabem para onde ir já que não dispõem de meios financeiros para arrendar casas noutras áreas mais seguras. Já foi criada uma comissão para tratar com a Administração Municipal os principais problemas. O administrador Francisco Tando nomeou uma comissão para avaliar os danos causados pelas calemas. “Quando viemos para cá não tínhamos dinheiro para comprar terrenos noutros lugares”, disse Fernando Kuimbi, que já vive há 14 anos na área.
O capitão do Porto de Cabinda, João Louro, disse que Cabinda é uma região que regista fortes calemas, mas reconheceu que este ano o fenómeno ultrapassou as previsões : “este ano passou tudo aquilo que conhecíamos. Lamentamos o que vimos na zona do Luvassa Sul, onde calemas invadiram casas e deixaram muitas famílias sem casas”.
O capitão do porto de Cabinda revelou que 30 casas ficaram destruídas e muitos haveres danificados. “Neste momento estamos a fazer um trabalho preliminar sobre o assunto para confirmarmos quantas famílias ficaram lesadas e quantas casas é que foram destruídas”.
João Louro referiu que as populações continuam a construir em zonas consideradas de risco sem da autorização das autoridades competentes. Explicou que o Decreto e, Presidencial nº 04 12001, de 2 de pn Fevereiro, delimita uma extensão de 500 metros como zona da responsabilidade da Capitania. Por força dessa norma, foram criadas em áreas de reserva sob domínio público marítimo, na qual ninguém pode erguer casas, mas que as pessoas desrespeitam sem avaliarem os riscos que correm.

10.9 Chuvas agravam estado das ruas de Luanda

Jornal de Angola
20 de Abril de 2011

A degradação das ruas e estradas é cada vez mais visível no interior dos municípios da província de Luanda. As chuvas que caem sobre a cidade têm causado grandes problemas na Maianga, sobretudo no Cassequel, Prenda e Rocha Pinto.
No bairro Mártires de Kifangondo, as ruas estão a ser totalmente reabilitadas. As obras consistem na construção de esgotos, passeios, pavimentação e iluminação pública. Homens e máquinas trabalham para manter a circulação rodoviária cada vez mais descongestionada. Mas por causa ~ chuvas, outros problemas nas V1as começam a Surgir.
Quando terminarem as chuvas vão ser terraplanadas vias como a Rua da Praça do Campo, que começa na Rua 22 de Junho próximo ao Campo do lnter e desemboca na estrada principal da Samba.
O cenário é diferente no Cassequel do Buraco, onde a ponte que liga ílO bairro Neves Bendinha continua a degradar-se cada vez mais, mesmo depois de ter sido encerrada durante sete anos para obras de reabilitação. A Rua 68 foi terraplanada. Passa pela rotunda da Teixeira, junto à Tourada, e acaba no mercado do Catinton. Esta área está cheia de lixo, produzido pelos vendedores, por isso foi feito um desvio que vai dar ao rio Cabulombo, que é a continuidade da vala Senado da Câmara e desemboca na Rua 21 de Janeiro, que dá acesso à base da Força Aérea Nacional.
As obras começaram em Setembro do ano passado e as chuvas provocaram atrasos na sua conclusão. Mas 80 por cento das obras no troço estão prontas.

Continuidade das obras

O chefe do departamento do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, do município da Maianga, Henriques Jorge Faz-tudo, disse à nossa reportagem que no fim das chuvas as obras vão prosseguir em força : “as empresas estão prontas a retomar o trabalho no princípio do mês de Maio. A terraplanagem é um trabalho que deve ser feito em tempo seco e não em tempo de chuva”.
Henriques Faz-tudo informou que as primeiras grandes intervenções estão a ser feitas nas vias estruturantes para facilitar os acessos entre as periferias e a cidade.
Para além da requalificação da Avenida21 de Janeiro, o bairro Cassenda também tem vindo a registar a requalificação das valas de drenagem, esgotos, saneamento, iluminação pública, sinalização e pavimentação em asfalto.

Problemas no Cazenga

As consequências das últimas chuvas no Cazenga são bem visíveis nas principais vias, que se encontram alagadas. A avenida Hoji ya Henda foi recentemente reabilitada mas as inundações deixaram marcas. Há uma enorme lagoa em frente às instalações da empresa de autocarros SGO. Na Rua do Patrício o cenário é o mesmo. As obras de reabilitação que estão a ser realizadas na Avenida dos Comandos, que sai da Frescangol até à rotunda da Cuca, estão a facilitar a vida aos munícipes do Cazenga.

"Quando as obras estiverem concluídas vão facilitar o trânsito automóvel!", disse Miguel Manuel, um automobilista que tem "grandes dores de cabeça" porque circula diariamente nas vias do Cazenga. Mas muitos munícipes dizem que a Administração Municipal "tem de trabalhar mais" para melhorar os sérios problemas de saneamento básico e da recolha do lixo existente em todos os cantos do município.

Maria da Conceição é de opinião que as obras nos municípios do Cazenga e Sambizanga vão dar outra imagem, em todos os aspectos, a esta vasta zona da cidade de Luanda. "Vivo há 42 anos aqui e a minha casa nunca inundou. Mas desde que começaram a reabilitar a Avenida Ngola Kiluanje quando chove fico aflita, porque a casa inunda", disse Maria da Conceição. Reconheceu que o número de munícipes aumentou nos últimos anos e que as construções desordenadas contribuem para o aumento das condições precárias.

Colaboração dos moradores

Moradores do município do Cazenga prometeram colaborar nas acções de melhoria do saneamento básico e das infra-estruturas da comunidade. Pedro Damião, que reside nas imediações da Rua do Patrício, disse que "os trabalhos em curso só podem ganhar um ritmo acelerado com o fim das chuvas"

Acrescentou que "todos nós podemos colaborar para resolver os problemas de saneamento.

Estamos com esperança de que num futuro próximo, as coisas possam melhorar rapidamente. Para ele, cada município deve estar consciente que é parte activa na comunidade e que a sua participação é muito importante na criação das condições de vida da população.

Lagoas no Rangel

No município do Rangel a situação também preocupante, principalmente nos bairros do Rangel e Marçal, onde algumas ruas se encontram alagadas e dificultam a deslocação dos moradores.

O bairro Marçal já teve obras mais nas ruas da Olivença, Jaco e na rua Ngola Mbandi, mais conhecido por rua dos Balneário, existe lagoas de águas paradas

Joaquim da Silva manifestou a sua preocupação com a ausência de saneamento básico e com as águas paradas nas ruas, factor que contribui para o aumento de casos de malária no bairro. "As pessoas não estão mentalizadas para a importância do saneamento básico, sobretudo no que respeita à eliminação de charcos, o que tem um grande peso na proliferação de m9squitos na maior,"arte das casas. E necessário tomar medidas para que não se registe um aumento do número de doentes com paludismo", disse Joaquim da Silva.

Mas para os moradores da Rua Ngola Mbandi, a situação é mas complicada, porque as águas de outras ruas desaguam nela. Miguel Pascoal, 64 anos, disse que as coisas pioraram depois que foi feita a terraplanagem em algumas ruas.

10.10 Rua Ngola Kiluanje espera de melhores dias

Jornal de Angola
22 de Abril de 2011

Estrada esburacada, intransitável, viaturas soterradas, paragens de passageiros superlotadas e longas filas de pessoas caminhando a pé, é o cenário que se vive diariamente na Rua Ngola Kiluanje, desde o desvio da Cimangola até São Paulo. A intransitabilidade deve-se às enxurradas, em virtude do sistema de drenagem estar assoreado e devido aos atrasos nas obras.

A reabilitação da Rua Ngola Kiluanje faz parte do projecto do Executivo que visa tornar mais fluida a circulação rodoviária. No Embondeiro do Kicolo, outra zona considerada caótica, passando pelo cemitério do 14 até chegar à Moagem. da Kianda, a circulação é muito lenta devido aos buracos e à água, apenas sendo visível a circulação de viaturas todo-o-terreno. Do troço entre a Moagem da Kianda e o desvio da Cimangola a estrada deixou praticamente de existir.

Os populares e automobilistas manifestaram ao Jornal de Angola o seu descontentamento pela degradação da Rua Ngola Kiluanje. Lopes Pedro, residente no bairro da Petrangol, lamentou a situação : "os responsáveis das empresas envolvidas na reabilitação da rua deviam, quando chegam ao local, ouvir os representantes dos moradores. Mas nós não somos consultados e o trabalho é mal feito, conforme se verifica", protestou.

Gomes Lamborna, residente no bairro do Kicolo, explicou que a solução do problema passa primeiro pela reabilitação total do sistema de drenagem para facilitar o escoamento das águas : "é preciso fazer um trabalho de fundo para que, de uma vez por todas, o problema da Rua do Kicolo seja resolvido", disse. Simão João alerta para a situação da estrada que liga a Cuca ao Kicolo. Segundo este automobilista, o mau estado da via tem provocado danos nas viaturas.

"Com este estado de coisas, não há carro que circule

no troço entre a Moagem da Kianda e o desvio da Cimangola. As obras de reabilitação que estão a ser feitas são débeis e quando chove a rua fica toda esburacada de novo, disse Simão João.

Caos em São Paulo

O cenário em São Paulo é de caos total. Entre a bomba de combustível e a rotunda do mercado a estrada é péssima, com várias viaturas a ficarem encalhadas.

Diariamente, o troço regista congestionamento do trânsito automóvel nos dois sentidos devido às várias crateras que se abriram por causa das águas estagnadas e do buraco que abre sempre que chove, na passagem de nível da Cipal.

A Rua Soba Mandume, desde o entroncamento da Rua Lueji ya Ankonda passando por trás do Prédio do Livro e que vai ligar à N gola Kiluanje, também está péssima. 0 Trânsito automóvel é feito num único sentido devido à quantidade de água no lado da Direcção Provincial da Cultura.

Face a esta situação, muitos proprietários de carrinhos de mão transportam pessoas de um lado para outro, cobrando 50 kwanzas.

Desagrado dos motoristas

Os motoristas, na sua maioria taxistas, manifestaram o seu desagrado pelas péssimas condições em que se encontra a Rua Ngola Kiluanje. Alguns motoristas ouvidos pelo Jornal de Angola foram unânimes em afirmar que a situação é péssima.

Lobato Abreu, taxista, referiu que na zona do Kicolo a situação é ainda mais caótica. A Rua Ngola Kiluanje tem servido de alternativa a várias vias no que toca ao descongestionamento do trânsito automóvel em Luanda. Por isso, é urgente que terminem as obras de reabilitação.

Muitos taxistas encostaram as suas viaturas para evitar danos materiais. Trezor Paulo, motorista, disse que o Executivo tem de obrigar a empresa encarregada de reabilitar a rua desde São Paulo até ao desvio da Cimangola a terminar as obras o mais rápido possível, para bem da população. "Neste troço os carros têm dificuldade em transitar devido à água e aos buracos", acrescentou.

Gomes Lamborna, taxista, recorda que todos os anos a situação se repete, mesmo depois do Governo Provincial admitir as dificuldades existentes no tráfego nas ruas de Luanda e garantir que aguarda o fim da época chuvosa para as recuperar. "São vias que, ao longo dos anos, recebem obras paliativas e que no período das chuvas ficam num estado precário".

Escassez de táxi

Lopes Lameira referiu que face ao avançado estado da degradação da via, as pessoas se debatem com escassez de táxis e com o elevado custo da passagem : "nesta época de chuvas as pessoas são obrigadas a' percorrer grandes distâncias a pé porque os taxistas não chegam até à paragem, devido ao avançado estado de degradação das vias de acesso". Simão João revelou que circular na Rua Ngola Kiluanje tem sido feito com enormes riscos e dificuldades. Acrescentou que o mau estado da via tem contribuído para a ausência dos táxis e o registo de muitos engarrafamentos :

Os poucos taxistas que estão a exercerem a actividade aproveitam-se da situação insistindo em fazer linhas curtas e praticando preços especulativos. Geralmente transportam os passageiros entre a Cuca/Igreja ou Cipal/São Paulo cobrando 100 kwanzas.

Em São Paulo, os passageiros são obrigados a caminhar até à paragem junto à dependência do BFA ou até à Rádio Eclésia, para apanhar outro táxi que os leve para os seus locais de destino.

Amontoados de lixo

Associados à degradação da Rua Ngola Kiluanje encontram-se os amontoados de lixo produzido pelas vendedoras ambulantes e moradores. O difícil acesso àquelas áreas faz com que as viaturas das operadoras de limpeza não realizem a sua actividade de recolha dos resíduos sólidos.

Maria Stella Paulino, moradora no Cacuaco, disse que é visível a existência de focos de lixo ao longo da rua, principalmente nas zonas de São Paulo, Cuca, Hoji ya Henda e Kicolo.

"Os comerciantes e vendedoras ambulantes são os responsáveis pelo lixo que está acumulado ao longo da via", concluiu.

10.11 Estudos técnicos sobre a biodiversidade realizados na província da Lunda-Norte

Jornal de Angola
23 de Abril de 2011

A investigação é promovida pelo Ministério do Ambiente

O Ministério do Ambiente realiza no dia 25 deste mês uma expedição à Lagoa de Carumbo, Lunda-Norte, com o objectividade realizar estudos técnicos e científicos sobre a biodiversidade local.

De acordo com uma nota de imprensa, a expedição visa, igualmente, fazer um levantamento técnico e científico para a criação de uma nova área protegida, cuja prioridade está estabelecida na Estratégia Nacional da Biodiversidade e Plano de Acção (NBASP).

Segundo o Ministério do Ambiente, a expedição vai desempenhar um papel importante com vista ao desenvolvimento sustentável, através da conservação e preservação das espécies biológicas.

O documento refere que a expedição surge no âmbito do programa do Ministério do Ambiente que visa aumentar o número de áreas de conservação do território nacional, em função da Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade, que identifica a necessidade de conduta e divulgação ampla dos estudos sobre os habitats terrestres, costeiros e ecossistemas de alto valor biológico.

O trabalho vai ser realizado com a colaboração do governo da província da Lunda-Norte e em parceria com as empresas De Beers Angola, PNUD Angola, FAPESP Brasil e a Sociedade do Nacional Geográfico (SNG).

Com a duração de quinze dias, a expedição vai contar com a participação de especialistas nacionais e internacionais, cuja coordenação está sob responsabilidade da Direcção Nacional da Biodiversidade, afecta ao Ministério do Ambiente.

10.12 Inundações destroem plantações na Funda

Jornal de Angola
27 de Abril de 2011

Viveiros de camponeses da comuna da Funda, município do Cacuaco, 45 quilómetros a norte de Luanda, foram arrastados pelas águas das chuvas, disse ontem a administradora Rosa Janotá Dias dos Santos.

Os prejuízos foram registados em sete cooperativas, de um total de 25 e das 14 associações da área que trabalham no programa de combate à torne e à pobreza.

A administradora comunal citou as áreas de Muzondo, Ludi 1 e Ludi 2, cujos camponeses receberam empréstimo bancário, em Janeiro, reembolsável em dez meses.